



resenha

de Política Exterior do Brasil

Ministério das Relações Exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

número 74, 1º semestre de 1994

ano 20, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD) e editada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)

Ministro Adolf Libert Westphalen

Chefe do Centro de Documentação (CDO)

Secretária Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio

Montagem

O.C. Antonio Teixeira de Barros

Revisão

Isabel Patriota P. Carneiro

Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Embaixador João Clemente Baena Soares

Diretora de Administração Geral

Ministra Irene Pessoa de Lima Câmara

Setor de Publicações da FUNAG

Coordenação: Izabel Patriota Pereira Carneiro

Apoio Técnico: Ednete Moraes Lessa

Elizabeth Maria de Mattos

Maria Aparecida de C. M. Fenerich

Endereço para correspondência

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)

Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, Térreo, Sala 190

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (061) 211-6847, 211-6857; fax: (061) 322-2931

Resenha de Política Exterior do Brasil

**Ano 1 — nº 1 — junho de 1974 — Brasília, Ministério
das Relações Exteriores, 1974 -**

V. semestral

**1. Brasil — Relações Exteriores — Periódicos. I. Brasil,
Ministério das Relações Exteriores.**

327 (081) (05)

R 433

SUMÁRIO

Transferência da Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio para o Governo Brasileiro

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de transferência da Secretaria <i>Pro Tempore</i> do Grupo do Rio para o Governo Brasileiro, em Brasília, em 7 de janeiro de 1994.....	9
--	---

V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente Itamar Franco na cerimônia de abertura da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum do Sul, na cidade de Colônia, em 17 de janeiro de 1994.....	13
---	----

Instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana

Discurso do Presidente Itamar Franco na cerimônia de instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na cidade de Letícia, em 22 de janeiro de 1994.....	17
--	----

Brasil e Catar intensificam relações comerciais

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da assinatura de Declaração Conjunta Brasil-Catar, em Brasília, em 1º de fevereiro de 1994	21
---	----

I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião do jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek aos Chanceleres dos países de Língua Portuguesa, no Memorial JK, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994.....	25
--	----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no almoço em homenagem aos Chanceleres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no Memorial JK, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994	27
--	----

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura dos trabalhos do I Encontro dos Chanceleres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994	31
--	----

Visita do Chanceler alemão ao Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Klaus Kinkel, em Brasília, em 24 de fevereiro de 1994	35
---	----

Visita do Presidente Itamar Franco à Venezuela

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, na cidade de La Guaira, em 4 de março de 1994.....	39
---	----

Vice-Presidente americano visita o Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a visita ao Brasil do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Albert Gore, no Palácio Itamaraty, em 21 de março de 1994	41
---	----

Visita ao Brasil do Secretário para Assuntos Externos e do <i>Commonwealth</i> do Reino Unido	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no jantar oferecido ao Secretário de Estado para Assuntos Externos e do <i>Commonwealth</i> do Reino Unido, Douglas Hurd, no Palácio Itamaraty, em 7 de abril de 1994	45
Reunião Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, em Marrakech, em 14 de abril de 1994.....	49
Reunião dos Embaixadores do Grupo Africano em Brasília	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em almoço oferecido pelos Embaixadores do Grupo Africano em Brasília, em 19 de abril de 1994	53
Solenidade do Dia do Diplomata	
Discurso do Presidente Itamar Franco na solenidade do Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 1994.....	57
Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião da formatura da turma de 1991 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco, em 20 de abril de 1994...	60
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião das comemorações do Dia do Diplomata e da formatura da Turma Carlos Castelo Branco do CPCD, em 20 de abril de 1994.....	63
Discurso do Paraninfo da Turma Carlos Castelo Branco, Embaixador Synésio Sampaio Góes Filho, em 20 de abril de 1994	66
Discurso do Secretário Adriano Silva Pucci, Orador da Turma Carlos Castelo Branco do CPCD.....	73
IV Reunião Ministerial entre o Grupo do Rio e a União Européia	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertura da IV Reunião Ministerial Institucionalizada entre o Grupo do Rio e a União Européia, em São Paulo, nos dias 22 e 23 de abril de 1994	75
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca	
Discurso do Presidente Itamar Franco durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da República Tcheca, Václav Klaus, no Palácio Itamaraty, em 25 de abril de 1994	79
Ministro Celso Amorim visita o Senado da República Francesa	
Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de sua visita ao Senado da República Francesa, em Paris, em 5 de maio de 1994	81
Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Romênia	
Discurso do Presidente Itamar Franco durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da Romênia, Nicolae Văcăroiu, no Palácio Itamaraty, em 11 de maio de 1994	91

O Novo Mapa do Comércio Mundial

Palestra proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante o seminário internacional «O Novo Mapa do Comércio Mundial», realizado no Centro de Convenções do jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , em São Paulo, em 26 de maio de 1994	93
---	----

Adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco, na Cidade do México, em 30 de maio de 1994	101
---	-----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em jantar oferecido pelo Embaixador Manuel Tello Macias, Secretário de Relações Exteriores do México, na Cidade do México, em 31 de maio de 1994	104
---	-----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante café da manhã oferecido pelo Conselho Empresarial Mexicano para Assuntos Internacionais, na Cidade do México, em 31 de maio de 1994	108
--	-----

XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA

Discurso do Presidente Itamar Franco, na sessão de abertura do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994	113
---	-----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994	115
--	-----

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na sessão de encerramento do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Belém do Pará, em 10 de junho de 1994	119
---	-----

Reunião *ad hoc* de Chanceleres sobre a situação no Haiti

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião <i>ad hoc</i> de Chanceleres sobre a situação no Haiti, em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994	123
--	-----

IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Discurso do Presidente Itamar Franco, por ocasião de sua chegada em Cartagena das Índias, sede da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em 13 de junho de 1994	125
---	-----

Discurso do Presidente Itamar Franco, na sessão de abertura da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Cartagena das Índias, em 14 de junho de 1994	125
---	-----

Tratados, Acordos e Convênios

Comunicado conjunto de los Presidentes de los Países del Mercado Comun del Sur (17.1.1994).	129
---	-----

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia para a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais (24.1.1994)	132
---	-----

Comunicado Conjunto Brasil-Bolívia (26.1.1994)	134
--	-----

Declaração Conjunta Brasil-Catar (1º.2.1994).....	137
Acordo para a promoção e a proteção recíproca de investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa (9.2.94)	140
Comunicado Conjunto Brasil-Portugal (9.2.1994)	147
Comunicado Conjunto da Primeira Reunião de Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa (10.2.1994)	150
Comunicado Conjunto Brasil-Venezuela (4.3.1994)	152
Acordo por troca de notas que estabelece o Protocolo para Emenda e Prorrogação do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (21.3.1994)	155
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a promoção e a proteção recíproca de investimentos (22.3.1994)	161
Comunicado Conjunto do G-15 em Nova Delhi (30.3.1994)	169
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca (25.4.1994)	175
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismos de Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Romênia (11.5.1994)	178
Acordo por Troca de Notas que prevê a instalação em São Paulo de um Consulado-Geral da República Romena (11.5.1994)	179
Declaração de Belém do Pará (6.6.1994)	180
Acordo por troca de notas relativo à criação de adidâncias militares junto às Embaixadas do Brasil na Rússia e da Rússia no Brasil (6.6.1994)	186
Ajuste complementar ao Tratado de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos (20.6.1994)	187
Comunicados, Notas e Mensagens	
Portugal elogia iniciativa diplomática do Brasil em prol da constituição de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (4.1.1994).....	191
Nota à imprensa sobre o Acordo Fundamental entre a Santa Sé e o Estado de Israel	191
Nota à imprensa sobre o Protocolo de Cooperação Brasil-China (24.1.1994)	192
Primeira Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa – nota à imprensa (11.2.1994)	192
Nota à imprensa sobre a aplicação, pelo Brasil, das Diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (17.2.1994).....	195
Nota à imprensa sobre a situação em Angola (20.2.1994).....	196

Nota à imprensa sobre a Visita ao Brasil do Ministro do Comércio da Romênia, Cristian Ionescu, de 22 a 25 de fevereiro de 1994.....	196
Nota à imprensa sobre o ataque terrorista a uma mesquita de Hebron, nos territórios ocupados por Israel (25.2.1994).....	197
Nota à imprensa sobre a violência no Líbano (2.3.1994).....	197
Comunicado de imprensa conjunto da Comunidade Européia e do Brasil (14.3.1994).....	197
Comunicado de imprensa conjunto Brasil-Estados Unidos (22.3.1994)	200
Mensagem do Chanceler Celso Amorim ao Chanceler mexicano (24.3.1994).....	200
Nota à imprensa sobre a cerimônia de inauguração do Curso de Atualização para Diplomatas Latino-Americanos (24.3.1994)	201
Nota sobre o assassinato de Luis Donaldo Colosio, candidato do PRI à Presidência do México (24.3.1994).....	201
Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula do G-15, de 28 a 30 de março de 1994	202
Nota à imprensa sobre Comunicado Conjunto Brasil-Camboja (25.3.1994)	203
Nota à imprensa sobre a II Reunião da Conferência das Partes da Convenção de Basiléia sobre o controle dos movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito (5.4.1994)	204
Nota à imprensa sobre as eleições sul-africanas (3.5.1994).....	206
Mensagem do Presidente da República, Itamar Franco, ao Presidente da República da África do Sul, F. W. De Klerk (4.5.1994).....	206
Mensagem dirigida pelo Presidente da República, Itamar Franco, ao Presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela, em 3 de maio de 1994.....	207
Comunicado à imprensa sobre a abertura, pelo Presidente Itamar Franco, da XXIV Assembléia Geral da OEA (23.5.1994).....	208
Nota à imprensa acerca da Declaração sobre Angola e Moçambique	209
Nota à imprensa sobre a criação do Santuário de Baleias do Hemisfério Sul (30.5.1994).....	210
Comunicado de Imprensa sobre a visita oficial do Chanceler Celso Amorim ao México (29 de maio a 1º de junho de 1994)	211
Participação do Brasil na Missão de Paz da ONU em Moçambique (6.6.1994)	213
Artigos de jornais	
Ásia revisitada – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>O Globo</i> , 1º.5.1994).....	215
Política externa, o legado do governo Itamar – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 10.1.1994).....	218

O Brasil, o Mercosul e o comércio internacional – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 16.1.1994)	221
Una nueva relación entre EU y Brasil – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>El Nuevo Herald</i> , 26.1.1994)	224
Relações Brasil-China – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Correio Braziliense</i> , 31.3.1994)	227
O Brasil e a África – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 2.2.1994)	229
Diplomacia e desenvolvimento – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 9.4.1994)	232
País precisa ter agenda externa própria – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 10.4.1994)	234
Agenda incompleta – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 12.4.1994)	237
Avanços na área de livre comércio sul-americana – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Folha de S. Paulo</i> , 14.4.1994)	239
A reunião de Marrakech – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 15.4.1994)	241
Diplomacia e democracia – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Correio Braziliense</i> , 29.4.1994)	243
América Latina-União Européia: um novo diálogo – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 9.5.1994)	245
<i>A dependable partner in building a new world order</i> – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>The Wall Street Journal</i> , 25.5.1994)	247
África da boa esperança – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>Jornal do Brasil</i> , 13.6.1994)	249
Marrakech e depois – Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores (<i>O Estado de S. Paulo</i> , 21.6.1994)	251

Transferência da Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio para o Governo Brasileiro

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de
transferência da Secretaria Pro Tempore do
Grupo do Rio para o Governo Brasileiro, em
Brasília, em 7 de janeiro de 1994*

Senhor Chanceler,

É para mim motivo de grande satisfação poder receber, das mãos de Vossa Excelência, a Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio.

Já no primeiro encontro, em outubro de 1986, no Rio de Janeiro, os Chanceleres dos Grupos de Contadora e de Apoio afirmavam enfaticamente a necessidade de conjugar esforços e capacidades para encontrar soluções próprias para nossas dificuldades e impulsionar o desenvolvimento independente e sustentado da América Latina.

Nesse período, que testemunhou tantas e tão importantes mudanças no cenário mundial, o Grupo do Rio cresceu e se estabeleceu como parceiro importante no diálogo político. Mercê de sua atuação sempre pautada pelo diálogo e pela defesa dos valores democráticos, o Grupo do Rio conseguiu firmar-se como representante político legítimo da América Latina. Re-

presentamos a quase totalidade dos países da nossa região. Nisso, fomos fiéis aos princípios declarados já em Acapulco, na primeira cúpula presidencial de nosso mecanismo. Naquela ocasião, os presidentes afirmaram que «anima-nos decididamente o reconhecimento de uma comunidade de interesses, de uma mesma vocação de democracia com desenvolvimento, de justiça e independência, de um sentimento compartilhado de solidariedade com todos os povos de nossa região: a América Latina e o Caribe».

O mecanismo de consulta e concertação política consubstanciado no Grupo do Rio vem adquirindo relevância crescente, sobretudo ao fortalecer a vigência das instituições democráticas na região e ao estimular, em bases ágeis e consensuais, a convergência de posições em face das questões mais importantes da agenda regional e hemisférica. Nosso relacionamento com a União Européia, com o Japão, com os países do Golfo e com a

ASEAN mostra claramente que, paralelamente aos tradicionais e densos vínculos que cada um de nossos países mantém com aqueles parceiros, o Grupo do Rio vem-se consolidando como interlocutor válido frente a outros países ou agrupamentos regionais. Este diálogo propicia também a ocasião para uma reflexão conjunta sobre importantes temas da realidade internacional.

Temos posições claras em relação aos temas econômicos mais importantes. Defendemos a realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social. Fomos favoráveis à conclusão, em bases equilibradas e multilateralmente negociadas, da Rodada Uruguai. Embora tenhamos consciência de que o texto final acordado em 15 de dezembro não atende de forma adequada e plena as aspirações dos países em desenvolvimento, entendemos a importância do fortalecimento do sistema multilateral de comércio, com regras mais estáveis e confiáveis, que inibam os surtos protecionistas e as medidas unilaterais.

Propugnamos por uma nova ordem mundial que tenha como pontos fundamentais a democracia, a paz e a convivência pacífica. Essa nova ordem terá que levar em conta as necessidades de desenvolvimento a ser baseada na cooperação e no respeito mútuo.

A América Latina é, hoje, um espaço democrático. Nossas democracias têm que estar voltadas para o respeito pleno dos direitos fundamentais da pessoa humana, que temos que assegurar e aprimorar. Não podem deixar de privilegiar,

também, o crescimento econômico e a solução dos graves problemas sociais que enfrentamos. Cada vez mais nossos Governos buscam formas de conciliar essas duas vertentes na realidade latino-americana e caribenha.

A nossa é uma região desarmada, onde está prestes a vigorar em toda a sua plenitude jurídica o Tratado de Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, o Tratado de Tlatelolco. Fomos pioneiros, no Cone Sul, ao renunciar às armas químicas e seguimos cooperando, em foros internacionais, para o ideal de um mundo desarmado e pacífico.

Como disseram nossos presidentes na Cúpula de Santiago, essa é uma época caracterizada pela expansão dos valores democráticos e pela abertura das economias, mas também é uma época em que se registra o ressurgimento de conflitos. Para nós, é motivo de orgulho que a região não esteja contribuindo para as incertezas que surgem no cenário mundial. Na Declaração de Santiago, nossos presidentes souberam expressar com a ênfase devida nosso empenho coletivo em prol do fortalecimento das iniciativas de paz e cooperação na região: «Estamos enfrentando nossas dificuldades com maturidade, estamos abrindo novos caminhos de cooperação regional e assumimos com responsabilidade os desafios trazidos pelas profundas transformações que acontecem no mundo».

A América Latina e o Caribe contam hoje com 450 milhões de habitantes, o que corresponde a 8,5% da população mun-

dial. O nosso PIB reunido chega a 1 trilhão de dólares, 4,5% de toda a riqueza gerada no mundo, e nosso comércio representa 4,2% do comércio mundial. Nosso peso econômico, embora expressivo, ainda não reflete nosso potencial. Esta é uma das razões porque estamos firmemente empenhados na execução de vários programas sub-regionais de integração, a exemplo do Mercosul do pacto Andino, do chamado Grupo dos Três, da Comunidade do Caribe e do Mercado Comum Centro-Americano. Na Cúpula de outubro, o Presidente Itamar Franco lançou a proposta de constituição de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que congregaria, ao longo de dez anos, o Mercosul o Pacto Andino e a Iniciativa Amazônica, além, naturalmente, do Chile. O Mercosul e a projetada ALCSA representam iniciativas realistas e não-excludentes para melhorar a competitividade de nossas economias, estimular a convergência dos diversos esquemas integracionistas em curso no Hemisfério e facilitar o diálogo com os grandes blocos econômicos e com nossos principais parceiros externos.

Paralelamente, devemos intensificar nossos esforços no sentido de delinear estratégias viáveis de desenvolvimento para a região que logrem incorporar dois elementos decisivos: acesso a mercados e acesso ao conhecimento. Conforme assinalou o Presidente Itamar Franco na Sessão de Encerramento da Cúpula Presidencial de Santiago, «o protecionismo comercial encontra hoje paralelo no protecionismo tecnológico. O controle internacional da transferência de tecnologias de ponta

opõe obstáculos ao nosso acesso legítimo à capacitação científica e tecnológica para fins pacíficos».

É essa nossa busca de um caminho próprio que vimos construindo pacientemente nos nossos foros regionais que permite que o conjunto da América Latina e do Caribe seja um protagonista importante no trabalho por um mundo politicamente mais estável e economicamente mais justo. Nossa participação nas Nações Unidas e nas diversas organizações multilaterais é já muito importante. A articulação de nossos países por intermédio do Grupo do Rio contribui, nesse sentido, para imprimir à participação latino-americana e caribenha nesses foros maior dinamismo e coesão.

Senhor Chanceler,

Ao receber de Vossa Excelência a Secretaria *Pro Tempore* do Grupo do Rio, temos consciência das importantes tarefas que temos pela frente. O trabalho desenvolvido por Vossa Excelência e seus auxiliares será para nós um modelo a ser seguido, embora dificilmente igualável. A sabedoria e a habilidade de Vossa Excelência foram a garantia do nosso êxito no período que ora finda. A organização da Secretaria *Pro Tempore*, dirigida pelos Embaixadores Carlos Portales e Enrique Bermúdez, foi impecável. Impecável também foi a Cúpula Presidencial que o Chile acaba de hospedar, com fidalguia, eficiência e elegância. Não poderia tampouco deixar de mencionar as oportunas iniciativas políticas que o Chile vem impulsionando no âmbito do Grupo do Rio, em particular no que concerne a tema

de particular interesse também para o Brasil, o desenvolvimento social. Receba, pois, Senhor Chanceler, nossos melhores

agradecimentos por toda essa dedicação ao Grupo do Rio e à causa da integração latino-americana e caribenha. ■



V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercosul

Discurso do Presidente Itamar Franco na cerimônia de abertura da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum do Sul, na cidade de Colônia, em 17 de janeiro de 1994

Ex.^{mo} Sr. Presidente Luiz Alberto Lacalle,

Ex.^{mo} Sr. Presidente Carlos Saúl Menem,

Ex.^{mo} Sr. Presidente Juan Carlos Wasmosy,

Ex.^{mo} Sr. Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada,

Sr. Intendente da cidade histórica de Colônia,

Senhores Chanceleres,

Senhores Embaixadores,

Senhores Ministros,

Senhor Bispo,

Senhoras e Senhores,

Minhas palavras de agradecimento ao povo e ao governo uruguaios, e muito particularmente ao Presidente Luiz Alberto Lacalle, pela hospitalidade e pela organização da V Reunião do Conselho do Mercado Comum neste cenário histórico de Colônia.

Posto avançado dos colonizadores portugueses na margem oriental do Rio da Prata, mais de trezentos anos transcorre-

ram para que, de símbolo da confrontação imperial européia, a antiga Colônia do Sacramento se transformasse em marco da cooperação e da integração de nossos países.

Desejo saudar, de maneira especial o Presidente Juan Carlos Wasmosy, pela primeira vez presente a um encontro dos Presidentes dos países do Mercosul e o Presidente Sanchez de Lozada.

Hoje se encontram, mais uma vez, os Presidentes de quatro Repúblicas latino-americanas unidas pelo desejo comum de promover, sob a mais pura inspiração democrática, o ideal de desenvolvimento econômico com a justiça social expresso no Tratado de Assunção.

Senhores Presidentes,

Transcorridos quase três anos da assinatura do Tratado de Assunção e a menos de um ano do término do período de transição, creio ser essencial refletir sobre tudo aquilo que fomos capazes de realizar até o momento, bem como sobre os desafios que o processo de integração ainda nos apresenta.

Os esforços visando à implementação do Mercosul foram amplamente recompensados pelos resultados positivos já alcançados. Nesse contexto, cabe ressaltar a atuação do Conselho do Mercado Comum, do Grupo do Mercado Comum e dos demais foros de negociações do Mercosul que, por intermédio de suas recomendações, resoluções e decisões, lograram aprofundar a integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O crescente interesse de empresários, trabalhadores e acadêmicos revela a medida da importância atribuída ao Mercosul pelas sociedades dos países que o integram. A significativa migração transfronteiriça de empreendimentos e investimentos constitui demonstração da confiança depositada pelos operadores econômicos no processo de integração em curso.

No que tange ao comércio intra-regional, os resultados são extremamente positivos. O intercâmbio intra-Mercosul que alcançou 3,6 bilhões de dólares em 1990 – ano que antecedeu a assinatura do Tratado de Assunção – terá superado a cifra de 7,5 bilhões de dólares em 1993. Na medida em que avança o Programa de Liberalização Comercial instituído pelo Tratado de Assunção, ampliam-se as perspectivas de crescimento dos níveis de comércio.

Atravessaremos, em 1994, uma etapa decisiva, na qual deveremos enfrentar e vencer importantes desafios. O principal deles é o de estabelecer uma tarifa comum, condição indispensável para consolidar o

processo integracionista e para viabilizar avanços posteriores.

A realidade dos compromissos assumidos no Tratado de Assunção apresentou-se de forma aguda na negociação da tarifa externa comum. Este é o momento de reafirmar que eventuais ajustes se justificam plenamente, em vista dos benefícios do processo. Estamos engajados no esforço ousado da total abertura recíproca de nossos mercados. Os benefícios serão proporcionais ao tamanho dos mercados que se abrem a cada um dos parceiros.

A contrapartida da abertura ampla e generosa, que estamos promovendo, há de ser a compreensão de que o mercado comum só tem sentido de assegurar margens absolutas de preferência e o nível de proteção minimamente compatível com a complexidade e o desenvolvimento dos setores produtivos dos quatro países em face a terceiros.

Não se deve subestimar a capacidade de nossas economias de responder positivamente às exigências da integração. Estatísticas mais recentes demonstram o bom desempenho de todos os países do Mercosul em 1993, superior ao verificado nos anos anteriores.

No caso brasileiro, a economia cresceu cerca de 4,5%, com aumento de 9% da produção industrial. O plano de ajuste econômico, que se encontra em fase de implementação, criará, mediante redução dos índices de inflação, condições ainda mais positivas para a retomada do crescimento.

A corrente global de comércio cresceu 10%, durante o ano de 1993, alcançando um valor global de 65 bilhões de dólares. A reativação da economia e o prosseguimento do processo de abertura comercial explicam o aumento de 23,7% nas importações globais do Brasil, que situaram-se em 25,5 bilhões de dólares para o ano como um todo. O aumento expressivo do saldo comercial brasileiro, sem que houvesse redução nas exportações, que cresceram 8,8%.

No âmbito regional, a economia brasileira tem desempenhado papel fundamental na expansão do comércio. O Brasil é o principal mercado para as exportações dos países do Mercosul. Temos realizado gestos concretos para expandir ainda mais esses fluxos de comércio. Assim, em 1993, as importações brasileiras provenientes do Mercosul alcançaram a cifra significativa de 3 bilhões de dólares, representando crescimento de 58% em relação ao ano anterior.

Nossos países têm dado repetidas provas de maturidade democrática e estabilidade institucional – pressupostos necessários para o sucesso da iniciativa de integração. Estamos convictos de que o Mercosul está sendo construído sobre sólidas bases políticas e econômicas.

Senhores Presidentes,

A prioridade que o Brasil atribui ao Mercado não é excludente. Vejo na articulação gradual dos processos sub-regionais de integração o futuro do projeto de inte-

gração da América Latina, e, em particular, da América do Sul. Nesse sentido, julguei oportuno propor, por ocasião da VII cúpula presidencial do Grupo do Rio, a criação de uma área de livre comércio sul-americana, resultante da aproximação dos esforços de integração do Mercosul do grupo andino, da iniciativa amazônica, e com a participação do Chile, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano.

Estamos atentos à realidade representada pela criação do Nafta. Consideramos oportuno que o Mercosul fortaleça o sistema de consultas estabelecido pelo Acordo 4 + 1 firmado com os Estados Unidos.

Registro a satisfação do Brasil pela conclusão da rodada Uruguai do GATT, marco do fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Os resultados finais da rodada recomendam a continuidade dos esforços de coordenação dos países integrantes do Mercosul nos foros multilaterais de comércio.

Ao longo de 1994, o Mercosul terá que definir além da tarifa externa, outros instrumentos de uma política comercial comum. Precisaremos estabelecer mecanismos de defesa da concorrência e proteção ao consumidor. Esse conjunto de medidas é indispensável ao sucesso do Mercosul e à concretização de uma união aduaneira em 1º de janeiro de 1995. Quanto ao perfil institucional do Mercosul é essencial que reflita os avanços obtidos nas negociações substantivas.

Senhores Presidentes,

Nesta oportunidade, em que os quatro chefes de estado dos países integrantes do Mercosul encontram-se mais uma vez reunidos em torno do ideal da integração, reafirmo o empenho do Governo do Brasil

em cumprir todos os compromissos assumidos com vistas à concretização dos objetivos econômicos e sociais definidos no tratado de Assunção.

Muito obrigado.



Instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana

Discurso do Presidente Itamar Franco na cerimônia de instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na cidade de Letícia, em 22 de janeiro de 1994

Senhor Presidente da Colômbia,

Senhores Chanceleres,

Senhores Ministros,

Senhores Presidentes da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia,

Senhor Governador do Departamento do Amazonas,

Senhor Governador do Amazonas,

Senhor Alcaide de Letícia,

Senhor Prefeito de Tabatinga,

Em nome de todos os brasileiros desejo saudar calorosamente a nobre e amiga nação colombiana, na pessoa de seu ilustre Presidente, Doutor Cesar Gaviria Trujillo.

Nosso encontro de hoje reafirma os laços de permanente amizade entre o Brasil e a Colômbia e assinala o início de uma nova etapa de cooperação entre nossos povos.

Senhor Presidente,

No panorama global, a conclusão da rodada Uruguai abre caminho para o reforço, em bases mais estáveis e previsíveis, do sistema multilateral de comércio.

Os desdobramentos dessa conjuntura internacional produzirão reflexos sobre a América Latina e sobre todo o mundo em desenvolvimento.

Em nosso continente, multiplicam-se as iniciativas de concertação no mais alto nível, impulsionadas pelo irreversível processo de consolidação da democracia como padrão de ordenamento político da sociedade e do relacionamento entre os Estados.

As conferências de cúpula dos países Ibero-Americanos – que voltarão a reunir-se em junho próximo na histórica cidade de Cartagena – bem como as reuniões do Grupo do Rio, constituem testemunho eloquente da vitalidade e importância dos mecanismos informais de consulta entre os governantes da região.

No plano bilateral, nossos governos têm intensificado os contatos em todos os níveis. O Brasil teve a honra de receber Vossa Excelência em 1991 e, mais recentemente, em Salvador, para a III Conferência Ibero-Americana. A Ministra das Relações Exteriores, Noemí Sanín de Rubio, visitou o Brasil oficialmente no ano passado. O Chanceler Celso Amorim, por sua

vez, estive em Bogotá há poucos meses, ocasião em que assinou o memorando de entendimento para a criação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

A criação da Comissão de Vizinhança abre oportunidades para o aprofundamento da cooperação bilateral. Esta iniciativa dará renovado vigor aos esforços de ambos os países na promoção do desenvolvimento regional.

A Comissão de Vizinhança dará às comunidades de Tabatinga, Letícia e áreas adjacentes um foro eficaz para encaminhar, de forma descentralizada, propostas e iniciativas referentes à proteção do meio ambiente, à promoção do ensino do português e do espanhol, realização de campanhas de saúde, à coordenação de obras públicas nos setores de transporte e fornecimento de energia, e à proteção e assistência às populações indígenas.

Por intermédio do mecanismo que ora instalamos, reafirmamos a prioridade de que se reveste a região amazônica para cada um de nossos países. Confiamos no futuro desta região e reafirmamos nosso propósito de estimular o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em conjunto com os países com os quais compartilhamos este gigantesco patrimônio.

Desejo ressaltar a importância que atribuímos ao Tratado de Cooperação Amazônica, como instrumento relevante de cooperação regional, e como vetor de intensificação das relações bilaterais. A proposta brasileira de criação de uma secretaria permanente para o TCA, em torno da qual esperamos reunir o consenso dos es-

tados amazônicos, visa precisamente a fortalecer o tratado e a proporcionar-lhe melhores condições para ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, com satisfação, do interesse com que a Colômbia acolheu a Iniciativa Amazônica, que lancei em dezembro de 1992. Estou certo de que as negociações em curso sobre a inclusão de um acordo de complementação econômica entre o Brasil e a Colômbia, chegarão a bom termo e permitirão expandir o comércio bilateral, situando-o em patamar compatível com as potencialidades de nossas economias.

Assinalei em Santiago, por ocasião do último encontro presidencial do Grupo do Rio, que o Brasil visualiza a formação, ao longo dos próximos dez anos, de uma área de livre comércio sul-americana. Esse espaço econômico ampliado resultaria da articulação entre os processos integracionistas em andamento no Mercosul da Iniciativa Amazônia e do Grupo Andino. Será também importante, nesse contexto, a participação do Chile.

A projetada área de livre comércio, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano, facilitará a aproximação das iniciativas sub-regionais de integração na América do Sul com o Nafta, com o Mercado Comum Centro-Americano e com a Comunidade do Caribe. A proposta de constituição da área de livre comércio sul-americana encontrou boa receptividade durante a re-

cém-concluída Reunião do Conselho do Mercosul cujo comunicado final registra o apoio dos Presidentes à convocação, ainda este ano, de uma conferência destinada a definir as modalidades e instrumentos necessários à conformação da área.

Senhor Presidente Cesar Gaviria,

Diante de escassez de recurso que nos afeta, cabe-nos a tarefa prioritária de identificar fórmulas novas e imaginativas para imprimir novo alento à cooperação brasileiro-colombiana. Iniciativas como a da

Comissão de Vizinhança, que ora instalamos, contribuirão para estreitar ainda mais os tradicionais vínculos que nos unem, contornando as dificuldades presentes.

Senhor Presidente e estimado amigo,

Ao saudar em Vossa Excelência o esclarecido estadista da moderna Colômbia, permita-me expressar os sentimentos de confiança do povo brasileiro em um futuro auspicioso para a amizade e cooperação entre nossos dois países.

Muito obrigado. ■



Brasil e Catar intensificam relações comerciais

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da assinatura de Declaração Conjunta Brasil-Catar, em Brasília, em 1º de fevereiro de 1994

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar, Xequê Hamad Bin Jassim Bin Jabr Al-Thani,

Excelentíssimos Senhores Integrantes da Comitativa do Ministro Al-Thani,

Excelentíssimo Senhor Embaixador do Estado do Catar no Brasil, Doutor Hassan Ali Hussain Al-Ni'mah,

Senhoras e senhores,

Senhor Ministro,

A «Declaração Conjunta» que acabamos de assinar constitui um passo importante no processo de aproximação entre nossos dois países.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, vêm os dois Governos mantendo um diálogo fluido e

identificando oportunidades para o estreitamento da cooperação bilateral, em todas as áreas sugeridas pela complementaridade de nossas economias.

Durante a visita de Vossa Excelência, identificamos campos prioritários para a realização de projetos de interesse comum, coincidimos, ademais, em que, à luz da perspectiva de abertura de Embaixadas residentes em Brasília e em Doha, o intercâmbio de visitas de Delegações oficiais e de Missões integradas pelo setor privado contribuirá de forma expressiva para a intensificação dos vínculos bilaterais.

É, portanto, com grande satisfação, Senhor Ministro, que me congratulo com Vossa Excelência e com os membros de sua ilustre comitativa pelos resultados altamente positivos de sua visita oficial.

Muito obrigado.

***Discurso do Senhor Ministro de Estado, Embaixador Celso L. N. Amorim,
no almoço em homenagem ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado
de Catar, Xequê Hamad Bin Jassim Bin Jabr Al-Thani,
em Brasília, em 1º de fevereiro de 1994***

Excelentíssimo Senhor Ministro dos
Negócios Estrangeiros do Estado do Ca-
tar, Xequê Hamad Bin Jassim Bin Jabr
Al-Thani,

Senhores Embaixadores,

Senhores Ministros de Estado,

Excelentíssimos Senhores Integrantes
da Comitativa do Ministro Al-Thani,

Senhores,

Senhor Ministro,

É com a mais viva satisfação que lhe
dou as boas-vindas, e à comitativa que o
acompanha, esperando que a sua perma-
nência em meu país lhes proporcione mo-
mentos de satisfação e rica convivência
entre nós.

Ao ter a honra de receber Vossa Exce-
lência nesta Casa, na primeira visita de um
Chanceler catari ao Brasil, estou certo de
que estaremos lançando as bases de um
novo e mais elevado patamar para o diálo-
go e a cooperação bilaterais.

Não poderia ser mais auspicioso o mo-
mento para esse encontro. Ultrapassada a
longa fase do equilíbrio mundial lastreado
na bipolaridade e no temor ao holocausto
nuclear, a nova ordem internacional em
gestação, plena de surpreendentes e rápi-
das transformações oferece novos espaços
à cooperação.

Senhor Ministro,

O Brasil acompanha com vivo interes-
se os esforços para a construção da paz no
Oriente Médio. Recebemos com satisfa-
ção as históricas iniciativas da Conferên-
cia Regional de Paz, inaugurada em 30 de
outubro de 1991, e da assinatura, em 13 de
setembro de 1993, dos acordos entre a
OLP e Israel que estabelecem o «Auto-go-
verno Palestino Provisório» na Faixa de
Gaza e na Municipalidade de Jericó.

Tais iniciativas representam etapas
iniciais de uma jornada rumo à reabertu-
ra do diálogo, ao restabelecimento da
confiança mútua e ao aprendizado da
convivência pacífica entre todos os po-
vos do Oriente Médio.

Esses desdobramentos têm especial
relevância para o Brasil, onde uma vasta
comunidade de ascendência árabe, pela
sua inteligência, facilidade de integra-
ção e capacidade de trabalho, tem pres-
tado significativa contribuição ao pro-
gresso do país e conquistado merecido
espaço de relevo em todos os segmentos
da sociedade brasileira.

Sensível a esses vínculos com o Orien-
te Médio, o Governo brasileiro acaba de
autorizar o funcionamento, em Brasília, de
uma Delegação Especial Palestina, com
status diplomático.

Senhor Ministro,

Brasil e Catar se identificam por seus
laços de amizade e pelos legítimos anseios

de desenvolvimento sócio-econômico de seus povos.

Identificam-se, também, por seu irris-
trito apoio à construção de uma paz justa,
abrangente e duradoura no Oriente Médio,
em sintonia com as resoluções pertinentes
das Nações Unidas, e ao direito inalienável
de todos os Estados da região de viverem
em paz, dentro de fronteiras internacional-
mente reconhecidas.

Brasília e Doha aproximam-se, ainda,
pela experiência de participação em meca-
nismos regionais de concertação política e
integração econômica, instrumentalizada
através do Grupo do Rio e do Mercado
Comum do Sul (Mercosul), de um lado, e
do Conselho de Cooperação do Golfo
(CCG), do outro.

Essas afinidades só fizeram crescer nas
últimas duas décadas, desde o estabeleci-
mento, em 1974, de relações diplomáticas.
A perspectiva de abertura, em futuro pró-
ximo, de Embaixadas residentes em Doha
e Brasília, reafirma a vontade política de

nossos Governos no sentido de conferir
alento renovado ao processo de crescente
aproximação entre o Brasil e o Catar.

Durante o transcurso de nossas conver-
sações, pudemos identificar nos setores
agrícola, comercial, industrial, turístico,
de cooperação científica, técnica e tecno-
lógica, de transporte, da construção civil e
financeiro, campos prioritários para dina-
mizar a cooperação brasileiro-catari. De-
cidimos, igualmente, com vistas a expan-
dir em bases mais equilibradas o intercâm-
bio bilateral, examinar mecanismos de
cooperação entre nossos países no campo
energético.

Ao expressar minha confiança numa
aproximação crescente entre o Brasil e o
Catar, ergo minha taça num brinde à saúde
de sua Alteza o Emir do Estado de Catar,
Xeque Khalifa Bin Hamad Al-Thani, à
felicidade pessoal de Vossa Excelência,
Senhor Ministro, e aos altos destinos do
Catar e de seu povo.

Muito obrigado. ■



I Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião do jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek aos Chanceleres dos países de Língua Portuguesa, no Memorial JK, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994

Excelentíssimos Ministros de Relações Exteriores que nos visitam,

Senhor Embaixador José Aparecido de Oliveira,

Senhora Sarah Kubitschek,

Senhora Vice-Governadora,

Senhores Ministros de Estado,

Senhoras e Senhores,

Nesta noite, e neste cenário, começo por homenagear a memória de um homem que, como poucos, soube compreender, amar e respeitar esta nação.

Houve – e foi o nosso concidadão em Minas Paulo Pinheiro Chagas – quem o dissesse contemporâneo do futuro. Mais do que contemporâneo do futuro, devo dizer, Juscelino foi um dos construtores de futuro. Ele tinha, nas mãos, confundidas com as suas, as linhas do destino nacional. Foram por essas linhas que se desenharam o nosso segundo nascimento, o nascimento econômico. Juscelino Kubitschek conquistou a legenda «cinquenta anos em cinco». Ele soube prosseguir, com a ousadia

dos garimpeiros, o projeto industrial de Vargas, e deu a cada brasileiro seu salvo-conduto de orgulho.

Foi assim que, com ele à frente, edificamos Brasília, ocupamos o Oeste, riscamos de caminhos a grande floresta, represamos os rios e nos assenhoreamos de sua energia, e atiramos a nossa âncora no próximo século.

Este momento nos faz recordar a proposta inovadora que fez ao continente, de uma Operação Pan-Americana, em busca da prosperidade comum sobre os fundamentos da justiça. Tantos decênios depois, reunimo-nos em Brasília e nos encontramos entre essas paredes que o lembram, para tratar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Quis o destino que eu me ocupasse desta iniciativa atual, que se enquadra nos marcos da diplomacia brasileira.

Neste momento em que nos visitam irmãos tão próximos no sangue e no espírito, quero render também o meu preito de afeto a Dona Sarah Kubitschek. A dignidade de sua vida, que resume as virtudes

das mãos, faz de Dona Sarah a permanente primeira-dama do Brasil. Ela, mais do que esposa de um Presidente da República, foi a companheira do grande estadista, e deu-lhe, com honra e com a inteligência, o ânimo de fazer e de resistir.

Agradeço-lhe, Dona Sarah, o belo pergaminho e a abertura deste espaço sagrado da memória afetiva nacional a este encontro com os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhores Chanceleres,

Embaixador José Aparecido de Oliveira,

Este novo encontro de Brasília é novo e decisivo passo para a consolidação da Comunidade. Os entendimentos diplomáticos conduziram ao Comunicado Conjunto de Brasília, que afiança o nosso propósito e garante o nosso pacto histórico. Trouxe-me alegria particular a menção aos esforços que o Governo realiza por meio do Conselho de Segurança Alimentar, dirigido por Dom Mauro Morelli, e da Campanha pela Cidadania, conduzida pelo sociólogo Herbert de Souza. Agradeço a referência à candidatura de Betinho ao Prêmio Nobel da Paz.

Associo-me também à iniciativa da criação, no âmbito de nossa Comunidade, de passaporte contra o racismo. Não é preciso reafirmar o nosso repúdio a essa manifestação de primitivismo.

Temos os nossos olhos voltados para a tragédia do bravo povo africano de An-

gola, sobretudo depois da memorável mesa-redonda de Luanda. E esperamos a consolidação da paz em Moçambique. Seu sofrimento é nosso sofrimento e a sua paz será a nossa paz. Faremos tudo o que pudermos fazer para que cessem as hostilidades e as mãos que hoje empunham as armas se juntem para a construção do bem-comum.

Senhores Ministros,

Não pôde o Chanceler Celso Amorim estar presente a este encontro, em razão de viagem já decidida antes a Montevideu, a fim de participar de reunião de interesse do continente. Representa-o, e representa a Chancelaria, o Embaixador José Aparecido de Oliveira. Ele, como meu emissário especial, visitou os países de expressão portuguesa e completa agora a missão em Maputo e ultima, do lado brasileiro, os preparativos do encontro, em Lisboa, dos Chefes de Estado dos países de língua portuguesa, quando esperamos concluir esta fase de entendimentos para a institucionalização de nossa Comunidade, depois dos exaustivos esforços que temos desenvolvido.

Em seguida, Ministro Durão Barroso, terei o prazer de rever o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Cavaco e Silva que, com Vossa Excelência, vêm dando o estímulo de seu saber e de seu prestígio internacional a essa iniciativa do Governo brasileiro, quando nos encontraremos na próxima Reunião Cimeira Luso-Brasileira.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no almoço em homenagem aos chanceleres da comunidade dos países de Língua Portuguesa, no Memorial JK, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994

Excelentíssimos Senhores,

É grande a satisfação de poder reunir, nesta Casa, representantes tão ilustres dos seis países que compartilham, com o Brasil, uma comunidade natural irmanada na língua e na cultura. Agradeço a Vossas Excelências a aceitação do convite que lhes dirigi, para que pudéssemos, uma vez mais, refletir sobre nossos laços históricos, nossos valores comuns, nossas heranças culturais compartilhadas, nossa identidade lingüística, e, sobretudo, o que podemos fazer juntos no futuro.

Espero sempre poder renovar o prazer deste momento, para que aprofundemos o debate em torno da necessidade de enriquecer esse patrimônio de fraternidade, acrescentando-lhe o testemunho de uma solidariedade mútua que se concretizará mediante o aproveitamento máximo de nossas possibilidades de cooperação e de concertação política.

É para nós um dever histórico assumir a responsabilidade deste processo que culminará, estou certo, com a plena institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Nunca é demais recordar que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já é, sob certos aspectos, algo inerente ao nosso destino histórico. A presente iniciativa incorpora, a essa realidade pré-existente, um arcabouço político e institucional que nos permitirá tirar o máximo pro-

veito da importância internacional adquirida pelo conjunto de nossos países.

Sempre houve, entre nós, uma atração mútua e natural, forjada na espontaneidade de nossa gente. Mas agora estamos diante de um fato novo, que compromete nossos Governos a empreenderem ações concretas com vistas à expansão de novos horizontes de cooperação e de concertação política.

Pronunciando-se sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, disse o ilustre escritor brasileiro Ledo Ivo: «Nossa língua é o nosso estar no mundo». Caberá, pois, aos dirigentes governamentais de nossos países a grata tarefa de interpretar os anseios de uma imensa porção da população global, que almeja servir-se da língua portuguesa para situar-se afirmativamente no mundo.

O êxito da Comunidade depende exclusivamente do nível e da intensidade de nosso diálogo. Estou seguro de que, na cadência da língua portuguesa, lograremos a desenvoltura necessária para nossos entendimentos.

A partir de hoje, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa estará destinada a servir como um instrumento a mais, talvez o mais poderoso, de afirmação do nosso idioma perante a comunidade internacional.

Este é, pois, um projeto inadiável, que se prende aos vigorosos laços que nos unem e aos imperativos da conjuntura in-

ternacional. Quanto a esse segundo aspecto, permito-me reiterar uma percepção generalizada entre os atores da política internacional, segundo a qual vivemos num mundo que favorece a prática crescente de associações entre países unidos por afinidades históricas, geográficas ou culturais. Com o fim da Guerra Fria, a distribuição do poder mundial não é mais tributária da divisão ideológica, mas sim da formação de agrupamentos entre países, com vistas à produção de riquezas e de conhecimento. E a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no claro entendimento do Governo brasileiro, inscreve-se, prioritária e oportunamente, no quadro das alianças que precisamos estabelecer, para que possamos ampliar o alcance de nossa inserção no mundo global.

Senhoras e Senhores,

Zelando pelas relações entre as nações de língua portuguesa, o Presidente Itamar Franco propôs a criação de um «foro privilegiado para o estabelecimento de agenda de amizade e cooperação». Para dar seqüência ao projeto, Sua Excelência escolheu como arauto de sua iniciativa um homem que une, à sua total devoção ao nosso idioma comum e à nossa cultura, uma notória índole democrática.

A vida do Embaixador José Aparecido de Oliveira é a melhor ilustração do firme propósito igualitário que preside a causa da Comunidade. Sua indicação para essa missão reflete a inspiração profundamente democrática do projeto do Presidente da República. Sua imensa dedicação a esse tema simboliza, por outro lado, um sentimento coletivo do povo brasileiro, que tem

na África e em Portugal as mais caras fontes de sua identidade cultural.

Os resultados da missão do Embaixador José Aparecido não poderiam ser mais auspiciosos. Suas gestões tiveram início em março de 1993. No pouco tempo transcorrido, as propostas evoluíram a tal ponto que hoje vislumbramos a realização de uma reunião em Lisboa entre Chefes de Estado e de Governo, a criação de um Conselho Permanente de Ministros de Estado das Relações Exteriores, a instituição de um Parlamento dos Países de Língua Portuguesa, o estabelecimento de uma Universidade dos Sete e a ativação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, cujo ato constitutivo, assinado em fevereiro de 1989, em São Luís do Maranhão, pode ser considerado como o embrião deste mais amplo empreendimento.

Todos esses marcos institucionais, devidamente assinalados no Comunicado Conjunto que acabamos de firmar, serão acrescidos de projetos e mecanismos de natureza vária, os quais, temos certeza, assegurarão um grande futuro ao grupo que se encontra em gestação.

Nesta fase anterior à sua institucionalização, a Comunidade já tem merecido grande atenção de intelectuais e dos meios de comunicação, que vêm participando de debates sempre valiosos e construtivos, seja nas Mesas Redondas Afro-Luso-Brasileiras realizadas no Rio de Janeiro, Lisboa e Luanda, seja em seminários patrocinados por prestigiosos órgãos de imprensa.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A idéia da Comunidade não é nova, mas os impulsos oficiais e não-oficiais do projeto não prosperaram, por lhes faltarem dois elementos essenciais: a igualdade soberana de todos os integrantes e a total liberdade de opções, anteriormente inibida pela divisão maniqueísta da velha ordem internacional. A partir da independência dos países africanos de expressão portuguesa, desvencilhamo-nos do primeiro óbice, mas foi necessário algum tempo para que a idéia amadurecesse, em face das divergências ideológicas do passado recente. Hoje, o solo é fértil para que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se desenvolva, predicada sobre princípios de soberania, liberdade e democracia.

Verifico, portanto, com muita satisfação – e creio oportuno assinalar este fato –, que a maneira como vem sendo concebida a nossa Comunidade corresponde, em sua integridade, aos princípios básicos da política externa brasileira, quais sejam a defesa da soberania e da não-ingrerência e a cooperação desinteressada no esforço pela superação do subdesenvolvimento econômico e social.

Tem sido este, aliás, o sentido claro da política brasileira em relação à África. Jamais nos afastamos dos objetivos que temos procurado atingir naquele continente ribeirinho: adensamento dos vínculos econômico-comerciais, cooperação técnica, apoio aos movimentos de libertação e oposição intransigente à discriminação racial. Orgulhamo-nos de manter, na área, uma presença sempre construtiva, inspirada

pela fraternidade natural que une nossos povos.

Senhoras e Senhores,

Tenho em mente dentre tantos outros depoimentos a respeito de nossa Comunidade, as palavras do poeta moçambicano José Craveirinha:

«... deste lugarejo austral de África, humildemente saúdo a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e todos aqueles – vós senhores idealistas – que ainda são capazes de situar acima das fissuras mentalmente alienatórias a superioridade do Espírito a partir do franco diálogo e consensual entendimento, numa guerra aberta à erosão do humanismo do mundo».

Esta é uma das mais altas missões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: mostrar ao mundo que sete países, pertencentes a três continentes diferentes, nenhum dos quais com veleidades de grande potência, estão dispostos a ajudar uns aos outros, sem sentimentos hegemônicos.

Para utilizar as palavras do Dr. Duílio Barroso, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, presente entre nós, trata-se de «uma realidade política nova e exemplar». Também o próprio Presidente Mário Soares se referiu publicamente a «essa tão importante comunidade de afeto e de língua, afirmada na igualdade e no respeito pelas nossas respectivas culturas».

Minhas Senhoras e meus Senhores,

São muitos os exemplos de solidariedade que, ao longo das últimas décadas, temos estendido aos países africanos de

língua portuguesa. Apesar das dificuldades inerentes a sua própria condição de país em desenvolvimento, o Brasil não tem regateado seu apoio concreto, revestido na forma da cooperação técnica e educacional e na busca de soluções políticas para os graves problemas que têm afligido essas bravas nações africanas.

Nos foros multilaterais de que o Brasil participa, não poupamos esforços com vistas a sensibilizar a comunidade internacional para os problemas que tão duramente afligem nossos irmãos africanos.

Desejo registrar a expectativa do Governo brasileiro quanto ao papel que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá desempenhar, através de seus mecanismos de concertação política, para pôr fim à guerra fratricida de Angola e para impulsionar o processo de paz ora em curso em Moçambique.

A guerra angolana é um escândalo do nosso tempo. Estaremos sempre atentos a esta que, segundo o Doutor João Felizardo, Presidente do Tribunal Supremo de Angola, é «a tragédia de mais longa duração deste século, que tem patéticas lideranças com o maior número de mutilados em nosso tempo e de crianças mortas por minuto». Por isso, uma das tarefas primordiais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa será a de ajudar o Governo e o povo de Angola, na pacificação e reconstrução do país irmão.

Esperemos, igualmente, que o processo de pacificação e democratização em curso em Moçambique cumpra com êxito as etapas previstas, de tal modo que o seu povo possa, muito em breve, usufruir de um progresso pacífico e duradouro.

Semelhantes anseios nutrimos em relação a Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, países com os quais esperamos intensificar consideravelmente o imenso potencial de cooperação existente. Também para esse fim, temos a certeza de poder contar com a imensa experiência acumulada por Portugal em ações de cooperação no continente africano.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não é necessário mais uma vez ressaltar a importância do Comunicado conjunto que acabamos de firmar, que dá plena forma e inusitado conteúdo a estas palavras do Padre Antônio Vieira:

«Todas as penas nasceram em carne e sangue, e todos na tinta de escrever misturaram as cores de seu afeto».

Congratulo-me com Vossas Excelências pela oportunidade histórica que nos tocou esta manhã, ao darmos o primeiro e decisivo impulso à institucionalização de nosso projeto comunitário. Convido-os a se unirem ao meu júbilo pessoal, num brinde que selará um grande futuro à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Muito obrigado.

Intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura dos trabalhos do I Encontro dos Chanceleres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, em 10 de fevereiro de 1994

Excelentíssimos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Irmãos de Língua Portuguesa.

Tenho o grande prazer de transmitir-lhes as boas-vindas do Governo brasileiro a este encontro dedicado a um projeto de extrema importância para o futuro de nossas relações.

Sempre soubemos, nesta Casa, interpretar os sentimentos da sociedade brasileira em todos os assuntos que dizem respeito à nossa herança africana e portuguesa. Muito nos honra, portanto, a presença de Vossas Excelências, dignos representantes de nações cujas culturas convergiram generosamente para o Brasil.

Senhores Ministros,

Três elementos distinguem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa perante o cenário internacional. O primeiro é o idioma comum. Os sete países de expressão portuguesa abrigam uma população superior a 200 milhões de pessoas, espalhadas em três continentes. O português é o sétimo idioma mais falado do mundo e o terceiro mais falado do Ocidente. Essa expressividade numérica – aliada ao ilustre acervo cultural reunido pela literatura de língua portuguesa – seria suficiente para estimarmos o grau de importância de nossa Comunidade.

O segundo traço distinto advém de nossa grande identidade étnica e histórica. Com base em tais afinidades, a conformação cultural de nossos povos apresenta um

dinamismo peculiar, próprio de sociedades abertas à livre absorção de valores e costumes. A comunidade afro-luso-brasileira é dotada de uma força cultural invulgar, da qual resulta o vigoroso espírito de entendimento mútuo que prevalece entre nós.

O terceiro elemento que nos distingue é a ausência, nesta Comunidade, de sentimentos hegemônicos de qualquer ordem. Em contraste com outros agrupamentos de países em estágio desigual de desenvolvimento, aqui não haverá paternalismo nem disputa de espaços. Os mecanismos multilaterais de nossa Comunidade nunca deixarão de ser acionados sem a transparente concertação dos Sete.

Essas três características já se integraram à fisionomia da Comunidade, antes mesmo de sua gestação. Não seríamos capazes de subvertê-las, uma vez que para tanto teríamos que renunciar aos nossos próprios valores culturais e morais, que são imutáveis.

Nossos países têm, portanto, na Comunidade, um vigoroso instrumento de afirmação de sua personalidade, mediante o qual lograremos uma nova dimensão política no mundo atual.

O idioma comum, volto a dizer, é o elo primaz de nossa Comunidade. Com vistas a tirar o máximo proveito possível dessa identidade tão simples quanto poderosa, seria de grande conveniência que contemplássemos, como matéria prioritária do nosso grupo, o

estabelecimento efetivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Como sabemos, trata-se de instituição criada em 1989, em evento que reuniu os Chefes de Estado dos Sete na cidade de São Luís do Maranhão. Tendo como objetivo defender, enriquecer e difundir a língua portuguesa, o Instituto deverá também promover as relações culturais entre nossos países, encorajando a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio nos campos lingüístico e cultural, tratando também de preservar e difundir o Acordo Ortográfico a ser ratificado por todos.

Faço, portanto, um apelo no sentido de que superemos as dificuldades que nos impedem momentaneamente de utilizar esse valioso instrumento de consolidação de nossa língua e nossa cultura.

A preocupação com a cooperação educacional e cultural é compartilhada por todos aqueles que reclamam ações imediatas no que tange aos baixos índices de alfabetização e à debilidade de nossos sistemas de ensino. Com vistas a combater, com maior eficácia, esses fatores de estagnação socioeconômica que afetam grandes contingentes populacionais dos países de língua portuguesa, incluídos, entre as propostas da Comunidade, a criação de uma Fundação Cultural Comunitária, cujo funcionamento poderia inspirar-se na Fundação Calouste Gulbenkian, em Portugal. Daremos prioridade, com esse projeto, ao financiamento de bolsas de estudo e projetos culturais, com recursos provenientes de um esquema a ser criado por acordo entre os Sete, que estimularia o mecenato através de mecanismos legais.

A determinação de superar o atraso nos campos educacional, tecnológico e cultural inspira a proposta de criação de uma Universidade dos Sete, com vistas à formação de quadros indispensáveis ao desenvolvimento dos países que integram nossa Comunidade.

Igual importância deve ser atribuída à área desportiva, na qual são crescentes as possibilidades de cooperação.

Senhores Ministros,

A cooperação científica, técnica e tecnológica é uma das mais relevantes vertentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É imenso o potencial de programas nos campos da pesquisa e desenvolvimento agrícolas, exploração de recursos minerais, pesquisa, produção e controle de qualidade industrial, construção de infra-estrutura, geração e distribuição de energia, telecomunicações e telefonia, realização e monitoramento de eleições, organização e administração postal, formação e treinamento de pessoal e outras áreas.

A Comunidade poderá funcionar como catalisadora para captações de recursos em esquemas trilaterais de cooperação que envolveriam os países doadores e recipiendários no seio comunitário. Deveremos, para tanto, empreender uma ação coordenada junto aos organismos internacionais de cooperação, visando à defesa de projetos comuns.

Ainda neste capítulo, o Brasil tem a satisfação de oferecer, aos países africanos de língua portuguesa o uso dos dados coletados pelo satélite brasileiro de sensoria-

mento remoto SCD-1, com vistas a contribuir para o melhor conhecimento da hidrologia e das condições climáticas nos territórios das nações irmãs.

Por outro lado, o Governo brasileiro declara seu apoio à iniciativa da Africa-Net, moderna rede de dados que interligará todos os países de expressão portuguesa, a partir do desenvolvimento de um projeto conjunto das empresas Marconi, de Portugal, e Embratel, do Brasil.

Na área econômico-comercial, temos em nossa Comunidade um campo fértil de ações conjuntas. Estamos abertos à criação de mecanismos destinados ao desenvolvimento do comércio intercomunitário, sempre que possível com o apoio de organismos internacionais especializados.

A iniciativa privada deverá ter, nesse segmento de nossa cooperação, um destacado papel a desempenhar. Cumpre-nos, portanto, mobilizar o setor empresarial através de programas especiais de estímulo. Um primeiro passo será a realização de seminários com a participação de empresas, associações comerciais e industriais e órgãos governamentais. Procuraremos, desde já, instaurar com esses setores de nossas sociedades um diálogo franco que culminará com o estabelecimento de instrumentos concretos para facilitar a atração de capitais de risco, concessão de empréstimos para projetos de desenvolvimento, linhas de crédito comerciais e estímulos à participação de pequenas e médias empresas nos negócios intracomunitários. Acreditamos que a Comunidade poderá atuar como importante elo de ligação entre nossos países e as organizações financeiras internacio-

nais, notadamente o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial.

Senhores Ministros,

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa está vocacionada a exercer um papel de grande envergadura política. Para que todas as vertentes do diálogo diplomático possam ser plenamente exercidas, concebemos algumas instâncias de concertação em alto nível, como a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo, o Parlamento dos Países de Língua Portuguesa, a ser oportunamente criado por iniciativa dos respectivos Poderes Legislativos, e o Conselho Permanente de Ministros de Estado das Relações Exteriores.

No âmbito da concertação política, a mais nobre e premente missão que temos a desempenhar será sensibilizar o mundo a respeito da crise de Angola, país irmão, que por longos anos vem sendo sacrificado por uma guerra civil que já se inscreve tristemente como a mais cruenta deste século.

Se as instâncias bilaterais e multilaterais da comunidade internacional prestam, à lancinante realidade angolana, apenas uma atenção periférica, cabe a nós, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dedicar a essa tragédia toda a nossa solidariedade, mediante ações humanitárias e políticas de largo alcance. E nossa primeira tarefa será a reconstrução de Angola, mediante a utilização de todos os instrumentos conjuntos de cooperação de que possamos lançar mão.

Semelhante preocupação nos une em relação a Moçambique, igualmente de-

vastado por uma longa guerra fratricida. Se somos capazes, hoje, de confiar no entendimento entre as partes em conflito, devemos congregiar nossos esforços para que não haja retraimento no processo de paz ora em curso naquele país. Moçambique também receberá o apoio de seus irmãos de língua portuguesa, na reconstrução de sua economia e de sua capacidade de gestão.

Desejo registrar, por outro lado, a preocupação do Governo brasileiro em relação ao problema do Timor Leste, cuja solução deverá sempre ser encaminhada pela via do entendimento e dentro do respeito às normas e aos princípios do Direito Internacional.

Senhores Ministros,

Uma Comunidade de países irmãos distribuídos na África, na Europa e na América não poderia deixar de trazer, em respeito à inspiração igualitária de que está imbuída, uma mensagem de repúdio ao racismo. Cabe sempre invocar, a propósito, a coerência da política externa brasileira no combate intransigente às inclinações racistas que deploravelmente persistem em diversas sociedades, de forma espontânea ou ostensivamente oficial. Dentro desse espírito, o Governo brasileiro preconiza o imediato lançamento, no seio comunitário, de uma campanha contra a discriminação racial, semelhante ao «Passaporte Europeu contra o Racismo», adaptado naturalmente às nossas circunstâncias.

O Brasil, como país afetado por diversas formas de injustiça social, encontra-se profundamente empenhado no combate à

pobreza e à miséria, em seu próprio território. Atentos à mobilização de alguns setores internacionais com vistas à erradicação desses males no Terceiro Mundo, não poderíamos deixar de registrar com satisfação o surgimento, em Portugal, de iniciativas como a «Africamiga», meritória campanha para angariar fundos humanitários destinados a populações carentes em Angola e Moçambique.

A dramaticidade das questões sociais que afligem o Brasil tem dado ensejo a uma frutífera aliança entre o Governo do Presidente Itamar Franco e diversos setores da sociedade civil. Dentre as iniciativas que consagram esse espírito de união, avulta a «Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida», cuja liderança é exercida pelo sociólogo Herbert de Souza, o nosso Betinho. Trata-se de um brasileiro de reconhecida expressão internacional que alcançou o respeito de todos por sua corajosa resistência à ditadura, pela defesa das liberdades políticas e individuais, pela intransigente pregação a favor da cidadania, pela luta contra a corrupção e a impunidade e pelo combate a todas as obscuras formas de desigualdade social e de exploração do homem pelo homem.

Ao finalizar este pronunciamento, que consagra o compromisso pacífico e democrático do Governo brasileiro, tenho a honra de passar a palavra a Sua Excelência o Senhor Manuel Casimiro de Jesus Chantre, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.

Muito obrigado. ■

Visita do Chanceler alemão ao Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante almoço oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Klaus Kinkel, em Brasília, em 24 de fevereiro de 1994

Senhoras e Senhores,

Em outubro do ano passado, tive a satisfação de saudar Vossa Excelência, Senhor Ministro Klaus Kinkel, quando de sua permanência em Brasília. Hoje, é para mim motivo de grande honra poder retribuir aquela visita, com o objetivo de estreitar ainda mais as frutíferas relações de amizade e de cooperação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Os vínculos teuto-brasileiros constituem, de fato, um paradigma nas relações internacionais e, por sua riqueza, densidade e abrangência, um modelo de relacionamento proveitoso entre um país em desenvolvimento e um país altamente industrializado.

Por tal motivo, regozijo-me ao constatar que nosso programa de intercâmbio bilateral vem apresentando um apreciável nível de expansão e de crescente dinamismo. Em outubro último, realizaram-se aqui na Alemanha duas importantes reuniões de cooperação nos campos econômico e científico e tecnológico. Em abril próximo, terá lugar uma nova rodada de negociações tendentes à celebração de um Acordo para a Promoção e a Proteção

Recíproca de Investimentos. No segundo semestre, em Florianópolis (Santa Catarina, Estado brasileiro em que se encontra expressiva comunidade de origem alemã), iremos reunir nossa Comissão Mista de Cooperação Econômica, a qual contará, novamente, em seu vigésimo primeiro ano de produtivo funcionamento, com a intensa participação de empresários dos dois países.

No âmbito científico e tecnológico, estamos convictos de que a ratificação do Acordo Quadripartite, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, abrirá perspectivas ainda mais amplas para a cooperação entre nossos dois países. Desejamos aprofundar os laços e explorar todas as possibilidades de expansão nesse campo.

Senhor Ministro,

Constatamos o papel construtivo que a Alemanha vem desempenhando na cena internacional. O Brasil vê como fator muito positivo o posicionamento da Alemanha nas relações internacionais de hoje, sobretudo como importante elemento para a manutenção da paz, do equilíbrio e da cooperação mundiais. Registramos, quan-

to à Rodada Uruguai do GATT, que a colaboração alemã foi essencial para uma conclusão satisfatória dos trabalhos. Creio, também, não exagerar ao afirmar que o Brasil exerceu, no contexto que lhe é próprio, papel de ativa liderança neste esforço, do qual participei pessoalmente. Tenho a certeza de que, mesmo com resultados mais modestos do que esperávamos em áreas importantes para os países em desenvolvimento, como a agricultura, o reforço do sistema multilateral contribuirá para dar impulso e estabilidade ao comércio internacional, colocando-o ao abrigo de ações arbitrárias e de pressões injustificadas.

Por outro lado, no plano político, reconhecendo o significado da postura externa da Alemanha, o Governo brasileiro manifestou prontamente seu apoio à candidatura alemã ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Tudo isso me leva a crer que os laços de amizade e entendimento entre o Brasil e a Alemanha tendem a se fortalecer, podendo ainda ensinar novas formas de composição de interesses e de aspirações de nossos dois Governos. Esteja certo, Ministro Kinkel, que o Brasil deseja cultivar seus vínculos com a Alemanha, país que sempre confiou no destino brasileiro, e que sempre esteve ao nosso lado, estimulando nossos grandes programas de diversificação e de crescimento.

Senhor Ministro,

No presente momento internacional, em que novas regras de equilíbrio encontram-se em fase de definição e quando esquemas originais de composições geo-

políticas e geoeconômicas vão alterando o perfil global das relações entre os Estados, torna-se imprescindível que laços de amizade amadurecidos pelo tempo, como é o caso entre o Brasil e a Alemanha, venham a ser continuamente aperfeiçoados.

Estamos convencidos de que a contribuição do Brasil para a manutenção do equilíbrio no mundo novo que desponta neste final de século reside, principalmente, em nossa capacidade de ser um elo entre diversas categorias de nações. Os princípios democráticos e o pluralismo étnico-cultural que conformam nossa personalidade nacional têm permitido ao Brasil atuar nos mais diversos foros, do comércio ao Meio Ambiente, do desarmamento aos Direitos Humanos, de maneira sempre construtiva, aproximando posições em benefício da paz e do desenvolvimento.

Senhor Ministro,

Embora às voltas com sérias dificuldades, o Brasil empenha-se em manter um perfil destacado na comunidade internacional. Ocupamos o oitavo lugar entre as economias com maior produção industrial. Em termos de produto interno bruto, estamos na nona posição. Nossa indústria opera com avançados padrões de rendimento e de produtividade.

Para estar em sintonia com as exigências de nossa época, mormente no que tange a uma economia mundial globalizada, o Governo brasileiro está adotando um corajoso e ousado programa de reformas e de modernização estrutural. O Presidente Itamar Franco não tem esforços para dominar a inflação, que solapa a confiança

dos agentes econômicos, distorce os investimentos, e acentua as injustiças de distribuição de renda.

Mesmo levando em conta os consideráveis sacrifícios, temos presentemente motivo de satisfação: nosso comércio exterior já atinge o volume de US\$ 60 bilhões, com exportações em torno de US\$ 40 bilhões; nossas reservas cambiais montam a cerca de US\$ 30 bilhões; estamos implementando um rígido programa de disciplina nos gastos governamentais, e, igualmente, vem sendo estimulado processo de privatização.

E, por certo, é bem-vinda a colaboração, recebida do exterior, de parceiros, como no caso especial da Alemanha, que investindo no Brasil e assim manifestando sua confiança em nossa capacidade produtiva vêm conosco participar da grande e estimulante tarefa de transformação e expansão de nossa economia. A Alemanha representa o maior parceiro comercial do Brasil na Europa e posiciona-se como o segundo maior investidor estrangeiro em nossa economia.

Alguns resultados positivos da política de reajuste econômico adotada pelo Governo brasileiro já se fazem sentir. Os últimos dados oficiais, recentemente divulgados, mostram que a economia brasileira como um todo cresceu quase 5% em 1993 – um dos mais altos índices registrados em toda a América Latina – e, ainda, que a produção industrial do país aumentou, no mesmo ano, cerca de dez pontos percentuais. Há quase uma década, o produto interno bruto brasileiro não crescia tanto.

A transparência nas decisões e ações do Governo brasileiro nos campos da defesa dos Direitos Humanos e na busca de um desenvolvimento sustentável manifesta-se na abertura e na fluidez do diálogo que mantemos com outros governos e com organizações não-governamentais. Seguramente, as soluções para os problemas que o Brasil enfrenta nesses campos apontam para iniciativas de cooperação internacional, desde que estas se inspirem em motivações legítimas, e possam ser conduzidas por canais adequados.

O êxito no primeiro ano de funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade de Materiais Nucleares (ABACC), a ratificação do Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a AIEA, a assinatura da Declaração de Mendoza – juntamente com a Argentina e o Chile – e da Convenção de Paris para Proibição de Armas Químicas, bem como a atuação da diplomacia brasileira nas negociações de um Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares e a recente declaração do Governo brasileiro de aderir às diretrizes do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) traduzem, com nitidez o consistente empenho brasileiro na defesa do desarmamento e da não-proliferação. Esse conjunto de iniciativas que dão plenas garantias à comunidade internacional sobre os propósitos exclusivamente pacíficos de nossa política de desenvolvimento reforça a legítima expectativa do Brasil de uma cooperação fluida e dinâmica no campo das tecnologias avançadas. Nesse particular, sobressai o especial interesse do Brasil em

uma cooperação cada vez mais estreita com a Alemanha.

Senhor Ministro,

O Brasil considera essencial superar esquemas rígidos de poder político na ordem internacional. As antigas estruturas vigentes no mundo bipolar perderam sua eficácia e razão de ser devendo ser agora substituídas por composições mais abrangentes, que reflitam as realidades de nosso tempo.

Por isso, acreditamos que nos grandes foros decisórios mundiais deva haver uma representação condizente com as forças vivas que estão moldando o perfil internacional. Auguramos sejam adotados mecanismos em sintonia com o novo desenho político mundial, a fim de que a comunidade das nações venha a ter em seus principais colegiados uma representação que reflita com maior fidelidade e equidade a variedade de interesses e percepções que despontam no mundo de hoje. É fundamental nesse particular, que qualquer alteração no mecanismo decisório das Nações Unidas não venha a agravar os desequilíbrios existentes e trate de forma equânime as diferentes categorias de países.

Senhor Ministro,

No Brasil, estamos constatando que um dos atuais vetores de maior realce na política mundial refere-se à crescente tendência à integração regional. Assim, acompanhamos com atenção os esforços que estão sendo continuamente desenvolvidos pela Alemanha em prol da efetivação da União Européia. De nossa parte, estamos procurando fortalecer e estimular o processo in-

tegrado do Mercosul. Pensamos ainda em ampliar para toda a América do Sul um mecanismo de livre comércio, que permita uma interação efetiva das economias de todos os países da área.

A busca por novos horizontes de integração não exclui, de forma alguma, os vínculos tradicionais que nos unem a países que conosco cooperam ativamente. As novas formas de associação, que se constituem com base em economias de escala e na geografia, não podem ser excludentes de outros relacionamentos profícuos e tradicionais, como o do Brasil com a Alemanha.

Sentimos muito orgulho em ter em nossa terra um pouco do espírito germânico trazido por milhares de cidadãos originários deste país, que decidiram viver conosco a grande aventura de construir uma nação vigorosa e pujante, nossos laços culturais, históricos e de sincera amizade permanecem como testemunho do profundo afeto que sempre caracterizaram as relações entre nossos dois países. Lembro sempre que um dos maiores escritores alemães deste século, o grande Thomas Mann, era filho de uma brasileira de origem alemã. A mensagem de profundo humanismo que nos legou este gênio da literatura contemporânea não deixa de conter, apesar de seu caráter profundamente alemão, alguns dos valores que aprendemos a cultivar: a tolerância, a confiança na razão, e o sentimento profundo da igualdade entre os homens.

Muito obrigado. ■



Visita do Presidente Itamar Franco à Venezuela

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, na cidade de La Guaira, em 4 de março de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera,

Senhores Ministros das Relações Exteriores,

Senhores Ministros,

Senhores Embaixadores,

Senhores e Senhoras,

Senhor Presidente,

A oportunidade que me oferece Vossa Excelência, de ser o primeiro Chefe de Estado estrangeiro com quem se reúne após haver assumido a Presidência desta grande nação, é simbólica da estreita amizade que une o Brasil à Venezuela e do interesse recíproco em aprofundá-la.

Meu Governo acompanhou de perto os acontecimentos que culminaram com a sua expressiva vitória nas eleições de dezembro passado, e quer aproveitar o ensejo deste encontro de trabalho para estender ao Governo e povo venezuelanos a sua fraterna solidariedade, com os olhos voltados para a consolidação da democracia em nosso continente e o progresso econômico e social de nossa região.

A satisfação que me acompanha nesta viagem é reflexo, em primeiro lugar, da hospitalidade venezuelana e do apreço brasileiro pelo inestimável aporte da Venezuela ao patrimônio histórico do mundo Latino-Americano. Mas minha alegria em estar hoje em La Guaira se deve, sobretudo, a uma forte afinidade com o Governo de Vossa Excelência, que se enraíza na comunhão de valores democráticos, na compartilhada determinação de reduzir a corrupção e no compromisso unívoco com a ética na política.

As relações entre o Brasil e a Venezuela se beneficiam de uma conjuntura histórica favorável ao adensamento do diálogo e ao fortalecimento da cooperação. Minha visita traz essa mensagem: vamos transformar a separação da fronteira numa convergência para o desenvolvimento – o homem é mais importante que o marco divisório.

Vejo chegado o momento, Senhor Presidente, de emprendermos um ousado projeto comum de intercâmbio, diálogo e integração, capaz de vivificar e consubstanciar a cooperação bilateral em todas as suas vertentes. Para este fim, con-

taremos com a Comissão Binacional de Alto Nível – instrumento apurado que, por seu elevado nível e por sua abrangência constitui, para meu país, iniciativa singular e pioneira.

É, portanto, uma decisão histórica, que evidencia o altíssimo grau de prioridade que o Brasil empresta ao seu relacionamento com a Venezuela.

São inúmeras as áreas a serem exploradas e múltiplas as possibilidades de associação em benefício mútuo. O comércio, o setor energético, a cooperação fronteiriça, os transportes, a cultura, são alguns dos assuntos que já possuem sua complexa pauta própria, e que desejamos impulsionar.

No contexto proporcionado pela aceleração do processo integracionista em nossa arte do mundo, abrem-se, ademais, oportunidades de associação plurilateral que não podemos deixar de aproveitar, convictos como estamos de que os ideais do Libertador Simón Bolívar permanecem mais atuais do que nunca.

A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que apresentei pela primeira vez na VII Cúpula do Grupo do Rio, se inspira nesses ideais. Estou certo de que a convergência dos esforços sub-regionais de integração do Mercosul com a participação do Chile, traduzirá em crescente bem-estar e progresso nossa vocação regional

para o entendimento e a convivência em harmonia.

Em homenagem àquele que melhor encarna a vocação de nosso Hemisfério para a paz e a concórdia, o VI Batalhão de Engenharia sediado em Boa Vista, no Estado de Roraima, acaba de ser batizado com o nome de Simón Bolívar, por portaria de 21 de janeiro de 1994. Trata-se de um gesto que reflete o apreço de nossas Forças Armadas pelo grande herói de uma nação vizinha e amiga, à qual nos unem laços de respeito e afeto.

Tenho certeza, Senhor Presidente, que durante a gestão de Vossa Excelência estes laços hão de estreitar-se ainda mais, à medida em que intensificamos o nosso trabalho conjunto nas diversas frentes de ação. Tenho certeza também de que hão de frutificar os esforços da Venezuela e do Brasil, para que nossas sociedades sejam mais justas e o nosso desenvolvimento mais equitativo.

Ao prestar homenagem ao Presidente da Venezuela, presto um tributo ao latino-americanismo, que sempre encontrou em Vossa Excelência um genuíno porta-voz e um lúcido arquiteto. Nosso encontro se dá, assim, sob o signo desse espírito integracionista. Peço que me acompanhem neste brinde a um futuro de paz e prosperidade para a nação e o povo venezuelanos e à saúde e felicidade do Presidente Rafael Caldera.

Muito obrigado. ■



Vice-Presidente americano visita o Brasil

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a visita ao Brasil do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Albert Gore, no Palácio Itamaraty, em 21 de março de 1994

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente dos Estados Unidos da América e Senhora Albert Gore,

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados e Senhora Deputado Inocêncio Oliveira,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal e Senhora Senador Humberto Lucena,

Excelentíssimos membros da Comitativa do Senhor Vice-Presidente dos Estados Unidos da América,

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores e Senhora Embaixador Roberto Abdenur.

Excelentíssimos Senhores Subsecretários-Gerais das Relações Exteriores, Senhores Embaixadores e demais convidados presentes,

Senhoras e Senhores.

É com grande honra e alegria que recebemos hoje a visita do Vice-Presidente dos Estados Unidos da América e Senhora

Albert Gore. Agradecemos ao ilustre casal a honra que nos dão de participar deste jantar de conagração.

Senhor Vice-Presidente,

2. O ponto alto desta breve passagem por nossa capital deu-se há poucas horas no profícuo encontro que manteve com o Presidente Itamar Franco.

3. Quisemos que ao redor dessa mesa, Vossa Excelência e a Senhora Gore, com a distinta comitiva que os acompanha, e à qual estendemos nossas mais cálidas boas-vindas, encontrasse altas personalidades brasileiras para uma conversa entre amigos.

4. Há mais de 150 anos, o Brasil e os Estados Unidos da América têm vivido uma relação invariavelmente boa e intensa. Lutamos juntos pela liberdade, quando ela esteve ameaçada pelo fascismo. Participamos da construção de um sistema internacional que possa um dia nos livrar da guerra, da injustiça e da miséria.

5. Recentemente, cerramos fileiras pela liberalização do comércio, em nível mundial. Nas Américas, temos contribuído

com nossas idéias, nossos sonhos e nossa energia para tornar este continente um exemplo de convívio democrático. E graças à iniciativa do Presidente Clinton teremos em breve a oportunidade de avançar na colaboração entre os países deste Hemisfério em prol da democracia e do progresso.

6. Sempre admiramos o vigor com que a sociedade americana enfrentou esses problemas, ampliando a cada passo os horizontes da liberdade e da igualdade de oportunidades, tão bem sintetizadas na poesia de Walt Whitman. De todas as virtudes do seu país, talvez seja a abertura para a mudança, a coragem de olhar de frente para o novo, a que mais nos impressione.

7. O Brasil, também, tem dado provas da vitalidade e do dinamismo, que são as marcas do Novo Mundo. Construímos uma sociedade multirracial, que soube responder aos desafios do mundo moderno. Em poucas décadas, o Brasil transformouse de modesto exportador agrícola em uma complexa economia onde a indústria e os serviços competem internacionalmente. Nossa democracia se consolida e se aprofunda, não só no nível das instituições políticas, mas no próprio tecido social.

8. Cada um dos dois países sempre percebeu a importância do outro e isso tem-se demonstrado no entrelaçamento de interesses em inúmeras áreas. A partir dessa base fértil, devemos agora decididamente criar condições para diversificar e intensificar ainda mais as relações.

9. O mundo presente mostra-se mais seguro globalmente e, no entanto, parado-

xalmente, mais sujeito à multiplicação de conflitos. Não há país que sozinho possa atender a todas as eventualidades. Por isso, acreditamos no multilateralismo como forma de chegar-se a entendimentos e solucionar conflitos. Visualizamos um sistema multilateral complexo e eficaz, composto de atores individuais, diversificados.

10. Tal sistema ganhará eficácia a resistência na medida em que componentes mais influentes reforcem seus laços. A diversidade de percepções, decorrente das diferenças de nossas situações objetivas, não deve ser fator de separação, mas sim de uma compreensão mais completa da realidade e, nessa medida, de ações mais justas e eficazes.

11. Não temos dúvida do amplíssimo alcance da atuação dos Estados Unidos da América para viabilizar um mundo de paz e dignidade. Não escapará, porém, aos americanos o papel de um país como o Brasil – e não só por sua dimensão territorial, demográfica e econômica.

12. Vemos reaparecerem aqui e ali velhos ódios étnicos. Não os temos no Brasil. Reabrem-se, em vários quadrantes, ancestrais questões de domínio territorial. Entre o Brasil e seus dez vizinhos contíguos, só há amizade e cooperação.

13. Nosso comércio não depende de um só ou de alguns produtos, nem de apenas um país ou região. Pelo comércio de bens e serviços e por laços culturais e políticos estamos presentes em todos os continentes.

14. De todos esses elementos, deduzimos que a relação intensa e fluida entre o Brasil

e os Estados Unidos da América constitui valor não somente para os dois parceiros, mas também para a paz e a segurança internacionais.

15. Essas considerações seriam ociosas se não viesse, às vezes, à tona nos dois países uma sensação de que nossos entendimentos estão aquém do que deveriam ser. Há uma sensível sobrevalorização dos episódios de divergência, que são limitados e circunstanciais, e, de resto, naturais num relacionamento denso e complexo como o nosso.

16. Nesses casos específicos, temos negociado com seriedade e respeito mútuo e temos resolvido cada problema.

17. Não devemos descurar da imagem que cada um de nossos países projeta no outro. Não se trata, aqui, de mero problema técnico ligado ao uso dos meios de comunicação. Sem dúvida, tais veículos têm papel primordial nas sociedades livres e muito temos a fazer para proporcionar-lhes elementos de informações tão amplos quanto possível. Mas o contato pessoal, em nível elevado como o que a visita de Vossa Excelência está proporcionando, é de inestimável valor para uma adequada visão recíproca de nossas realidades.

18. Vossa Excelência teve a oportunidade de ouvir do mais autorizado dos interlocutores brasileiros a posição clara que temos em assuntos de interesse global, como os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a liberalização dos mercados, o desarmamento e a não-proliferação, o fortalecimento da democracia e exercício ético da função de governar. Terá certamente

percebido a afinidade de concepções entre nossos países sobre todos esses temas.

19. Da mesma forma, não lhe terá escapado a importância que atribuímos à questão do acesso a tecnologias necessárias à nossa integração dinâmica na economia internacional, condição para o progresso e bem-estar de nosso povo. Terá verificado, ainda, o empenho resolutivo do Governo brasileiro em vencer definitivamente este fenômeno, ao mesmo tempo vício e flagelo, que é a inflação. Estamos seguros de que o diálogo que manteve hoje com o Presidente Itamar Franco e de outros contatos que teve em sua breve estada em nosso país, levará do Brasil uma visão mais realista, que graças à sua liderança e à força inspiradora de (...) personalidade, não deixará de se refletir na percepção coletiva que a sociedade norte-americana tem do nosso país.

Senhor Vice-Presidente,

20. Temos acompanhado com admiração sua trajetória. Notamos preocupação real e objetiva com as complexas negociações que conduziram à Conferência do Rio. Sem fechar-se em preconceitos, Vossa Excelência esteve em todas as sessões negociadoras mais importantes, mantendo contato com variadas delegações. Pôde avaliar o imenso esforço coletivo, no qual o Brasil se engajou profundamente, em fazer da Conferência um extraordinário e amplíssimo consenso sobre uma nova idéia de desenvolvimento.

21. Temos observado a coragem com que Vossa Excelência tem defendido em seu país soluções que, mesmo contrariando

interesses de curto prazo, assegurarão o continuado desenvolvimento da economia norte-americana.

22. Por trás da visionária iniciativa «super-auto-estrada da informação», vislumbramos a profunda e moderna preocupação democrática em evitar que benefícios da eletrônica sejam seletivamente distribuídos e que a sociedade de amanhã se divida entre aqueles que dispõem e aqueles que não dispõem da informação.

23. Não nos escapam as enormes oportunidades que o programa abre à iniciativa privada e admiramos a clarividência e a coragem com que Vossa Excelência tem discernido a necessidade de uma ação de Governo para assegurar os benefícios democráticos que se abrirão para a população.

24. Esse é um bom exemplo da superação de uma falaciosa alternativa entre o Leviatã e a (...) ausência de Governo. Vossa Excelência já há alguns anos vem defen-

dendo a idéia de que não cabe destruir o Governo e sim reinventá-lo, o que quer dizer aliviá-lo do peso inútil para aumentar sua presença e eficiência, em benefício do povo. Tudo isso acrescenta ao apreço que temos por seu perfil de homem público moderno.

25. Quero também em meu nome, de minha mulher e de todos os presentes saudar a Senhora Gore. Sabemos todos que, ao lado de personalidade tão criativa e influente como a do Vice-Presidente dos Estados Unidos, há uma mulher sensível, de grande cultura e inteligência, cuja força vital tem sido um fator importante do seu êxito, que auguramos continuado e crescente.

26. Convido todos a levantarem suas taças para um brinde aos Estados Unidos da América, ao Presidente Bill Clinton e ao Senhor e Senhora Albert Gore.

Muito obrigado. ■



Visita ao Brasil do Secretário para Assuntos Externos e do Commonwealth do Reino Unido

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no jantar oferecido ao Secretário de Estado para Assuntos Externos e do Commonwealth do Reino Unido, Douglas Hurd, no Palácio Itamaraty, em 7 de abril de 1994

Senhor Secretário de Estado,

É para mim motivo de especial satisfação recepcioná-los hoje, no Palácio Itamaraty. É esta a sua primeira viagem ao Brasil e desejo firmemente que Vossa Excelência e a Senhora Hurd dela levem as melhores recordações.

Na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, alegra-me constatar que a viagem de Vossa Excelência é mais um importante passo na direção do estímulo ao diálogo político e da ampliação da cooperação bilateral. Culmina ela uma sequência de visitas de altas autoridades e personalidades britânicas, realizadas nos últimos meses e, por essa via, demonstra o crescente interesse que o Brasil vem assumindo junto aos meios políticos e econômicos do Reino Unido.

Senhor Secretário de Estado,

O Brasil sempre reconheceu em seu país um importante interlocutor na comunidade internacional. Nossas relações são antigas, datam dos primórdios da forma-

ção do Estado brasileiro, bem como dos nossos primeiros esforços em direção ao desenvolvimento econômico. Estão elas profundamente marcadas nas primeiras estradas de ferro do Brasil, nas nossas primeiras usinas elétricas e em inúmeros outros marcos do nosso desenvolvimento que representaram, também – e porque não dizê-lo – bons negócios para os investidores britânicos.

No curso dos contatos que vem mantendo no Brasil, Vossa Excelência está tendo a oportunidade de ver mais de perto as transformações que a sociedade brasileira está experimentando. Como eminente historiador e experiente político, sei que me dispensará de contar-lhe a respeito da nossa história, mesmo recente. Julgo, entretanto, conveniente assinalar os esforços que temos empreendido para liberalizar a nossa economia, para redefinir o papel do Estado e para buscar uma nova e mais moderna inserção do país na economia internacional.

Em particular, permito-me ressaltar o grande empenho do Governo Itamar Franco em encontrar soluções firmes e duradouras para a estabilização da economia nacional. O Plano que estamos implementando no momento foi concebido a partir de premissas realistas, com os ajustes prévios necessários e com os recursos efetivamente disponíveis. Nossa meta é criar condições estáveis para o desenvolvimento sustentável, socialmente justo, com amplo estímulo e garantia para o ingresso de investimentos na produção nacional. A confiança de nossos parceiros internacionais é vital para o sucesso do plano. Deles esperamos, também, como contrapartida, a abertura de seus mercados, o incentivo aos fluxos de investimento e, sobretudo, a criação das condições necessárias para o acesso à tecnologia de ponta. As iniciativas que temos tomado na área da não-proliferação vêm somar-se à nossa tradição pacifista e nos credenciam plenamente a uma parceria madura neste setor vital para o progresso e bem estar do nosso povo.

As reformas que estamos conduzindo no Brasil são um produto inerente ao Estado de Direito e à consolidação da nossa Democracia. Pautamo-nos pelo respeito à liberdade de expressão, pela observância aos direitos humanos e por padrões de ética e moral na política e na administração da coisa pública, cobrados pela sociedade e exigidos pelo Governo. Vivi em seu país e bem sei o valor que tais princípios representam para seu povo. Lá um saudável liberalismo convive harmoniosamente com o respeito aos direitos e deveres do cidadão. E é dessa feliz combinação que o

Reino Unido desenvolveu uma extraordinária capacidade de diálogo, com franqueza e sentido prático da realidade. O pragmatismo que hoje permeia a política externa de seu país, sem renúncia a princípios fundamentais, é por certo fruto da experiência, mas se projeta no futuro, revelando a enorme capacidade de adaptar-se a novas realidades. Sabemos que o Reino Unido tem sido um defensor do liberalismo – fiel aos ensinamentos de Adam Smith e David Ricardo. Não ignoramos o papel de seu país na formulação das posições da Comunidade, hoje União Européia, o que muito contribuiu para o êxito da Rodada Uruguai, cujo acordo será firmado em poucos dias em Marraquesh.

Senhor Secretário Douglas Hurd,

Amanhã teremos a oportunidade de conversar sobre extensa gama de assuntos do interesse bilateral e das nossas relações com outros países.

O Brasil, como sabe Vossa Excelência, tem sido um incansável defensor do diálogo em todos os níveis das relações internacionais. Valorizamos, por isso mesmo, a nossa participação nos organismos multilaterais, assim como a nossa inserção em todo movimento pela paz e pelo entendimento. Acabo de retornar de Nova Delhi, onde representei o Presidente Itamar Franco na Reunião de Cúpula do Grupo dos 15. Lá encontrei interlocutores profundamente preocupados com a miséria a que ainda estão submetidos centenas de milhões de seres humanos, mas esperançosos com a retomada do diálogo com os países desenvolvidos, sobretudo com o estabelecimen-

to, no quadro das Nações Unidas, de uma agenda para o desenvolvimento.

Nossos países têm interagido de forma positiva em vários foros, entre eles o Conselho de Segurança, onde o Reino Unido ocupa um assento permanente. Acreditamos que na necessária reestruturação do Conselho, devem ser encontradas fórmulas que atendam aos requisitos do realismo político e do justo equilíbrio entre diferentes categorias de países. O regionalismo é hoje um complemento necessário do multilateralismo. A União Européia e o Mercosul, em seus distintos níveis e graus de desenvolvimento, representam realidades que absorvem boa parte de nossos recursos diplomáticos.

As relações internacionais ou regionais do Brasil não substituem, entretanto, o diálogo bilateral. O Reino Unido, quinto maior investidor estrangeiro na economia brasileira e tradicional parceiro na cooperação em inúmeros campos da atividade humana, continua a merecer de nossa parte atenção especial. Faço votos de que a visita de Vossa Excelência ao Brasil encontre novos e mais profícuos caminhos para o aproveitamento do potencial ainda inexplorado nas nossas relações bilaterais. Por esse objetivo e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Hurd, convido os presentes a erguer nossas taças.

Muito obrigado. ■



Reunião Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião Ministerial do Comitê de Negociações Comerciais da Rodada Uruguai, em Marrakech, em 14 de abril de 1994

Quero, em primeiro lugar, expressar minha profunda gratidão ao povo e ao Governo do Marrocos pela perfeita organização dessa Conferência e pela calorosa hospitalidade nesta bela cidade de Marrakech. Gostaria também de homenagear, por intermédio de Vossa Excelência, Senhor Presidente, seu país, o Uruguai, nosso vizinho, amigo e parceiro, por seu dedicado e generoso compromisso com o êxito destas negociações.

Senhor Presidente,

2. Foi com um sentimento de júbilo e com um suspiro de alívio que a maior parte de nós recebeu, em dezembro último, a notícia de que a Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais havia sido finalmente concluída. Júbilo, porque um passo importante e decisivo foi dado no sentido da criação de uma instituição verdadeiramente multilateral para o comércio mundial. Alívio, porque tínhamos consciência de que a alternativa seria, na melhor das hipóteses, a fragmentação do

sistema de comércio, ou, na pior, a guerra comercial aberta.

3. Esta é, realmente, uma ocasião histórica. Esta semana, representantes de mais de 120 nações, responsáveis por 90 por cento do comércio mundial, estão reunidos para coroar as negociações lançadas sete anos atrás em Punta Del Este.

4. Meu país foi um dos signatários originais do GATT, em 1947, e tem participado ativamente de todas as negociações desde aquela época. Em consonância com nossa vocação natural para o comércio em âmbito mundial, desempenhamos nosso papel no esforço coletivo de construção de um sistema de comércio aberto, não-discriminatório e eqüitativo.

Senhor Presidente,

5. Apesar de sérias dificuldades, algumas das quais tiveram causas externas, o Governo brasileiro levou a cabo um programa de reforma abrangente de liberalização comercial, desregulamentação e privatização. Como resultado, virtualmente todas

as medidas não tarifárias foram eliminadas e a tarifa média foi reduzida de 52 por cento em 1988 para 14 por cento em 1993. Estamos particularmente orgulhosos de que a transição da substituição de importações para um modelo de crescimento novo e aberto ocorreu em um ambiente plenamente democrático. As novas orientações de política econômica não ocorreram por um ditame tecnocrático. Refletem um consenso crescente na sociedade brasileira. A conclusão exitosa da Rodada Uruguai foi – e é –, nesse contexto, um imperativo na estratégia global de promoção da integração competitiva do Brasil na economia mundial.

6. Com efeito, Senhor Presidente, os processos de integração regional em que estamos engajados na América Latina requerem um ambiente internacional aberto, baseado em regras estáveis e justas. Tanto o Mercosul, cuja consolidação continua sendo nossa mais alta prioridade, quanto a recente iniciativa de criação de uma Área de Livre Comércio na América do Sul, têm como principal objetivo a maior integração de nossas economias nos mercados internacionais. São, portanto, totalmente compatíveis com os princípios e propósitos da Organização Mundial de Comércio. Para o Brasil, o regionalismo aberto deve ser visto como um complemento, não uma alternativa, ao multilateralismo.

7. Estamos satisfeitos pelo fato de que alguns dos objetivos principais do Brasil na Rodada foram alcançados. Foram auspiciosos os acordos destinados a reintegrar ao GATT dois setores importantes e do

interesse dos países em desenvolvimento, notadamente têxteis e agricultura. A redução das barreiras de proteção dos países desenvolvidos terá com certeza impacto positivo sobre nosso comércio. No entanto, concessões mais significativas por parte de nossos parceiros comerciais ajudariam a consolidar nossas próprias políticas de liberalização e propiciariam maiores oportunidades para o crescimento econômico. Reduções tarifárias para uma variedade de produtos de peso considerável nas exportações dos países em desenvolvimento estão bem abaixo da média. Além disso, a escalada tarifária permanece sendo um óbice à plena utilização da competitividade.

8. As metas ambiciosas perseguidas por muitos países, inclusive os membros do Grupo de Cairns, tiveram de ser revistas no curso das negociações. Mas é nossa forte expectativa que, como consequência das novas disciplinas, restrições comerciais impostas sobre nossos produtos agrícolas serão revertidas e práticas comerciais desleais que prejudicam nossas exportações, assim como nossos produtores em nossos próprios mercados, serão progressivamente refreadas e finalmente abolidas.

9. O Governo brasileiro está firmemente engajado em obter de nosso Congresso a ratificação o mais cedo possível do Acordo da Rodada Uruguai. Nossa aceitação das obrigações derivadas da Rodada deve ser vista como mais uma contribuição de nossa parte ao sistema multilateral.

Senhor Presidente,

10. Acreditamos que as decisões tomadas nesta reunião ministerial permitirão uma transição suave do GATT para a Organização Mundial de Comércio. De especial relevância para esse processo é o compromisso coletivo, consagrado em nossa Declaração Ministerial, de não tomar medida comercial alguma que prejudique ou afete negativamente os resultados das negociações da Rodada Uruguai ou sua implementação. O Mecanismo de Solução de Controvérsias laboriosamente negociado, que é um dos principais pilares da Organização Mundial de Comércio, perderá sua credibilidade, se as nações comercialmente mais poderosas sucumbirem à tentação de recorrer à ação unilateral para resolver seus problemas com outros membros da Organização Mundial de Comércio. Inversamente, tentativas adicionais de sobrecarregar nossa agenda com questões que não foram objeto de consideração no curso das deliberações de 15 de dezembro são claramente impróprias. Ao invés de contribuir para a melhoria das condições sociais nos países em desenvolvimento, essas tentativas redundariam na exportação do desemprego dos ricos para os pobres, transferindo dos primeiros uma carga social que os últimos não podem suportar.



11. O Brasil apóia a Decisão sobre Comércio e Meio Ambiente. Desejamos participar ativamente do trabalho de definição da complexa relação entre comércio e meio ambiente, de acordo com os princípios da Conferência do Rio.

Senhor Presidente,

12. Esta Rodada será lembrada como a primeira em que os países em desenvolvimento tiveram uma participação ativa no curso de todo o processo negociador. Esses países irão certamente colher os frutos da liberalização dos mercados e de regras fortalecidas. Mas eles também assumiram obrigações cujos efeitos concretos para o bem-estar de seus povos ainda não estão claros. Nós, os países em desenvolvimento, apostamos na liberalização comercial e no sistema multilateral de comércio. É minha firme convicção que uma das mais importantes tarefas da organização que estamos criando é a de zelar para que essa aposta não seja frustrada por novas e insidiosas formas de protecionismo. Apesar de nossa organização não trazer a palavra «desenvolvimento» em seu nome, ela perderá muito de seu propósito se suas regras e disciplinas não contribuírem para livrar centenas de milhões de seres humanos da pobreza e da miséria. ■

Reunião dos Embaixadores do Grupo Africano em Brasília

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em almoço oferecido pelos Embaixadores do Grupo Africano em Brasília, em 19 de abril de 1994

Senhores Embaixadores,

Muito me honra e me alegra participar deste almoço do Grupo Africano em Brasília, presidido pelo caro Embaixador do Senegal, Hadji Diouf, e hoje sob a regência do estimado Embaixador do Egito, Mahmoud Abdel Mourtada. Para o Governo brasileiro e para mim em particular esta é mais uma boa ocasião para falarmos das nossas afinidades, dos nossos projetos e dos nossos pontos de vista sobre o panorama internacional. A África continua a figurar entre as mais altas prioridades de nossa política externa. Além das nossas raízes comuns e da nossa proximidade geográfica, dividimos com o continente africano problemas típicos do subdesenvolvimento econômico e, na condição de países jovens que somos, partilhamos dos anseios por um mundo com mais harmonia e justiça social.

2. Ao participar, em nome do Presidente Itamar Franco, da reunião de Cúpula do G-15, recentemente realizada em Nova Delhi, tive a grata satisfação de ver que prosseguem os esforços pela retomada do

diálogo com os países desenvolvidos visando ao debate em torno de uma agenda para o desenvolvimento. Estou convencido de que a globalização das relações internacionais, bem como a internacionalização das economias nacionais impõem a todos responsabilidades – direitos e deveres que devem ser exercidos com o sentido de preservação da paz e de promoção permanente do desenvolvimento econômico.

3. Ainda sobre minha passagem por Nova Delhi, gostaria de ressaltar a satisfação que tive de ser recebido pelo Presidente Abdou Diouf do Senegal, com quem tratei da próxima realização da V Reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal, bem como de encontrar-se com os Ministros do Exterior do Egito, Amr Moussa, e da Argélia, Mohamad Salah Dembri, com os quais conversei sobre várias questões bilaterais e internacionais, valendo-me da ocasião para convidá-los a visitar o Brasil ainda este ano. Com os países do Magrebe, o Brasil mantém tradicionais laços de amizade e cooperação e agora se empenha, através do Mercosul em ampliar o diálogo

e o intercâmbio com a União do Magrebe Árabe (UMA).

Senhores Embaixadores,

4. É auspicioso notar que este encontro se realiza quando testemunhamos importantes acontecimentos no continente africano. A recente reincorporação de Walvis Bay pela Namíbia, a pacificação de Moçambique e a realização próxima das primeiras eleições não-raciais na África do Sul são conquistas significativas de que, sem dúvida, nos devemos regozijar, embora reconheçamos que ainda há um longo caminho a percorrer, no sentido da consolidação da paz, do crescimento econômico e do bem-estar social para grande parte das nações africanas.

5. Da parte do Brasil, tenho especial satisfação de referir-me à iniciativa de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que deverá conferir dimensão inédita à nossa atuação diplomática na África. Como sabem, realizou-se, em fevereiro último, a primeira reunião dos Chanceleres dos países de Língua Portuguesa. Nela, delineamos os grandes traços do que deverá constituir a nova cooperação no âmbito dos 7. No momento, estamos preparando o encontro de Chefes de Estado e de Governo, do qual emanará o Ato Constitutivo da Comunidade.

6. Tenho consciência, entretanto, de que a CPLP não poderá desenvolver-se plenamente enquanto persistir a atual crise de Angola. O Governo brasileiro tem-se empenhado, desde a primeira hora, no sentido da pacificação daquele país irmão. É com pesar que assistimos ao sofrimento do

povo angolano, atormentado por uma guerra de mais de três décadas, cuja continuação não pode mais ser tolerada pela comunidade internacional. Renovamos por isso nosso apelo e nossa esperança para que as conversações de Lusaca, nas quais o Governo angolano tem dado provas sucessivas de flexibilidade e boa-fé, tenham um desfecho rápido e promissor.

7. Por outro lado, o processo de paz em Moçambique, enquanto nos renova as esperanças, também nos atenta para o cuidado na sua total implementação. De um lado, tanto o Governo moçambicano quanto a RENAMO têm demonstrado empenho no cumprimento do Acordo Geral de Paz assinado em 1992. De outro, vemos com apreensão a possibilidade de ser retirado de forma precipitada o contingente armado da ONUMOZ, situação que pode colocar em risco a segurança no país, quando ainda não se concluíram as etapas mais delicadas e decisivas daquele processo.

8. Não desejaria deixar passar esta oportunidade sem manifestar ao Grupo Africano a apreensão com que o Governo brasileiro tomou conhecimento dos enfrentamentos ocorridos recentemente entre dois países aqui representados, amigos do Brasil e membros da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul: Cameroun e Nigéria. Aproveito esta ocasião para exortar as duas partes à cooperação, e a que resolvam de forma pacífica a questão das fronteiras, criando condições para uma solução justa, abrangente e definitiva para o contencioso.

9. Ocasão festiva como esta não deveria ser propícia à abordagem de temas sombrios. Todavia nada justifica a omissão dos nossos problemas. Nesse sentido, gostaria de expressar a preocupação do Brasil com a terrível situação em Ruanda, fazendo aqui o mais fervoroso apelo para que se interrompa esse ciclo devastador e trágico que vem causando tantas e tão desnecessárias vítimas.

Senhores Embaixadores,

10. Quero também aproveitar esta oportunidade – e agora já em um registro muito positivo – para referir-me à próxima realização, em Brasília, em julho vindouro, da III Reunião de Estados membros da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, na qual pretendemos introduzir o debate sobre importantes questões do nosso espaço comum, tais como o projeto de Acordo na Área do Meio Ambiente Marinho, bem como um outro projeto, que o Governo brasileiro estará submetendo proxima-mente aos países membros, de Acordo de Desnuclearização do Atlântico Sul. A cooperação econômica também será um dos principais temas e, neste contexto, é nossa intenção submeter à consideração de nossos parceiros a realização de um seminário sobre comércio que englobe a hipótese da criação de mecanismos objetivos de alavancagem do intercâmbio e da cooperação econômica entre as duas margens contingenciais. Ressalto também a nossa disposição de dinamizar a vertente esportiva da cooperação entre os países da Zona de Paz.

11. Ainda no contexto das notas positivas, tenho a satisfação de informar que preten-

do realizar em agosto próximo, no Itamaraty, em cumprimento à promessa feita pelo meu antecessor e por mim reiterada, seminário para uma melhor e mais equilibrada divulgação no Brasil da realidade africana. As Embaixadas africanas em Brasília e o Ministério das Relações Exteriores, bem como expressivos setores acadêmicos e políticos de Brasília, deverão participar desse esforço de promoção dos aspectos mais dinâmicos e positivos da vida africana.

12. Por fim, uma palavra sobre a grande meta de todos os africanos que é a democratização do continente, de acordo com as particularidades de cada país. Tenho a firma convicção de que os africanos estão à altura desse desafio histórico, que coloca em prática tanto a noção de tolerância como elemento construtivo da boa convivência na sociedade, quanto o ideal da aproximação crescente entre os povos através da comunhão das vontades nacionais.

13. É com essa evocação que reitero a grande satisfação do Governo brasileiro com a transição democrática na África do Sul, processo que deverá culminar com o pleito multirracial de 27 do corrente mês. Não escondo, entretanto, a preocupação brasileira com o crescimento da intolerância e do radicalismo naquele país. Apela-mos para que todos os segmentos da sociedade sul-africana se empenham em prol do objetivo maior da plena e pacífica democratização do país, que passa necessariamente pelo respeito ao resultado da disputa eleitoral. O soerguimento de uma nova

África do Sul significa sua total reinserção, em bases de crescente cooperação, no continente e no mundo.

14. Desejo expressar minha confiança no estreitamento cada vez maior das relações entre o Brasil e a África. Estou convencido

de que a vontade política, que superou inúmeras dificuldades no passado e demonstrou que, além da confraternização retórica, o Brasil e seus irmãos de além-mar são capazes de se ajudarem mutuamente, pode ser traduzida em novos caminhos para uma cooperação criativa. ■



Solenidade do Dia do Diplomata

Discurso do Presidente Itamar Franco na solenidade do Dia do Diplomata no Palácio Itamaraty, em 20 de abril de 1994

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo Brasileiro,

Senhores Ministros de Estado,

Senhor Secretário-Geral,

Senhor Diretor do Instituto Rio-Branco,

Senhor Paraninfo,

Senhores Formandos,

Senhoras e Senhores,

Desejo aproveitar este Dia do Diplomata para expressar a minha grande satisfação em poder contar com a fiel e competente colaboração do Chanceler Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores. Profissional de experiência diversificada e incansável dedicação aos interesses do país, o Embaixador Celso Amorim tem conseguido imprimir um ritmo extremamente ágil à nossa diplomacia, e extrair resultados muito positivos da interlocução com a comunidade internacional.

Constato com prazer que, sob sua hábil orientação, o Itamaraty aperfeiçoa o seu permanente trabalho de adaptação da política exterior às realidades globais e na-

cionais. Os diplomatas que ingressam nos quadros desta honrosa instituição podem estar seguros de que a pasta das Relações Exteriores não poderia encontrar-se em mãos mais seguras.

Aos formandos do Instituto Rio Branco, trago palavras de otimismo e confiança.

A trajetória que hoje iniciam lhes dará compreensão crescente dos interesses da nação brasileira, necessariamente favorecidos por um ambiente internacional no qual prevaleçam a paz e a solidariedade.

É sempre uma data alegre, esta em que o Itamaraty rejuvenesce com o vigor e o dinamismo dos novos ingressos no seu quadro de serviço. A liberdade política e econômica que se vai construindo no Brasil supõe um estado eficiente que colabore com os esforços da sociedade para elevar os níveis de bem-estar humano.

Senhoras e Senhores,

A sensibilidade do Itamaraty para as necessidades do país manifesta-se no vigoroso processo de adaptação da política exterior às realidades globais e nacionais.

Ao lado das mudanças, há importantes permanências. Ao transformar-se, a ação diplomática preservará os princípios defi-

nidores da identidade do país. Dinamismo e continuidade são conceitos fundamentais na estratégia de política externa.

Afastemos o pessimismo que obscurece a compreensão de alguns fenômenos do momento presente. A sociedade brasileira é democrática e pluralista. Busca-se a justiça social e a superação de desigualdades internas. O cidadão brasileiro torna-se cada vez mais consciente da importância de sua participação ativa no aprimoramento institucional.

Ganham corpo no país consensos em torno do modo de organizar a sociedade e de gerir a coisa pública. A reorientação da economia emerge da consolidação democrática.

O processo de estabilização tem a dimensão do país. Estamos na direção correta, seguros de que os passos dados são irreversíveis. A vitalidade da economia brasileira se reflete nos dados macroeconômicos, como a recuperação da taxa de crescimento do PIB, o elevado nível de reservas cambiais, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros e o saldo positivo da balança comercial. O problema da dívida externa está equacionado. O programa de estabilização, negociado com a sociedade, apresenta possibilidades efetivas de reverter o processo inflacionário.

Senhoras e Senhores,

Conquistamos a credibilidade no plano internacional porque assumimos o que somos e agimos com consistência. Somos geradores de consenso e promotores de equilíbrio na elaboração e administração da agenda internacional.

Assim o demonstrou nossa atuação na Conferência de Viena sobre os direitos humanos, em que ajudamos a estabelecer canais de diálogo entre países com interesses distintos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Rodada Uruguai do GATT, nossa diplomacia propiciou convergências indispensáveis ao sucesso das negociações.

Prestigiamos a organização das Nações Unidas, defendendo a ampliação equilibrada do Conselho de Segurança para que se torne mais representativo e ganhe legitimidade e eficácia.

Constitui objetivo indissociável da busca da paz a cooperação internacional para o desenvolvimento social e econômico, que julgamos deva estar no topo da agenda internacional.

As questões ambientais são hoje centrais. O Brasil, com seu enorme patrimônio ambiental, tem influência na consideração da questão e na promoção do desenvolvimento sustentável. Caberá aos países desenvolvidos assumirem suas responsabilidades, notadamente aquelas relativas à transferência de recursos financeiros e acesso a tecnologias saudáveis para os países em desenvolvimento.

Com o repúdio às armas de destruição em massa, demonstramos inequívoca devoção à paz mundial. Além dos passos que já tomamos para garantir o uso da energia nuclear para fins pacíficos em nossa região, criei a Agência Espacial Brasileira, e assumimos compromisso formal de controle de tecnologia de mísseis. Esse histórico credencia-nos a reivindicar o inter-

câmbio tecnológico fluido, inclusive na área das tecnologias sensíveis.

A abertura que realizamos em matéria comercial e econômica autoriza-nos a defender a instauração de um sistema multilateral de comércio verdadeiramente livre. A Organização Mundial de Comércio – cujo acordo constitutivo acaba de ser assinado em Marrakech – deverá ser capaz de administrar mecanismos mais equânimes de prevenção e solução de controvérsias, coibindo o protecionismo e o unilateralismo.

Senhoras e Senhores,

Na moldura dos relacionamentos bilaterais, nossa diplomacia desenvolve novas e importantes parcerias, além de reforçar laços tradicionais.

A interação com os países desenvolvidos diversifica-se e apresenta grande potencial. Com os países industrializados na Ásia, na Europa, e no nosso Hemisfério, alcançamos uma relação madura, que favorece o encontro de soluções negociadas para as questões de interesse comum. As relações com os Estados Unidos, em particular, ingressam em momento muito promissor.

Mantivemos, no Continente Africano, o trato solidário, fruto de raízes compartilhadas e de ideário coincidente de desenvolvimento e justiça. Favorecemos a paz no Oriente Médio, região a que nos vinculam amizade tradicional e intenso relacionamento comercial. Com os países da Ásia, alçamos nosso intercâmbio a patamares mais elevados, consoante com a importância daquela região. Estabelece-

mos com a China, país que visitarei proximoamente, diálogo dinâmico, base de uma nova e privilegiada parceria.

Temos relações exemplares com os países da nossa região, com os quais mantemos contato direto e permanente. Intensificamos os processos de integração e aperfeiçoamos importantes mecanismos de articulação política, como o do Grupo do Rio, cuja próxima reunião presidencial sediaremos.

A cooperação para o processo já produziu resultados notáveis, sobretudo no que se refere à integração econômica regional e à inserção mais competitiva do Brasil no mercado internacional.

O Mercosul é, claramente, um caso de sucesso. O intercâmbio entre seus integrantes passou de US\$ 3,5 bilhões, em 1990, para US\$ 8 bilhões, em 1993. As associações entre empresas e instituições dos quatro países multiplicam-se, e grandes empresas transnacionais determinam seus investimentos na sub-região em vista da zona de livre comércio que, em breve, estará totalmente implementada. Continuaremos a dar prioridade ao Mercosul, que queremos ver consolidado. Para tanto, continuaremos a perseguir o objetivo da União Aduaneira, nos prazos e modalidades acordados em Colônia.

O expressivo êxito do Mercosul estimulou-nos a propor, em 1993, a criação de uma área de livre comércio na América do Sul. Este projeto de médio prazo visa a ampliar os atuais horizontes de integração sub-regional, desenvolver os vínculos com os nossos demais vizinhos

e preparar melhores bases para uma integração hemisférica.

Meu governo, ao lançar a iniciativa da criação de uma comunidade dos povos de língua portuguesa, que recebeu a aprovação unânime de Portugal e dos cinco países irmãos africanos, projeta a construção de uma comunidade cultural e política baseada em valores comuns de civilização, os quais têm na língua sua expressão mais clara.

Senhoras e Senhores,

Ao acolher, como patrono, o jornalista Carlos Castello Branco, a turma que hoje se forma demonstra seu compromisso com uma visão realista do Brasil, visão esta que comporta um espírito crítico, orientado por vibrante sentimento patriótico. A admirável carreira de Carlos Castello Branco foi pautada pela observação zelosa dos fatos, com a preocupação constante em informar bem para melhor servir ao país.

Não poderia deixar de referir-me ao paraninfo, Embaixador Synésio Sampaio Goes Filho. Nele, reconhecem-se as virtudes do diplomata – o patriotismo, o espírito público e a aguda sensibilidade.

Formandos do Instituto Rio Branco,

No desempenho de suas funções como diplomatas, inestimável inspiração lhes proverá a longa história do Itamaraty em favor da nação. Do Barão do Rio Branco, cujo sesquicentenário celebraremos no próximo ano, esta Casa herdou – e firmou – a convicção de que a política externa se funda no conhecimento apurado da realidade do país e na consideração detida de suas necessidades.

Peço que aceitem, com os colegas bolistas da Bolívia, de Cuba e da Polônia, seus parentes e amigos, meus votos de felicidade pessoal e êxito profissional.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta cerimônia.

Discurso do Presidente Itamar Franco por ocasião da formatura da turma de 1991 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco, em 20 de abril de 1994

1. Aos formandos do Instituto Rio Branco, trago palavras de otimismo e confiança.

2. A trajetória que hoje iniciam lhes dará compreensão crescente dos interesses da nação brasileira, necessariamente favorecidos por um ambiente internacional no qual prevaleçam a paz e a solidariedade.

3. É sempre uma data alegre, esta em que o Itamaraty rejuvenesce com o vigor e o dinamismo dos novos ingressos no seu quadro de serviço. A liberdade política e econômica que se vai construindo no Brasil supõe um Estado eficiente que colabore com os esforços da sociedade para elevar os níveis de bem-estar humano.

Senhoras e Senhores,

4. A sensibilidade do Itamaraty para as necessidades do país manifesta-se no vigoroso processo de adaptação da política exterior às realidades globais e nacionais.

5. Ao lado das mudanças, há importantes permanências. Ao transformar-se, a ação diplomática preservará os princípios definidores da identidade do País. Dinamismo e continuidade são conceitos fundamentais na estratégia de política externa.

6. Afastemos o pessimismo que obscurece a compreensão de alguns fenômenos do momento presente. A sociedade brasileira é democrática e pluralista. Busca-se a justiça social e a superação de desigualdades internas. O cidadão brasileiro torna-se cada vez mais consciente da importância de sua participação ativa no aprimoramento institucional.

7. Ganham corpo no país consensos em torno do modo de organizar a sociedade e de gerir a coisa pública. A reorientação da economia emerge da consolidação democrática.

8. O processo de estabilização tem a dimensão do País. Estamos na direção correta, seguros de que os passos dados são irreversíveis. A vitalidade da economia brasileira se reflete nos dados macroeconômicos, como a recuperação da taxa de crescimento do PIB, o elevado nível de reservas cambiais, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros e o saldo positivo da balança comercial. O problema da dívida externa está equacionado. O programa de estabilização, negociado com a sociedade, apresenta possibilidade efetivas de reverter o processo inflacionário.

Senhoras e Senhores,

9. Conquistamos a credibilidade no plano internacional porque assumimos o que somos e agimos com consistência. Somos geradores de consenso e promotores de equilíbrio na elaboração e administração da agenda internacional.

10. Assim o demonstrou nossa atuação na Conferência de Viena sobre os direitos humanos, em que ajudamos a estabelecer canais de diálogo entre países com interesses distintos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Rodada Uruguai do GATT, nossa diplomacia propiciou convergências indispensáveis ao sucesso das negociações.

11. Prestigiamos a Organização das Nações Unidas, defendendo a ampliação equilibrada do Conselho de Segurança para que se torne mais representativo e ganhe legitimidade e eficácia.

12. Constitui objetivo indissociável da busca da paz a cooperação internacional para o desenvolvimento social e econômico, que julgamos deva estar no topo da agenda internacional.

13. As questões ambientais são hoje centrais. O Brasil, com seu enorme patrimônio ambiental, tem influência na consideração da questão e na promoção do desenvolvimento sustentável. Caberá aos países desenvolvidos assumirem suas responsabilidades, notadamente aquelas relativas à transferência de recursos financeiros e acesso a tecnologias saudáveis para os países em desenvolvimento.

14. Com o repúdio às armas de destruição em massa, demonstramos inequívoca de-

voção à paz mundial. Além dos passos que já tomamos para garantir o uso da energia nuclear para fins pacíficos em nossa região, criei a Agência Espacial Brasileira, e assumimos compromisso formal de controle de tecnologia de mísseis. Esse histórico credencia-nos a reivindicar o intercâmbio tecnológico fluido, inclusive na área das tecnologias sensíveis.

15. A abertura que realizamos em matéria comercial e econômica autoriza-nos a defender a instauração de um sistema multilateral de comércio verdadeiramente livre. A Organização Mundial de Comércio – cujo acordo constitutivo acaba de ser assinado em Marrakech – deverá ser capaz de administrar mecanismos mais equânimes de prevenção e solução de controvérsias, coibindo o protecionismo e o unilateralismo.

Senhoras e Senhores,

16. Na moldura dos relacionamentos bilaterais, nossa diplomacia desenvolve novas e importantes parcerias, além de reforçar laços tradicionais.

17. A interação com os países desenvolvidos diversifica-se e apresenta grande potencial. Com os países industrializados na Ásia, na Europa, e no nosso hemisfério, alcançamos uma relação madura, que favorece o encontro de soluções negociadas para as questões de interesse comum. As relações com os Estados Unidos, em particular, ingressam em momento muito promissor.

18. Mantivemos, no Continente Africano, o trato solidário, fruto de raízes compartilhadas e de ideário coincidente de desen-

volvimento e justiça. Favorecemos a paz no Oriente Médio, região a que nos vinculam amizade tradicional e intenso relacionamento comercial. Com os países da Ásia, alçamos nosso intercâmbio a patamares mais elevados, consoante com a importância daquela região. Estabelecemos com a China, país que visitarei proximoamente, diálogo dinâmico, base de uma nova e privilegiada parceria.

19. Temos relações exemplares com os países da nossa região, com os quais mantemos contato direto e permanente. Intensificamos os processos de integração e aperfeiçoamos importantes mecanismos de articulação política, como o do Grupo do Rio, cuja próxima reunião presidencial sedharemos.

20. A cooperação para o processo já produziu resultados notáveis, sobretudo no que se refere à integração econômica regional e à inserção mais competitiva do Brasil no mercado internacional.

21. O Mercosul é, claramente, um caso de sucesso. O intercâmbio entre seus integrantes passou de US\$ 3,5 bilhões, em 1990, para US\$ 8 bilhões, em 1993. As associações entre empresas e instituições dos quatro países multiplicam-se, e grandes empresas transnacionais determinam seus investimentos na sub-região em vista da zona de livre comércio que, em breve, estará totalmente implementada. Continuaremos a dar prioridade ao Mercosul que queremos ver consolidado. Para tanto, continuaremos a perseguir o objetivo da União Aduaneira, nos prazos e modalidades acordados em Colônia.

22. O expressivo êxito do Mercosul estimulou-nos a propor, em 1993, a criação de uma área de livre comércio na América do Sul. Este projeto de médio prazo visa a ampliar os atuais horizontes de integração sub-regional, desenvolver os vínculos com os nossos demais vizinhos e preparar melhores bases para uma integração hemisférica.

23. Meu governo, ao lançar a iniciativa da criação de uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, que recebeu a aprovação unânime de Portugal e dos cinco países irmãos africanos, projeta a construção de uma comunidade cultural e política baseada em valores comuns de civilização, os quais têm na língua sua expressão mais clara.

Senhoras e Senhores,

24. Ao acolher, como patrono, o jornalista Carlos Castello Branco, a turma que hoje se forma demonstra seu compromisso com uma visão realista do Brasil, visão esta que comporta um espírito crítico, orientado por vibrante sentimento patriótico. A admirável carreira de Carlos Castello Branco

foi pautada pela observação zelosa dos fatos, com a preocupação constante em informar bem para melhor servir ao país.

25. Não poderia deixar de referir-me ao paraninfo, Embaixador Synésio Sampaio Goes Filho. Nele, reconhecem-se as virtudes do diplomata – o patriotismo, o espírito público e a aguda sensibilidade.

Formandos do Instituto Rio Branco,

26. No desempenho de suas funções como diplomatas, inestimável inspiração lhes proverá a longa história do Itamaraty em favor da nação. Do Barão do Rio Branco, cujo sesquicentenário celebraremos no próximo ano, esta Casa herdou – e firmou – a convicção de que a política externa se funda no conhecimento apurado da realidade do país e na consideração detida de suas necessidades.

Peço que aceitem, com os colegas bolsistas da Bolívia, de Cuba e da Polônia, seus parentes e amigos, meus votos de felicidade pessoal e êxito profissional.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta cerimônia.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião das comemorações do Dia do Diplomata e da formatura da Turma Carlos Castello Branco do CPCD, em 20 de abril de 1994

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Embaixadores,

Senhores Formandos,

Senhoras e Senhores,

Há pouco mais de duas semanas, ao proferir a Aula Magna do Instituto Rio Branco, tive a ocasião de esboçar as grandes linhas da Política Externa Brasileira, que, sob a inspiração e comando de Vossa Excelência, cabe ao Itamaraty executar.

Referi-me, então, aos traços mais marcantes da realidade internacional contemporânea, bem como às prioridades da nossa diplomacia. Não deixei de mencionar a importância que atribuímos às relações com nossos vizinhos e os esforços que têm sido feitos para adensá-las. Em particular, lembrei a importância do Mercosul cujo complemento natural será a formação de uma Área de Livre Comércio em toda a América do Sul. A iniciativa de criar uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa e seus desdobramentos na política africana do Brasil foram também por mim acentuados, assim como a busca de soluções negociadas para as questões do nosso relacionamento tão significativo com os países desenvolvidos. Seria desnecessário repisar hoje todos esses temas. Até porque, Presidente Itamar Franco, Vossa Excelência tem tido uma participação constante e ativa em todas as decisões importantes relativas à formulação e à execução da nossa política externa.

Assim, com a permissão de Vossa Excelência e a complacência de meus jovens colegas, gostaria de limitar-me, hoje, a duas reflexões, que, a meu ver, são pertinentes a esta ocasião. A primeira tem a ver com a natureza da carreira na qual ingressaram os nossos formandos. A outra se refere à circunstância, no sentido mais profundo, «unaminiano», em que exercerão sua profissão.

Não pretendo – e nem teria cabimento aqui – dar uma aula sobre Diplomacia, abundando sobre conceitos que já foram transmitidos pelos excelentes professores do Instituto Rio Branco, tão bem represen-

tados pelo Embaixador Synésio Sampaio Góes, paraninfo da turma, a quem rendo minha homenagem. Mas egresso, eu próprio, do Instituto e diplomata de carreira não posso furtar-me a transmitir algo da minha experiência.

O que significa, nos dias de hoje, ser um diplomata, e, mais concretamente, um diplomata brasileiro? À palavra diplomacia se associam certas noções e qualidades que têm a ver com o nascimento da profissão. Não é à toa que, embora sempre tenha existido atividade diplomática, desde que as sociedades humanas se organizaram, a diplomacia como tal tenha o seu surgimento ligado à formação do Estado moderno. Diplomacia é uma carreira de Estado e, dentre as várias que se lhe assemelham, tem uma característica particular: a de que aqueles que a exerçam incumbe representar o Estado em todas as suas dimensões. Hoje, quando o Estado não é mais encarnado por uma única pessoa ou por uma oligarquia, mas pela representação democrática do povo, o diplomata tem a tarefa, bem mais complexa, que a de outrora, de refletir os anseios e as aspirações da nação como um todo.

A palavra diplomacia sempre evocou certas qualidades especiais: o tato, a habilidade, a capacidade de transigir quanto ao que é secundário ou acidental, preservando, ao mesmo tempo, os objetivos essenciais, que, no caso, não são de uma pessoa ou de um grupo, mas de todo o país. Estes atributos conservam sua validade hoje, tanto quanto no tempo de Maquiavel ou Guicciardini. Mas à palavra e à atividade que ela denota também estão associadas

outras noções, que já não correspondem às exigências do mundo contemporâneo. Com efeito, a idéia de que a diplomacia é uma atividade conspiratória, secreta, marcada pela intriga e pela dubiedade, é cada vez menos verdadeira. Por isso, a diplomacia brasileira, coerentemente com as nossas aspirações democráticas nos planos interno e internacional, se caracteriza, por um lado, pela abertura ao diálogo participativo com a sociedade e, por outro, pela transparência e franqueza com que perseguimos nossos objetivos em relação a outras nações. São estes atributos, que não se confundem obviamente com a ingenuidade ou a imprudência no trato dos assuntos de Estado, que garantem credibilidade à nossa ação externa.

O que se espera do diplomata? Servidor do Estado por excelência (a palavra Embaixador tem raiz etimológica na idéia de servir), o diplomata desde os primórdios de sua carreira é chamado a tomar decisões, a formular e a liderar. Contrapartidas da disciplina, essencial em uma carreira que se caracteriza pela hierarquia, a criatividade e o sentido crítico são indispensáveis ao exercício da profissão. Membro da administração pública, o diplomata não se limita ao cumprimento burocrático de portarias e regulamentos. Agente político, a ele cabe inovar, propor, criticar, tendo sempre presente o interesse do povo e da nação. E é nesta possibilidade – que, na verdade, é uma exigência – de contribuir ativamente para a definição e a obtenção de objetivos nacionais que reside a maior recompensa do seu exercício profissional.

Como toda profissão, a diplomacia encerra também sacrifícios: o isolamento, as separações constantes, a adaptação não só do diplomata, mas sobretudo de sua família, de seus filhos, a novos ambientes são por certo fatores de instabilidade pessoal, que exigem grandeza, desprendimento e profundo sentido de dever. O desenraizamento, a perda dos vínculos com a realidade do país, a tentação de tomar a forma pelo conteúdo de sua atividade são riscos aos quais há que estar sempre alerta.

Representante do país no exterior, o diplomata é também um veículo de idéias inovadoras, de experiências, que, devidamente adaptadas, podem contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar do seu povo. Não é por acaso que tantos diplomatas – ou homens públicos que exerceram atividades diplomáticas – foram chamados a desempenhar as funções de alto relevo que não são convocados a fazê-lo de forma mais direta e notória contribuem com suas informações e análises à necessária renovação do pensamento nacional e, desse modo, à nossa capacidade de responder, de forma criativa, aos desafios do mundo moderno.

Senhor Presidente Itamar Franco,

O Governo de Vossa Excelência tem-se caracterizado pelo mais profundo e sincero engajamento com a consolidação do nosso processo democrático. Tenho-lhe escutado dizer – inclusive a visitantes estrangeiros – que sua maior aspiração é passar democraticamente a seu sucessor a faixa presidencial. E, de fato, seu governo será lembrado, entre outras realizações, pela firmeza com que Vossa Excelência se

tem empenhado em defesa de nossa jovem democracia. Neste ano em que iniciamos as comemorações do sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco, celebramos também uma década da formação da Aliança Democrática, que nos devolveu ao convívio pleno das nações politicamente amadurecidas.

A liberdade é um desses bens preciosos, cuja importância só somos capazes de avaliar quando deles somos privados. A geração que agora inicia sua vida adulta felizmente não sentiu o peso do autoritarismo, que amputou carreiras, destruiu sonhos e fez com que idéias renovadoras morressem ou permanecessem adormecidas. A autoridade com que hoje falamos nos foros internacionais deriva de legitimidade que só a discussão, o debate e a crítica, totalmente livres, conferem. Em meio às nossas crises, ressalta o enraizamento dos ideais democráticos em todos os setores da sociedade brasileira. É necessário, às vezes, um certo distanciamento, que nós, diplomatas, por força das condições em que exercemos nossa atividade somos levados a ter, para perceber que, com todos os seus problemas, o Brasil vai realizando seu destino de grandeza.

Grandeza que não se confunde com veleidades hegemônicas ou de poder, mas

que significa a construção de uma sociedade pluralista e dinâmica, socialmente mais justa, com formas de convívio humano e riqueza cultural sem par. Será esta, Senhor Presidente, a nossa maior contribuição para a nova ordem internacional que apenas vislumbramos no horizonte. De todas as suas palavras e ações sobressai a firme convicção de que nenhum de nossos males – e que não são só nossos – será vencido sem a plena vigência das instituições democráticas, as únicas que, como a História tem demonstrado, asseguram soluções duradouras. É esta consciência, que impregna todo o seu Governo, do valor insubstituível da Democracia, que nos anima, no plano da ação externa, a continuar buscando, com a ousadia dos homens livres e a prudência dos experientes, as condições necessárias a nosso desenvolvimento.

A escolha do jornalista Carlos Castello Branco – o nosso saudoso Castellinho – como patrono desta turma espelha a consciência das jovens gerações de que a busca da verdade, por meio da análise objetiva e imparcial, não é incompatível com o engajamento em causas nobres, como a da luta por fazer do Brasil um país mais livre, mais próspero e mais justo.

Muito obrigado.

***Discurso do Paraninfo da Turma Carlos Castello Branco,
Embaixador Synésio Sampaio Góes Filho,
em 20 de abril de 1994***

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores,

Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Itamaraty,

Excelentíssimo Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,

Senhoras e Senhores,

A primeira palavra, meus caros formandos, é para expressar minha profunda satisfação de ter sido escolhido o paraninfo desta turma, o amigo mais velho que os acompanha nesta cerimônia, que marca solenemente o início de suas caminhadas numa carreira cuja tradição central é bem servir ao país. Julgo que a escolha também inclui o Conselheiro Fernando Mello Barreto, que ministrou comigo o curso de História Diplomática do Brasil, em 1992. E fico muito contente em, de certa forma, compartilhar esta tribuna com os Secretários Alexandre Parola e Marcos Galvão, indicados como «professores homenageados».

Que boa a eleição do jornalista Carlos Castello Branco, como patrono da turma! Que a mente clara e penetrante, a personalidade tão humana e amável de Castellinho, grão-mestre, durante anos e anos a fio, da interpretação política do Brasil, ilumine os caminhos da vida diplomática de vocês. Sem poder me considerar amigo de Castellinho, tive alguma convivência com ele, mais freqüente nos seus últimos anos de vida: lembro-me bem de sua modéstia ao avaliar seus próprios trabalhos e do seu realismo, ao julgar os homens, despedido de ilusão, mas não frio.

Seu senso de humor, seu permanente sorriso das noites de boemia – que para ele também eram de trabalho, pois não esque-

cia nada do que ouvia – infelizmente desaparecerão com a geração que o conheceu; mas os textos bem informados, bem pensados e bem escritos de sua coluna ficam, marcos maiores que são do jornalismo político brasileiro.

Jovens Colegas,

Imagino que a matéria que lecionei – a História do Brasil, em seus aspectos diplomáticos – tenha influenciado a decisão dos alunos e por isso queria falar a respeito da importância do conhecimento do Brasil para o diplomata brasileiro. Depois, estamos iniciando, exatamente neste 20 de abril, o ano em que festejamos o sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco, o diplomata maior da nacionalidade, que fez do saber profundo de nossa História o instrumento básico de sua inigualável atuação. E, mais ainda, o que é um grande analista político como Castellinho, o homenageado de hoje, senão um historiador do cotidiano?

Não sei se exagerei nas aulas ao transmitir certa visão crítica em relação ao diplomata desnacionalizado, aquele que se julga um cidadão do mundo, que se veste, pensa da mesma maneira, qualquer que seja sua origem nacional, que se sente quase sempre, para usar uma expressão típica, *dépaysé* em seu país. E, pior de tudo, que não se interessa o necessário pelas coisas da terra em que nasceu. Espero não me ter excedido, pois o conhecimento técnico de línguas e mentalidades estrangeiras é de muita importância para a atuação eficiente do agente diplomático.

Acredito que fiz bem em realçar o relacionamento existente entre a ação de grandes diplomatas e o conhecimento que tinham de seu país. A América latina é nossa circunstância, como costuma dizer Celso Lafer, para frisar que é uma prioridade permanente da política externa brasileira. Aí, hoje como ontem, é fundamental conhecer a formação territorial brasileira e as vicissitudes históricas porque passaram as colônias espanholas e, depois, os países independentes em que se transformaram, para compreender a complexidade das relações do Brasil com seus vizinhos e as relações destes entre si.

Na chamada «nova ordem» internacional, os contactos entre os atores não mais se desenvolvem apenas através de canais governamentais. O significado das fronteiras tende a parecer ultrapassado no interior dos blocos econômicos regionais. Informações, capitais, serviços fluem com a velocidade da era da eletrônica. Sem dúvida, pois, para novas tarefas deve ser preparado o diplomata para poder bem cumprir sua missão básica de favorecer os interesses do país. O mundo é outro, a diplomacia diferente, a formação do profissional deve ser adaptada aos tempos. Mas não se pode esquecer que o conhecimento dos vários aspectos da vida brasileira continua a ser valor básico a ação diplomática.

A formação do território nacional se deu basicamente no período colonial da nossa História, ao contrário, por exemplo, dos Estados Unidos da América, onde a Flórida, a Califórnia, o Texas e até mesmo a Lousiana foram aquisições ou conquistas

posteriores à Independência. Por isso, a História Diplomática Brasileira começa bem antes de sermos um país soberano. Como poder, por exemplo, explicar nossas fronteiras meridionais, sem estudar a História da Colônia do Sacramento e os Tratados de Madri e Santo Ildefonso?

Para o diplomata conta muito, na análise de episódios internacionais, conhecer a versão da outra parte, os fatos e as idéias que justificam as percepções nacionais lá correntes. É preciso também reconhecer valor alheio, como faz Nabuco, nas suas clássicas páginas sobre a Guerra do Paraguai, onde justifica as posições brasileiras com a convicção da verdade, mas reconhece que nela «o heróico, o patético, o infinitamente humano que faz a epopéia está ... do lado paraguaio». Conta, entretanto, mais ainda, conhecer bem os argumentos brasileiros. Sempre os tivemos bons, como provam os resultados de decisões arbitrais e negociações bilaterais.

Em diplomacia temos o que se poderia considerar uma História que deu certo. Na Colônia, para definir os contornos do território brasileiro a Oeste e a Norte, foi básica a segurança com que Alexandre de Gusmão navegava pelos rios ainda mal traçados nos mais recentes mapas enviados por sertanistas, das longínquas regiões centrais do continente.

No Império, soube D. Pedro II arregimentar as melhores cabeças políticas para importantes tarefas diplomáticas. Não importava a filiação partidária, pois havia notável unidade de doutrina e de ação na política externa. O Visconde do Rio Branco e o Visconde Uruguai são líderes polí-

ticos que realizaram à perfeição as tarefas de fixar, em acordos bem concebidos, as fronteiras que a Colônia já nos tinha dotado, sim, mas em tratados de validade controvertida. Ponte Ribeiro, Miguel Maria Lisboa e o Visconde de Cabo Frio são – para falar de funcionários da carreira diplomática, que já existia no período – exemplos de profissionais que deram uma contribuição notável à diplomacia imperial, cujos méritos são reconhecidos até por eventuais adversários.

Se, no fim da Colônia, o mapa brasileiro estava praticamente definido, no fim da Monarquia, o arquipélago de muitas ilhas, já era um semicontinente unificado. Não se pode garantir que sem centralização monárquica isso teria sido possível. É um período respeitável da História do Brasil, sobretudo quando lembramos quantas vezes nas repúblicas vizinhas a vida constitucional foi interrompida. Não somos piores republicanos hoje, por reconhecer este fato.

A República se consolida diplomaticamente com a ação do Barão do Rio Branco. Sua longa residência no exterior, ao contrário do ditado, cada vez mais aproximou do seu coração as coisas e os valores de sua terra. No exterior o que fazia, sobretudo, era estudar o Brasil: não só nos livros, mas também em obras raras, em todos os mapas e manuscritos que encontrasse em bibliotecas européias. Seus escritos, as *Efemérides Brasileiras*, que publicava no *Jornal do Brasil*, os comentários à *História da Guerra Tríplice Aliança*, de Schneider, e a lúcida síntese *Esboço da História do Brasil*, tinham um só tema: o Brasil.

Ao voltar Chanceler em 1902, já era conhecido pelas sólidas defesas das posições brasileiras, nos arbitramentos das Questões de Palmas e do Amapá. No cargo durante dez anos, servindo a quatro Presidentes, o erudito conhecedor da História e da Geografia do Brasil, o grande advogado nos conflitos territoriais revela-se um completo homem de estado. Já no seu primeiro ano de gestão, resolve a intrincada Questão do Acre. Depois, através de acordos solenes e incontroversos, une em linha ininterrupta todos os segmentos bilaterais de limites terrestres do Brasil. Foi o primeiro a perceber – e disso tirar todas as consequências políticas – que o eixo da política continental, por motivos econômicos e estratégicos, deslocara-se do Tâmis ao Potômac. Também foi precursor das associações regionais, com sua última idéia, não realizada, do ABC. Difícil achar no mundo um Ministro que tenha dado tanto prestígio à diplomacia de sua terra, que tenha melhor servido a seu país.

Sempre me impressionou uma fotografia, tirada no dia seguinte ao de sua morte, de seu Gabinete no Itamaraty, que era também seu quarto de dormir. Trabalhava e morava lá, revelador indício de que, em seus anos de Ministro, a vida privada fora se dissolvendo na vida pública: perto do fim, ao procurar-se o homem, só se encontrava o estadista. Num canto do Gabinete, encostada numa parede, isolada apenas por uma cortina semi-aberta, uma cama muito simples. Espalhadas pelo aposento várias mesas, abarrotadas de livros, cadernos e papéis. Não é difícil imaginar o assunto de todos eles: de novo o Brasil.

Meus amigos,

Não se deixem afastar da História do Brasil, por causa de livros mal pensados e mal escritos, alguns meras colagens de fatos e datas, outros inspirados por um patriotismo infantil e estéril. Os piores são aqueles que primeiro adotam uma interpretação e depois escolhem os fatos... Há bons livros também; depois, estamos pensando na História no seu sentido mais amplo, que abrange todas as obras de interpretação da sociedade, inclusive de ficção. Sob esse enfoque, a História é o instrumento mais eficaz para avaliar o presente, tarefa constante do diplomata.

Bons ensaios e romances servem não só para nosso prazer, nossa formação cultural, mas também para o entendimento das engrenagens que estão dentro da armadura social. O que há de melhor para penetrar na mentalidade das classes dominantes do Brasil na segunda metade do século XIX, do que alguns romances e contos de Machado de Assis? Que livros, para dar um exemplo antigo e outro recente, contam mais da sociedade latino-americana do que *Facundo e Cien Años de Soledad*?

Antonio Cândido começa sua obra principal sobre literatura brasileira lembrando que ela é pobre e fraca em comparação com as maiores, «mas é ela, não outra, que nos exprime». Ótimo saber muito da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Grandes países, belas Histórias. Lembrem-se, entretanto, que a que explica a economia, a sociedade, a cultura que temos é nossa História, não a deles.

Daí minha simpatia pelo curso de leituras brasileiras, uma das muito boas idéias do Diretor do Instituto Rio Branco, inaugurado ano passado, numa aula magna inesquecível do então Ministro Fernando Henrique Cardoso sobre os primeiros autores estudados, Caio Prado Júnior, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda.

Três profundos explicadores do Brasil: Caio, o aristocrata marxista, que fez de seu conhecimento prático da geografia e dos textos originais, as ferramentas para fazer o melhor diagnóstico da Colônia e uma excelente história da riqueza do Brasil. Gilberto, o homem que ensinou que é bom ser mestiço e ter sido colonizado por portugueses. Tirou o verniz pernóstico de nossas classes dirigentes, que se viam como europeus exilados nos trópicos: talvez Juscelino, com sua descendência boêmia, sua alegria juvenil, sua confiança no trabalho do povo, represente bem o *homo brasiliensis* que sai da obra do sociólogo pernambucano.

Sérgio era um crítico das elites e por contraste admirador do povo. Estudou os hábitos dos modestos construtores desta nação e os caminhos ásperos da penetração do território. Acreditava que a democratização do Brasil traria progresso material e moral para as grandes majorias; talvez estivesse triste hoje ao saber que de 80 a 92 a renda do brasileiro diminuiu 7,9 por cento.

Mas o Brasil muda rápido. Será que a recuperação econômica iniciada em 1993 não é já a nova alvorada? Há 15 anos nós mal produzíamos laranja para consumo interno, por exemplo, e hoje somos o

maior exportador mundial de suco; há cerca de 20 anos, só havia soja em restaurantes orientais e hoje também estamos na liderança das exportações. O trabalhador rural não é o indolente *Jeca* de Monteiro Lobato; com saúde e bem orientado produz tanto quanto os mais produtivos do mundo. Assim também os operários. Vejam que hoje 70 por cento de nossas vendas internacionais correspondem a produtos industrializados.

Vocês vão assistir a essa mudança; espero que minha geração também. Claro que nunca tivemos, nem teremos, a República de nossos sonhos; afinal a política é a arte do possível. Mas não nos esqueçamos de que na primeira metade do século o Brasil foi a nação latino-americana que mais cresceu; que de 1945 a 1980, o país desenvolveu-se à média excepcional de 7 por cento ao ano, taxa próxima à do Japão, o de melhor desempenho.

O Brasil é um país que tem tudo para dar certo e isso se pode afirmar, não gratuitamente, mas baseado em nossa História. Temos 17 mil Quilômetros de fronteira com 10 vizinhos, e não temos problemas de fronteira com nenhum; não há no Globo outra linha de paz com essa extensão. Tivemos a mancha da escravidão por um tempo demasiadamente longo, mas não foi necessário uma guerra civil para eliminá-la. Há problemas raciais, mas não nos níveis existentes em outros países de história social semelhante. Mantivemos a unidade territorial da Colônia, ao contrário do que aconteceu com todos os outros países da América Latina. Não temos os

problemas étnicos e culturais que dificultam o desenvolvimento.

O País é grande – em território, em população e em recursos – o que dá responsabilidade maior a seus Diplomatas. Contribuam sempre, na sua pequena esfera de influência, para melhorar os homens e as coisas, em especial nós mesmos e nosso trabalho: nunca se esqueçam que a grandeza de uma Nação depende muito do caráter de seu povo.

Temos a sorte de servir ao Brasil no Itamaraty, caso exemplar na Administração Pública, onde há uma burocracia organizada, disciplinada e bem treinada, com forte noção de serviço público. No mundo inteiro vocês escutarão menções à qualidade dos diplomatas brasileiros, o que nos deixa orgulhosos e nos obriga a estar à altura das tradições da diplomacia brasileira.

Alunos queridos,

Permitam-me que os chame assim, afetivamente, pela última vez, neste momento em que iniciam seus vôos na carreira, com amplo horizonte à frente e as rotas desimpedidas. Na posição de paraninfo, o amigo que está ao lado no momento da decolagem vem a vontade de dizer algo sobre o vôo, não por que saiba mais ou muito, sim para evitar erros vistos ou cometidos. Arrisco-me, pois, ao final destas palavras, a dar uns poucos conselhos, bem simples, nascidos da experiência e da sinceridade. Em uma palavra, do coração.

O primeiro é exatamente o coração. Ponham o coração no que fizerem. Terminado o Rio Branco, é uma nova página que

se abre. Suas vidas, suas carreiras dependem basicamente de vocês. Tudo é importante no Itamaraty; não há aqui tarefas menos e mais nobres. A prática até mostra que quem executa bem as erradamente consideradas menos, bem executa as outras. E a recíproca não é sempre verdadeira.

O diplomata desde o começo da carreira é um chefe. Tratar bem a todos e em particular seus subordinados é essencial. Ser sempre o que o povo chama «um diplomata» no contato com os de fora da Casa. A maior parte de nosso tempo é passado no trabalho; não tornem desagradável boa parcela de sua vida... nem a dos outros.

O diplomata, por imposição profissional, muda muito de atividade no tempo e no espaço. Ao assumir novas funções, lembrem-se que, no geral, os bons aperfeiçoamentos administrativos são naturais, gradativos. Sabe-se o que tem custado à Administração Pública as reformas radicais!

Zelem pela carreira. Fujam, num extremo, do corporativismo excessivo, que confunde o interesse da carreira com o do país, e, no outro, das concessões políticas indevidas, que esgarçam o tecido de nossa convivência. As qualidades pessoais e profissionais, ao longo dos anos, são reconhecidas. Regra geral: bom diplomata é ser humano harmonioso.

Ao escrever procurem entender antes de expor. O Itamaraty é dos poucos setores da Administração Pública que têm memória e sempre se distinguiu por escrever não «itamaratês», mas, sim, bom português.

As exposições de Motivos de Rio Branco são modelares pela clareza e objetividade. Essas também as qualidades dos Ofícios de Guimarães Rosa, que nada têm da linguagem criativa e opulenta de *Grande Sertão: Veredas*.

Um último conselho: escutem estes com atenção; sigam os que encontram eco em sua alma. Conselho é como a educação: vale mais a que nós mesmos nos damos.

Falei da importância do passado. Reconheço, entretanto, que no caso do Brasil, mais importante ainda é o futuro: o grande país que vocês ajudarão a construir.

Senhores,

Como ex-professor e como interessado no recrutamento e na formação do diplomata queria dizer ao Ministro Celso Amorim que outros Ministros fizeram muito pelo nosso Instituto, nenhum mais que ele e em poucos meses de gestão. Exemplifico com duas conquistas: o pré-requisito do nível universitário para entrada e o estágio de seis meses numa Embaixada após o curso.

Hoje, dia de Rio Branco, é data simbólica em que 22 novos diplomatas iniciam sua carreira de servidores do Estado. É sintomático que aqui esteja, prestigiando a eles e ao Ministério, o Chefe de Estado numa demonstração de quão ligada ao Estado é a carreira que escolheram. Excluem da profissão a idéia de servir; e o que fica é vida sem entusiasmo. Para evitar esta chama é que o Presidente Itamar Franco está entre nós. Muito obrigado, Presidente, por sua honrosa presença.

**Discurso do Secretário Adriano Silva Pucci,
Orador da Turma Carlos Castello Branco do CPCD**

Contemplando desta tribuna uma audiência que enobrece a solenidade e honra os formandos, recordo-me do dia – já se vão três anos – em que este recinto estava quase vazio. Quase: neste mesmo lugar, vinte e três candidatos ao ingresso na carreira – agora membros da Turma Carlos Castello Branco – aguardavam convocação para outra série de exames. Em certo sentido, ainda somos vinte e três, pois, se perdemos o convívio com a colega Maria Isabel Whitaker, sobrevive a memória de seu brilhantismo e tenacidade. Embora tivéssemos formação intelectual variada, comungávamos na vontade de contribuir, por meio da política externa, para concretizar o que então era um ideal, hoje um projeto: a plenitude do desenvolvimento com justiça social no Brasil.

2. O Instituto Rio Branco foi a ponte entre o ideal, que não raro degenera em utopia, e o projeto, que carece de fiel e pronta execução. Em dois anos de estudo, forjamos e aprendemos a manejar as ferramentas que agora vamos utilizar na diplomacia. Agradecemos aos professores e funcionários que, sob a direção do Embaixador Sérgio Bath, nos ajudaram a compreender a amplitude de significado da célebre divisa do Barão do Rio Branco: *Ubique patriae memor* – lembro-me da Pátria em todos os lugares. Porque o seu lembrar significava, mais que nostalgia, um compromisso permanente com a Pátria, a ser cumprido, seja no Brasil, seja no exterior.

3. Por outro lado, toda gratidão é pouca diante do apoio não só afetivo, mas também

material que nos deram nossos pais ao longo desta travessia. Para tentar recompensá-los, faremos de cada dia de trabalho um motivo para que se orgulhem de nós.

4. À semelhança do Jano da mitologia romana, o diplomata brasileiro deve ter, ao mesmo tempo, uma face voltada para o passado e outra para o futuro. O passado infunde-lhe a responsabilidade de zelar pela tradição herdada dos vultos da História Diplomática do Brasil, disciplina que o Embaixador Synésio Góes nos ensinou com a fluidez própria dos diálogos entre amigos. Não sabemos que mais agradecer ao nosso Paraninfo, se as aulas de História, se o modelo de comportamento que nos inspira.

5. E olhando o futuro, que, no dizer do Senhor Chanceler Celso Amorim, encerra «riscos e oportunidades», o jovem diplomata observa «versões renovadas de velhas práticas». Durante a Guerra Fria, armas nucleares ameaçavam a existência do futuro; na chamada «nova ordem», o próprio conceito de futuro é questionado por falsos profetas que alardeiam o fim da História, alheios à intolerância, indiferentes à violência, insensíveis à miséria. Não, obrigado, dispensamos fim tão melancólico. Enfrentamos, sim, o desafio de buscar uma inserção complexa e dinâmica do Brasil no quadro internacional, no momento em que todos os países ingressam no século XXI, embora muitos a ele ainda não pertençam.

6. Aos Secretários Alexandre Parola e Marcos Galvão, nossos professores home-

nageados, estas palavras devem soar familiares, pois são fruto de suas aulas de Linguagem Diplomática, que aprendemos ser, mais que uma técnica de expressão, uma expressão de vontade.

7. Senhor Presidente, certa vez Vossa Excelência qualificou o jornalista Carlos Castello Branco como um «incansável caçador da verdade», que «sempre militava em favor da Nação». Com tais palavras, sintetizou os méritos que o tornaram Patrono desta Turma. A grandeza ética deste «simples repórter» – assim costumava denominar-se – é a mesma que vem

animando o espírito dos brasileiros e que talvez não encontre expressão em prosa. Portanto, recorro aos versos de Manuel Bandeira para concluir a mensagem dos formandos:

«Ser como o rio que deflui
Silencioso dentro da noite.
Não temer as trevas da noite.
Se há estrelas nos céus, refleti-las.

E se os céus se pejam de nuvens,
Como o rio as nuvens são água.
Refleti-las também sem mágoa
Nas profundidades tranquilas.» ■



IV Reunião Ministerial entre o Grupo do Rio e a União Européia

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, na sessão de abertu-
ra da IV Reunião Ministerial Institucionaliza-
da entre o Grupo do Rio e a União Européia, em
São Paulo, nos dias 22 e 23 de abril de 1994.*

É com particular satisfação que dou as boas-vindas a meus colegas Chanceleres do Grupo do Rio e da União Européia e a suas respectivas Delegações. Em nome do Governo brasileiro, não posso deixar de expressar a honra de recebê-los para analisarmos, sem formalismos, os principais temas da agenda de nosso relacionamento e do contexto internacional.

Quero também agradecer a acolhida que nos foi dada por ocasião da Terceira Reunião Institucionalizada, em Copenhague, ano passado, e desejo também expressar reconhecimento ao Parlamento Latino-Americano pelo gentil convite para realizar este Quarto Encontro em sua sede, neste Memorial da América Latina.

Saúdo meu colega Theodoros Pangalos, Ministro Adjunto das Relações Exteriores da República Helênica, na presidência da União Européia.

Os setecentos milhões de pessoas que representamos em volta desta mesa compartilham um imenso patrimônio civilizacional, reforçado ao longo dos séculos

pelas levas de europeus que foram acolhidos em nossas terras. Os braços e as mentes de todos esses imigrantes, assim como os aportes posteriores de capital e de tecnologia da mesma fonte, estão na origem de muito do que é hoje a América Latina, gerando condições únicas para que desenvolvamos vínculos ainda mais densos no futuro com uma Europa próspera e pacífica.

Aqui como lá defendemos o Estado de Direito, consolidamos a Democracia, reduzimos o papel do Estado na economia e procuramos estabilizá-la sempre mediante a participação democrática de nossos povos.

Identificamo-nos em foros internacionais sobre os mais diversos temas da atualidade. Nossa posição tem facilitado a obtenção de soluções equilibradas.

A América Latina, como a União Européia, é uma região de paz. Na América Latina, os orçamentos dedicados à defesa são dos mais reduzidos. Nossa região tem

dado mostra concreta de seu repúdio aos meios de destruição de massa.

Estamos aqui para aprofundar este diálogo já existente entre os integrantes do Grupo do Rio e os da União Européia, no qual trocamos pareceres e pontos de vista, e do qual poderão surgir melhores condições de comércio, cooperação e intercâmbio, que propiciem desenvolvimento mais acelerado e mutuamente benéfico.

Senhores Chanceleres,

O fim da Guerra Fria não conduziu os atores do cenário internacional à tão desejada nova ordem internacional, em que todos os atores teriam as mesmas oportunidades, onde reinasse a paz e onde todos estivessem integrados na busca de um desenvolvimento social que abarcasse todos os povos. Conduziu-nos, sim, a um período de transição entre duas estruturas, de duração imprevisível, em que testemunhamos o desaparecimento de antigas hegemonias e equilíbrios de poder, nos campos político, econômico e militar, além do ressurgimento de conflitos radicados em particularismos culturais e étnicos, que se supunham superados, que desfizeram ilusões quanto ao anunciado «Fim da História» e que deixaram patente em muitas regiões não uma «nova ordem», mas verdadeira desordem.

Este mundo novo, admirável ou não, é, entretanto, de riscos, desafios, mas também de oportunidades.

Do lado dos riscos, vemos evidentemente a tentação de hegemonia, natural numa situação em que a bipolaridade desfez-se, ou a proliferação de conflitos loca-

lizados que, antes, de uma forma ou de outra, ficavam sufocados pela realidade da Guerra Fria. Do lado das oportunidades, vemos um mundo que apresenta a possibilidade de relacionamentos novos ou renovados.

Parte importante dessa nova realidade é a União Européia, desenhada no Tratado de Maastricht. Essa nova percepção da União Européia como forma de organização política do espaço é de fundamental importância para o entendimento da realidade atual. A União Européia não é, obviamente, um Estado, mas tampouco é uma organização internacional, como tantas outras. Esboço de uma Federação no modelo imaginado por Kant como base de uma paz perpétua, ela atua nos interstícios das diversas soberanias nacionais e está indissoluvelmente inserida na vida dos Estados que compõem. Nesse sentido, o que se passa na União Européia induz, inclusive, a repensar a própria concepção das Relações Internacionais e sugere como estas poderão estruturar-se no futuro, em escala global. Mas para que isso aconteça, os graves desequilíbrios que persistem entre ricos e pobres terão de ser superados.

Os países do Grupo do Rio acompanham com grande interesse o processo de construção européia e se regozijam com os progressos efetuados nos últimos anos graças à implantação do Mercado Unificado e à criação da União Européia, aos quais se soma, mais recentemente, a conclusão das negociações para a adesão de quatro novos membros. Para muitos de nossos países, a União Européia é o maior mercado. Frequentemente, temo-nos de-

frontado com problemas, mas reconhecemos, entretanto, a permanente disposição ao diálogo da União Européia para o reforço do sistema geral de comércio.

Parte dessa nova realidade é também o processo de integração que começa efetivamente a esboçar-se na América Latina. Uso propositalmente «processo» no singular porque, em realidade, os diversos mecanismos de integração que se desenvolvem na nossa região tendem a aproximar-se. Estou certo que convergirão, em futuro não muito remoto, para propostas mais amplas e abrangentes de integração. Temos, na América Latina, muito o que aprender nessa área.

No atual contexto internacional, em que o reforço da capacitação científico-tecnológica reveste-se de importância crescente num cenário caracterizado pelos fenômenos da globalização e da regionalização, o acréscimo da produtividade e da competitividade das economias nacionais passa a ser um imperativo. A dinamização dos tradicionais vínculos entre o Grupo do Rio e a União Européia, baseada em reuniões como esta, representará, certamente, elemento fundamental para que possamos avançar rumo à consecução desse objetivo.

Estamos conscientes dos imensos desafios com que se defronta a União Européia nesse momento, tanto no que diz respeito à necessidade de preservar a coe-

são comunitária, quanto no tocante à superação dos graves problemas políticos e econômicos que afligem seu contorno geográfico. Queremos estar seguros, por outro lado, que a Europa tem em boa conta os esforços que aqui estão sendo feitos para consolidar a democracia e reformar estruturas econômicas que se tornaram anacrônicas, ao mesmo tempo em que nos empenhamos para saudar a inadiável dívida social que acumulamos junto a nossos povos.

Cumpra que situemos o futuro de nossas relações em um contexto estratégico. Nos próximos meses, atendendo a convite do Presidente Clinton, estaremos efetuando um exercício desse gênero, a fim de repensar o relacionamento hemisférico, com o nítido objetivo de relançá-lo em bases mais sólidas, porque fincadas na nova realidade de todas as nações deste lado do Atlântico.

Estamos hoje aqui reunidos para dar continuidade a um trabalho que já se vem realizando, com sucesso, desde 1990. Vinte e cinco importantes países fazem-se hoje aqui representar. Suas conclusões serão divulgadas e analisadas por outros parceiros internacionais. Atitudes firmes serão cobradas no plano interno, para que reflitam realidade de maior desenvolvimento e bem-estar social. Trata-se de tarefa difícil, mas nem por isso isenta de recompensas. ■



Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da República Tcheca

Discurso do Presidente Itamar Franco durante almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da República Tcheca, Václav Klaus, no Palácio Itamaraty, em 25 de abril de 1994

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao dirigir a Vossa Excelência e à delegação que o acompanha a mais calorosa saudação de boas-vindas, desejo expressar, em nome do Governo brasileiro e em meu próprio, a grande satisfação que experimentamos em receber sua visita ao Brasil.

Muito nos distingue a presença em terra brasileira do eminente Chefe de Governo da República Tcheca. Na pessoa de Vossa Excelência mesclam-se, em feliz simbiose, o intelectual e o estadista.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência tem, para o Governo brasileiro, o significado da renovação, entendida como a reafirmação de antigos sentimentos e propósitos dentro de novo contexto.

Em 1993, a comunidade internacional acolheu, em reconhecimento ao desejo de autodeterminação, expresso de maneira democrática pelo povo tcheco, a recém-criada República Tcheca.

O Brasil foi o primeiro país a manifestar sua disposição de estabelecer com o novo Estado relações de amizade e cooperação.

O gesto brasileiro refletiu os mais de oitenta anos de relações frutíferas que mantivemos com a extinta Checoslováquia e o patrimônio de amizade acumulado durante esse longo período.

Senhor Primeiro-Ministro,

No Brasil, alcançada a plena democratização das instituições políticas, os esforços concentram-se agora no desenvolvimento econômico do País com justiça social.

Também no plano internacional, a democratização do processo decisório nos foros multilaterais é fundamental para o encontro de soluções satisfatórias para os grandes problemas que o mundo enfrenta.

Concomitantemente, o Brasil procura cada vez mais ampliar os horizontes de suas relações bilaterais, buscando afirmar sua condição de parceiro multifacetado e competitivo.

Nosso raio de ação externa mais imediato é, sem dúvida, a América Latina. A experiência exitosa do processo de integração econômica com os países vizinhos do Mercosul tem demonstrado a viabilidade da cooperação regional.

Não nos descuidamos, todavia, de aprofundar nossas relações com a Europa Centro-Oriental, região em que se produziu a mais formidável transformação da ordem internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Deploramos que a afirmação da identidade nacional em certos casos tenha degenerado em conflitos cruentos, como na ex-Iugoslávia. Temos grande esperança de que possam ser solucionados em breve pela via da negociação, e não temos nos furtado a contribuir para esse propósito.

Por outro lado, registramos, com apreço, a forma pacífica e democrática pela qual as Repúblicas Tcheca e Eslovaca proclamaram sua soberania nacional.

Esta vocação manifesta da República Tcheca para o diálogo e para o entendimento a torna país de destaque no espectro da atuação diplomática brasileira na Europa Central e cria condições favoráveis para

que o relacionamento bilateral se desenvolva de maneira positiva.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao longo das conversações que mantivemos, foi possível verificar a grande convergência de pontos de vista de nossos Governos sobre os principais temas da atualidade internacional. Pudemos tratar, de maneira objetiva, das perspectivas de incremento das relações bilaterais e do potencial de cooperação entre nossos dois países.

O Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre os Governos do Brasil e da República Tcheca, celebrado hoje, constitui instrumento apropriado às novas condições econômicas prevalecentes em ambos os países e favorece o crescimento do intercâmbio bilateral.

Imbuído do espírito construtivo e cordial que presidiu nossos encontros, convindo todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, pelo fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a República Tcheca e pela crescente prosperidade do povo tcheco.

Muito obrigado. ■



Ministro Celso Amorim visita o Senado da República Francesa

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião de sua visita ao Senado da República Francesa, em Paris, em 5 de maio de 1994

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e da Defesa do Senado

Senador Xavier de Villepin,

Senhores Senadores,

Agradeço o amável convite para esta conversa sobre a situação do Brasil e sobre as possibilidades que se renovam de um diálogo mais fluido e profícuo com a França.

É uma honra ser recebido pela Câmara Alta do Parlamento, que, ontem como hoje, simboliza a própria República Francesa. Sua história vincula-se estreitamente à defesa e à promoção da liberdade, da democracia e da dignidade humana. Os princípios políticos aqui consagrados não respeitaram fronteiras e serviram de inspiração a outros povos que, a exemplo dos franceses, desejavam para si uma Nação mais livre e mais justa. São valores democráticos que dignificam o homem e que devem, igualmente, governar as relações entre os Estados.

Rendo minha especial homenagem ao Senador De Villepin, a quem já tive o prazer de receber em Brasília, por ocasião

de suas viagens ao Brasil. A ninguém passa despercebida a contribuição que vem dando ao relacionamento entre o Brasil e a França.

Quero também deixar registro da minha alegria de estar em Paris e poder sentir e ouvir um pouco das novas tendências da cultura francesa. Orgulha-me dizer que minha formação intelectual, assim como a de boa parte de minha geração no Brasil, sofreu forte influência da arte e do pensamento deste país. Recordo em particular os ensinamentos da literatura dos iluministas, como Voltaire, Montesquieu, Rousseau, ou, mais adiante com os românticos, como Victor Hugo, Stendhal e Lamartine. Como amante do cinema, sempre tive especial admiração por tudo o que foi produzido aqui desde René Clair, Jean Vigo e seus contemporâneos até os grandes nomes da *nouvelle vague*, como Resnais, Godard e Truffaut.

Senhores Senadores,

Uma análise apropriada do Brasil contemporâneo deve começar por apontar a grande complexidade e diversidade de sua realidade geográfica, econômica, social,

política e étnica. O nosso território é mais extenso do que a Europa Ocidental e nossa população é quase o triplo da francesa. Nossa formação étnica é um mosaico de raças e de culturas. Lado a lado, convivemos descendentes de indígenas, europeus, africanos, asiáticos e tantas outras origens. Abrigamos e respeitamos em nossa sociedade os mais diversos credos. Somos também um país de contrastes regionais e de desequilíbrios estruturais. Somos simultaneamente amazônicos, platinos, atlânticos e dividimos fronteiras pacíficas com dez países. Por outro lado, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento convivem e interagem em nosso território, ora projetando a imagem de um país moderno e pujante, ora expondo as distorções geradas pela má distribuição de renda.

Para compreender o Brasil e identificar as oportunidades de com ele cooperar, o observador estrangeiro não deve perder de vista sua evolução histórica e suas tendências estruturais. A diversidade do cotidiano e as aparências superficiais com frequência confundem os analistas, impedindo-os de perceber o Brasil em toda a sua complexidade. É a força desse Brasil contraditório, sem dúvida, mas rico e intensamente dinâmico que explica a inequívoca confiança de quantos lá trabalham e produzem, inclusive dirigentes de importantes grupos econômicos internacionais. São eles que convivem com as potencialidades e com o extraordinário dinamismo em uma Nação que se desenvolve em meio a desequilíbrios e dificuldades que, em outros lugares, teriam o efeito de paralisar a vida nacional. O Brasil é vasto, complexo e

diverso demais para caber em esquemas analíticos simplificadores.

Sob o enfoque político-institucional, a primeira e principal evidência é a de que, hoje, a sociedade brasileira é das mais democráticas e pluralistas. O Congresso Nacional exerce, na mais absoluta plenitude, os poderes que lhe conferem a Constituição Federal e o Poder Judiciário e o Ministério Público, em conformidade com o preceito constitucional, atuam de modo rigorosamente independente. A imprensa é livre, atuante, vigorosa e sempre atenta aos problemas nacionais. São inúmeras as organizações populares que se articulam na defesa de interesses de grupos específicos da população. Poucos países têm passado em matéria de evolução democrática pelos severos testes que o Brasil enfrentou de forma – e o digo sem modéstia – verdadeira e exemplar.

Naturalmente, o regime democrático torna o processo decisório mais complexo e mais lento. Justamente porque a democracia brasileira é genuína e autêntica, não deixa ela lugar para soluções de cunho tecnocrático. O aprendizado institucional é difícil, às vezes parece muito longo – outros países considerados bem-sucedidos preferiram caminhos mais fáceis –, mas estamos seguros de que os passos dados democraticamente são firmes e dificilmente reversíveis, porque fruto do consenso.

Com a prática continuada da democracia, o Brasil experimenta, hoje, outro significativo avanço institucional. A moralidade na vida pública surge como exigência inarredável de todos os seg-

mentos da sociedade. Aos quatro políticos demanda-se não só a eficiência, mas também probidade. A renovada consciência ética impôs, no passado recente, que instrumentos estritamente legais e legítimos fossem utilizados para investigar denúncias de corrupção no aparelho estatal, punindo-se os eventuais culpados. O processo de depuração da vida pública brasileira, a exemplo do que ocorre em outros países, não está poupando os mais altos escalões da Administração, do Parlamento e do empresariado.

A mesma consciência ética orienta a firme atuação do Governo e da sociedade brasileiros na defesa dos direitos humanos, tanto no plano externo quanto no interno. O Brasil é signatário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, bem como das demais convenções internacionais na matéria. Reconhecemos expressamente a legitimidade das preocupações internacionais com a situação humanitária no mundo e dispomo-nos a diálogo fundado na boa-fé e na cooperação com quantos estejam dispostos a colaborar eficazmente na promoção dos direitos de pessoas humanas. Importa reiterar, contudo, que, no Brasil, problemas com relação aos direitos humanos ocorrem, a despeito da ação preventiva e repressiva do Governo, originando-se, sobretudo, em desequilíbrios sociais acumulados durante décadas. Temos consciência, por outro lado, de que somente com o fim da impunidade dos violadores será possível garantir a vigência plena dos Direitos Humanos. As prisões e condena-

ções de infratores em episódios recentes têm demonstrado a firmeza com que o Governo e a própria sociedade têm perseguido esse objetivo. É, portanto, sobre essas duas premissas – o compromisso do Governo brasileiro com a defesa da dignidade humana e a vinculação entre pobreza e desrespeito aos direitos humanos – que deve repousar o debate das soluções para os problemas que, todos reconhecemos, são urgentes.

Senhores Senadores,

Democracia e direitos humanos são princípios cuja prática está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar da população. Consciente da imperiosa necessidade de manter o ritmo de seu crescimento, o Brasil trata hoje de fazer a transição do modelo de substituição de importações para o de economia aberta e integrada ao resto do mundo. Essa transformação, que ocorre em numerosos outros países, assume, no caso brasileiro, especificidade que a torna ainda mais complexa. O modelo de desenvolvimento, que deu sinais de esgotamento no início da década de oitenta, conheceu, no Brasil, êxito singular: em cinqüenta anos, os brasileiros desenvolveram a mais sofisticada economia industrial do Sul, mantendo, ao longo desse período, taxas de crescimento médio anual superiores a 7%. Apenas para ilustrar as transformações ocorridas, em 1958, o país exportava 85% de matérias-primas e 15% de produtos industrializados. Hoje, as posições se inverteram.

A prioridade está concentrada agora nos programas de desregulamentação, privatização e de promoção de justiça social.

Desde 1988, desenvolve-se esquema de redução da proteção alfandegária: as tarifas médias, que, naquele ano, eram de 51% são, hoje, de 14%, enquanto que a alíquota mais alta passou de 105% para 35%. Ademais, a partir de 1989 foram eliminadas todas as proibições de importação e as restrições não-tarifárias. Como resultado, o comércio exterior brasileiro atinge, hoje, a cifra aproximada de US\$ 64 bilhões, com exportações que se repartem equilibradamente entre as várias regiões do mundo (26% para a União Européia, nosso maior parceiro comercial; 23% para a América Latina; 20% para os EUA e 16% para a Ásia) e que são responsáveis pela manutenção de um superávit comercial na ordem de US\$ 13 bilhões.

Aos bons resultados no plano da produção e do comércio exterior veio somar-se o expressivo fluxo de capitais estrangeiros para as bolsas de valores, em montante equivalente, no ano passado, a US\$ 36 bilhões. As reservas cambiais do País obtiveram aumento significativo, alcançando, em fevereiro de 1994, a marca inédita de US\$ 35 bilhões.

Outro importante aspecto das reformas em curso no Brasil consiste no esforço do saneamento das contas públicas. Nesse domínio, embora muito reste a fazer, já se podem contabilizar alguns ganhos. A despeito de dificuldades políticas e jurídicas, o Estado passou para a iniciativa privada grande parte das empresas públicas sob seu controle, destacando-se a completa privatização da siderurgia e da petroquímica. Os recursos obtidos nessas operações estão sendo destinados a programas

de modernização da própria indústria. A venda das empresas de prestação de serviços públicos, com patrimônio estimado em centenas de bilhões de dólares, constitui processo muito mais complexo, que, por essa razão, está sendo preparado com cautela.

O equilíbrio das contas públicas também se beneficiará dos avanços significativos, eu diria históricos, registrados no âmbito da dívida externa. Após onze anos de conversações, o Brasil firmou, recentemente, amplo acordo com os credores privados, medida que normalizará definitivamente nosso relacionamento com a comunidade financeira internacional. A solução da dívida oficial com os credores do Clube de Paris, encaminhada desde 1992, depende hoje apenas de acerto complementar do Brasil com o FMI.

Esse conjunto de ações destinadas a recuperar a economia teve resultados bastante positivos em 1993, quando a taxa de crescimento do PIB foi de cerca de 5%. A expansão prosseguiu nos primeiros meses de 1994, tendo-se verificado, em janeiro, a segunda maior taxa de incremento da produção industrial nos últimos dez anos. Coerentemente, observou-se aumento acentuado na importação de bens de capital, informática e matérias-primas. Por esses indicadores, recorro aqui as observações feitas recentemente pelo conhecido economista mexicano, Jorge Castañeda, que ao comparar o Brasil com seu país, onde a economia cresceu, à taxa de 0,4%, com déficit comercial de US\$ 25 bilhões, pergunta-se por que um país e não outro é considerado um «caso de sucesso».

Todos sabemos que as análises pessimistas sobre o Brasil sublinham os aspectos negativos conjunturais da economia, em particular as taxas inflacionárias superiores a 40% ao mês. Não se pode minimizar a importância desse fato. Sabem a sociedade e o Governo brasileiros que a permanência da inflação nos atuais patamares não só inviabiliza qualquer esforço de crescimento econômico, mas também ameaça a paz social e a estabilidade política.

Assim, o Governo do Presidente Itamar Franco negociou com o Congresso Nacional amplo programa de estabilização econômica, que busca suprimir as causas mais profundas e estruturais do pernicioso processo inflacionário brasileiro. O programa baseia-se em três pilares e está sendo executado em fases sucessivas e interligadas: a eliminação do déficit público; a criação de um índice – a Unidade Real de Valor (URV) – de correção diária, automática e, tendencialmente, universal dos valores expressos em cruzeiro real; e, como último passo, após a total adesão dos agentes econômicos ao novo índice, a criação de uma Nova moeda, o real, que se deseja conversível. O programa, ao contrário de planos anti-inflacionários anteriores, não foi imposto à sociedade nem significou a quebra de contratos ou a interferência na formação de custos e preços finais.

O Governo espera uma efetiva queda da inflação para quanto for lançada a nova moeda, o que deverá ocorrer nos próximos meses. No entanto, já se verificou, em abril passado, modesta deflação em URV nos

setores competitivos, o que indica a progressiva acomodação dos preços relativos. Assim, é perfeitamente possível esperar que a economia brasileira alcance razoável grau de estabilidade, com pequenas taxas de inflação, dentro dos próximos dois ou três meses.

Senhores Senadores,

A atuação externa do Brasil está firmemente enraizada nessa realidade política, econômica e social que busquei retratar. Nossa identidade, como País e como Sociedade, determina a ação diplomática do Brasil, que por isso constitui instrumento do desenvolvimento social e econômico da Nação.

Complexo, desigual, plurifacetado, multirracial, o Brasil tem peso e lugar próprios nos cenários regional e internacional. Sua projeção externa é global e equilibrada, o que requer uma política exterior de cunho universalista, sem prejuízo de indispensável definição de prioridades e ênfases particulares. A complexidade e a diversidade do Brasil conferem à nossa diplomacia notável capacidade de diálogo com os mais variados interlocutores. As circunstâncias brasileiras ampliam o poder de articulação internacional do País.

A credibilidade de nossa ação externa está em estreita relação com o fato de assumirmos o que somos e agirmos com consistência na defesa do ideal universalista. A nossa identidade favorece a nossa atuação como geradores de consenso e promotores do equilíbrio na elaboração e administração da agenda internacional. Assim agimos nas Conferências sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio, e sobre Direitos Humanos, em Viena, e na Rodada Uruguai do GATT, ocasiões em que pudemos contribuir para o estabelecimento de canais de diálogo entre países com interesses distintos. Apresentamos o mesmo perfil no Conselho de Segurança da ONU, como membro não-permanente.

A consolidação, no Brasil, dos valores democráticos intitula-nos a orientar nossa ação externa por iguais valores. Desse modo, a diplomacia brasileira prestigia e valoriza o diálogo democrático entre as nações: prestigiamos as Nações Unidas e, em particular, sua Assembléia Geral. Defendemos a ampliação do Conselho de Segurança, porque acreditamos necessário torná-lo mais representativo. Não temos dúvida de que, ampliado de forma equilibrada, o Conselho será mais legítimo e, por isso mesmo, mais eficaz na promoção da paz e da segurança internacionais.

O Brasil é um país inequivocamente devotado à paz mundial. Já demonstramos nosso repúdio às armas de destruição em massa por meio de várias e importantes iniciativas: a reforma do Tratado de Tlatelolco, mais abrangente e eficaz do que o TNP; o Acordo Quadripartite de Salvaguardas, com a Agência Internacional de Energia Atômica que atesta o caráter pacífico de nosso programa nuclear; a Convenção de Armas Químicas precedida pela iniciativa regional (a Declaração de Mendoza); e a recente Declaração sobre Aplicação de Diretrizes do MTCR – Regime de Controle de Mísseis – são todas iniciativas que demonstram o cabal compromisso

do Brasil com a não-proliferação. Compromisso, de resto, inscrito na Constituição e lastreado em nossa história. Ninguém ousará duvidar da índole pacífica da Nação brasileira. Somos, no mundo, o país com menor índice de despesas militares em relação ao PIB. E, embora tenhamos mais de dezesseis mil quilômetros de fronteiras compartilhadas com dez países, há mais de 120 anos não nos envolvemos em nenhuma guerra no continente.

Nosso histórico em defesa da paz e da segurança internacionais credencia-nos a reivindicar o intercâmbio tecnológico fluído, inclusive de tecnologias sensíveis, para fins pacíficos. E é por sermos um País comprovadamente confiável e consciente dos riscos inerentes à proliferação de armas de destruição em massa que não podemos admitir restrições infundadas ao legítimo e indispensável desenvolvimento tecnológico do Brasil. Há um certo paradoxo na ação de alguns países nessa matéria, pois, a um só tempo, manifestam sua preocupação pelas condições materiais de vida em países do Sul e lhes negam o acesso à tecnologia que contribuiria para a melhora daquelas condições.

Neste momento de transição mundial em que todos lutam por ajustar-se a novas condições políticas e econômicas, o sistema internacional vê-se tolhido por receios e preocupações de curto prazo. Há os que temem perder os privilégios, há os que padecem de uma síndrome da decadência e identificam inimigos nos recém-chegados ao convívio econômico internacional. Ao crescerem, os países do Sul não subtraíram inteligência nem capacidade ge-

renciais aos seus parceiros industrializados. Pelo contrário, aportarão diversidade, aumentarão a demanda, criarão novos mercados. É importante que a miopia do medo ceda lugar à opção pela confiança e pela cooperação. Naturalmente, nada pode substituir os esforços internos de cada sociedade para elevar seu bem-estar material. Contudo, é perfeitamente legítimo esperar, pelo menos, que às dificuldades domésticas não se venham somar outras, externas, a tornarem mais penoso o já difícil trajeto rumo à prosperidade.

No campo comercial, por exemplo, e em especial no âmbito do GATT, cumpre afastar projetos que, mesmo quando bem intencionados, representariam claro e inadmissível óbice ao desenvolvimento dos países carentes. É precisamente o caso de propostas baseadas no conceito, cientificamente discutível e politicamente perigoso, de «*dumping* social». Evidentemente, todos – ricos e pobres – desejamos a elevação da qualidade de vida das populações pobres em todo o mundo. Contudo, não será este o efeito de algumas propostas oferecidas aos negociadores em Genebra. Ao contrário, sua aceitação reduziria a competitividade das economias do Sul e serviria de pretexto para medidas protecionistas, com efeitos bastante negativos sobre o emprego e, portanto, sobre as condições de vida da população. Estou certo de que o bom-senso e a razão haverão de prevalecer também nesse caso. Preocupações análogas existem quanto à vinculação entre comércio e meio ambiente.

Exemplo positivo de cooperação internacional para o desenvolvimento social e

econômico é dado pelas iniciativas de integração sub-regional e regional na América do Sul. No nosso continente, criamos e promovemos, juntamente com nossos vizinhos do Cone Sul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) o Mercosul cuja primeira etapa, a completar-se brevemente, consiste numa união aduaneira, base do futuro mercado comum. O expressivo êxito alcançado nos primeiros anos do novo mercado, que fez saltar o comércio intra-regional de US\$ 3,7 bilhões em 1990 para US\$ 7,4 bilhões no ano passado, estimulou o Presidente Itamar Franco a propor a criação da Associação de Livre Comércio Sul-Americana, idéia inspirada nas novas regras do GATT e na necessidade de aglutinação das diversas iniciativas parciais de integração no continente.

Senhores Senadores,

Conforme assinalei há pouco, o Brasil pratica uma política externa ecumênica e coerente com a expressão e a diversidade do nosso país. O tempo aqui seria exíguo para tratarmos, em detalhes, do conjunto das relações externas brasileiras. Creio, todavia, importante destacar que, com a Europa Ocidental o Brasil mantém vínculos bastante estreitos, muitos deles constitutivos de nossa nacionalidade e de nossa história. Intensificar nosso relacionamento com o continente europeu, em todos os seus aspectos, constitui, assim, interesse claro e permanente da política externa do Brasil. Nesse contexto, cobram relevância nossas relações com a União Européia e, em particular, com a França.

A história do Brasil e da França se entrelaçam muito especialmente a partir

de 1808, quando o Brasil se torna um reino unido a Portugal em decorrência da transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Desde então e até a segunda guerra mundial, a principal influência cultural, política e militar na sociedade brasileira era a francesa.

A missão artística que no início do século XIX criou a Academia de Belas Artes; o francês como a língua estrangeira mais falada no Brasil; a missão militar que, até a segunda guerra, influiu decisivamente na formação, na doutrina e mesmo nos equipamentos utilizados pelos militares brasileiros; a organização política brasileira, democrática desde a independência, com vínculos profundos com a monarquia constitucional e mais tarde com a república francesa; o ensino, onde além do modelo francês de liceu e de currículo, ressalta a importância estratégica da criação do núcleo da futura Universidade de São Paulo, através da Faculdade de Sociologia e Política por um grupo de professores franceses, onde se destacava Levy Strauss; a criação da Escola de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto, por engenheiros franceses; a cooperação dos militares brasileiros com a França nas duas guerras mundiais; a França como ideal de sociedade e cultura, nada disto se perdeu, totalmente. É preciso manter, vivificar, ampliar e renovar esta amizade.

Esses vínculos, em que se destacava a contribuição francesa, hoje se tornaram mais equilibrados como decorrência do desenvolvimento econômico brasileiro. Sabemos do apreço que se tem, na Fran-

ça, pela música, pela literatura e pelo cinema brasileiros.

O exemplar programa de cooperação científica e tecnológica entre a França e o Brasil se desenvolve com nítido proveito recíproco; na aeronáutica, o Brasil utiliza os aviões Mirage e a França os aviões brasileiros de treinamento militar, o Xingu e o Tucano; utilizamos o Airbus, e a França o Brasília e o Bandeirante na sua aviação civil; o Brasil possui a maior frota de helicópteros franceses fora da França e também produz helicópteros com tecnologia francesa.

O Brasil vê a França como um parceiro de cooperação e não como fonte de programa assistencial. O Brasil deseja aprofundar com a França e com os grandes países europeus que a ela se associam na audaciosa aventura da União Européia os laços de cooperação recíproca em todos os campos, do político ao cultural, do tecnológico ao militar, do econômico ao científico. Os empreendimentos integracionistas em que estamos empenhados, em especial o Mercosul abriram perspectivas novas de relacionamento entre a Europa e a América Latina, no qual o Brasil e a França têm papel primordial.

Considera o Brasil que a diversidade, a multiculturalidade, a multi-etnicidade são características essenciais da América do Sul, da América Latina e do próprio Brasil. A francofonia tem, como a lusofonia, um papel estratégico em uma política de promoção de multiculturalidade. Nesse contexto, o acordo-quadro de cooperação cuja negociação o Brasil propôs à França poderá ser importante instru-

mento de dinamização do conjunto das nossas relações.

Senhores Senadores,

O esforço de crescimento é primordialmente interno, fruto da vontade, do trabalho e da criatividade nacionais. O Brasil foi o país que mais cresceu nos últimos cem anos e hoje, apesar de uma inflação atípica continua a crescer. Nossa crescente inserção na economia mundial é comprovada pela expansão e diversificação de nosso comércio exterior e pelo nível e diversidade dos investimentos estrangeiros: o Brasil é o sexto destino dos investi-

mentos franceses no exterior. A Rhône-Poulenc chegou ao Brasil em 1920 e a vitalidade dos investimentos franceses são comprovados pelos seus lucros extremamente significativos e pelo interesse que outras empresas francesas, ainda não instaladas no Brasil, como a Renault e Peugeot, demonstram pelo país.

Minha presente visita a Paris é expressão da alta prioridade que o Governo brasileiro concede à excelência das relações com a França, e do firme propósito de, com criatividade e equilíbrio, torná-las ainda mais dinâmicas. ■



Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Romênia

*Discurso do Presidente Itamar Franco durante
almoço oferecido ao Primeiro-Ministro da Ro-
mênia, Nicolae Văcăroiu, no Palácio Itamaraty,
em 11 de maio de 1994*

Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à importante delegação que o acompanha em sua primeira visita ao Brasil.

O Governo brasileiro sente-se reconhecido por esta manifestação de apreço da Romênia, país com o qual compartilhamos o desejo de estreitar os laços de amizade e cooperação que nos unem.

A visita de Vossa Excelência representa a continuação de uma série de iniciativas, dentre as quais cito a vinda ao Brasil do Senhor Oliviu Gherman, Presidente do Senado da Romênia, e a do Senhor Cristian Ionescu, Ministro do Comércio, em fevereiro de 1994, ocasião em que foi assinado o novo Acordo de Comércio e de Cooperação Econômica entre nossos dois Governos.

Muito nos honra agora receber a visita do Chefe de Governo, que, com dinamismo e lucidez, tem conduzido o delicado processo de transição da Romênia.

Formulo, pois, votos de que a visita de Vossa Excelência ao nosso país seja agradável e produtiva.

Senhor Primeiro-Ministro,

A aproximação entre o Brasil e a Romênia é favorecida pela cultura latina que nos é comum. Considero que as recentes transformações políticas e econômicas na Romênia tendem a facilitar os contatos entre os setores governamentais e privados de ambos os países e a propiciar a dinamização das relações bilaterais.

Também o abrangente programa de reformas econômicas que empreendemos no Brasil tem tido impacto positivo na inserção crescente do país no comércio internacional e na comunidade econômico-financeira mundial.

Vejo com confiança o futuro das relações entre o Brasil e a Romênia. O amplo quadro de acordos bilaterais e o potencial de cooperação política, comercial, científico-tecnológica e cultural permitem entrever o desenvolvimento positivo de nosso intercâmbio.

Seja no campo econômico, seja no campo político, a atuação externa do Brasil tem como objetivo último a construção de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Consideramos que o encaminhamento de soluções para as questões globais passa necessariamente pela democratização do processo decisório nos foros multilaterais. Por esta razão, propugnamos que a eventual reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas seja feita de forma democrática e leve em conta os interesses de todos os membros da Organização.

Envidamos, igualmente, esforços no sentido de consolidar os mecanismos de integração regional, em esquema de cooperação aberto a terceiros países e a outras associações multinacionais. É essa diretriz que preside o Mercosul e que tem assegurado seu bem-sucedido funcionamento.

Senhor Primeiro-Ministro,

A presença de Vossa Excelência em Brasília proporcionou a oportunidade de passarmos em revista os principais temas

da agenda internacional, sobre a qual temos posições bastante próximas.

Permitiu, igualmente, ampla troca de informações sobre a presente conjuntura em nossos países, bem como a análise aprofundada das perspectivas de incremento das relações bilaterais em variados campos de atividade.

Concomitantemente, nossos Governos celebraram importantes instrumentos que deverão contribuir para o fortalecimento da cooperação entre o Brasil e a Romênia.

Temos, diante de nós, vasto campo para uma proveitosa atuação conjunta e estou certo de que saberemos encontrar caminhos criativos e inovadores para concretizar projetos e operações de interesse comum.

É com esse espírito construtivo que convido todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde e felicidade de Vossa Excelência e dos ilustres membros de sua delegação, pelo desenvolvimento das relações bilaterais e pela crescente prosperidade e bem estar do povo romeno.

Muito obrigado. ■



O Novo Mapa do Comércio Mundial

Palestra proferida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante o seminário internacional «O Novo Mapa do Comércio Mundial», realizado no Centro de Convenções Gazeta Mercantil, São Paulo, em 26 de maio de 1994

Os sete anos de negociações da Rodada Uruguai corresponderam, na América Latina, a um período de transição na história econômica da região, marcado pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e a adoção de nova estratégia econômico-comercial baseada na busca de uma «inserção competitiva» na economia mundial. Esses fatos tiveram um papel determinante na atuação dos países latino-americanos nas negociações.

Desde meados da década de 80, ficara evidente que o modelo de crescimento econômico que havia inspirado três décadas de política industrial se havia esgotado. Na verdade, a fragilidade dos modelos latino-americanos, que se baseavam no binômio mercado interno-poupança interna, tem suas raízes não tanto em seus elementos intrínsecos, mas em outros fatores, como a debilidade da poupança interna, a má distribuição de renda e o descaso pela educação, fatores esses que, quer pelo lado do mercado, quer pelo lado dos fatores de produção, tornaram as econo-

mias latino-americanas extremamente vulneráveis. O esgotamento do modelo, dramatizado pela escassez de fontes externas de crédito e pela crise financeira do Estado, expôs a necessidade de reorientar-se o sentido do desenvolvimento econômico e readequarem-se os instrumentos de política comercial em favor de uma maior integração no mercado internacional.

A reforma do regime de comércio exterior dos países em desenvolvimento, em geral, e da América Latina, em particular, habilitaram-nos a ter uma postura mais engajada nas negociações econômicas multilaterais da Rodada Uruguai. Coerentemente com a mudança de estratégia de desenvolvimento, houve uma flexibilização da posição negociadora na Rodada. Nesse novo espírito, o Brasil, que mantinha até então atitude essencialmente defensiva, apresentou, na Rodada Uruguai, uma oferta de consolidação de suas tarifas a 35% para todo o universo tarifário (across the board) para produtos industriais, ao mesmo tempo em que assumia, em relação a produtos agrícolas, os com-

promissos de redução contidos na Ata Final. Em virtude dessas mudanças de política foi possível, também, aceitar a inclusão dos chamados «novos temas»: propriedade intelectual, investimentos e serviços, no entendimento de que essa seria a contrapartida necessária para a preservação do sistema multilateral e o aperfeiçoamento das regras e procedimentos multilaterais consubstanciados na parte normativa da Rodada (notadamente salvaguardas, antidumping, direitos compensatórios e solução de controvérsias) e para a abertura, ainda que modesta, do setor agrícola. No que se refere a serviços, o Brasil fez oferta bastante ampla, que cobre grande número de setores, além de ter trabalhado ativamente na confecção do acordo-quadro.

Num primeiro balanço dos resultados acordados na Rodada, em termos quantitativos, a estimativa é de crescimento anual da renda global de US\$ 235 bilhões. Em termos comerciais, estudos apontam para um incremento de US\$ 735 bilhões anuais em 2005.

No que se refere a acesso a mercados, a estimativa preliminar de redução na medida ponderada de tarifas aplicadas pelos países desenvolvidos sobre produtos industriais é da ordem de 38%. Para os produtos industriais provenientes de economias em desenvolvimento, tal redução foi de 34%. Há, ademais, marcada assimetria no que se refere às ofertas de liberalização dos países desenvolvidos em comparação com os países em desenvolvimento. Esses países, tendo, em sua maioria, tomado medidas de liberalização autônomas corajoso-

sas e abrangentes, não foram correspondidos de maneira satisfatória por seus parceiros desenvolvidos. Produtos como têxteis, produtos de pesca, couro, borracha e calçados, de grande importância para as economias da região, tiveram uma redução abaixo da média para os produtos industriais em geral. Outro dado interessante é que houve aumento, de 78% para 97%, do universo de consolidações das tarifas para os países industrializados e, em contraste, de 21% para 65% no que se refere aos países em desenvolvimento.

Na avaliação dessas cortes tarifárias para a América Latina, não se deve esquecer a importância crescente que os produtos manufaturados têm na pauta de exportações da região. Negociações setoriais que envolveram principalmente os grandes parceiros, mas cujos resultados se estendem aos demais pela cláusula NMF, foram responsáveis pela eliminação ou redução substancial de tarifas, em setores como papel e celulose, polpa, madeira, cerveja e aço. Também aí há um potencial de ganho, desde que as reduções de tarifas não venham a ser neutralizadas por outros expedientes, como medidas *antidumping*, restrições ambientais etc.

Com relação aos produtos agrícolas, a adoção do princípio da tarifação universal e a conseqüente eliminação de todas as barreiras não-tarifárias, a limitação dos subsídios à exportação e do apoio interno representam compromissos que, ainda que um tanto diluídos pelo Acordo de Blair House II, constituem importante passo no sentido da liberalização e de um comércio menos distorcido.

Apesar de o acordo final não ter satisfeito plenamente as expectativas dos países mais competitivos, cabe notar que o que se logrou no âmbito da Rodada representa o estabelecimento, pela primeira vez, de disciplina em um setor que, por força de derrogações, se encontrava tradicionalmente à margem do GATT. No que se refere à parte tarifária, tomando como ilustração um produto bastante sensível para o Brasil, que sofre com picos tarifários praticados pelos Estados Unidos e pela CEE e que não foi objeto de ofertas satisfatórias por parte daqueles parceiros – o suco de laranja – haverá um corte de 15% no mercado norte-americano e de 20% no mercado comunitário, o que representa um ganho, ainda que modesto. Por fim, o acordo sobre barreiras sanitárias e fitossanitárias permitirá maior transparência e previsibilidade em uma área passível de aplicação de padrões muitas vezes discutíveis. O mesmo se pode dizer com relação a têxteis: ainda que esse acordo esteja longe do ideal, há que se considerar os benefícios da integração plena desse setor no sistema do GATT e da extinção do Acordo Multifibras, prevista para dez anos.

Sem menosprezar os ganhos quantitativos, os resultados mais importantes da Rodada são, no entanto, os relativos à parte normativa. A Ata Final reduz consideravelmente a margem de arbítrio no que se refere à imposição de medidas *antidumping*, direitos compensatórios e salvaguardas, eliminando a imposição de medidas de área cinzenta. Ao mesmo tempo, pelo princípio do *single undertaking*, os acordos resultantes da Rodada,

salvo algumas exceções, são válidos para todos os participantes.

A parte relativa à solução de controvérsias procura sanar certas imperfeições do sistema do GATT – como a possibilidade que tinha a parte perdedora de bloquear a adoção do relatório do panel. O acordo alcançado melhora e consolida num só texto regras, procedimentos e entendimentos que, até o momento, estavam dispersos em distintos instrumentos cuja força jurídica era não raro objeto de discussão. Fica resolvida também a questão das derrogações em casos de contrariassem legislação anterior à entrada em vigor do Acordo Geral, invocada por alguns países com o fim de não aplicar dispositivos do Acordo Geral (*grandfather clause*). Além disso, a adoção de um sistema unificado de solução de controvérsias representa constrangimento à adoção de medidas unilaterais. A observância do princípio de que as disputas comerciais devem passar pelo crivo da OMC, estabelecido de forma clara, no artigo 23 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias terá, entretanto, que passar pelo teste da prática.

Tão importante quanto a questão das regras é, no entanto, a disposição política dos governos de pôr em prática o acordo. Nesse sentido, algumas interrogações permanecem. Ressalte-se a situação da Ata Final com relação ao ordenamento jurídico interno de alguns países, como os Estados Unidos, por exemplo, onde o tratado internacional não necessariamente prevalece sobre a lei interna. É sabida a disposição do Departamento de Comércio de aplicar sobretaxas sobre produtos que

julga estarem sendo objeto de *dumping* de maneira independente dos instrumentos do GATT. As novas regras, conquanto mais estritas, não dão garantia plena quanto ao emprego abusivo de tais medidas. O mesmo raciocínio se aplica à questão da utilização de medidas unilaterais. Se é certo que o acordo de solução de controvérsias deve, ao menos, inibir esse tipo de ação, ao retirar a autoridade moral daqueles que delas se utilizam e ao estabelecer claramente a necessidade do recurso ao sistema da OMC, a reedição da Super 301 e a ameaça do seu emprego na controvérsia entre os EUA e o Japão está a indicar que a margem de segurança é ainda precária.

Com relação à propriedade intelectual, mesmo admitindo que os benefícios de sua incorporação ao GATT não estão claramente comprovados do ponto de vista dos países em desenvolvimento, o acordo multilateral nessa área serviu, pelo menos, para arrefecer pressões bilaterais por parte dos grandes parceiros, sobretudo no que se refere a patentes e aspectos de direito autoral. É possível ainda que o acordo venha a facilitar aos países em desenvolvimento o acesso a tecnologia avançada, mas isso dependerá da disposição política dos governos dos países desenvolvidos.

Ainda que não tenham sido objeto de negociação durante a Rodada Uruguai, alguns temas com impacto sobre comércio foram levantados na fase final das negociações e por ocasião da reunião de Marrakesh. Dentre esses «novíssimos temas», sobressai o relativo a meio ambiente, cuja relação com o comércio começou a ser

estudada preliminarmente em grupo de trabalho criado no âmbito do GATT. Foi grande o empenho de alguns países em colocá-lo sob o guarda-chuva da futura Organização Mundial de Comércio, sobretudo em função do mecanismo de solução de controvérsias. Cabe notar, no entanto, que o Comitê de Comércio e Meio Ambiente a ser criado no âmbito da OMC deverá cingir-se aos aspectos ambientais com efeitos sobre o comércio, como, por exemplo, medidas restritivas por motivos de proteção ao meio ambiente e a relação entre os dispositivos do sistema multilateral de comércio e certas medidas com propósitos ambientais, como taxas e requisitos de embalagem, etiquetagem e reciclagem. Os termos de referência do Comitê já prenunciam o tipo de tratamento que essas questões terão com relação aos princípios do novo GATT: «identificar a relação entre medidas comerciais e ambientais para promover o desenvolvimento sustentável» e «fazer as recomendações apropriadas sobre se são requeridas quaisquer modificações das disposições do sistema multilateral de comércio, compatíveis com a natureza aberta, equitativa e não-discriminatória do sistema (...)». Se isso resultará na reinterpretação ou emenda do Acordo Geral para acomodar a temática ambiental é algo que não está definido e que dependerá do curso que tomarem os debates no âmbito do Comitê.

As tentativas de alguns países de sobrecarregar a agenda da Conferência Ministerial de Marrakesh com outras questões que não foram objeto de consideração no curso das negociações enfrentou forte

oposição de países em desenvolvimento e também de certos países desenvolvidos. Registraram-se fortes pressões de última hora para introduzir, na nova estrutura que se estava criando, o tratamento do presumido vínculo entre comércio e padrões trabalhistas. Esse tema encontra grande receptividade em alguns países industrializados afetados por problemas de desemprego estrutural resultantes, em parte, da introdução de novas tecnologias no processo produtivo e, em parte, da rigidez dos sistemas de seguro social e de outros aspectos da organização do seu mercado de trabalho.

Essas tentativas, que partem também de motivações protecionistas, ao invés de contribuírem para a melhoria das condições sociais nos países em desenvolvimento, redundariam na exportação do desemprego dos ricos para os pobres, transferindo dos primeiros uma carga social que os últimos não podem suportar. Dariam ensejo, ainda, a um tipo de «protecionismo global», em que os países desenvolvidos determinariam, em última instância, o que os países em desenvolvimento produziriam e em que condições. Há que se ressaltar ainda que a questão dos direitos trabalhistas está inextricavelmente ligada a outra que teria de ser examinada de forma simultânea: a inter-relação entre comércio e livre movimentação de mão-de-obra, tema que certamente não interessa aos países mais ricos pôr em discussão. Mesmo sem figurar na Declaração Ministerial, o tema dos padrões trabalhistas vai ser objeto de discussões no Comitê Preparatório.

Entre os assuntos com influência direta incontestável sobre o comércio que deverão ser discutidos nessa fase de transição para a OMC estão as práticas comerciais restritivas, a que recorrem certas empresas em suas transações internacionais. Trata-se de uma antiga reivindicação dos países em desenvolvimento que agora vem combinar-se com a crescente atenção às políticas de competição nos países industrializados. Numa economia globalizada, tais práticas têm a capacidade de anular os esforços de liberalização empreendidos pelos governos, hipótese que é, de resto, perfeitamente reconhecida nos textos dos acordos sobre serviços e sobre propriedade intelectual emanados da Rodada Uruguai.

Globalização da economia

A Rodada Uruguai desenrolou-se sob o pano de fundo da aceleração das tendências à globalização/regionalização da economia mundial. A regionalização responde, entre outras, à necessidade de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), com os quais os países não podem arcar de maneira isolada. A globalização, por sua vez, decorre da necessidade de mercados em escala mundial para a amortização de grandes investimentos em processos e produtos novos.

Na América Latina, em parte como resposta a esses processos e em parte como meio de lograr uma inserção mais competitiva dessas economias nas correntes de comércio internacional, também se verifica a aglutinação em torno de grandes espaços econômicos. É o caso do Mercosul,

formado em 1991 entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e do Grupo dos Três entre México, Venezuela e Colômbia, cujo acordo acaba de ser assinado. O Grupo Andino, por sua vez, cuja existência data do fim da década de 60, tem-se revitalizado.

A proposta do Presidente Itamar Franco de constituição de uma Área de Livre Comércio na América do Sul, lançada por ocasião da reunião do Grupo do Rio, em Santiago, no ano passado, e que reúna o Mercosul, o Grupo Andino e o Chile, acompanha a tendência à regionalização da economia mundial e inscreve-se nesse quadro de busca de competitividade mediante a liberalização comercial e a integração econômica. Trata-se de explorar plenamente o comércio regional, liberalizando as trocas e criando condições para uma melhor inserção da região na economia internacional. O êxito do Mercosul – cujo comércio intenso já em seu terceiro ano de vida superou a cifra de US\$ 8 bilhões, contra US\$ 3,6 bilhões registrados em 1990 – prenuncia as possibilidades que aquela iniciativa abria para os países que a conformarão.

Do ponto de vista do Brasil, a conclusão da Rodada Uruguai permite ver os esforços de integração regional sob uma luz apropriada. Não se trata, obviamente, de alternativas para a inserção plena no comércio mundial, mas de passo complementar que cria condições de uma liberalização comercial por etapas, susceptível de melhorar a competitividade de nossos setores produtivos. Nunca é demais lembrar que a própria estrutura do nosso co-

mércio exterior aponta para a atenção prioritária que deve merecer o Sistema Multilateral.

Mercosul

A Rodada Uruguai, pela abrangência de seus resultados, inaugura uma nova etapa na economia internacional. Os avanços obtidos em matéria de regras e de solução de controvérsias contribuirão para dar maior previsibilidade e segurança às relações comerciais entre os países. Ao mesmo tempo, a integração de setores de interesse para os países latino-americanos, como agricultura e têxteis, também abre perspectivas auspiciosas, enquanto que as cifras relativas à abertura de mercados, ainda que tenham ficado aquém da expectativa, representam ganhos concretos. Igualmente importantes são os benefícios de longo prazo da liberalização propiciada pela entrada em vigor dos compromissos da Rodada Uruguai, em termos da melhor alocação de recursos em nível global e do aumento da competitividade.

Para países em desenvolvimento, como os da América Latina, os resultados da Rodada serão ainda mais significativos se favorecidos por iniciativas que, ao contribuírem para a criação de comércio no âmbito regional, impulsionem ainda mais as trocas entre as nações, proporcionando melhor alocação de recursos, gerando novos empregos e promovendo o desenvolvimento econômico.

Para países como o Brasil, assim como para seus parceiros do Mercosul, bem como para outros países da América Latina, cujos interesses globais resultam de

uma estrutura de comércio exterior repartida de forma homogênea por regiões, o regionalismo e o reforço do sistema multilateral de comércio são dois vetores importantes da diplomacia comercial. As iniciativas regionais que vêm ganhando ímpeto nestes últimos anos na América Latina como as aqui mencionadas devem ser vistas como complementares e não substitutivas aos esforços de consolidação do sistema multilateral.

A implementação da Rodada Uruguai exigirá adaptações legais e de práticas administrativas por parte de todos os países. Exporá também as economias, inclusive as das nações em desenvolvimento, a uma maior competição de produtos de origem externa. Instrumentos de proteção contra

práticas desleais de comércio e/ou para a aplicação correta, de acordo com as regras da OMC, de medidas de salvaguarda terão de ser criadas. Mas a Rodada abre também novas oportunidades de crescimento, que, para serem aproveitadas, exigirão esforço grande de aumento de produtividade e de absorção ou criação de tecnologia. A longo prazo, a abertura resultante da Rodada aponta no sentido de um mundo crescentemente competitivo, em que as vantagens comparativas estáticas (mão-de-obra barata, recursos naturais abundantes) terão de ceder lugar a uma especialização dinâmica baseada em investimentos na educação, no aprimoramento da força de trabalho e na crescente incorporação da tecnologia ao processo produtivo. ■



Adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, por ocasião da ade-
são do Brasil ao Tratado de Tlatelolco, na Ci-
dade do México, em 30 de maio de 1994*

Excelentíssimo Senhor Secretário de Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Embaixador Manuel Tello Macias,

Excelentíssimo Senhor Secretário do OPANAL, Embaixador Enrique Roman-Morey,

Excelentíssimo Embaixador Carlos Augusto Santos Neves,

Excelentíssimos Senhores Embaixadores,

Senhoras e Senhores,

É este um momento histórico para o Brasil e para a América Latina. Com a adesão dos cento e cinquenta milhões de brasileiros ao Tratado de Tlatelolco, a América Latina se constitui efetivamente na primeira zona habitada a banir totalmente as armas nucleares. A iniciativa pioneira de nossos predecessores é hoje um exemplo para o mundo.

Como diplomata de carreira, não posso deixar de registrar minha satisfação por ser ator e testemunha deste momento. O tema da desnuclearização da América Latina dominava as atenções quando iniciava minha vida profissional no Itamaraty. Acom-

panhei de perto as primeiras tentativas para a formulação do Tratado, bem como para as cláusulas de dispensa articuladas pelo Brasil. Mais tarde, participei do lançamento de aproximação bilateral na área nuclear com a Argentina; da negociação do Acordo Quadripartite com a Agência Internacional de Energia Atômica; e, finalmente, do processo de emendas ao Tratado de Tlatelolco, promovido por Brasil, Argentina e Chile.

Devo registrar, também nesta última fase, o papel decisivo desempenhado pelo México, como país depositário do Tratado, para o bom encaminhamento do processo de emendas.

Este papel do México vem, como se sabe, desde a concepção do Tratado, em que o Embaixador Alfonso Garcia Robles teve participação fundamental. Por sua contribuição à causa do desarmamento recebeu, com toda justiça, o Prêmio Nobel da Paz.

Brasil e México estão juntos na origem de Tlatelolco. Em 15 de novembro de 1962, ainda sob o clima da «crise dos mísseis», a Delegação brasileira junto às Nações Unidas, chefiada pelo Embaixador

Carlos Alfredo Bernardes, propunha um projeto de resolução sobre a desnuclearização da América latina, que logo contou com o apoio de Bolívia, Chile e Equador. A iniciativa não prosperou, em virtude da oposição das superpotências. Em 29 de abril do ano seguinte, os Presidentes dos mesmos países, aos quais se somou o México, emitiram declaração em que afirmavam estarem prontos a subscrever um tratado sobre a matéria. Ainda em 1963, na XVIII Assembléia Geral das Nações Unidas, foi finalmente aprovada resolução que consagrava a proposta que se iria corporificar no Tratado de Tlatelolco.

O Tratado de Tlatelolco é emblemático, por muitos aspectos, da ordem internacional que Brasil e México, e os países latino-americanos em geral, querem ver constituída. Nasceu de um impulso autóctone, independente, e pioneiro. Trata-se de um regime livremente escolhido, sem imposições de qualquer espécie. Por isso mesmo, é um tratado não discriminatório, eqüitativo, que estabelece direitos e obrigações equivalentes para todos os seus membros, condição essencial para um ordenamento aceitável para todos os participantes. Foi, ainda, um tratado inovador ao prever pela primeira vez, e claramente, garantias quanto ao emprego de armas nucleares pelas grandes potências.

Se o Brasil, país de tradição pacífica, de convivência exemplar com seus dez vizinhos, e ator tão importante na concepção e primeiros passos do acordo, apenas hoje se torna membro pleno, é porque só agora vê preenchidos os principais pré-requisitos que sempre postulou para que o

tratado entrasse em vigor. O período da Guerra Fria, cheio de tensões, desconfianças e incertezas não permitia assumir obrigações sem contrapartida de garantias efetivas por parte das potências nucleares e compromissos claros das potências extra-regionais com territórios na zona de aplicação do Tratado. Não podíamos tampouco aceitar que compromissos de desnuclearização trouxessem em seu bojo limitações arbitrárias à utilização da energia nuclear e de tecnologias de ponta para fins legítimos. São tecnologias essenciais ao desenvolvimento. E o desenvolvimento é condição essencial à paz.

Com a adesão dessas potências aos Protocolo I e II, aqueles requisitos foram finalmente cumpridos.

As emendas de caráter técnico propostas conjuntamente por Brasil, Argentina e Chile vieram, também, afastar alguns problemas para a plena vigência do acordo.

O Congresso brasileiro, no exercício de suas atribuições constitucionais, exerceu com plenitude seu direito de examinar em profundidade o texto do tratado e suas emendas, inclusive em audiências públicas, dentro do mais autêntico processo democrático. Aprovado há apenas duas semanas, o Tratado de Tlatelolco conta, assim, com o pleno respaldo da sociedade brasileira. Sua ratificação pelo Brasil reflete a solidez do consenso nacional legitimamente construído.

A adesão do Brasil ao Tratado de Tlatelolco se inscreve, de forma consistente, na atual política externa brasileira. Meu

país participa ativamente dos esforços internacionais pelo desarmamento e pela não-proliferação, bem como pelo estabelecimento de mecanismos universais de verificação, que a eles está necessariamente vinculado.

Fazem parte dessa política, além da assinatura do Acordo Nuclear com a Argentina e do Acordo Quadripartite, a assinatura, como membro originário, da Convenção de Proibição das Armas Químicas, a declaração unilateral de respeito às diretrizes do regime de controle de tecnologia de mísseis (MTCR) e a criação da Agência Espacial, de caráter civil.

Os objetivos maiores perseguidos pela política brasileira são claros: contribuir, com toda a região latino-americana, para um mundo mais pacífico e desarmado; e, ao mesmo tempo, desobstruir os fluxos de tecnologia avançada, essenciais ao desenvolvimento de nossos povos.

Além das garantias políticas que já dávamos, somam-se agora aquelas de natureza jurídica com as competentes medidas de verificação.

É importante frisar que ao longo desses anos o Brasil sempre se manteve fiel aos objetivos e princípios estabelecidos pelo Tratado de Tlatelolco. A Constituição Brasileira de 1988, consagrou como norma máxima a utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Com sua plena adesão ao Tratado de Tlatelolco, entende o Brasil haver fornecido todas as garantias de não-proliferação que se podem esperar de qualquer país. Conclui-se, assim, uma etapa

crucial da política externa brasileira, caracterizada pela transparência, pela confiabilidade e pelo propósito de reforçar o papel do país nos esforços pela paz e pelo desarmamento.

Ao renunciar de modo formal e solene, por instrumento jurídico internacional – como já o fizera em sua Constituição – à posse de armas nucleares meu país não abdica do seu legítimo direito de utilizar a energia nuclear, bem como outras tecnologias de ponta, para seu desenvolvimento econômico e o bem-estar de seu povo.

Senhor Secretário,

Brasil e México, e os demais países membros do Tratado de Tlatelolco, temos mais do que nunca o direito e o dever de nos engajarmos na promoção de um processo de desarmamento no plano global.

A lógica da Guerra Fria emprestava duvidoso e precário argumento ao equilíbrio do terror. Sua superação torna os enormes arsenais nucleares existentes ainda mais irracionais e intrinsecamente obsoletos. Cabe a países como os nossos, que renunciaram a tais armas e ofereceram todas as garantias possíveis de verificação de seus compromissos, cobrar das potências nucleares progressos significativos na mesma direção, abrindo-se a medidas de verificação que possuam o mesmo caráter multilateral e universal.

Este processo ensaia seus primeiros passos com o início da negociação de uma proibição total dos testes nucleares, na Conferência do Desarmamento, em Genebra. É nossa esperança que os atuais entraves sejam superados rapida-

mente de modo a permitir que a humanidade possa avançar no sentido da eliminação da ameaça nuclear.

A área de aplicação do Tratado de Tlatelolco encontra-se, ao Sul, com a do Tratado de Antártida, que transformou aquele continente em zona livre de armas nucleares. Defronta-se também com a área de aplicação do Tratado de Rarotonga, no Pacífico Sul. Esperamos que os limites da futura Zona Desnuclearizada da África venham a coincidir com os de Tlatelolco. Assim, a maior parte do Hemisfério Sul e uma parte do Hemisfério Norte, como esta em que nos encontramos, conformarão uma grande zona livre do flagelo nuclear.

O Brasil pretende participar positivamente, já como membro pleno, dos trabalhos do Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (OPANAL), cujo Secretário-Geral Embaixador Enrique Román-Morey, tive o prazer de receber em visita oficial ao Brasil recentemente.

Senhor Secretário,

Tive o privilégio de testemunhar a pouco mais de uma semana um evento de transcendental importância, para todo o mundo, que foi a posse de Nelson Mandela na Presidência da África do Sul. Se o Século XX começou realmente com a Primeira Guerra Mundial, como querem muitos historiadores, pode-se dizer, com igual propriedade, que o Século XXI já se iniciou sob o signo da paz, da tolerância e da reconciliação entre os homens.

Este novo mundo que desperta, a América Latina e o Caribe já o anteciparam com a construção da primeira zona desnuclearizada habitada pelo homem e no exemplo de paz e convivência que vimos dando ao mundo.

O Tratado que leva o nome da Chancelaria mexicana, agora entra em vigor para o Brasil. É para mim uma honra ser partícipe desta cerimônia histórica, na presença de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

***Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim,
em jantar oferecido pelo Embaixador Manuel Tello Macías,
Secretário de Relações Exteriores do México,
na Cidade do México, em 31 de maio de 1994***

Excelentíssimo Senhor Secretário de Relações Exteriores dos Estados Unidos Mexicanos, Embaixador Manuel Tello Macías,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento pela calorosa hospitalidade do povo e do Governo do México. Levarei a

melhor recordação desta visita à mais antiga capital da América latina, herdeira da grande Tenochtitlán. Agradeço, igualmente, as generosas palavras de Vossa Excelência, que recebo como prova eloqüente da amizade que une os povos irmãos do México e do Brasil.

É com particular satisfação que venho ao México. Nossos países sempre mantiveram, apesar da distância, relações de mútuo apreço e acompanharam, com sincero interesse, as vicissitudes de nossas histórias. Nossas diplomacias, sobre esta afinidade natural, souberam cimentar vínculos sólidos e tradicionais. Bom exemplo disso é a conhecida convergência de nossas posições em diversos foros multilaterais e a atuação concertada de nossas delegações nesses foros.

México e Brasil têm hoje um expressivo comércio bilateral, que atingiu, em 1993, a cifra de um bilhão, trezentos milhões de dólares norte-americanos. O México é o terceiro maior comprador do Brasil na América Latina e o Brasil o primeiro para o México em nossa região. Esse expressivo fluxo de comércio, longe de ser prejudicado, potencializa-se com os processos de integração econômica levados a cabo pelos dois países, que saberão aproveitar as oportunidades oferecidas pela consolidação de mercados em escalas cada vez mais abrangentes.

Nossa relação, entretanto, está longe de limitar-se ao plano comercial. O grande Alfonso Reyes, amigo do Brasil e Embaixador em nosso País de 1930 a 1936, dizia, ao saudar o poeta brasileiro Ronald de Carvalho:

«Mientras nos aseguraban que los pueblos sólo se entienden para el cambio de mercancías, nos quedaba poco que hacer. Cada una de nuestras repúblicas trocaba intereses materiales con los mismos mercados extranjeros de

siempre. Siguiendo rutas paralelas, nunca se encontraban nuestros barcos. No sabíamos que éramos unos, y los pueblos americanos vivíamos tan alejados unos de otros como tal vez de nosotros mismos – porque la ignorancia de lo semejante supone siempre, en mucho, el desconocimiento de lo propio».

Reyes prognosticava, por fim, que «nuestro mundo pesará un día sobre la tierra en proporción con el espacio que ocupa».

Este nosso mundo carrega mais do que a força de sua geografia e de sua demografia. Leva consigo uma visão própria das relações entre os homens e, portanto, das relações entre as nações. A cultura ibérica, em terras de Europa e de América, foi das culturas que melhor conviveu com o outro. Sempre cultivou um sentimento de convivência com a diversidade étnica, cultural e religiosa que talvez explique porque hoje, quando o fim da confrontação global se viu substituída por crises regionais e conflitos fratricidas, nosso continente mantém-se fundamentalmente em paz. Dessa convergência cultural nasceu uma visão profundamente ética, fundamentada na equidade, que se manifestou historicamente na defesa do princípio da não-intervenção, consagrado no sistema interamericano antes mesmo do que no sistema internacional.

É uma percepção que se exprime em nossa persistente crítica aos sistemas discriminatórios, que dispõem direitos e deveres não recíprocos. Nossa atitude não se limita, entretanto, à crítica: quando nos

dispusemos à construção de um regime de desnuclearização, escolhemos baseá-lo em princípios igualitários e mutuamente satisfatórios, como se verifica no Tratado de Tlatelolco, cujos trâmites para sua plena vigência para o Brasil hoje tive a honra de completar.

México e Brasil têm uma responsabilidade conjunta em preservar este valioso acervo comum e fazer com que o espaço que ocupamos, na geografia e na cultura mundiais, se reflita em um peso específico na ordem internacional. A noção de América Latina é, ao mesmo tempo, uma realidade vivida e um instrumento diplomático essencial e eficaz para os dois países.

No mundo pós-Guerra Fria, em que o peso estratégico-militar se vê cada vez mais substituído pelas potencialidades econômicas, México e Brasil passam a ter vantagens comparativas apreciáveis. Nossa região é das mais desarmadas, pacíficas e estáveis do planeta. O processo de valorização e consolidação da democracia, como ideal e como prática, teve em nosso continente avanço significativo e, hoje, é a norma que guia nossas sociedades. Nossas economias, em que as regras de livre mercado desfrutam de larga tradição, mostram-se prontas para aproveitar plenamente os desafios e oportunidades desse novo ambiente internacional.

Como os dois países mais povoados da região e ocupando posições de relevo nas duas sub-regiões da América Latina, México e Brasil têm a sua frente uma parceria promissora, cujos frutos se entenderão por toda a área e que contribuirá

para renovar e, ao mesmo tempo, consolidar a identidade comum dos latino-americanos. Juntos, muito podemos fazer pela prosperidade e projeção de nossos povos e de toda a da região.

Esta parceria fortaleceu-se ainda mais com a decisão de formalizar o lançamento da Comissão México-Brasil para o Século XXI, em que especialistas de nossos Governos e representantes de nossas comunidades acadêmicas, culturais e empresariais estarão dedicados ao estudo aprofundado, crítico e, por isso vigoroso e frutífero, a plenitude de nossas relações bilaterais e da inserção de nossos países no desafiante ambiente internacional que nos envolve. Tive a oportunidade hoje de expressar a Vossa Excelência a satisfação com que o Brasil aceitou a feliz iniciativa mexicana de propor a Comissão do Século XXI, inestimável oportunidade de reflexão e discussão de nosso futuro comum e da evolução do sistema internacional.

Senhor Secretário Manuel Tello,

O Presidente Carlos Salinas de Gortari, nesse contexto de profundas mudanças internacionais, soube, sem perder o inestimável vínculo do México com seu passado, projetar o país para o futuro de uma maneira transcendente. A assinatura do Acordo de Livre-Comércio da América do Norte abre amplas possibilidades de crescimento e de progresso para a sociedade e economia mexicanas. Suas iniciativas de integração com seus vizinhos do Sul ampliam essa opção e contribuem para o ideal

da construção de um espaço econômico verdadeiramente continental.

Seguindo a firme orientação do Presidente Itamar Franco, o Brasil, em movimento paralelo e complementar, tem procurado aprofundar sua parceria com os seus vizinhos do Mercosul e, com sua recente iniciativa de uma Área de Livre Comércio na América do Sul (ALCSA), ampliar para toda nossa sub-região os benefícios da integração de economias cada vez mais prósperas e competitivas. Vale mencionar, a propósito, o irrestrito apoio que a proposta de criação da ALCSA obteve de seus vizinhos do Mercosul e dos demais países sul-americanos.

Ambos os países sabem que o regionalismo deve ser visto como complemento e não como alternativa ao multilateralismo no campo econômico-comercial. A lógica econômica, ao contrário da estratégico-militar, não obedece ao princípio da soma-zero, onde os ganhos de uns se traduzem em perdas para outros. O mundo de hoje, claramente, não permite coalizações excludentes.

A geografia apenas define uma inserção primeira de cada Estado na ordem internacional, que não é exaustiva ou excludente. Para o Brasil, a América do Sul, sobretudo o Cone Sul, e o Atlântico Sul, e para o México a América do Norte, Central e o Caribe são nossas vizinhanças imediatas e definem relações econômicas, políticas e culturais de grande intensidade.

Nada mais natural, portanto, que nossos dois países estejam igualmente envolvidos em processos de integração econômica cujo recorte coincidem, nesse estágio, com seu entorno imediato. O peso da história e da geografia não impede, ao contrário estimula, que, ao lado e adiante delas, se construam relações igualmente valiosas e fecundas. Para tanto serão necessárias decisões políticas e nos prepararmos para tomá-las.

Cabe à diplomacia, ainda mais quando somada aos mecanismos de mercado, já de por si extremamente ativos e ágeis no caso do relacionamento comercial Brasil-México, conferir a esse processo os impulsos adicionais da vontade política e da ação diplomática.

Senhor Secretário Manuel Tello,

Saúdo na pessoa de Vossa Excelência a tradição e a inovação permanentes que caracterizam a diplomacia mexicana. O encontro que mantivemos hoje confirmou minha convicção pessoal de que o Brasil e o México tudo têm a ganhar ao trabalharem juntos no novo ambiente internacional em que vivemos. Nossas percepções são semelhantes, nossos interesses convergentes, nossos projetos compatíveis, mesmo porque voltados para uma ordem internacional mais justa e equitativa e não para projetos de poder. De uma crescente aproximação bilateral, nossos povos auferirão mais prosperidade e nossa região mais unidade e renovada proeminência no concerto das nações.

Muito obrigado.

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante café da manhã oferecido pelo Conselho Empresarial Mexicano para Assuntos Internacionais, na Cidade do México, em 31 de maio de 1994

Senhor Presidente,

Antes de tudo, gostaria de manifestar minha satisfação pelo convite, com o qual o Conselho Empresarial Mexicano para Assuntos Internacionais me distinguiu. Da mesma forma, gostaria de expressar meu reconhecimento pela calorosa acolhida, com a qual fui recebido pelo Conselho e, muito especialmente, por parte do distinto Presidente da Seção para América do Sul e Presidente do Comitê Bilateral México-Brasil, Engenheiro Salvador Legorreta.

Senhor Presidente,

Converteu-se em lugar comum das relações internacionais falar da complementariedade dos esforços da diplomacia oficial e da iniciativa privada em prol dos interesses econômicos e comerciais das nações. De fato, hoje em dia seria impossível conceber a ação do Estado no âmbito das relações comerciais internacionais sem o concurso ativo do empresariado e demais agentes privados. No México, esta realidade se manifestou com especial relevância no transcurso das negociações de um dos acordos econômicos e comerciais mais ambiciosos dos últimos anos: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Com efeito, a negociação do NAFTA com Canadá e Estados Unidos se desenvolveu com o apoio da Coordenadoria de Organismos Empresariais de Comércio Exterior, cujo esforço de assessoria tem contribuído, seguramen-

te, para o processo negociador do Tratado. Devo lembrar que, no que se refere ao Mercosul a assessoria do setor privado tem sido igualmente notável, quer na etapa de negociação, quer nas etapas subseqüentes de implementação.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para manifestar o interesse do Governo brasileiro em propiciar, juntamente com o setor privado, a realização de um encontro empresarial de alto nível Brasil-México, o qual terá lugar no meu País, o que permitirá não só intercambiar com maior profundidade as experiências de ambos os países no plano econômico e comercial, como também promover um maior estreitamento dos laços entre o empresariado dos dois países.

Senhor Presidente,

Se por um lado, as relações entre Estado moderno e o empresariado se caracterizam por uma crescente aproximação, por outro lado, se deve reconhecer a existência do que se poderia chamar «tensão positiva» entre um e outro. Durante os últimos anos, a adoção em nossos países de profundas reformas destinadas a sanear as finanças públicas, combater a inflação e reduzir o papel intervencionista do Estado na economia, com o objetivo de estabelecer um ambiente econômico mais estável e previsível e permitir, em maior grau, o livre jogo das forças de mercado, representou não somente o re-

sultado de uma avaliação crítica do papel do Estado no mundo moderno, como também uma resposta afirmativa às tradicionais reivindicações do setor privado e da sociedade como um todo.

Desta maneira, deve-se reconhecer os êxitos obtidos pelo México no sentido de promover a abertura e modernização da sua economia. Como a maioria dos países da América Latina, o México percebeu, muito particularmente, que o futuro desenvolvimento do país exigirá um maior grau de abertura para o exterior e o inevitável estímulo que representa a concorrência externa. Não cabe dúvida que o México do Presidente Carlos Salinas de Gortari é um país incomparavelmente mais aberto e, a médio e longo prazo, mais competitivo no contexto mundial do que há seis anos.

No Brasil, chegamos a um ponto crítico no Plano de Estabilização Econômica, que consiste na mudança da moeda nacional, do Cruzeiro para o Real. A ampla reforma econômica promovida pelo Governo do Presidente Itamar Franco e destinada, em primeiro lugar, ao combate e eliminação do flagelo da inflação, tem também como objetivo propiciar a abertura do País para o exterior e sua inclusão efetiva na economia internacional, o que terá, por sua vez, um efeito saudável sobre os preços internos, já que a abertura do País à concorrência externa deverá contribuir para a eliminação das distorções que caracterizam o processo inflacionário. A economia brasileira, entretanto, tem mantido seu dinamismo, apesar da inflação, e os sinais de recuperação do País são alentadores: no ano passado o

Brasil registrou um crescimento real de cinco por cento e este ano deverá crescer entre três e cinco por cento.

Senhor Presidente,

Em vista da abertura promovida pelo México no presente Governo, é natural que o país tenha tomado a decisão de negociar e assinar, juntamente com o Canadá e Estados Unidos, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Faz-se necessário, entretanto, recordar que a consolidação do consenso que hora existe em relação ao Tratado, demandou um longo processo de persuasão e negociação interna. De fato, em prol da abertura e do livre comércio, têm sido enfrentados muitos interesses. Do ponto de vista retrospectivo, a decisão do Presidente Salinas de Gortari foi um gesto de grande visão e audácia.

No que se refere à integração econômica, é legítimo acreditar que nenhum modelo ou processo regional esgota as possibilidades e opções de integração. Neste sentido, somos testemunhas de um momento decisivo na evolução de outro processo ambicioso de integração econômica: o Mercosur. Juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, o Brasil está trabalhando de maneira construtiva, com o firme propósito de solucionar as últimas dificuldades e poder chegar a uma consolidação definitiva de um mercado, que já soma mais de 200 milhões de habitantes e um produto interno bruto superior a 700 bilhões de dólares.

Não obstante a singularidade dos processos de integração em curso na América Latina, que reconhecemos e respeitamos,

é igualmente legítimo afirmar a inevitável convergência dos objetivos e propósitos dos distintos processos de integração. É com vistas a este processo, não muito distante, que o Presidente Itamar Franco propôs o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio da América do Sul. Como tive a oportunidade de dizer em outras ocasiões, a ALCSA foi concebido como uma iniciativa pragmática e não excludente, destinada a promover a consolidação e convergência dos processos de integração em curso na região.

Senhor Presidente,

Permito-me agora dedicar algumas palavras às relações econômicas e comerciais Brasil-México. Como é do conhecimento de todos os senhores, nossos produtos internos já somam mais de 750 bilhões de dólares. O intercâmbio bilateral de bens tem crescido de forma notável, alcançando a cifra de um bilhão e trezentos milhões de dólares no ano passado. Brasil é o destino mais importante das exportações mexicanas na América Latina e o México tem ocupado, nos últimos anos, entre o segundo e o terceiro lugar no conjunto de nossas exportações para a região.

O crescimento do intercâmbio bilateral, porém, tem sido desequilibrado. Por um lado, o Brasil registra, há muitos anos, saldos positivos no seu comércio com o México; por outro, o intercâmbio bilateral tem se caracterizado por uma concentração no comércio de bens, com menor ênfase em serviços e investimentos. Urge promover uma relação mais estreita entre as autoridades comerciais de ambos os

países para melhor identificar os problemas da relação comercial e, sobretudo, avaliar as formas de aumentar e equilibrar os fluxos de bens, serviços e investimentos entre o Brasil e o México.

Nesse sentido, é evidente que a evolução da economia internacional apresenta oportunidades singulares, bem como provoca uma mudança fundamental no padrão tradicional do comércio, inclusive pelo fato de que as economias mais adiantadas se inscrevem, hoje em dia, em mercados ampliados. Será necessário mudar o padrão tradicional, que se poderia chamar de «comercialista», baseado na simples oferta de bens nos respectivos mercados. Cada país deverá levar em consideração a importância de uma presença mais ativa no mercado do outro, seja por meio de investimentos conjuntos, seja através de investimentos diretos, para o crescimento e para a diversificação dos fluxos de comércio não só de bens, como também de serviços e tecnologia.

Neste particular, é significativo o fato de que o Brasil e o México deverão proximoamente finalizar os preparativos para a negociação de um acordo bilateral para evitar a dupla tributação, o que contribuirá para dar maiores garantias aos investidores de ambas nações e para promover o investimento direto nos dois países. No futuro, será de grande utilidade complementá-lo com um acordo amplo destinado à promoção e proteção de investimentos, de maneira a fomentar um clima de confiança e previsibilidade, que sirva para aumentar os fluxos de investimentos entre os dois países.

Acredito, ainda, ter chegado o momento de uma reflexão dos dois países sobre os futuros rumos da relação econômica bilateral. Neste particular, recorde-se que, proximamente, o grupo dos países que integram o Mercosur deverá converter-se em uma união alfandegária, com a adoção, de acordo com os termos do Tratado de Assunção, de uma tarifa externa comum. Isto significa, concretamente, que mudarão os termos de renegociação das preferências tarifárias pactuadas anteriormente pelo Brasil e pelo México, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração.

Até que seja possível tal negociação, gostaria de sublinhar o firme propósito do meu Governo de evitar um vácuo jurídico no âmbito comercial, bem como preservar o patrimônio de preferências tarifárias e outras concessões já negociadas entre os dois países. A médio prazo, far-se-ão necessárias medidas mais amplas, com o objetivo de sustentar e aumentar nosso importante intercâmbio bilateral. Por fim, convém estudar, no momento oportuno, a possibilidade de que seja negociado um marco jurídico idôneo, que dê a sustentação necessária à relação bilateral.

Senhor Presidente,

Não gostaria de concluir minha intervenção sem um breve comentário sobre a importância que atribui Brasil à coordenação de posições com México em foros multilaterais de vocação econômica. Ambos os países têm dedicado esforços em prol da liberalização do comércio interna-

cional. Recentemente, Brasil e México trabalharam ativamente, e em estreita coordenação, para a conclusão exitosa da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Esmeraram-se, igualmente, nos trabalhos preparatórios do estabelecimento da futura Organização Mundial de Comércio.

A criação da OMC representa um marco importante na evolução do sistema multilateral de comércio, na medida em que confere, por meio de um conjunto de regras estáveis e equitativas, um maior grau de confiança e previsibilidade ao comércio mundial. A este respeito, vale a pena ressaltar a expectativa de que a criação da OMC sirva, igualmente, para inibir a adoção de medidas unilaterais de retaliação comercial e a possibilidade de novos surtos de protecionismo.

Outra questão de importância diz respeito à ampliação do mandato da OMC, de modo a introduzir novos temas no universo das negociações comerciais. Neste sentido, o Brasil e o México têm compartilhado a preocupação pela possibilidade de que temas, cuja inclusão tem sido proposta no mandato da futura OMC venham a contrariar seus próprios objetivos, pelo fato de poder constituírem-se em barreiras ao comércio legítimo. Seria conveniente mencionar a questão da relação entre comércio internacional e padrões trabalhistas, a qual merecerá um exame cuidadoso nos próximos meses.

Senhor Presidente,

Nas palavras de Octavio Paz, «el proceso histórico es tan lento que muy pocas

veces sus cambios son perceptibles para aquellos que los viven». Acredito que nossa época representa uma exceção a esta regra geral. Nas vésperas do século XXI, o temário econômico internacional cresce em complexidade, resultado inevitável dos profundos câmbios que se processam a cada dia. Brasil e México são países que, acredito, têm sabido responder com valor

e criatividade às exigências dos nossos tempos. Nos distintos planos, seja bilateral, regional ou multilateral, Brasil e México deverão consolidar suas respectivas posições como países cujas vozes não se podem ignorar e, ao contrário, se façam ouvir cada vez mais.

Muito obrigado. ■



XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA

Discurso do Presidente Itamar Franco, na sessão de abertura do XXIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994

Senhor Secretário-Geral da OEA,
Senhor Presidente da República do Haiti,
Senhor Governador do Estado do Pará,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores Embaixadores,
Senhores Parlamentares,
Senhores Membros do Poder Judiciário,
Senhores Comandantes Militares de Área,
Senhor Prefeito de Belém,
Senhores Chanceleres,
Senhores Delegados,
Senhor Secretário-Geral,
Senhoras e Senhores,

O Brasil os acolhe em um de seus mais belos cenários naturais, e nesta cidade de Belém, de vigorosa presença na epopéia da ocupação continental. Por muito tempo a cidade do Pará, situada no delta das águas imensas, vindas do Oeste, do Sul e do Norte, foi a sede do temor e da coragem.

Nela se detinha o passo dos aventureiros, antes que se embrenhassem no excitante mistério das selvas e dos grandes rios. Aqui, senhores Chanceleres, os nossos comuns antepassados ibéricos forjaram parte de nosso destino e de nossa alma, no convívio com um ambiente contemporâneo à aurora do mundo, e com a emocionante inocência daquela humanidade nativa, amparada por seus deuses estranhos e sua exemplar harmonia com a natureza bruta.

Ao recebê-lo aqui, com as boas-vindas de todos os brasileiros, associamo-nos às homenagens devidas a um de nossos mais eminentes compatriotas, nascido em Belém do Pará, o Embaixador João Clemente Baena Soares.

Senhor Secretário-Geral,

Os últimos dez anos, de profundas e inquietadoras transformações na sociedade mundial, trouxeram à organização dos Estados Americanos desafios novos, que ela pôde administrar sob a sua lúcida e hábil condução, soube Vossa Excelência interpretar o desejo dos povos do continente, que é o de fortalecer o regime democrático e assegurar, mediante a

solidariedade de todos para com todos, o desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Estou convencido, Senhor Secretário-Geral, Senhores Chanceleres, de que não há povo que não possa oferecer a outros a sua colaboração. Onde são escassos os recursos do território, há sempre poderosas conquistas do pensamento, na ciência, na técnica, na cultura, que podem contribuir para o enriquecimento comum.

Esse entendimento, que Vossa Excelência soube animar, fortaleceu a esperança da comunidade interamericana na paz e na amizade. Objetivos que dependem do desenvolvimento econômico e do respeito aos direitos humanos. Somo-lhes gratos, Embaixador Baena Soares, pelo meritório trabalho que executou à frente da organização continental e lhe desejamos novos êxitos no futuro.

A Organização dos Estados Americanos terá em breve, no cargo de Secretário-Geral, o jovem estadista Cesar Gaviria Trujillo, Presidente da Colômbia. Tenho, de meus encontros com o Chefe de Estado do grande país, nossa vizinha na geografia e na história, a imagem de um homem predestinado às mais desafiadoras missões. Ele vem demonstrando coragem e rara inteligência política no confronto com os problemas de seu país que são, de uma forma ou de outra, problemas de todos nós. Sua experiência será muito importante na Secretaria-Geral de nossa entidade.

Senhores Chanceleres,

Reafirmo, nesta assembléia, o alto compromisso do povo brasileiro com a

democracia. Só sob o império da liberdade que a lei assegura, os homens podem vencer as dificuldades de todos os dias e viver bem os anos de sua presença no mundo, com a fundada esperança de legar a mesma determinação de dignidade a seus filhos.

Esse empenho com o regime democrático tem sido a força de meu Governo, que nisso é apenas servidor da vontade e da decisão de nossa gente. Queremos a prosperidade econômica e o desenvolvimento social de nossos compatriotas e lutamos para que todos tenham os mesmos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia e a um ambiente saudável.

O desenvolvimento recomenda a presença de todos os países no mercado mundial. Por isso mesmo, confio na ação moderadora do GATT e na criação da Organização Mundial do Comércio como instrumentos democratizadores das relações mercantis internacionais.

O Brasil vem tomando iniciativas diplomáticas neste sentido. O Mercosul tem demonstrado como é possível reunir os nossos esforços em busca de vantagens mútuas e iguais. Com o mesmo propósito de integração, empenhamo-nos na Iniciativa Amazônica, a fim de fortalecer os nossos vínculos econômicos e sociais com os vizinhos signatários do Tratado de Cooperação Regional. Mas o nosso projeto é o de estabelecer área de livre comércio sul-americana, em mercado comum, os países que compõem o Mercosul, o Grupo Andino, a Iniciativa Amazônica e o Chile. É uma proposta aberta a todos, e já ajustada, em seus parâmetros básicos, com os nossos associados do Mercosul.

Desejamos iniciar logo as negociações necessárias aos acordos com os países em questão. Anima-nos o desejo do Chile de associar-se ao Mercosul.

Acompanhamos, com interesse, a constituição e consolidação do Nafta e os processos que se desenvolveram no Caribe e na América Central. Esses processos constituem etapas essenciais ao objetivo que nos é comum, de convergência, expansão e liberalização do comércio, dentro dos princípios naturais de igualdade e soberania.

Senhores,

Temos todos interesse em valorizar a OEA como foro político e diplomático voltado para a busca de soluções pacíficas e negociadas para as questões que afetam os nossos países, um foro voltado para o diálogo democrático e para a cooperação solidária. Superada a Guerra Fria, é nossa esperança que os últimos vestígios dessa

confrontação possam dar lugar à cooperação harmoniosa entre todas as nações do Continente Americano, sem exceções.

Esse é um processo que se inicia dentro dos Estados nacionais e segue o seu curso nas associações de vizinhanças, nas organizações regionais, como a OEA, e em entidades mundiais, como a ONU, para se cumprir um dia, quando as armas estiverem definitivamente mudas e a palavra bastar para assegurar os direitos essenciais dos homens em suas comunidades nacionais, e os das nações, na grande comunidade planetária.

Em nome de todos os brasileiros, que se sentem honrados em recebê-los, estou certo de que as decisões aqui tomadas irão fortalecer a fraternidade entre os nossos povos.

Declaro abertos os trabalhos do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.

***Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim,
por ocasião do XXIV Período Ordinário de Sessões
da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos,
em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994***

Senhor Secretário-Geral,
Senhores Ministros,
Senhor Secretário-Geral Adjunto,
Senhores Chefes de Delegação,
Senhoras e Senhores,

Quero, em primeiro lugar, agradecer a confiança e o apoio recebidos em minha eleição à Presidência deste Vigésimo

Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

2. Desejo igualmente agradecer os termos elogiosos com que se referiram a mim naquela eleição e no debate geral.

3. Desejo, ainda, saudar o Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, que em breve encerra sua

missão, deixando-nos, contudo, um expressivo legado: a revitalização da OEA, em sintonia com as importantes transformações ocorridas neste hemisfério. Como brasileiro, sinto-me orgulhoso de poder ressaltar o êxito de tão profícua gestão em 10 anos à frente da Organização.

4. É minha firme convicção que exitosa também será a gestão do Presidente da Colômbia, César Gaviria Trujillo, como fazem prever as altas qualidades que demonstrou no exercício da Presidência daquela Nação irmã e vizinha. Ao Presidente Gaviria desejo pleno êxito no desempenho de suas novas funções como Secretário-Geral da OEA.

5. Vivemos, com efeito, um momento histórico de renovação do Sistema Interamericano, no curso de um processo que inclui a consolidação da democracia, diferentes esforços de integração e importante convergência de pontos de vistas sobre gestão econômica e administrativa e reforma das instituições. O amadurecimento deste processo confere plena significação à proposta do Presidente Clinton de uma Cúpula das Américas. Trabalharemos empenhadamente para o êxito dessa iniciativa.

6. Parece cada vez mais evidente que as questões que compõem a agenda de nossa Organização estão intimamente entrelaçadas. Não é possível isolar democracia, respeito aos direitos do homem, erradicação da pobreza crítica e desenvolvimento econômico, social e cultural.

7. No tratamento da defesa da democracia, a OEA soube guiar-se pelos anseios de

paz, de liberdade e de solidariedade de nossa região. O Protocolo de Cartagena das Índias, o Compromisso de Santiago, a Resolução 1080 e o Protocolo de Washington testemunham da inequívoca vocação democrática de nossos países.

8. Num ambiente de plena liberdade, o Governo brasileiro empenha-se na superação dos problemas macroeconômicos e dos desequilíbrios sociais. São imensos os obstáculos que se interpõem à consecução de resultados positivos e satisfatórios, mas o Governo do Presidente Itamar Franco tem sempre procurado a solução democrática que atenda às necessidades de todos os cidadãos.

9. No plano externo, o Governo brasileiro defende a democratização das relações internacionais como fator essencial à condução da paz e ao progresso entre as nações. Os assuntos que compõem a agenda internacional, pela própria complexidade e globalidade de sua natureza, reclamam uma participação coletiva.

10. Temos consciência de que os direitos humanos florescem com mais facilidade onde a realidade seja ao mesmo tempo democrática e social e economicamente desenvolvida. Não podemos esperar, contudo, desenvolvimento econômico e social para assegurarmos a proteção plena dos direitos humanos e a afirmação dos valores democráticos.

11. O Presidente Itamar Franco tem sempre colocado o respeito à dignidade humana no centro das atenções do Governo. Lutando contra adversidades conjunturais, temos tomado providências para so-

lucionar todos os problemas de direitos humanos. Procuramos, no hábito democrático já assentado, o diálogo fluido e cooperativo com instituições e organizações que se dedicam à observância daqueles direitos.

12. Apoiamos e louvamos os esforços da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de grande importância para a consolidação da prática democrática no hemisfério. Ressaltamos a necessidade de que sejam claramente diferenciadas as situações em que problemas de direitos humanos decorrem de deficiências estruturais, cuja superação é objetivo central dos governos, daquelas em que violações de direitos humanos ocorrem com a conivência do poder público.

13. Temos realizado grandes esforços no sentido de alcançar o progresso material, através de importantes reformas. Na busca do desenvolvimento, no entanto, não podemos impor modelos que exijam o sacrifício de muitos para o benefício de poucos.

14. Para isso, esperamos poder contar com um ambiente externo favorável que estimule a criação de oportunidades para todos e não a preservação de privilégios que geram assimetrias. Por isso, hoje, o conceito de desenvolvimento está necessariamente vinculado à plena vigência do livre comércio e ao acesso desimpedido à tecnologia.

15. E foi precisamente com essa determinação que o Brasil se engajou ativamente nas negociações da Rodada Uruguai. O Brasil atribui importância primordial ao sistema multilateral de comércio. Rece-

bemos, assim, com satisfação os acordos logrados na Rodada Uruguai, em particular a criação da Organização Mundial de Comércio, e de um sistema de regras que, esperamos, conferirá maior estabilidade ao comércio internacional, liberando-o de surtos protecionistas e de medidas unilaterais.

16. No âmbito da OEA, entendemos a Comissão Especial de Comércio como um foro de alto nível hemisférico, de caráter não negociador, que deve, sim, promover o diálogo e o melhor conhecimento recíproco sobre questões comerciais. A partir da proposta dos países do Mercosul sobre a consolidação de informações relativas ao comércio na região, em especial acerca das diversas iniciativas de integração, a CEC poderá prestar importante contribuição aos Estados membros no esforço de adensamento de suas relações comerciais.

17. Os Protocolos de Reforma da Carta da OEA, atendem à necessidade de ampliar nosso campo de ação para a conquista dos ideais comuns da região. Essas duas emendas nos cingem ao imperativo ético de desenvolver a democracia e, ao mesmo tempo, democratizar o desenvolvimento, de forma solidária e compartilhada.

18. Exemplos vivos das atividades de nossa Organização no campo da promoção da cooperação técnica são a introdução do conceito de desenvolvimento integral, no Protocolo de Cartagena das Índias e a unificação dos dois Conselhos Técnicos num único Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral.

19. Nesse quadro, o Brasil tomou a decisão de constituir, no mais breve tempo possível, um fundo para financiar atividades de cooperação com os países de menor desenvolvimento membros de nossa organização, em especial os da América Central e do Caribe.

20. Uma expressão da importância que atribuem à região caribenha foi a nossa participação ativa na Conferência Global das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Barbados. Com o propósito de aprofundar contatos com as nações irmãs do Caribe, o Brasil estará enviando missão especial à região nas próximas semanas.

21. O tema do meio ambiente é parte central de nossas preocupações. A conservação do meio ambiente por meio do desenvolvimento sustentável terá que ter presente que a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a própria Agenda 21 nasceram da preocupação com o Homem e seu destino na Terra.

22. Assim como a sociedade voltada ao desperdício e à satisfação do consumo desenfreado paradoxalmente se tem revelado sustentável, a sociedade subordinada à fome, à miséria e à ignorância é moralmente insustentável. A médio e a longo prazo, as duas são, ao mesmo tempo, moral e logicamente insustentáveis.

23. Devemos unir-nos para superar uma ameaça que paira sobre a sociedade: o tráfico ilícito de drogas. Não obstante todas as medidas para subjugar-lo, o problema se agrava continuamente. O tráfico

ilícito de drogas, infelizmente, tem sabido adaptar-se de maneira notável aos esforços para combatê-lo. Temos que vencer esse formidável inimigo que, melhor que muitos, soube constituir-se num modelo perverso de eficiência e produtividade.

24. O cenário sobre o qual devemos trabalhar para alcançar nossos ideais e os de nossa Organização está felizmente livre de ameaças externas. Com efeito, não se identificam perigos que ponham em risco o Continente Americano como um todo.

25. A América Latina e o Caribe brevemente constituirão uma área totalmente livre de armas nucleares. Ao ratificar as emendas ao Tratado de Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, e ao formalizar a dispensa prevista no artigo 28 do mesmo Tratado, meu país contribuiu para a concretização desse ideal. Reitero aqui o que afirmei na cidade do México: ao renunciar de modo formal e solene, por instrumento jurídico internacional como em sua Constituição, à posse de armas nucleares, o Brasil não abdica de seu legítimo direito de utilizar a energia nuclear, bem como outras tecnologias de ponta, para seu desenvolvimento econômico e o bem-estar de seu povo.

26. Os assuntos que compõem a nossa agenda se desdobram e se estendem no plano mundial. A defesa da democracia, a proteção aos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento, a conservação do meio ambiente, a luta contra as drogas são os grandes temas deste final de século. A OEA, com seu espírito de constante renovação, sua vocação democrática assentada no respeito ao princípio da igualdade jurí-

dica e a independência de seus membros, se acha particularmente bem aparelhada para enfrentar esses desafios.

Senhores Chanceleres, Senhor Secretário-Geral,

27. Refletimos sobre as palavras do Secretário-Geral com relação ao reexame da situação de Cuba dentro da Comunidade Hemisférica. Temos toda expectativa de uma evolução democrática naquele país, com o qual o Brasil mantém amistosas relações e tem importantes identidades culturais. Cremos perceber movimentos positivos no sentido da reforma, que certamente deverão ser aprofundados e incentivados. O isolamento econômico e político não nos parece, contudo, a melhor maneira de contribuir para uma transição que já se esboça.

28. Os canais de diálogo e os mecanismos de cooperação da OEA podem e devem

ainda ser aperfeiçoados. Nas relações entre a OEA e a ONU, ou entre a OEA e outras organizações regionais é preciso por em marcha, por meio do diálogo revitalizado e da cooperação renovada, o acervo de conhecimentos e experiências de que dispomos.

29. Isto se aplica também à Cúpula das Américas, que deverá propiciar uma reflexão comum, no mais alto nível, sobre todas as questões que interessam ao hemisfério. Na Declaração de Belém concordamos em contribuir para o êxito da Cúpula. Trabalharemos também nesse foro para identificar princípios e gerar propostas concretas para a consolidação da normalidade democrática e para a construção da prosperidade dos países da região.

Muito obrigado.

***Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim,
na sessão de encerramento do XXIV Período Ordinário de Sessões
da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos,
em Belém do Pará, em 10 de junho de 1994***

Senhor Secretário-Geral,

Senhores Chanceleres,

Senhor Secretário-Geral Adjunto,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhores Observadores,

Senhoras e Senhores,

Terminamos hoje uma semana de fecundos esforços para dar continuidade aos trabalhos da nossa Organização. Fizemos um balanço de numerosas ativi-

dades desenvolvidas no âmbito do sistema interamericano, adotamos resoluções nas quais estabelecemos as tarefas que serão desenvolvidas pelos governos dos Estados membros, pelo secretariado da OEA e por outros órgãos e organismos do sistema.

O XXIV Período de Sessões constitui mais uma etapa no processo iniciado em 1889 e pelo qual o continente americano construiu um patrimônio exemplar de paz e convivência harmoniosa.

A reunião de Belém do Pará pode ser considerada um êxito. Para tanto, muito contribuíram os esforços conjugados do Governo do Estado do Pará e da Prefeitura de Belém, associados à simpatia e à hospitalidade do povo paraense. Faço-me porta-voz da comunidade americana para agradecer todo o apoio que aqui recebemos.

O espírito de Belém do Pará propiciou o clima solidário e construtivo que revestiu este encontro, renovando nossa unidade de propósito na consecução dos ideais de democracia e desenvolvimento.

Esta XXIV Sessão da Assembléia Geral da OEA realizou-se em momento particularmente crucial para os nossos países e a comunidade internacional. As mudanças se aceleram. Vivemos momentos de crescente afirmação da democracia. Ao mesmo tempo, profundas dificuldades sociais afligem amplos setores das nossas populações, e problemas econômicos graves desafiam nossos governos. As respostas a esses problemas não são fáceis, particularmente no quadro de crescente interdependência global. Não só precisamos de maior equidade e eficácia no plano interno, mas carecemos também de um quadro externo favorável. É nesse contexto que se torna cada vez mais necessária uma verdadeira parceria para o desenvolvimento, que contemple o livre comércio, fluxos financeiros acrescidos e acesso desimpedido às tecnologias de ponta.

Os resultados das deliberações desta Assembléia Geral da OEA são, a meu ver, extremamente encorajadores:

A Declaração de Belém do Pará sintetiza, de forma atualizada e inovadora, o conjunto das nossas atividades. Nela reafirmamos os princípios e valores que nos unem e traçamos o rumo do nosso futuro. Nossas aspirações de promoção e consolidação da paz, da democracia, da justiça social e do desenvolvimento encontrarão na OEA um foro privilegiado de concertação.

Somos o continente mais pacífico do planeta. Não sofremos ameaças externas de caráter militar. Em nosso processo de cooperação solidária, julgamos importante continuar a desenvolver medidas de fortalecimento de confiança nos mais variados campos.

Neste continente rejeitamos as armas de destruição em massa. A entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco para a Argentina, o Brasil e o Chile confirma a América do Sul como uma área desnuclearizada. Esperamos que os Estados americanos que ainda não aderiram a Tlatelolco, o façam com brevidade, de forma que abranja efetivamente toda sua área de aplicação. Ansiamos para que a realidade expressa por Tlatelolco se amplie sobre todo o Hemisfério e sobre o globo. Nosso objetivo é o desarmamento global e completo.

Em Belém, cobrimos todas as áreas de nossas atividades. Estabelecemos o novo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral. Impulsionamos o Programa Interamericano de Ação para Conservação do Meio Ambiente.

Tratamos do combate ao tráfico ilícito de entorpecentes. Renovamos nosso apoio

à CICAD (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas).

Na área dos direitos humanos, aprovamos dois instrumentos de grande relevância, a Convenção de Belém do Pará para prevenir, punir e erradicar a violência contra a Mulher e a Convenção sobre o desaparecimento forçado de pessoas.

Afirmamos nossa determinação de combater a corrupção e de promover a probidade na administração pública. Fizemos recomendações na área do comércio, em particular no tocante à Rodada Uruguai e à Comissão Especial de Comércio da OEA.

Aprovamos os relatórios do CIES e CIECC. Registramos, com satisfação, que as instâncias técnicas se adaptam às necessidades do continente em matéria de desenvolvimento.

Comprometemo-nos a trabalhar, no âmbito da OEA, para a preparação e o seguimento da Cúpula das Américas. O diálogo informal de Chanceleres representou boa oportunidade para o exame desse tema. Convocamos a primeira Conferência Interamericana de Ministros da Agricultura.

Aprovamos ainda o Orçamento-Programa para o segundo biênio 1994/95 e resolvemos de forma satisfatória a difícil questão da reforma do sistema de remunerações do pessoal da OEA.

Realizamos conjuntamente, em poucos dias, um labor denso, que impulsionará as atividades da Organização e que representará importante contribuição dos nossos Governos.

Realizamos, paralelamente à Assembleia Geral, a Reunião *ad hoc* dos Ministros das Relações Exteriores sobre a situação no Haiti, ocasião em que reafirmamos nossas resoluções anteriores, condenando a intimidação e o terror praticados pelas autoridades responsáveis pela interrupção da democracia. O reforço do embargo, a efetiva suspensão de vôos comerciais, o congelamento dos ativos financeiros, assim como a suspensão das transações financeiras, são medidas que objetivam restaurar a democracia no Haiti.

Comprometemo-nos a fortalecer a Missão Civil Internacional OEA/ONU e a apoiar o reforço da Missão das Nações Unidas no Haiti. Esperamos que proximamente nos possamos rejubilar de uma solução pacífica para a situação no Haiti. Ao atendermos ao convite do Presidente Jean Bertrand Aristide de celebrar em Porto Príncipe a Vigésima-Quinta Sessão desta Assembleia, damos prova da firmeza e da unidade de propósitos necessárias para realizar essa expectativa.

O debate geral propiciou ocasião para troca de idéias sobre importantes temas de interesse de nossos países. Alguns desses temas ainda não amadureceram o suficiente para permitir decisões ou recomendações da Assembleia Geral. A reflexão e o diálogo sem preconceitos certamente nos ajudarão a encontrar caminhos consensuais compatíveis com os tempos de mudança que vivemos.

As atividades que cumprimos em Belém do Pará se fizeram sob o signo da concórdia, procurando compor os interesses dos Estados membros.

Enfrentamos tarefas de fôlego e logramos um saldo positivo. Creio que todos podemos ter o sentimento do dever cumprido.

Senhores Chanceleres, Senhor Secretário-Geral,

Inspiramos nossas ações no exemplo do Senhor Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares. Esta é sua última Assembléia Geral à frente da Secretaria desta Organização. Ouvimos no decorrer desses dias um preito

unânime e eloqüente a esse brasileiro filho de Belém do Pará, a esse verdadeiro cidadão das Américas. Ao amigo João Clemente Baena Soares, nosso reconhecimento, nosso agradecimento.

Desejo também expressar o nosso muito obrigado aos funcionários da secretaria da OEA, do Estado do Pará e da Prefeitura de Belém, que tornaram possível os bons resultados aqui alcançados.

Muito obrigado. ■



Reunião *ad hoc* de Chanceleres sobre a situação no Haiti

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Celso Amorim, durante a Reunião
ad hoc de Chanceleres sobre a situação no Haiti,
em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994*

Senhor Presidente,

Senhores Chanceleres,

Senhor Secretário-Geral,

Ouvimos, hoje à tarde, o Presidente Jean-Bertrand Aristide. Que suas palavras firmes e corajosas nos sirvam de inspiração neste momento em que ainda nos confrontamos com um claro desafio à vontade desta Organização: a restauração da democracia representativa no Haiti e o retorno do Presidente legitimamente eleito ao pleno exercício de suas funções.

Motiva a OEA desde o início da crise haitiana o que se configura como uma violação evidente do regime democrático. O Conselho de Segurança das Nações Unidas, por sua vez, age em função do que identifica como uma ameaça à paz e à segurança internacionais.

A cooperação entre as duas Organizações deve ser mantida, observadas as esperas respectivas de competência e de capacidade de atuação.

No âmbito desta Organização devemos continuar a defender incansavelmente a busca de uma solução pacífica. Esta prioridade a uma solução não violenta não

deve ser confundida com falta de firmeza ou determinação em nosso propósito de trazer de volta a democracia ao Haiti.

Não devem os detentores do poder de fato no país irmão iludir-se quanto à permanência dessa situação ilegítima, que só prolonga o sofrimento do povo haitiano. Não há e não haverá tolerância com os golpistas.

Senhor Presidente,

A Carta de nossa Organização estabelece os parâmetros dos nossos esforços. Ao reafirmarmos, em dezembro de 1992, o princípio da democracia representativa como norma do convívio hemisférico, estávamos reiterando uma convicção profunda.

Nesse processo temos procurado resguardar o necessário equilíbrio entre a defesa da democracia e o pleno respeito à personalidade dos Estados.

Senhor Presidente,

As reflexões que ouvimos aqui, em especial do Secretário-Geral da OEA, nos fornecem elementos importantes para essas decisões.

As decisões que devemos adotar hoje – respeitando a vontade expressa do Governo legítimo do Haiti – devem procurar devolver a seu povo sofrido a liberdade de exercer seus direitos civis e políticos, a expectativa de ver plenamente respeitados seus mais elementares direitos humanos.

A comunidade internacional não pode deixar de reiterar a sua enfática condenação aos bárbaros atos que o regime de fato vem cometendo contra a população indefesa do Haiti e de procurar formas efetivas e seguras de devolver a liberdade à nação irmã.

O Brasil renova o seu apoio e sua solidariedade ao Governo do Presidente Jean-

Bertrand Aristide, cuja presença hoje em solo brasileiro muito nos honra. O nosso interesse central continua a ser o respeito à vontade soberana do povo haitiano e o respaldo às suas legítimas aspirações a viver em paz e com dignidade.

Para o pleno restabelecimento do Governo democraticamente eleito do Haiti, continuaremos a trabalhar, com seriedade, coerência e equilíbrio, mas com sentido de urgência, tanto no âmbito da OEA quanto no das Nações Unidas. As soluções multilaterais são, neste caso, essenciais.

Muito obrigado. ■



IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo

Discurso do Presidente Itamar Franco, por ocasião de sua chegada em Cartagena das Índias, sede da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em 13 de junho de 1994

Ao chegarmos à histórica e bela Cartagena das Índias, desejo, antes de mais nada, saudar o povo desta nação vizinha, à qual nos unem sentimentos fraternos de apreço. Confesso minha grande satisfação em voltar a participar da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, quando terei a honra de passar a condução de nossos trabalhos ao destacado líder e querido amigo Presidente Cesar Gaviria.

Esta cidade, que foi a mais imponente fortaleza da América colonial, simboliza, hoje, a força e criatividade da República da Colômbia. Temos presente, neste ini-

gualável cenário dos trópicos sul-americanos, a riqueza material e espiritual de um país que se desenvolve em ritmo acelerado e se afirma com a coragem e determinação de sua sólida democracia.

A família ibero-americana orgulha-se da tradição de luta pela justiça, que aqui encontra, e sensibiliza-se ante a expressão universal do talento de seus anfitriões.

Certo de que teremos nos próximos dias a oportunidade de realizar importantes progressos, agradeço às autoridades colombianas a calorosa acolhida em nome do povo e do governo brasileiros.

Discurso do Presidente Itamar Franco na sessão de abertura da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Cartagena das Índias, em 14 de junho de 1994

Senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhores Chanceleres,
Senhores Ministros,
Senhor Governador do Departamento de Bolívar,

Senhor Alcaide de Cartagena,
Senhor Comandante da Força Naval do Atlântico,
Senhores Parlamentares,
Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Sobre a base do apreço mútuo e da comunhão de valores que suscitaram e hoje a consolidam, iniciamos a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em seu quarto ano de existência.

Tive o prazer de recebê-los, em 1993, na cidade de Salvador, onde pude observar o desejo de todos de cultivar e valorizar as afinidades que nos legaram o tempo e a história. Guadalajara, Madri, Salvador e Cartagena são escalas no percurso que leva a um futuro de solidária interação, voltada para a paz, a prosperidade de nossos povos e a justiça social.

«O Comércio e a Integração como Elementos do Desenvolvimento Ibero-Americano», tema desta cúpula, é desdobramento natural dos debates anteriores. Aqui, analisaremos as condicionantes do desempenho comercial e econômico de nossos países. A familiaridade de todos com a trajetória de cada um permite que os debates sejam transparentes e amistosos.

No plano comercial, lutamos por regras equânimes e mercados verdadeiramente abertos. Concebemos a integração regional como processo de complementar o intercâmbio entre as diferentes regiões do globo, e concordamos quanto à necessidade de associarmos à eficiência indispensável ao crescimento, melhores padrões de vida para as nossas populações.

Dispomos, assim, de base ampla de consenso nesta reunião. Auxiliam-nos convergências anteriores quanto à urgência de uma nova agenda para o desenvol-

vimento, capaz de devolver o tema à atenção prioritária da Organização das Nações Unidas.

Senhor Presidente Cesar Gaviria,

Nesta idílica e muitas vezes centenária Cartagena, comove-nos a hospitaleira acolhida do governo e do povo colombianos. Sob sua competente orientação, progrediremos em nossas deliberações de forma inovadora e construtiva.

Experiências distintas e complementares levam-nos a acreditar nas vantagens da integração. A união européia constitui processo em fase adiantada de realização, a ser cuidadosamente estudado e analisado. Os países latino-americanos e caribenhos desenvolvem seus próprios programas de integração com resultados positivos. O Mercosul, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade do Caribe (Caricom), o Grupo dos Três (G-3) e, nossa proposta mais recente, a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) são projetos dinâmicos para a liberalização do comércio internacional.

Recebemos com grande satisfação as manifestações da Bolívia, em Colônia, e do Chile, em Belém do Pará, no sentido de buscarem associação ao Mercosul que significam passos concretos para a formação deste espaço econômico sul-americano, que concebemos aberto e não excludente. Neste sentido, saudamos o acordo de livre comércio na América do Norte e acompanhamos com interesse sua evolução. Vemos no Nafta uma possível ponte entre as nações ibero-americanas e os grandes

mercados dos países desenvolvidos do continente americano.

O diálogo entre o Grupo do Rio e a União Européia é outra via de cooperação e integração. Neste contexto, colhemos importantes e animadores sinais de uma nova e mais concreta atenção da União Européia para com a América Latina, para o que o diálogo que mantemos neste foro terá contribuído.

A presente situação internacional oferece oportunidades novas para a diplomacia. Este foro corresponde a circunstâncias auspiciosas, configuradas no apego de nossos povos à democracia e no compromisso de seus governantes em aperfeiçoá-la.

Representamos uma comunidade de nações caracterizada por sua vocação para a paz. No entanto, as visões de fraternidade, que compartilhamos, convivem com

imagens contrastantes de exclusão e violência. A Conferência Ibero-Americana procura contribuir, neste contexto, para o fortalecimento da tolerância e da concórdia. Tolerância e concórdia devem inspirar o relacionamento entre nossos países. A política do isolamento e dos «cordões sanitários» já não corresponde ao mundo pluralista e dinâmico em que vivemos.

Presidente Cesar Gaviria,

Ao concluir, gostaria de expressar calorosos cumprimentos pela sua eleição para o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, onde, estou seguro, realizará brilhante gestão. Desejo-lhe todo o êxito nas tarefas que em tão boa hora assumiu, e passo a Vossa Excelência a direção dos trabalhos desta IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos.

Muito obrigado. ■



Tratados, Acordos e Convênios

Comunicado conjunto de los Presidentes de los países del Mercado Comun del Sur (17.1.1994)

1. En virtud de lo dispuesto por el artículo 11 del Tratado de Asunción, el día 17 de enero de 1994, en la ciudad de Colonia del Sacramento, Uruguay, tuvo lugar la V Reunion del Consejo Mercado Comun con la participación de los señores Presidentes de la República Argentina D. Carlos Saul Menem; de la Republica Federativa del Brasil D. Itamar Franco; de la Republica del Paraguay D. Juan Carlos Wasmosy y de la Republica Oriental del Uruguay D. Luis Alberto Lacalle Herrera.

2. Los Presidentes manifestaron su beneplacito por la presencia en esta ocasión del Señor Presidente de la Republica de Bolivia, D. Gonzalo Sanchez de Lozada.

3. Destacaron que los resultados alcanzados en las negociaciones en el ambito del mercosur representan una experiencia singular en la region, que conforman ya un importante patrimonio y constituyen la base para un desarrollo permanente del proceso de integracion.

4. Los Presidentes reafirmaron decididamente los principios, objetivos y plazos previstos en el Tratado de Asuncion, para avanzar en forma coordinada, equilibrada y sostenida hacia el establecimiento de la union aduanera y sentar las bases de la conformacion del Mercado Comun.

Reiteraron su conviccion que la integracion, en la medida en que contribuye en

forma destacada a la promocion del desarrollo economico y la justicia social, refuerza y consolida los procesos democraticos de los cuatro paises.

5. Reconociendo que el principal desafio es promover la prosperidad de sus pueblos y alcanzar niveles mas altos de vida, expresaron su especial satisfaccion ante el sustancial incremento experimentado en el comercio intra-Mercosur, que aumento de 3.600 millones de dolares en 1990 – antes de la firma del Tratado de Asuncion – a mas de 8.000 millones de dolares en 1993.

Este acelerado crecimiento del intercambio es la resultante, entre otros factores, del cumplimiento del programa de liberacion comercial cuya preferencia arancelaria entre los Estados parte es del 82%, de los avances para la gradual eliminacion de las restricciones no arancelarias, asi como del impulso constatado en iniciativas comerciales y productivas emprendidas en forma conjunta por empresarios de los cuatro paises.

6. Manifestaron su satisfaccion por los avances tecnicos alcanzados en materia del arancel externo comun. Afirmaron su determinacion de concluir la definicion del arancel externo comun el 30 de junio de 1994, como instrumento indispensable para la conformacion de la union aduaneira.

ra, etapa significativa para el establecimiento del Mercado Comun.

7. Resaltaron que la coordinacion de politicas macroeconomicas es una condicion esencial para el exito del proceso de integracion y subrayaron que el cumplimiento del cronograma de Las Leñas asi como la instrumentacion de la decision del Consejo del Mercado Comun «Arancel Externo Comun, medidas e instrumentos para la conformacion del Mercosur», constituyen un firme promiso de los cuatro Estados parte.

Asimismo acordaron que los avances en las diversas areas prioritarias deberan realizarse en forma simetrica y simultanea.

Reafirmaron el papel preponderante que le cabe al grupo Mercado Comun para alcanzar tales objetivos e impulsar resultados en temas de interes prioritario de los cuatro paises, lo que determinara la necesidad de coordinar un calendario mas frecuente de reuniones del GMC.

8. Los Presidentes destacaron la importancia de la reunion extraordinaria que tendra lugar durante el presente año para establecer la estructura institucional del Mercosur. Encuentro que tendra a su cargo diseñar las instituciones permanentes que regulan a partir del 1° de enero de 1995.

Señalaron la significacion de otorgar personeria juridica al Mercosur a partir de esa fecha y afirmar asi la permanencia del vinculo asociativo establecido entre los Estados Parte.

9. Reconocieron la importancia de la integracion fisica para la plena conformacion del Mercosur y reafirmaron su apoyo

a las diversas obras de infraestructura proyectadas y en curso de realizacion, sobretudo de puentes, conexiones viales y fluviales. En este sentido manifestaron su voluntad de que se concreten avances en estos proyectos.

10. Considerando que el proceso de integracion se proyecta no solo en el ambito economico, destacaron los logros de la reunion especializada de Ministros de Educacion, en particular el compromiso conjunto relativo a la firma de un acuerdo sobre reconocimiento de certificaciones, títulos y estudio de nivel primario y medio no tecnico, antes del 30 de junio proximo.

Asimismo manifestaron su satisfaccion por la realizacion de las reuniones especializadas de ciencia y tecnologia y de medio ambiente y los resultados en ellas alcanzados.

11. Destacaron la relevancia que, para la construccion del Mercado Comun, adquieren las cuestiones relacionadas con el empleo, las migraciones, la proteccion de los trabajadores y el proceso de armonizacion de las legislaciones laborales de los Estados Parte.

12. En el contexto de la integracion latinoamericana, los Presidentes reconocieron la importancia del fortalecimiento de la asociacion latinoamericana de integracion y señalaron que es esencial mantener la integridad del Tratado de Montevideo de 1980 que fío lugar a un apreciable patrimonio de realizaciones.

A esse respeito desatraco que El protocolo interpretativo del articulo 44 del Tratado de Montevideo de 1980, a ser forma-

lizado en el VII Consejo de Ministros, constituye un instrumento importante para garantizar la integridad y seguridad jurídica del Tratado frente a procesos de integración de países miembros con otros países desarrollados de extra región.

Con el objetivo de dar un impulso aun mayor al intercambio que mantienen con los países de América del Sur, los Estados Parte negociaran con sus socios de la región, a partir del corriente año, nuevos acuerdos que aseguren la continuidad e intensificación del relacionamiento económico-comercial y una creciente liberalización del comercio entre los países.

13. Destacaron también que, en el impulso de integración manifestado en los últimos años se han adoptado formulaciones subregionales que es necesario considerar, de forma tal de promover la convergencia gradual de todos estos esquemas, permitiendo así una mejor vinculación comercial con los países hermanos.

En este contexto, los Presidentes consideraron la propuesta del Gobierno de Brasil, formulada en la reunión de Santiago de Chile del Grupo de Río, para conformar un área de libre comercio de América del Sur. A tal fin apoyaron la convocatoria a una conferencia que tendrá lugar en el transcurso del presente año, destinada a definir las modalidades e instrumentos necesarios para la conformación de dicha área.

14. Los Presidentes renovaron su satisfacción ante la voluntad del Gobierno de Bolivia de fortalecer y ampliar sus vínculos con el Mercosur.

En tal sentido, consideraron conveniente atender el pedido del Gobierno de Bolivia invitando a sus representantes a participar, en calidad de observadores, en reuniones de subgrupos de trabajo.

En el marco de la propuesta referida en el numeral anterior, se dará prioridad a los acuerdos a suscribirse con Bolivia.

15. Los Presidentes manifestaron su satisfacción por la entrada en vigor del Tratado de Libre Comercio de América del Norte y expresaron su expectativa de que este acuerdo contribuya en forma efectiva a la creación de nuevos flujos de comercio e inversión en el hemisferio, considerando la conveniencia de impulsar el diálogo iniciado en el marco del acuerdo «4+1».

16. Al analizar el contexto económico internacional, destacaron la reciente finalización de la Ronda Uruguay del GATT, con la que se ha reforzado el sistema multilateral de comercio y la creación de la organización mundial de comercio destinada a aplicar e implementar los acuerdos alcanzados. Al respecto manifestaron su satisfacción por la coordinación de acciones entre los países del Mercosur y la necesidad de reforzarla en el futuro inmediato para contribuir al desmantelamiento de las distorsiones y barreras proteccionistas que afectan el comercio mundial.

17. Los Presidentes destacaron con satisfacción los importantes avances observados en la cooperación con la CE, especialmente la recibida a través del cefir y aquella desarrollada en el marco del acuerdo interinstitucional con las comunidades europeas, específicamente en temas de asun-

tos aduaneros, normas técnicas, agricultura, apoyo a la secretaria administrativa del Mercosur y fondos especiales.

Asimismo resaltaron los resultados alcanzados desde la puesta en marcha del primer programa semestral del convenio de cooperación técnica no reembolsable firmado con el BID y subrayaron la importancia de dar continuidad a la cooperación con dicho organismo.

18. Manifestaron el interés que, en el marco del programa de las Naciones Unidas para el desarrollo, se refuercen las actividades que tengan por objetivo apoyar los procesos de integración regional, garantizando la elegibilidad como beneficiarios de distintos mecanismos de cooperación existentes a todos los países en desarrollo miembros del sistema.

***Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo do Reino da Tailândia para a dispensa de vistos
em passaportes diplomáticos e oficiais (24.1.1994)***

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino da Tailândia
(doravante denominados «Partes»),

Desejando fortalecer as relações mútuas e facilitar as viagens oficiais entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Tailândia, acordam o seguinte:

Artigo 1

1. Os cidadãos brasileiros portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais brasileiros válidos estarão isentos de visto para entrar e permanecer em território do Reino da Tailândia por período não superior a 90 (noventa) dias.

2. Os cidadãos tailandeses portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais tailandeses válidos estarão isentos de visto para entrar e permanecer em território da

República Federativa do Brasil por período não superior a 90 (noventa) dias.

Artigo 2

1. Os cidadãos brasileiros portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais brasileiros válidos, que sejam membros da missão diplomática ou consular, ou que sejam representantes da República Federativa do Brasil junto a um organismo internacional no Reino da Tailândia terão permissão de entrar e permanecer no Reino da Tailândia por período não superior a 90 (noventa) dias sem necessidade de obter um visto. Tal período de permanência poderá, mediante solicitação da Embaixada da República Federativa do Brasil em Bangkok, ser estendido até o término da missão.

2. Os cidadãos tailandeses portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais tailandeses válidos, que sejam membros da missão diplomática ou consular, ou que

sejam representantes do Reino da Tailândia junto a um organismo internacional na República Federativa do Brasil terão permissão de entrar e permanecer na República Federativa do Brasil por período não superior a 90 (noventa) dias sem necessidade de obter um visto. Tal período de permanência poderá, mediante solicitação da Embaixada do Reino da Tailândia em Brasília, ser estendido até o término da missão.

Artigo 3

As famílias dos membros da missão diplomática ou consular ou dos representantes junto aos organismos internacionais mencionados no artigo 2 terão idêntica permissão de entrada ou permanência se forem portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais brasileiros ou tailandeses válidos.

Artigo 4

Portadores de passaportes diplomáticos ou oficiais de cada Parte poderão entrar no território da outra Parte em todos os pontos de entrada abertos ao trânsito internacional de passageiros.

Artigo 5

Este Acordo não tolhe o direito das Partes de negar a entrada ou abreviar a permanência de cidadãos da outra Parte considerados indesejáveis.

Artigo 6

Por motivos de ordem pública ou de segurança, cada Parte poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acor-

do no todo ou em parte. Tal suspensão será notificada à outra Parte com 30 (trinta) dias de antecedência por meio de canais diplomáticos.

Artigo 7

1. As Partes trocarão espécimes de seus passaportes válidos por meio de canais diplomáticos.
2. Se alguma das Partes modificar seus passaportes, deverá fornecer à outra Parte espécimes de seus novos passaportes, 30 (trinta) dias antes de serem adotados.

Artigo 8

1. Este Acordo entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua assinatura, e poderá ser denunciado a qualquer tempo. Tal denúncia tornar-se-á efetiva 03 (três) meses após o recebimento de notificação, pela outra Parte, por meio de canais diplomáticos.
2. Quaisquer modificações neste Acordo deverão ser objeto de protocolos adicionais ou de troca de Notas.

Feito em Brasília, em 24 de janeiro de 1994, em dois originais no idioma inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DO REINO
DA TAILÂNDIA

Prasong Soonsiri

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Comunicado Conjunto Brasil-Bolivia (26.1.1994)

A invitación del señor Ministro de Relaciones Exteriores y Culto de la República de Bolivia, Dr. Antonio Aranibar Quiroga, el señor Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, Embajador Celso Luiz Nunes Amorim, visitó oficialmente la ciudad de La Paz, los días 26 y 27 de enero de 1994.

Durante su visita oficial, el Ministro de Estado Celso Amorim, fue recibido en audiencia especial por el Excelentísimo señor Presidente de la República de Bolivia, Lic. Gonzalo Sanchez de Lozada, a quien transmitió el saludo del Excelentísimo señor Presidente de la República Federativa del Brasil, D. Itamar Franco, y sus deseos de continuar fortaleciendo y ampliando los vínculos de amistad y cooperación que existen entre ambos pueblos y gobiernos.

Los Cancelleres de Bolivia y Brasil, en un marco de cordialidad y amistad, analizaron el estado de las relaciones bilaterales y que es importante y necesario profundizar y fortalecer aun más las relaciones entre ambos países.

Con el propósito de destacar los positivos resultados de la visita, los Ministros decidieron suscribir el presente

Comunicado conjunto

1. Los Ministros de Relaciones Exteriores analizaron los principales acontecimientos del ámbito regional e internacional, coincidiendo particularmente en que la consolidación del proceso democrático en la región ha contribuido de manera

decisiva al diálogo, concertación e integración de los países.

2. Los Ministros resaltaron la importancia del Acuerdo de Complementación Económica que firmaron en la fecha, para la mejora de las relaciones económico-comerciales bilaterales, en virtud del marco normativo que establece las materias asociadas al comercio y a la integración económica. Así como a la profundización y ampliación de las preferencias tarifarias acordadas.

3. Consideraron la importancia que tuvo la presencia del Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada en la reunión de los Jefes de Estado de los países integrantes del Mercosur y por los entendimientos allí tomados, conducentes a la gradual aproximación de Bolivia a dicho mecanismo de integración subregional y su participación en sus grupos de trabajo, y manifestaron su empeño de encontrar formulas que viabilicen el cumplimiento de estos propósitos.

4. Al destacar el apoyo dado por los Presidentes de los Estados miembros del Mercosur a la propuesta del Presidente Itamar Franco sobre la creación de un área de Libre Comercio Sudamericano, reafirmaron su disposición de desarrollar esfuerzos para que los Acuerdos entre los países del Mercosur y Bolivia en la perspectiva de una Participación plena, tengan prioridad en este proceso.

5. Los Ministros reafirmaron la importancia de la ALADI como marco jurídico de los mecanismos regionales de integra-

ción y, dentro de ese espíritu, enfatizaron la disposición de conjugar esfuerzos en ocasión de la Reunión del VIII Consejo de Ministros, a realizarse el 11 de febrero del año en curso, para la mantención de la integridad del Tratado de Montevideo de 1980, con la participación de todos sus signatarios, y para la definición de los términos de referencia de la ALCSA.

6. Los Ministros resaltaron la importancia del Proyecto de la Hidrovia Paraguay-Paraná como iniciativa fundamental para la promoción de integración física y económica de los países de la Cuenca del Plata. Expresaron su satisfacción por los significativos avances de los estudios de viabilidad realizados por la Unidad Coordinadora del Convenio de Cooperación Técnica entre el Comité Intergubernamental de la Hidrovia y el BID, y por el interés manifestado por la Unión Europea en participar en los estudios de implementación de la Hidrovia. Al reiterar el carácter prioritario que atribuyen a la Hidrovia, los Cancilleres enfatizaron la necesidad de que entre próximamente en vigor el Acuerdo de Transporte Fluvial firmado en Las Lañas en 1992.

7. Los dos Cancilleres señalaron el hecho de que Brasil y Bolivia son los dos únicos países de América del Sur que pertenecen a la Cuenca del Plata y a la Amazonia. Acordaron que las reuniones de Cancilleres que se debieran realizar en el presente año, tanto en el ámbito del Tratado de la Cuenca del Plata como en la del Tratado de Cooperación Amazónica, debieran concentrarse en el fortalecimiento

de esos dos sistemas de cooperación subregional de gran importancia económica y política. En ambos casos, se deberán aunar esfuerzos para enfrentar los problemas ambientales y para vincular a las poblaciones y autoridades locales al esfuerzo de desarrollo. En el caso de la Amazonia, región con menor ocupación humana y actividad económica, será importante un refuerzo de la institucionalización de los mecanismos del Tratado de Cooperación Amazónica, para asegurar la participación de todos los países amazónicos. La captación de recursos externos deberá ser ampliada en ambas subregiones.

8. En lo que concierne a la Integración Energética Boliviano-Brasileña, ratificaron la importancia y prioridad que los gobiernos de Brasil y Bolivia asignan al Contrato de Compra-Venta de Gas Natural suscrito entre Petrobras S.A. y YPFB, aprobado por ambos gobiernos, y la concreción del proyecto en los plazos programados, por los efectos positivos que dicha venta tendrá en el comercio y balanza de pagos de ambos países, por la contribución a la conservación del medio ambiente en los mercados a ser abastecidos y la gran repercusión que tendrá en la política de integración del continente.

En este sentido, se comprometieron a velar por el cumplimiento de los acuerdos establecidos, ratificando la decisión de los Gobiernos de Brasil y Bolivia de realizar los esfuerzos necesarios para la obtención del financiamiento internacional para la implementación del proyecto del gasoducto Bolivia-Brasil, especialmente en lo que

respecta a las tratativas ante la comunidad financiera internacional.

En este contexto, acordaron auspiciar próximamente una reunión especial con participación de los Ministros del área económica y de energía de ambos países como también de las autoridades de las empresas Petrobras y YPF, con el objeto de analizar el tema del financiamiento y de las medidas que en conjunto y por separado se deberían tomar para concretar el proyecto en los plazos establecidos.

El Canciller Aranibar manifestó la importancia de la preparación de estudios de abastecimiento de energía en las zonas fronterizas en las regiones Centro y Norte de Bolivia. Por su parte, el Canciller Amorim expuso su disposición de examinar la colaboración brasileña para esa iniciativa.

9. Al analizar detenidamente al avance de los trabajos desarrollados en el ámbito de las Subcomisiones que componen la Comisión Mixta Permanente de Coordinación Brasil-Bolivia, verificaron la posibilidad de explorar nuevas áreas de cooperación y la intensificación de programas ya existentes en las áreas de medio ambiente, salud y educación. En ese sentido, coincidieron en la necesidad de aunar esfuerzos para reactivar el funcionamiento de la Comisión Mixta y acordaron celebrar la Segunda Reunión durante el mes de mayo de 1994, precedida por una reunión de alto nivel para evaluar los avances logrados hasta el momento y definir la respectiva agenda.

Asimismo, analizaron temas relativos a la vinculación vial entre ambos países y

a la situación prevaleciente en las regiones de frontera común, determinando que estos temas de gran importancia binacional, serán tratados con detalle durante la próxima COMIXTA.

10. Coincidieron en la necesidad de la participación del sector privado de ambos países para que, por medio de encuentros empresariales, analicen las posibilidades de inversión y comercio.

11. Reiteraron que el aumento del uso indebido y del tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, constituye una grave amenaza a la salud y bienestar de los pueblos, que obliga a todas las naciones a compartir la responsabilidad para hacer frente a este mal.

En este sentido, reafirmaron la necesidad de efectuar los trámites pertinentes a fin de establecer los mecanismos adecuados para poner en ejecución el Convenio de Asistencia Recíproca para la Represión del Tráfico Ilícito de Drogas que Producen Hábito, suscrito entre ambos países en 1977.

12. Expresaron su deseo de que Brasil y Bolivia continúen incrementando sus vínculos de amistad mediante el desarrollo de la cooperación científico-tecnológica, y el intercambio de experiencias en el marco de la cooperación entre países en desarrollo. En ese contexto, el Ministro Celso Amorim se refirió a la futura utilización por Bolivia del satélite brasileño para la obtención de datos climatológicos y ambientales en general.

13. Reiteraron la importancia del Grupo de Rio como único foro latinoamericano de

nivel presidencial, y cuyo diálogo con países y grupos de países de otras regiones se ha ampliado y profundizado. El Canciller Antonio Aranibar manifestó el apoyo del Gobierno de Bolivia a los trabajos del Grupo de Rio en 1994, año en que Brasil ejerce las funciones de Secretaria Pro Tempore. Intercambiaron ideas sobre los temas que ocuparan en las próximas reuniones del Grupo de Rio, y acordaron que debe adquirir especial relevancia el tema de acceso a la tecnología como condición para el desarrollo.

14. Los Ministros expresaron su satisfacción por la exitosa conclusión de las negociaciones de la Ronda Uruguay, y se comprometieron a actuar coordinadamente en su implementación con miras al fortalecimiento del sistema multilateral de comercio.

15. Coincidieron en cuanto a la necesidad de que se de inicio a un proceso efectivo de retoma de la Carta de la Organización de las Naciones Unidas y de sus métodos de trabajo, así como de la adecuación del Consejo de Seguridad a la nueva realidad internacional. Señalaron la conveniencia de que se introduzcan modificaciones en la composición del Consejo, a

fin de aumentar su representatividad, sin perjudicar su eficiencia.

Manifestaron en ese sentido, la necesidad de que en caso que sean creados nuevos sitios permanentes en el Consejo de Seguridad, se asegure estos a los países en desarrollo.

16. Al concluir su visita oficial, el Ministro de Estado de Relaciones Exteriores del Brasil, D. Celso Amorim, agradeció al Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia, Dr. Antonio Aranibar Quiroga, por las manifestaciones de simpatía y amistad y la cálida hospitalidad brindadas por el pueblo y gobierno de Bolivia. El Ministro Amorim extendió una invitación al Canciller Aranibar para que realice una visita oficial al Brasil.

Firmado en la ciudad de La Paz, a los veintisiete días del mes de enero de mil novecientos noventa y cuatro años.

Emb. Celso Luiz Nunes Amorim
MINISTRO DE ESTADO DE RELACIONES EXTERIORES DEL BRASIL

Dr. Antonio Aranibar Quiroga
MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTO DE BOLIVIA

Declaração Conjunta Brasil-Catar (1º.2.1994)

Aceitando convite do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Luis Nunes Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar, Xequé Hamad Bin Jassin Bin Jabr Al-Thani, realizou vi-

sita oficial ao Brasil, no período de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1994, acompanhado por comitiva de alto nível.

No decurso da visita oficial, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do

Catar foi recebido pelo Excelentíssimo Senhor Itamar Franco, Presidente da República, a quem transmitiu os cumprimentos de Sua Alteza o Emir do Estado do Catar, Xequé Khalifa Bin Hamad Al-Thani.

O Ministro Hamad Bin Jassin Bin Jabr Al-Thani manteve encontro privado e reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim; entrevistou-se com os Ministros da Fazenda, Senador Fernando Henrique Cardoso; das Minas e Energia, Doutor José Israel Vargas; da Indústria, do Comércio e do Turismo, Doutor Elcio Álvares; e com a Ministra dos Transportes, Doutora Margarida Coimbra do Nascimento.

Durante as conversações, os dois Ministros passaram em revista os principais temas das conjunturas internacional e regional, bem como analisaram o estado das relações entre os dois países.

Reconhecendo as relações de amizade existentes entre seus dois Governos e Povos e a vontade de ampliar e fortalecer essas relações, os dois Ministros acordaram a seguinte Declaração Conjunta:

Conjuntura internacional

1. Manifestaram o apoio de seus Governos ao estabelecimento de paz justa, abrangente e duradoura no Oriente Médio, em sintonia com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas, que reconheceram ser do interesse dos povos da região e de toda a humanidade.

Cooperação regional

2. Reconheceram a importância da contribuição dos Governos do Brasil e do Catar no sentido de promover crescente colaboração entre os mecanismos regionais de concertação política e integração econômica.

3. Recomendaram a intensificação do relacionamento entre o Grupo do Rio e o Conselho de Cooperação do Golfo, a partir do diálogo, que se vem realizando por ocasião da Assembléia Geral das Nações Unidas, sobre temas da agenda internacional e regional.

4. Reconheceram de significativa importância a troca de informações, em bases regulares, entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e o Conselho de Cooperação do Golfo sobre os respectivos processos de integração, bem como sobre possibilidades concretas de se dinamizarem o intercâmbio de mercadorias e serviços e os fluxos de cooperação financeira, com benefícios mútuos.

Relações bilaterais

5. Consideraram, inicialmente, o quadro em que se desenvolvem as relações bilaterais e se felicitaram pelo clima construtivo e de franca cooperação que tem marcado as relações entre o Brasil e o Catar, desde o estabelecimento de relações diplomáticas, em 1974.

6. Constataram a ampla complementaridade entre as economias do Brasil e do Catar, reconhecendo a existência de promissoras possibilidades para o incremento da cooperação econômica bilateral, com

menção aos setores agrícola, comercial, industrial, turístico, científico, técnico, tecnológico, de transporte, da construção civil, financeiro, de investimentos e de tributação. Nesse sentido, concordaram em assinar um «Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica e Comercial», no prazo mais breve. A primeira reunião da Comissão Mista a ser estabelecida por esse Acordo realizar-se-á em Doha, em nível ministerial.

7. Concordaram em que o comércio bilateral mais equilibrado constituiria a base para o crescimento sustentado das trocas comerciais entre os dois países. Nesse contexto, examinaram a cooperação bilateral no setor energético, em particular no que se refere a petróleo, gás natural e derivados.

8. Registraram a importância que, com vistas à promoção da cooperação econômica bilateral, atribuem às visitas recíprocas de Delegações oficiais e de missões integradas por representantes do setor privado.

9. Concordaram em incrementar a cooperação no setor do esporte e no âmbito da juventude.

Missões diplomáticas

10. Com base nos resultados positivos da visita e da troca de pontos de vista sobre assuntos de mútuo interesse, os Ministros reafirmaram a decisão de abertura de Embaixadas em ambas as capitais, dentro de um ano. As partes brasileira e catari ex-

pressaram sua satisfação por essa importante contribuição ao aperfeiçoamento das relações bilaterais.

Convite ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil para visitar o Catar

11. Sua Excelência o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar estendeu convite a Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil para fazer visita oficial ao Estado do Catar. A parte brasileira aceitou e agradeceu o convite para a citada visita, cuja data será acordada por meio dos canais diplomáticos.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Catar expressou seu especial agradecimento e dos membros de sua comitiva pelas atenções que receberam da parte do Governo e do Povo do Brasil durante sua permanência no País.

Feito em Brasília, ao primeiro dia do mês de fevereiro de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

CELSON LUIZ NUNES AMORIM

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

XEQUE HAMAD BIN JASSIM BIN JABR AL-THANI

Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar

***Acordo para a promoção e a proteção recíproca de investimentos
entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República Portuguesa
(9.2.1994)***

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa,

Animados pelo desejo de aprofundar as tradicionais relações entre os dois países e de criar condições favoráveis à maior cooperação econômica, em particular no tocante à realização de investimentos de um país no território do outro;

Cientes de que o fato de pertencer o Brasil à América Latina e Portugal à União Européia contribui para que os dois países se empenhem em intensificar a cooperação entre as estruturas regionais de integração em que se inserem, bem como desenvolver esforços para permitir o estabelecimento de uma ordem internacional mais equitativa;

Convencidos de que a profunda solidariedade e amizade existentes entre Brasil e Portugal poderão ser significativamente fortalecidas pela conclusão de um Acordo para a promoção e proteção recíproca de investimentos contra riscos não-comerciais, que favoreça a intensificação dos fluxos de investimentos e de iniciativas empresariais conducentes à prosperidade dos dois países.

Acordam o seguinte:

Artigo I
Definições

1. Para fins do presente Acordo, entende-se que:

I – a expressão «Parte Contratante» designa a República Federativa do Brasil ou a República Portuguesa, consoante o contexto;

II – o termo «investidores» designa:

- a) as pessoas físicas que tenham a nacionalidade da Parte Contratante de onde se origina o investimento, de conformidade com sua legislação interna;
- b) as pessoas jurídicas, incluindo as empresas, sociedades comerciais e outras entidades constituídas segundo a legislação da Parte Contratante de onde se origina o investimento e que tenham sede no território dessa Parte Contratante.

III – o termo «investimentos» designa toda a espécie de bens e direitos adquiridos pela aplicação ou reaplicação de recursos, efetuadas de acordo com a legislação da Parte Contratante recipiente e inclui, entre outros:

- a) ações, cotas e outras formas de participação no capital de sociedades;
- b) os direitos de crédito ou quaisquer outras obrigações com valor econômico que estejam diretamente relacionadas com um investimento;

c) a propriedade de bens móveis e imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais;

d) concessões conferidas por lei, contrato ou ato administrativo de uma autoridade pública competente, em particular as relacionadas com a prospecção, pesquisa e a exploração de recursos naturais;

e) direitos no âmbito da propriedade intelectual, incluindo a propriedade industrial e os direitos autorais.

IV – a expressão «rendas» designa as quantias geradas por um investimento, incluindo lucros, ganhos de capital, dividendos, juros, *royalties* ou outras formas de remuneração relacionadas com o investimento, bem como quaisquer pagamentos efetuados a título de assistência técnica ou de gestão;

V – o termo «território» designa os territórios sob a soberania de cada uma das Partes Contratantes, tais como definidos nas respectivas leis internas, e compreende, além das áreas demarcadas pelos limites terrestres e insulares, também o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, assim como qualquer outra área marítima, incluindo o leito do mar e o subsolo, na medida em que nessa área a Parte Contratante, de conformidade com o Direito Internacional, detenha direitos em relação à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais.

VI – o termo «liquidação» significa a cessação do investimento feita de acordo com as disposições legais vigentes na Par-

te Contratante em que o referido investimento tenha sido efetuado.

2. Nenhuma modificação da forma segundo a qual os bens e os direitos tenham sido investidos ou reinvestidos afetará a sua qualificação como investimentos em consonância com o presente Acordo, desde que observadas as disposições legais pertinentes.

Artigo II

Promoção e admissão

1. Ambas as Partes Contratantes promoverão e protegerão a realização nos seus territórios de investimentos efetuados por investidores da outra Parte Contratante e admitirão esses investimentos de acordo com as suas leis e regulamentos.

2. Cada Parte Contratante, de acordo com a sua legislação, concederá as autorizações exigidas para a realização desses investimentos, permitirá contratos de licença de fabricação, assistência técnica, comercial, financeira e administrativa e outorgará as autorizações requeridas para as atividades de consultores ou peritos contratados por investimentos da outra Parte Contratante.

Artigo III

Tratamento

1. Cada Parte Contratante garantirá, em seu território, tratamento não-discriminatório, justo e equitativo aos investimentos efetuados por investidores da outra Parte Contratante.

2. Nas matérias regidas por este Acordo, o tratamento referido no parágrafo primeiro deste artigo não será menos favorável do que aquele outorgado por uma Parte

Contratante aos investimentos realizados em seu território, em condições semelhantes, por investidores de um terceiro país.

3. As disposições contidas nos parágrafos 1 e 2 deste artigo não afetam o tratamento mais favorável vigente ou que venha a ser concedido pelas Partes Contratantes a investimentos de investidores de terceiros Estados em virtude de:

a) participação em uniões aduaneiras, zonas de livre comércio ou outras formas de cooperação econômica e integração regional; e

b) acordos para evitar a dupla tributação ou qualquer outro instrumento em matéria tributária.

4. Além das disposições do parágrafo 2 deste Artigo, cada Parte Contratante concederá aos investimentos da outra Parte Contratante, ressalvado o disposto na respectiva legislação nacional, tratamento não menos favorável que o dado aos investimentos de seus nacionais.

Artigo IV

Nacionalização e desapropriação

1. A nacionalização, desapropriação ou qualquer outra medida de características ou efeitos equivalentes que possa ser adotada por autoridades de uma Parte Contratante ou de uma subdivisão política sua em relação a investimentos efetuados em seu território por investidores da outra parte Contratante restringir-se-á aos casos de utilidade, necessidade ou interesse público e será tomada de forma não-discriminatória, conforme as disposições legais da Parte Contratante no território da qual o inves-

timento foi efetuado e mediante justa e pronta indenização.

2. A indenização corresponderá ao valor de mercado que o investimento desapropriado tinha à data da desapropriação; será paga sem demora e, à falta de um acordo quanto ao seu montante, acrescida, até a data do efetivo pagamento, de remuneração adequada, que mantenha atualizado o valor estabelecido à época da nacionalização, desapropriação ou qualquer outra medida de características ou efeitos equivalentes.

3. Os investidores de uma das Partes Contratantes que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante em razão de guerra, conflitos armados, estado de emergência nacional ou outros eventos similares receberão dessa Parte Contratante tratamento não menos favorável do que o concedido a seus próprios investidores ou aos de terceiros Estados.

Artigo V

Transferência

1. Cada Parte Contratante, em conformidade com a sua legislação, garantirá aos investidores da outra parte Contratante a livre transferência das importâncias relacionadas com os investimentos, em particular, mas não exclusivamente:

a) do capital e das importâncias adicionadas para a manutenção ou ampliação do investimento;

b) das rendas definidas no Artigo I deste Acordo;

c) das importâncias necessárias para o serviço e reembolso dos empréstimos, que ambas as Partes hajam reconhecido como investimento;

d) do produto resultante da liquidação ou alienação total ou parcial do investimento;

e) das indenizações, compensações ou outros pagamentos recebidos nos termos do artigo IV deste Acordo; e

f) de quaisquer pagamentos que devam ser efetuados por força da sub-rogação prevista no artigo VI deste Acordo.

2. As transferências efetuar-se-ão sem demora, num prazo que não deverá exceder a seis meses, contado a partir do cumprimento, pelo investidor, dos correspondentes procedimentos legais e regulamentares em vigor no território da Parte Contratante em que se realizou o investimento.

3. As transferências serão autorizadas na moeda em que tiver sido feito o investimento ou, quando solicitado pelo investidor, em outra moeda conversível.

Artigo VI

Princípio de sub-rogação

1. No caso em que uma Parte Contratante ou uma de suas agências tenha concedido um seguro contra riscos não-comerciais a investimentos realizados por investidor dessa Parte Contratante no território da outra e tenha efetuado o pagamento correspondente ao seguro concedido, esta última reconhecerá à primeira a sub-rogação de direitos na mesma posição creditícia do investidor segurado. Os pagamentos a serem efetuados à primeira Parte Contratan-

te ou a uma de suas agências em virtude da referida sub-rogação abrangerão as situações contempladas no artigo IV.

2. No caso de sub-rogação, tal como se encontra definida no parágrafo 1 deste artigo, o investidor não iniciará qualquer ação judicial, sem prévia autorização da Parte Contratante ou da agência por ela designada.

Artigo VII

Solução de controvérsias entre as partes contratantes

1. As controvérsias surgidas entre as Partes Contratantes relativas à interpretação e aplicação deste Acordo deverão ser, na medida do possível, dirimidas por via diplomática.

2. Caso não se chegue a um entendimento no prazo de seis meses a contar da data da notificação da controvérsia, qualquer das Partes Contratantes poderá submetê-la a um Tribunal de Arbitragem *ad hoc*, em conformidade com as disposições deste artigo.

3. O Tribunal Arbitral será constituído da seguinte forma: dentro do prazo de dois meses contado da data do recebimento do pedido de arbitragem, cada Parte Contratante designará um árbitro. Esses dois árbitros, por sua vez, escolherão como Presidente um nacional de um terceiro Estado. O Presidente deverá ser designado no prazo de três meses, contado da data de designação dos dois outros árbitros.

4. Se, dentro do prazo estipulado no parágrafo 3 deste artigo, as designações nele previstas não houverem sido efetuadas, cada uma das Partes Contratantes poderá,

à falta de outros ajustes, solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que as faça. Caso este último seja nacional de uma das Partes Contratantes, ou por qualquer motivo esteja impedido de aceitar o encargo, a mesma solicitação será dirigida ao Vice-Presidente daquela Corte. Se o Vice-Presidente também for nacional de uma das Partes Contratantes, ou igualmente achar-se impedido, caberá ao membro da Corte que o siga imediatamente na ordem de precedência e que não seja nacional de uma das Partes Contratantes efetuar tais designações.

5. O Presidente e os membros do Tribunal Arbitral deverão ser igualmente nacionais de Estados com os quais ambas as Partes Contratantes mantenham relações diplomáticas.

6. O Tribunal Arbitral decidirá com base nas disposições deste Acordo, nos princípios do Direito Internacional na matéria e nos princípios gerais de Direito reconhecidos pelas Partes Contratantes. O Tribunal decidirá por maioria de votos e suas decisões serão definitivas e obrigatórias para ambas as Partes Contratantes. O Tribunal Arbitral determinará suas próprias regras processuais.

7. Cada uma das Partes Contratantes arcará com as despesas do respectivo árbitro, bem como com as relativas a sua representação no processo arbitral. As despesas do Presidente e os demais custos do processo serão igualmente repartidos pelas Partes Contratantes.

Artigo VIII

Soluções de controvérsias entre uma parte contratante e um investidor

1. As controvérsias surgidas no âmbito deste Acordo entre uma das Partes Contratantes e um investidor da outra Parte Contratante que tenha realizado investimentos no território da primeira serão, na medida do possível, solucionadas por meio de consultas amistosas.

2. Se a controvérsia não puder ser resolvida de forma amigável em um prazo de seis meses, contado a partir do início de tais consultas, poderá ser submetida, à eleição do investidor:

I – aos tribunais locais da Parte Contratante em cujo território se efetuou o investimento; ou

II – à arbitragem internacional, nas condições descritas no parágrafo 4 deste artigo.

3. A opção por uma destas duas vias será definitiva e irreversível.

4. No caso de opção pelo recurso à arbitragem internacional, a controvérsia será submetida:

I – ao «Centro Internacional para Solução de Controvérsias relativas a Investimentos», estabelecido pela Convenção de Washington de 18 de março de 1965, caso as Partes Contratantes a ela tenham aderido; ou

II – a Tribunal *ad hoc*, estabelecido de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o direito Comercial Internacional (UNCITRAL), adotadas pela Resolução 31/98 da Assem-

bléia Geral de 15 de dezembro de 1976. O Tribunal de Arbitragem será composto por três árbitros – um designado pela Parte Contratante em cujo território se efetuou o investimento, um designado pela outra parte no processo e um terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal, designado pelos dois árbitros assim selecionados. Se o terceiro árbitro não for designado em prazo de trinta dias, contado a partir da designação dos dois outros árbitros, sua designação será atribuída ao Presidente do Tribunal de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio em Paris.

5. O Tribunal Arbitral decidirá com base nas disposições deste Acordo, nos princípios do Direito Internacional na matéria, nos princípios gerais de Direito reconhecidos pelas Partes Contratantes, no direito da Parte Contratante em cujo território se efetuou o investimento e nos termos de eventuais acordos particulares que digam respeito ao investimento.

6. As sentenças arbitrais serão definitivas e obrigatórias para as partes em litígio e serão executadas de conformidade com a lei interna da Parte Contratante em cujo território o investimento houver sido efetuado.

7. As Partes Contratantes se absterão de tratar, por meio de canais diplomáticos, de questões relativas a controvérsias submetidas a processo judicial ou à arbitragem internacional, até que os processos correspondentes estejam concluídos, salvo no caso em que uma das partes na controvérsia não tenha dado cumprimento à sentença judicial ou a decisão do tribunal arbitral,

nos termos estabelecidos na respectiva sentença ou decisão.

Artigo IX

Consultas

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar reuniões sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Estas reuniões serão realizadas sob proposta de uma das Partes Contratantes, em lugar e data a acordar por via diplomática.

Artigo X

Aplicação de outras normas

Se as disposições de outro Acordo Internacional ao qual hajam aderido ou venham a aderir as duas Partes Contratantes ou a regulamentação interna de qualquer das Partes estabelecer um regime mais favorável do que o previsto no presente Acordo, prevalecerá sobre este o regime mais favorável.

Artigo XI

Investimentos anteriores ao acordo

1. O presente Acordo aplicar-se-á a todos os investimentos já realizados por investidores de uma Parte Contratante no território da outra Parte Contratante em conformidade com as respectivas disposições legais.

2. O presente Acordo não se aplica a controvérsias surgidas antes da sua vigência.

Artigo XII

Entrada em vigor, prorrogação e denúncia

1. Cada Parte Contratante notificará a outra sobre o cumprimento dos respectivos

requisitos legais internos necessários à entrada em vigor deste Acordo, a qual se dará 30 dias após a data do recebimento da segunda notificação.

2. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período inicial de dez anos, após o que será tacitamente prorrogado por períodos sucessivos de cinco anos.

3. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, mediante notificação por escrito enca-

minhada por via diplomática, até um ano antes da respectiva data de expiração.

4. No caso de denúncia, as disposições previstas nos Artigos de I a XI do presente Acordo continuarão a aplicar-se, por um período de cinco anos, a todos os investimentos realizados antes de sua notificação.

Feito em Brasília, em 9 de fevereiro de 1994, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos textos igualmente autênticos.

***Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa
(9.2.1994)***

1. Os Ministros registram com satisfação que a reunião o Grupo e Trabalho Especial permitiu uma avaliação ampla dos problemas relativos à aplicação do Artigo XIV do Acordo Cultural de 1966, sublinhando o clima de boa-vontade que animou as duas delegações.

2. Nesse contexto, os Ministros constata-ram a persistência de dificuldades de ordem prática na aplicação do regime definido pela Portaria nº 180-A/92 que disciplina a atividade dos cirurgiões-dentistas em Portugal. O Ministro português, no mesmo clima de boa-vontade, propõe-se procurar as vias apropriadas para eliminar rapidamente as referidas dificuldades e que permitam o cabal exercício da profissão – nos termos definidos no Artigo 4 da Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia, do Brasil, aprovada pela Resolução CFO-

155, de 25 de agosto de 1984 – e conforme estabelecido na Portaria nº 180-A/92 do Governo português. Sem prejuízo de tais providências, os dois Ministros consideram que o diálogo entre os cirurgiões-dentistas, médicos e demais profissionais de nível universitário do setor e as respectivas Associações Profissionais, dos dois países, poderá contribuir para a superação de tais dificuldades, incluindo as referentes à representação profissional.

3. Na aplicação do Artigo XIV do Acordo Cultural de 1966, os Ministros reconhecem a necessidade de distinguir os casos em que o acesso à profissão está apenas condicionado pelo funcionamento normal do mercado, não necessitando de qualquer intervenção administrativa, daqueles em que esse acesso está dependente de reconhecimento profissional e inscrição numa ordem profissional ou em associação pú-

blica equivalente. Em congruência com este critério, os Ministros concordam com a seguinte metodologia:

3.1 cada uma das Partes apresentará à outra, a curtíssimo prazo, uma lista das entidades com a natureza de ordem profissional ou associação pública equivalente idônea para aquele reconhecimento profissional e cujo âmbito de competência seja de nível nacional, ou federal ou estadual, consoante os casos;

3.2 cada Parte apresentará também à outra lista nominativa dos casos pendentes referentes às profissões abrangidas cujos profissionais estejam devidamente inscritos nas organizações supramencionadas do seu Estado, até a data de 31-12-1993;

3.3 para todas as profissões em que haja, nos dois países, ordens profissionais ou associações públicas equivalentes, as Partes comprometem-se a atuar junto a elas para assegurar o reconhecimento profissional e a filiação dos profissionais inscritos na congênera do país de origem, conforme procedimento que vem sendo adotado por algumas daquelas entidades;

3.4 se não se concretizar a inscrição prevista no item 3.3, as Partes comprometem-se a promover a adoção de legislação específica.

4. Os Ministros reconhecem a necessidade de ultimar rapidamente a revisão do Acordo Cultural de 1966, devendo o Protocolo modificativo entrar em vigor em simultaneidade com a plena efetivação das medidas previstas neste Memorando.

5. O Protocolo modificativo conterá nova redação dos artigos XIII, XIV e XV do Acordo Cultural de 1966, que apenas se aplicará a situações futuras.

Firmado em Brasília, aos 9 dias do mês de fevereiro de 1994, em dois exemplares, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações
Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

José Manuel Durão Barroso

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Comunicado Conjunto Brasil-Portugal (9.2.1994)

1. A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Manuel Durão Barroso, realizou uma visita

oficial ao Brasil, no período de 8 a 10 de fevereiro de 1994, em retribuição à visita feita pelo Chanceler Celso L. N. Amorim a Lisboa em dezembro do ano passado.

2. Essas visitas inscrevem-se no âmbito dos princípios consagrados pelo Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, de 1953, bem como no espírito do Acordo-Quadro bilateral, firmado em 1991.

3. Durante sua permanência em Brasília, o Ministro Durão Barroso, além de manter conversações com o Ministro Celso Amorim, foi recebido, em audiência especial, pelo Senhor Presidente da República Itamar Franco. Visitou ainda o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Octávio Gallotti, o Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, e o Deputado Inocêncio de Oliveira, Presidente da Câmara dos Deputados.

4. Durante suas conversações, os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e dos Negócios Estrangeiros de Portugal mantiveram entendimentos abrangentes sobre o relacionamento bilateral, assim como abordaram alguns dos principais temas da atualidade internacional.

5. Movidos pelo desejo de estimular a cooperação luso-brasileira nos mais variados campos, e com vistas a fortalecer o diálogo político bilateral, os dois Ministros reiteraram a alta prioridade de que se reveste a intensificação de consultas frequentes entre os responsáveis pela condução da política externa de ambos os países, a terem lugar, alternadamente, no Brasil e em Portugal, para debater questões de natureza bilateral e assuntos internacionais de interesse comum. Esse diálogo político será conduzido tanto em reuniões nos mais altos níveis, já previstas nos instrumentos bilaterais em vigor, como em outros en-

contros semestrais entre responsáveis diplomáticos categorizados dos dois países.

6. Os dois Ministros decidiram ampliar a cooperação diplomática entre os dois países. Destacaram o interesse recíproco em prosseguir estudos com vistas à colocação de diplomatas de uma das partes em missões diplomáticas da outra, em capitais onde um dos países não esteja representado.

7. No decorrer da visita do Ministro Durão Barroso, foi assinado um Acordo de Proteção e Promoção de Investimentos, diploma de extrema importância para o incremento dos investimentos nos dois países.

8. Foi igualmente assinado um Memorando de Entendimento referente à situação dos profissionais que se encontram ao abrigo do Acordo Cultural de 1966. Os dois Ministros acordaram medidas destinadas a solucionar os problemas remanescentes da aplicação daquele instrumento bilateral. A superação em breve desses problemas permitirá que se possa concluir simultaneamente o processo de revisão do Acordo de 1966, de forma a adaptá-lo à evolução verificada desde então, em ambos os países, nos domínios acadêmico e das competências das ordens profissionais.

9. Os dois Ministros manifestaram seu empenho na continuidade e na intensificação do intercâmbio entre os dois países na área cultural. Nesse contexto, reafirmaram seu apoio às atividades culturais e artísticas específicas, já previstas entre os dois países, bem como ao desenvolvimento das

relações culturais bilaterais, inclusive por meio da promoção de eventos que reflitam as afinidades existentes entre os dois povos e da difusão internacional da língua portuguesa.

10. Foi igualmente realçada a realização, de 31 de janeiro a 2 de fevereiro corrente, em Lisboa, da primeira reunião do Grupo de Cooperação Consular, criado em maio de 1991. Ao endossar o acordado por ambas as delegações, os Ministros salientaram, entre outros pontos, os seguintes: o desenvolvimento de mecanismos de cooperação baseados na complementariedade das redes consulares dos dois países, que estende a proteção consular aos cidadãos da outra parte; os contatos ágeis entre os Departamentos Consulares dos Ministérios respectivos: a disponibilidade das competentes autoridades policiais brasileiras e portuguesas para contatos diretos, destinados a reprimir problemas de foro criminal. Foi destacada também a importância de que os cidadãos de cada um dos dois países seja dispensado pelas autoridades do outro um tratamento consentâneo com o relacionamento especial previsto nos acordos em vigor.

11. Os resultados da reunião em 3 e 4 do corrente, também em Lisboa, da I Comissão Mista de Cooperação Científica e Tecnológica constituíram, na opinião dos Ministros, passo significativo no relacionamento dos dois países. Nessa reunião foram definidas nove áreas de cooperação (entre outras, biotecnologia, química fina e ciência dos mares), que devem balizar a criação de projetos, associados à concessão de bolsas de estudo. Decidiu-se criar

um grupo de trabalho a fim de pormenorizar, nessas áreas, os projetos a serem desenvolvidos. Ficou acordado, também, que, sempre que possível, a cooperação bilateral se estenderia ao âmbito de programas regionais, tais como o EUREKA e o BOLIVAR, com base na experiência positiva da participação de instituições brasileiras e portuguesas no Projeto ACQUA.

12. Ainda no âmbito científico e tecnológico, os dois Ministros salientaram a importância da cooperação bilateral em nível de empresas, já em curso no setor de telecomunicações, com significativas repercussões no plano econômico.

13. Foi também considerada pelos dois Ministros a importância de a cooperação bilateral abranger formas de cooperação militar em diversos domínios, que poderão ir de matérias específicas em áreas de Defesa à troca de informações e experiências em temas da atualidade internacional, tais como as operações de paz das Nações Unidas. O prosseguimento destas novas formas de cooperação poderá ter lugar através de visitas dos responsáveis dos dois países nestas áreas.

14. Os dois Ministros atribuíram especial relevância à institucionalização do grande empreendimento que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tema da reunião ministerial de Brasília, no dia 10 do corrente na perspectiva da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa.

Brasília, 9 de fevereiro de 1994.

***Comunicado Conjunto da Primeira Reunião de Ministros de Negócios
Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa
(10.2.1994)***

Os Ministros
das Relações Exteriores do Brasil, Celso L. N. Amorim,
dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Manuel Casimiro de Jesus Chantre,
dos Negócios Estrangeiros e da Co-
operação da Guiné-Bissau, Bernardino Cardoso,
dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Pascoal Mocumbi,
dos Negócios Estrangeiros de Portugal, José Manuel Durão Barroso,
dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe, Albertino Bragança, e
o Diretor da Direção de Américas do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Embaixador João Felipe Martins, em representação do Ministro das Relações Exteriores de Angola,

Reunidos em Brasília no dia 10 de fevereiro de 1994, para uma reflexão sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),

Considerando que a idéia de se criar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa emana espontaneamente da sociedade civil, com base num idioma comum que forjou relações especiais entre os sete países,

Considerando que os sete países compartilham valores universais, como os ideais democráticos, o respeito aos Direitos Humanos, o repúdio ao racismo e os

princípios tradicionais da boa convivência entre os Estados,

Considerando que a iniciativa de constituição da Comunidade reflete o reconhecimento consensual por parte do conjunto dos Governos participantes da necessidade de dar forma a uma realidade já existente e que confere identidade própria aos sete Estados no cenário internacional contemporâneo,

Considerando que a atual conjuntura internacional abriu espaço para novas iniciativas de associação – abertas e não-excludentes – entre países com interesses e valores afins,

Considerando que, através dos mecanismos de concertação político-diplomática a serem criados no âmbito da Comunidade, será assegurada presença mais atuante dos sete países nos foros internacionais,

Reafirmaram a intenção de seus Governos de apoiar a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, concebida como foro privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e o estabelecimento de uma agenda de cooperação entre Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Angola.

Para a implementação dessa iniciativa, concordaram no seguinte:

1. RECOMENDAR a seus Governos a realização, ainda no primeiro semestre de

1994, de uma Cimeira em Lisboa, que congregará os Chefes de Estado e/ou de Governo dos sete países, com vistas a adoção do Ato Constitutivo da Comunidade;

2. EMPENHAR-SE – com base na mais absoluta solidariedade e respeitadas as singularidades nacionais – para que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa seja instrumento de concertação política e de cooperação nas áreas social, cultural e econômica;

3. RECOMENDAR aos Governos dos sete países que envidem todos os esforços para agilizar a implantação, no mais curto prazo, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

4. SALIENTAR a importância do desenvolvimento de ações de cooperação inter-parlamentar entre os órgãos legislativos dos países da Comunidade e da eventual criação do Parlamento dos Países de Língua Portuguesa;

5. ESTIMULAR o exame de mecanismos de cooperação econômica e comercial, com vistas ao fomento do intercâmbio e dos investimentos recíprocos, com ampla participação da iniciativa privada e dos organismos internacionais vocacionadas para este fim;

6. RECOMENDAR a dinamização da cooperação inter-universitária já existente e aprofundar as discussões relativas à futura criação da Universidade dos Sete;

7. APOIAR o desenvolvimento do projeto de cooperação regional para a promoção

do livro e da leitura nos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, designado «Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa», com sede em Maputo.

8. APOIAR o imediato e efetivo cessar-fogo em Angola e manifestar a convicção de que a paz somente será duradoura se for alcançada no estrito respeito aos Acordos de Bicesse e aos resultados das eleições livres e justas de setembro de 1992;

9. ENCORAJAR a implementação dos Acordos de Roma, a reconciliação nacional e a consolidação da ordem democrática em Moçambique;

10. RECOMENDAR a criação de uma comissão com o mandato de mobilizar e de coordenar os esforços em prol da reconstrução de Angola e de Moçambique;

11. REITERAR que a questão do Timor Leste seja solucionada em conformidade com as normas e princípios do Direito Internacional e dentro do respeito aos direitos humanos;

12. CONSTITUIR em Lisboa um Grupo de Trabalho de Concertação Permanente, no quadro da preparação da Cimeira, a ser integrado pelos Embaixadores dos seis países acreditados junto ao Governo português e um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal; e

13. REUNIR-SE em Lisboa, imediatamente antes da Cimeira.

Feito em Brasília, aos dez dias do mês de fevereiro de 1994.

Comunicado Conjunto Brasil-Venezuela (4.3.1994)

No contexto da visita de trabalho que fez à Venezuela o Presidente da República Federativa do Brasil, Itamar Franco, a convite do Presidente da República, Rafael Caldera, em 4 de março de 1994, os Chefes de Estado coincidiram em expressar sua inequívoca determinação de atribuir renovado impulso às relações bilaterais, dentro do tradicional espírito de amizade que as tem caracterizado e de uma visão prospectiva de integração entre os dois países. Com tais propósitos, e com base na confiança recíproca existente entre os dois Governos, os Presidentes decidiram ampliar as áreas de cooperação bilateral e utilizar plenamente os mecanismos de consulta e diálogo político, atribuindo-lhes nova dimensão e alta prioridade, de modo a permitir o aproveitamento eficaz das imensas potencialidades de cooperação entre os dois países.

Nesse sentido, os Presidentes decidiram estabelecer uma Comissão Binacional de Alto Nível, presidida pelos Ministros de Relações Exteriores e integrada pelos Ministros responsáveis por temas relevantes para a cooperação bilateral. Acordaram, ainda, que se realize na Venezuela, com a brevidade possível, a Segunda Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, no nível de Vice-Ministros de Relações Exteriores, mecanismo que, ulteriormente, funcionará também como instância preparatória das reuniões da Comissão Binacional de Alto Nível.

Os Presidentes consideraram conveniente manter encontros periódicos para

avaliar as relações bilaterais e os resultados da Comissão Binacional de Alto Nível.

Com o objetivo de fortalecer e ampliar os laços comerciais entre Brasil e Venezuela, os Presidentes expediram instruções às autoridades da área de comércio exterior para avaliarem o estado e acelerarem as negociações com vistas à pronta conclusão de um Acordo de Complementação Econômica (ACE) entre os dois países no marco da ALADI. Tal acordo poderia abranger, ademais da redução das barreiras de comércio, medidas de incentivo ao comércio fronteiriço, de promoção e proteção de investimentos, de facilitação do comércio de serviços, propriedade intelectual, normas contra a concorrência desleal e acesso a compras governamentais.

Manifestaram seu interesse em colaborar no processo de modernização da estrutura da ALADI, com vistas à sua adaptação às novas realidades.

Os Presidentes passaram em revista a proposta brasileira de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que tem por objetivo promover de forma pragmática, aberta e não-excludente a consolidação e convergência dos processos de integração da região, bem como o fortalecimento da capacidade de ação de seus integrantes em negociações comerciais internacionais. Os dois Presidentes, tendo presente o atual processo mundial de formação de espaços econômicos integrados, exprimiram

seu desejo de continuar a estudar o tema com o interesse que merece.

Em matéria de petróleo e derivados, os Presidentes convieram em que se examinem formas para expandir as relações entre os dois países, inclusive a possibilidade de incremento na compra de petróleo venezuelano pelo Brasil e o estabelecimento de pesquisas conjuntas Petrobrás/PDVSA para melhor aproveitamento dos crus pesados. Acordaram, ainda, incluir a consideração da aquisição de betúmenes, como a orimulsão, para complementar a oferta energética brasileira.

Os Presidentes afirmaram seu propósito de conjugar esforços para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia. Nesse sentido, atribuíram especial importância às iniciativas de cooperação fronteiriça e coincidiram na percepção de que, no âmbito dos respectivos esforços de desenvolvimento sustentável, proteção do meio ambiente e respeito às comunidades indígenas, a fronteira entre os dois países pode e deve constituir espaço de desenvolvimento e integração.

Para a consecução desses objetivos, os Presidentes constataram a importância da realização de projetos comuns que propiciem melhores condições de desenvolvimento econômico sustentável às regiões do Sul da Venezuela e do Norte do Brasil. Nesse sentido, a Comissão Binacional de Alto Nível, com o apoio dos Ministros correspondentes, deverá empreender, com critérios comuns ou convergentes de ordenamento territorial, o estudo de projetos que aportem impacto econômico positivo para as citadas regiões, e decidir a criação

de grupos de trabalho para examinar a possibilidade de levá-los adiante, inclusive quanto ao marco normativo e regulatório dos mesmos. Tais grupos deverão submeter suas conclusões acerca da viabilidade dos projetos à Comissão Binacional de Alto Nível. As áreas identificadas pelos Presidentes, sem prejuízo de que outras sejam acrescentadas posteriormente, dizem respeito a:

I – no setor rodoviário: conclusão da pavimentação da rodovia BR 174 e ampliação do acordo sobre transporte terrestre;

II – no setor elétrico: compra pelo Brasil de energia venezuelana e construção de linha de transmissão correspondente;

III – no setor hidrográfico: viabilidade da navegabilidade entre as bacias do Orinoco e do Amazonas;

IV – no setor de mineração: exame da possibilidade de realizar projetos conjuntos compatíveis com o desenvolvimento sustentável e a proteção das comunidades indígenas. Para o desenvolvimento de tais projetos, será de utilidade o Acordo de Cooperação concluído em 1991 entre a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) e a Corporação Venezuelana da Guyana (CVG), bem como a desejável participação dos setores privados dos dois países e a pesquisa conjunta de tecnologias apropriadas para uma mineração ambientalmente saudável.

V – no setor siderúrgico: utilização de altos fornos da Siderúrgica do Orinoco (SIDOR) para, em associação com empresas brasileiras, em particular a CVRD, fabricar ferro-liga de manganês.

VI – no setor de meio ambiente: desenvolvimento conjunto do turismo ecológico, pesquisas científicas em matérias de e cooperação relativa à recuperação de áreas degradadas como consequência da atividade de mineração ilegal.

Os Presidentes expressaram sua convicção quanto à necessidade de aprofundar a cooperação na fronteira e de impulsionar e renovar as políticas de desenvolvimento regional nessas áreas por parte de cada país, com o objetivo de obter o desenvolvimento sustentável de tais áreas, reforçar a presença nas mesmas dos respectivos Estados e sociedades nacionais, e contrarrestar, de forma definitiva, atividades indesejáveis como a mineração ilegal e o narcotráfico. Ao mesmo tempo, os Chefes de Estado convieram quanto à necessidade de combater de forma resoluta qualquer atividade ilegal na fronteira comum. Com esse objetivo, comprometeram-se a reforçar as medidas pertinentes para a erradicação da mineração ilegal nas referidas zonas e a aplicar controles efetivos do uso, em tais atividades, de equipamentos e insumos que contribuam para a depredação e a contaminação do meio ambiente. Ademais, intercambiaram informações sobre as medidas que vêm sendo adotadas pelos dois Governos, assinalando os avanços já alcançados e expressando sua determinação de continuar a fortalecer e agilizar os mecanismos de diálogo e cooperação nessa matéria e, em particular, naquilo que contribua para facilitar o intercâmbio sistemático de informações e ações conjuntas para a prevenção e repressão de atos ilícitos.

O Presidente Rafael Caldera assinou que o Governo da Venezuela está considerando com interesse sua participação no Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM). Manifestou, ainda, seu desejo de conhecer a experiência brasileira em matéria de zoneamento ecológico-econômico.

Os Presidentes expressaram satisfação pela perspectiva de aceleração das campanhas de densificação dos marcos fronteiriços e pela realização de trabalhos conjuntos de cartografia na fronteira. Nesse contexto, comprometeram-se a atribuir prioridade à alocação de recursos para a conclusão dessas atividades no menor prazo possível.

Com relação ao Tratado de Cooperação Amazônica, os Presidentes coincidiram quanto à necessidade de fortalecimento institucional daquele instrumento de cooperação, tão importante para o pleno aproveitamento dos recursos humanos e naturais nesses vastos territórios.

Manifestaram, igualmente, interesse em estreitar os laços culturais e aprofundar o conhecimento recíproco. Para tanto, acordaram que a Comissão Mista de Cooperação Cultural se reúna em Brasília, em fins de abril vindouro.

Os Mandatários conversaram, ainda, sobre temas da atualidade internacional e regional, coincidindo na avaliação das substantivas transformações na cena internacional, que representam novos e importantes desafios políticos, econômicos e sociais para os dois países. Ao examinarem a situação na América Latina e no Caribe,

os Presidentes salientaram a consolidação da democracia e a urgente necessidade de promover o desenvolvimento econômico e a justiça social. Ambos convieram em que se faz urgente a adoção de medidas eficazes para o combate à pobreza, para minimizar o custo social das necessárias medidas de ajuste econômico e de modernização, bem como para promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Os Presidentes sublinharam a importância que atribuem à realização da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, em 1995, e à implementação dos compromissos assumidos no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

No âmbito hemisférico, os Presidentes expressaram a expectativa de que a Reunião de Cúpula a realizar-se nos Estados Unidos no decorrer deste ano possa constituir oportunidade propícia para iniciativas concretas para converter todo o continente americano em área de prosperidade,

fundada na vigência da democracia e do direito ao desenvolvimento integral como objetivos inseparáveis. Com esse propósito, empreenderão esforços conjuntos para que a agenda da reunião reflita um efetivo consenso hemisférico.

Os Presidentes expressaram sua satisfação pela conclusão com êxito das negociações da Rodada Uruguai no GATT e manifestaram sua expectativa de que a aplicação desses resultados, no contexto do respeito às normas multilaterais, permitirá um notável fortalecimento do sistema multilateral de comércio e uma maior participação dos países em desenvolvimento nos benefícios do comércio internacional.

O Presidente Itamar Franco expressou seus mais sinceros agradecimentos ao Presidente Rafael Caldera pela calorosa acolhida e pela hospitalidade oferecida pelo povo e o Governo da Venezuela, e formulou convite ao Presidente Rafael Caldera para que realize proximamente visita oficial ao Brasil.

***Acordo por troca de notas que estabelece o Protocolo para Emenda
e Prorrogação do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia
entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo dos Estados Unidos da América
(21.3.1994)***

Brasília, 21 de março de 1994.

A Sua Excelência o Senhor
Mark Lore,
Ministro-Conselheiro,
Encarregado de Negócios, a.i.,
dos Estados Unidos da América
Brasília, DF

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar o recebimento de sua Nota número 107 datada de hoje, cujo teor é o seguinte, em português:

«Tenho a honra de me referir ao Acordo entre os Estados Unidos da

América e a República Federativa do Brasil Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia («o Acordo»), assinado em 6 de fevereiro de 1984 e prorrogado em 15 de maio de 1991. Refiro-me também ao Protocolo para Emenda e Prorrogação do Acordo entre os Estados Unidos da América e a República Federativa do Brasil, relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia de 14 de novembro de 1991 (o «Protocolo de 1991»), que ainda não entrou em vigor.

Confirmo, em nome do Governo dos Estados Unidos da América, que o Protocolo de 1991 foi substituído pelo Protocolo assinado nesta data sobre a mesma matéria.

Tenho, igualmente, a honra de propor que, caso os termos acima mencionados sejam aceitos, esta Nota e a Nota de seu Governo, em resposta, constituam um acordo entre os dois Governos, que entrará em vigor na data em que ambos os Governos se notifica-

rem, pelos canais diplomáticos, o cumprimento de seus respectivos requisitos internos para a entrada em vigor do presente acordo».

2. Em resposta, tenho a honra de, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, informar que aceito os termos acima propostos. Confirmo, assim, que esta Nota e a Nota de Vossa Excelência, cujo teor foi acima transcrito, constituem um acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, a entrar em vigor na data em que os dois Governos se notificarem, pelos canais diplomáticos, o cumprimento de seus respectivos requisitos internos para a entrada em vigor do presente acordo.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência a garantia da minha mais alta consideração.

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Anexo

Protocolo para Emenda e Prorrogação do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos da América

(doravante denominados «Partes»),

Reconhecendo que sua cooperação científica e tecnológica tem beneficiado os povos de ambas as nações e toda a humanidade, bem como fortalecido os laços de amizade entre os dois países,

Acordam, pelo presente Protocolo, em estender a vigência do Acordo de Coope-

ração em Ciência e Tecnologia entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América – assinado no dia 6 de fevereiro de 1984, em vigor desde 15 de maio de 1986, prorrogado por seis meses até 15 de maio de 1991 – doravante denominado «o Acordo», até 15 de novembro de 2001, e em que o Acordo seja automaticamente renovado, por períodos de cinco anos, salvo em caso de denúncia por uma das Partes, mediante comunicação escrita, com seis meses de antecedência, à outra Parte.

Permanecem inalteradas todas as demais disposições contidas no Acordo, com exceção dos artigos VI e VII e do acréscimo de dois Anexos.

O Artigo VI será acrescido de dois parágrafos adicionais, com a seguinte redação:

«4. Cada Parte empenhar-se-á em assegurar, a todos os participantes nas atividades da cooperação que tenham sido acordadas, acesso às instalações e ao pessoal em seu respectivo país, na medida do necessário para a realização dessas atividades.

5. Cada Parte empenhar-se-á em conceder, a pesquisadores visitantes, acesso aos principais programas promovidos ou apoiados pelo próprio Governo e a suas instalações, bem como Propiciar acesso similar a informações e a seu intercâmbio na esfera da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico.»

O Artigo VII passará a ter a seguinte redação:

«As disposições sobre proteção e distribuição da propriedade intelectual gerada ou fornecida durante as atividades de cooperação no âmbito deste Acordo, bem como as concernentes à proteção de informações e equipamentos por razões de segurança nacional, estão contidas nos anexos I e II ao presente Acordo, e passam a constituir parte integrante do mesmo.»

Os novos Anexos terão a seguinte redação:

Anexo I

Propriedade Intelectual

Preâmbulo

Consoante o Artigo VII deste Acordo:

As Partes assegurarão a adequada e efetiva proteção da propriedade intelectual criada ou fornecida no âmbito deste Acordo e de subseqüentes Ajustes Complementares. As Partes acordam em notificar oportunamente, uma à outra, quaisquer invenções ou trabalhos sujeitos à proteção pelo direito autoral, produzidos sob a égide deste Acordo, bem como em buscar, oportunamente, proteção para essa propriedade intelectual. Os direitos a essa propriedade intelectual serão atribuídos nos Termos estabelecidos no presente Anexo.

I. Âmbito

A. O presente Anexo se aplica a todas as atividades de cooperação desenvolvidas no âmbito deste Acordo, salvo especificação em contrário acor-

dada pelas Partes ou por seus representantes acreditados.

B. Para os propósitos deste Acordo, a expressão «propriedade intelectual» terá o significado que lhe é atribuído no Artigo 2 do Convênio Constitutivo da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), aprovado em Estocolmo, em 14 de julho de 1976.

C. O presente Anexo refere-se à atribuição de direitos, rendimentos e *royalties* entre as Partes. Cada Parte assegurará as condições para que a outra adquira os direitos de propriedade intelectual atribuídos nos termos do presente Anexo, mediante a obtenção desses direitos junto aos seus próprios participantes, se necessário por meio de contratos ou outros meios jurídicos. O presente Anexo não altera ou afeta, de nenhuma forma, a atribuição de direitos entre uma Parte e seus cidadãos, que será determinada de acordo com as leis e as práticas dessa Parte.

D. As controvérsias sobre propriedade intelectual surgidas no âmbito deste Acordo serão resolvidas por meio de consultas entre as instituições participantes interessadas ou, se necessário, pelas Partes ou por seus representantes acreditados. Mediante acordo mútuo das Partes, uma controvérsia será submetida à decisão definitiva e compulsória de um tribunal de arbitragem, de acordo com as normas de direito internacional aplicáveis ao caso. Salvo decisão em contrário, acordada por escrito pelas Partes ou por seus representantes acreditados, serão aplicáveis as

normas de arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL).

E. O término ou a expiração deste Acordo não afetará os direitos ou as obrigações a que se refere o presente Anexo.

F. Não serão estabelecidas atividades de cooperação que tenham perspectivas razoáveis, conforme determinado por uma das Partes, de gerar invenções em áreas não consideradas como matéria passível de patenteamento.

G. No caso de uma das Partes acreditarem que um projeto de pesquisa conjunta desenvolvido no âmbito deste Acordo conduzirá à criação ou à concessão de propriedade intelectual de um tipo não protegido segundo as leis aplicáveis de uma das Partes, as Partes deverão estabelecer negociações imediatamente com vistas a alcançar uma solução mutuamente aceitável para a implementação do disposto no Artigo II, B, 2(b).

II. Atribuição de direitos

A. Cada uma das Partes terá direito não exclusivo, irrevogável e isento de *royalties*, em todos os países, a traduzir, reproduzir e distribuir publicamente artigos, relatórios e livros técnicos e científicos gerados diretamente pelas atividades da cooperação a que se refere este Acordo. Todos os exemplares de um trabalho com direitos autorais reservados, elaborado nos termos destas disposições e distribuídos publicamente, conterão os nomes dos autores,

salvo quando estes declinarem explicitamente dessa menção.

B. Os direitos a todas as formas de propriedade intelectual que não sejam os descritos na Seção II(A) deste Anexo serão assim atribuídos:

1. Pesquisadores visitantes, tais como cientistas cuja visita tenha um propósito primordial de aperfeiçoamento, receberão direitos de propriedade intelectual nos termos das diretrizes da instituição anfitriã. Além disso, cada pesquisador visitante classificado como inventor terá direito a uma quota proporcional de quaisquer *royalties* auferidos pela instituição anfitriã em razão do licenciamento do uso dessa propriedade intelectual.

2. a) No que concerne à propriedade intelectual gerada por pesquisa conjunta, como, por exemplo, nos casos em que as Partes, as instituições participantes ou o pessoal participante tenham acordado com antecedência quanto à abrangência do trabalho, cada Parte terá direito a obter todos os direitos e rendimentos em seu próprio território. Os direitos e os rendimentos em terceiros países serão determinados mediante Ajustes Complementares. Se no Ajuste Complementar correspondente à pesquisa não for classificada como «pesquisa conjunta», os direitos de propriedade intelectual por ele gerados serão atribuídos nos termos da Seção II(B)1 deste Anexo. Além disso, cada pessoa designada como inventor terá direito a uma quota proporcional

de quaisquer *royalties* auferidos por qualquer instituição com o licenciamento de uso da propriedade.

b) Não obstante o disposto nas Seções I(F) e II(B)2(a) deste Anexo, se um tipo de propriedade intelectual estiver previsto nas leis de uma Parte, mas não nas da outra, serão atribuídos à Parte, cujas leis se refiram a esse tipo de proteção, todos os direitos e rendimentos em escala mundial. As pessoas designadas como inventores da propriedade terão, porém, direito a *royalties*, conforme o disposto na Seção II(B)2(a) deste Anexo.

III. Informação sujeita a sigilo comercial

Se uma informação oportunamente identificada como sujeita a sigilo comercial for fornecida ou gerada nos termos deste Acordo, cada Parte e seus participantes deverão proteger tal informação conforme as leis, os regulamentos e a prática administrativa aplicáveis. A informação poderá ser classificada como «sujeita a sigilo comercial» se a pessoa que estiver de posse da mesma puder auferir benefícios ou obter vantagem competitiva em relação a quem não a possua, se a informação não for do conhecimento geral ou não puder ser publicamente obtida de outras fontes e se o proprietário não houver fornecido previamente essa informação sem impor, oportunamente, a obrigação de manter sua confidencialidade.

Anexo II

Obrigações de Segurança

As Partes acordam em que não serão fornecidas quaisquer informações ou equipamentos que requeiram proteção, no interesse da segurança nacional de cada Parte, e que sejam classificados como confidenciais de acordo com as leis e os regulamentos nacionais aplicáveis. Se informações ou equipamentos dessa natureza forem identificadas durante a execução de projetos no âmbito deste Acordo, sua confidencialidade será protegida nos termos das leis e dos regulamentos nacionais aplicáveis e sua identificação será imediatamente comunicada às autoridades nacionais competentes, para fins de avaliação.

Disposições para evitar a divulgação de tais informações ou equipamentos serão incorporadas a todos os Ajustes Complementares a este Acordo.

A transferência, entre as Partes deste Acordo, de informações ou equipamentos não confidenciais será efetuada com a observância das leis e dos regulamentos de exportação pertinentes de cada Parte. As Partes adotarão todas as medidas apropriadas e necessárias, nos termos das respectivas obrigações internacionais e leis e regula-

mentos nacionais, a fim de impedir a transferência ou retransferência não autorizada de informações e equipamentos de exportação controlada fornecidos ou produzidos no âmbito do presente Acordo. Quando aplicável, serão incorporadas a todos os Ajustes Complementares a este Acordo disposições circunstanciadas para impedir a transferência ou retransferência não autorizada de tais informações ou equipamentos.

O presente Protocolo entrará em vigor na data do recebimento por via diplomática, da segunda notificação de que as Partes completaram os necessários procedimentos internos para sua vigência.

Feito em Brasília, em 21 de março de 1994, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações
Exteriores

PELO GOVERNO DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA

Mark Lore

Ministro-Conselheiro, Encarregado
de Negócios, a.i.

***Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República do Chile para a promoção
e a proteção recíproca de investimentos
(22.3.1994)***

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Chile

(doravante denominados «Partes Contratantes»),

Animados pelo desejo de criar condições favoráveis à maior cooperação econômica e, em particular, à realização de investimentos recíprocos que impliquem transferência de capitais de um país ao território do outro;

Levando em conta que a manutenção de um clima satisfatório para os investimentos, em conformidade com as leis do país receptor, é o melhor modo de estabelecer e conservar um adequado fluxo internacional de capitais; e

Reconhecendo que a conclusão de um Acordo para a promoção e a proteção recíproca dos investimentos estrangeiros contra riscos não-comerciais poderá contribuir para estimular as iniciativas empresariais que favoreçam a prosperidade dos dois países;

Acordam o seguinte:

Artigo I
Definições

1. Para fins do presente Acordo, entende-se que:

I – O termo «investidores» designa:

a) as pessoas físicas que tenham a nacionalidade da Parte Contratante de onde se origina o investimento, de conformidade com sua legislação interna;

b) as pessoas jurídicas, incluindo as companhias, as sociedades comerciais e outras entidades constituídas segundo a legislação da Parte Contratante de onde se origina o investimento e que tenham sede principal no território dessa Parte.

II – O termo «investimentos» designa todo tipo de haveres, tais como bens e direitos de qualquer natureza, adquiridos ou exercidos de conformidade com a legislação da Parte recipiente, em particular, ainda que não exclusivamente, os seguintes:

a) ações e outras formas de participação em sociedades;

b) direitos derivados de todo tipo de aporte realizado com o propósito de criar valor econômico, incluídos os empréstimos diretamente vinculados a um investimento específico, tenham ou não sido capitalizados;

c) os bens móveis e imóveis, assim como os direitos reais, tais como hipotecas, usufrutos e direitos análogos;

d) direitos para realizar atividades econômicas e comerciais outorgados por lei ou em decorrência de contrato, em

particular os relacionados com a prospecção, o cultivo, a extração ou a exploração de recursos naturais;

e) direitos no âmbito da propriedade intelectual, abrangendo expressamente patentes de invenção e marcas de comércio, bem como licenças de fabricação e *know how*.

III – A expressão «rendas ou ganhos de investimento» designa os rendimentos derivados de um investimento, incluindo lucros, ganhos de capital, dividendos e juros.

IV – O termo «território» designa os territórios sob a soberania de cada uma das Partes Contratantes, tais como definidos nas respectivas leis internas, e compreende, além das áreas demarcadas pelos limites terrestres e insulares, também o mar territorial, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva, assim como qualquer outra área marítima, incluindo o leito do mar e o subsolo, na medida em que nessa área a Parte Contratante, de conformidade com o Direito Internacional e suas respectivas normas internas, detenha direitos em relação à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais.

2. Nenhuma modificação da forma segundo a qual os ativos e os capitais tenham sido investidos ou reinvestidos afetará sua qualificação como investimentos em consonância com o presente Acordo.

Artigo II

Promoção e admissão

1. Cada Parte Contratante fomentará, na medida do possível, os investimentos a serem efetuados em seu território por in-

vestidores da outra Parte Contratante e admitirá esses investimentos de conformidade com as disposições de sua legislação.

2. Cada Parte Contratante, conforme sua legislação, concederá as autorizações exigidas para a realização desses investimentos e permitirá contratos de licença de fabricação, assistência técnica, comercial, financeira e administrativa, e outorgará as autorizações requeridas para as atividades de profissionais ou consultores contratados por investidores da outra Parte Contratante.

Artigo III

Proteção e tratamento

1. Cada Parte Contratante protegerá, em seu território, os investimentos efetuados, de conformidade com sua legislação, por investidores da outra Parte Contratante e não criará obstáculos, por meio de medidas injustificadas ou discriminatórias, à gestão, manutenção, à utilização, à fruição, à venda ou, se for o caso, à liquidação de tais investimentos.

2. Cada Parte Contratante dispensará um tratamento não discriminatório, justo e equitativo, em conformidade com os princípios do Direito Internacional, aos investimentos realizados por investidores da outra Parte Contratante em seu território e garantirá que não serão criados obstáculos ao exercício dos direitos assim reconhecidos.

3. Cada Parte Contratante concederá, aos investimentos da outra Parte Contratante, tratamento não menos favorável do que o dispensado aos investimentos de seus nacionais.

4. O tratamento referido no segundo parágrafo deste Artigo não será menos favorável do que aquele outorgado por uma Parte Contratante aos investimentos da mesma natureza realizados em seu território por investidores de um terceiro país.

5. Esse tratamento não se estenderá, entretanto, às concessões de uma Parte Contratante a investidores de um terceiro país em virtude de sua participação em zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum ou acordo de integração regional.

6. O tratamento a que se refere este Artigo também não se estenderá a reduções de alíquotas, isenções fiscais e outros incentivos assemelhados outorgados por uma Parte Contratante a investidores de terceiros países em decorrência de acordo para evitar a dupla tributação da renda ou de qualquer outro acordo em matéria tributária.

Artigo IV

Nacionalização, desapropriação e indenização

1. As Partes Contratantes não adotarão qualquer medida que prive, direta ou indiretamente, o investidor da outra Parte Contratante de um investimento.

2. A nacionalização, a desapropriação ou qualquer outra medida de características ou efeitos similares não poderão ser adotadas a menos que se cumpram as seguintes condições:

- i) sejam determinadas por razão de utilidade pública ou interesse nacional, em conformidade com a lei;

- ii) sejam tomadas em bases não discriminatórias; e

- iii) sejam acompanhadas de disposições para o pagamento de indenização imediata, adequada e efetiva.

3. A indenização acima referida tomará como base o valor de mercado dos investimentos em uma data imediatamente anterior àquela em que a medida de nacionalização ou desapropriação tenha sido tornada de domínio público. Em caso de qualquer atraso no pagamento da indenização, seu montante será acrescido de juros com o objetivo de manter atualizado o valor do investimento, a contar da data da desapropriação ou da perda e até a data do pagamento. A legalidade da desapropriação, nacionalização ou medida equiparável, bem como o valor da indenização, serão suscetíveis de recurso em procedimento judicial ordinário.

4. Os investidores de uma das Partes Contratantes, cujos investimentos no território da outra Parte Contratante sofram perdas em razão de qualquer conflito armado, como guerra, estado de emergência nacional, distúrbios civis ou outros acontecimentos similares que venham a ocorrer naquele território, receberão dessa última Parte tratamento não menos favorável em matéria de reparação, indenização, compensação ou outra retribuição, do que o concedido a seus próprios investidores nacionais ou aos de terceiros países.

Artigo V

Transferência

1. Cada Parte Contratante permitirá a livre transferência dos pagamentos relacio-

nados aos investidores efetuados em seu território por investidores da outra Parte Contratante, em particular, mas não exclusivamente:

- a) o capital inicial e qualquer capital adicional destinado à manutenção ou à ampliação do investimento;
- b) as rendas ou os ganhos do investimento, tal como definidos no artigo 1;
- c) a indenização prevista no artigo IV e os pagamentos que devam ser efetuados por força do previsto no artigo VIII;
- d) o produto da venda ou liquidação, total ou parcial;
- e) as amortizações de empréstimos;
- f) a renda líquida dos salários de pessoal contratado no exterior em conexão com o investimento.

2. As transferências efetuar-se-ão sem demora, uma vez cumpridos, pelo investidor, os correspondentes procedimentos legais e regulamentares em vigor no território da Parte Contratante em que se realizou o investimento.

3. As transferências serão autorizadas nas divisas em que tiver sido feito o investimento ou, quando solicitado pelo investidor, em outra moeda conversível.

Artigo VI

Princípio de sub-rogação

1. Quando uma Parte Contratante ou uma entidade autorizada tenha concedido garantia financeira para cobrir riscos não-comerciais com relação a um investimento efetuado por seu investidor no território da outra Parte Contratante, esta última reco-

nhecerá a sub-rogação da primeira nos direitos do investidor, desde que a primeira Parte Contratante tenha efetuado desembolso correspondente à cobertura de garantia concedida. Em nenhum caso se admitirá a sub-rogação nos direitos de propriedade sobre bens imóveis, sem que haja prévia autorização, nos termos da legislação vigente no território da Parte Contratante onde se realizou o investimento.

2. Os investidores terão direito de demandar ou fazerem-se parte em ações já iniciadas com vistas a proteger direitos remanescentes que possam reclamar e que não tenham sido objeto de sub-rogação, caso em que se aplicará o disposto no Artigo VIII.

Artigo VII

Solução de controvérsias entre as partes contratantes

1. As divergências e as controvérsias que surgirem entre as Partes Contratantes decorrentes da aplicação ou interpretação do presente Acordo serão resolvidas de forma amigável.

2. Se o conflito não puder resolver-se desse modo em prazo de seis meses, contado a partir do início das negociações, poderá ser submetido por qualquer das Partes Contratantes a um Tribunal de Arbitragem.

3. Esse Tribunal de Arbitragem será constituído da seguinte forma: cada Parte Contratante designará um árbitro e esses dois árbitros elegerão um nacional de um terceiro Estado como Presidente. Os árbitros serão designados em um prazo de três meses e o Presidente em um prazo de cinco

meses, contado da data em que qualquer uma das Partes Contratantes tenha informado à outra sua intenção de submeter o conflito a um Tribunal de Arbitragem.

4. Se uma das Partes Contratantes não houver designado seu árbitro dentro do prazo fixado, a outra Parte Contratante poderá solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que o faça. No caso de os dois árbitros designados pelas Partes Contratantes não chegarem a um acordo, dentro do prazo estabelecido, quanto à designação do terceiro árbitro, qualquer das Partes Contratantes poderá solicitar ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que proceda a essa designação. No caso de o Presidente da Corte Internacional de Justiça ser nacional de uma das Partes Contratantes ou estar impedido por qualquer outro motivo, caberá ao Vice-Presidente daquela Corte efetuar aquelas designações. Se o Vice-Presidente também for nacional de uma das Partes Contratantes ou igualmente achar-se impedido, caberá ao membro da Corte que o siga imediatamente na ordem de precedência efetuar tais designações.

5. O Tribunal de Arbitragem emitirá seu laudo com base na Lei, nos dispositivos contidos no presente Acordo ou em outros Acordos vigentes entre as Partes Contratantes e nos princípios universalmente reconhecidos do Direito Internacional.

6. A menos que as Partes Contratantes decidam de outro modo, o Tribunal de Arbitragem estabelecerá seus próprios procedimentos.

7. O Tribunal de Arbitragem adotará suas decisões por maioria de votos e as Partes Contratantes a elas ficarão vinculadas.

8. Cada Parte Contratante se responsabilizará pelas despesas relativas ao árbitro por ela designado e por aquelas relativas à sua representação nos procedimentos arbitrais. Os demais gastos, inclusive os relativos ao Presidente do Tribunal de Arbitragem, serão repartidos equitativamente pelas Partes Contratantes.

9. As Partes Contratantes concordam em ficar vinculadas à decisão desse juízo arbitral e tomarão todas as medidas necessárias para conferir plena eficácia ao respectivo laudo.

Artigo VIII

Solução de controvérsias entre o estado receptor do investimento e o investidor

1. As divergências e as controvérsias surgidas no âmbito deste Acordo entre uma das Partes Contratantes e investidor da outra Parte Contratante serão, na medida do possível, solucionadas por meio de consultas amistosas entre ambos.

2. Se o conflito não puder ser resolvido de forma amigável em um prazo de seis meses, contado a partir do início de tais consultas, poderá ser submetido à eleição do investidor:

i) aos tribunais competentes da Parte Contratante em cujo território se realizou o investimento; ou

ii) à arbitragem internacional, nas condições descritas no parágrafo 4 deste artigo .

3. A opção por uma destas duas vias será definitiva e irreversível.

4. No caso de opção pelo recurso à arbitragem internacional, a controvérsia poderá ser submetida a um dos seguintes órgãos de arbitragem, à eleição do investidor:

i) ao «Centro Internacional para a Solução de Controvérsias Relativas a Investimentos» (CIADI), estabelecido pela «Convenção de Controvérsias Relativas a Investimentos entre Estados e Nacionais de Outros Estados», aberta à assinatura em Washington, em 18 de março de 1965, quando as Partes Contratantes a ela tenham aderido. Até que se cumpra essa condição, cada Parte Contratante dá seu consentimento para que a controvérsia seja submetida à arbitragem segundo o Mecanismo Complementar do CIADI;

ii) a um Tribunal de Arbitragem *ad hoc*, estabelecido de conformidade com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRA), adotadas pela Resolução 31/98 da Assembléia Geral de 15 de dezembro de 1976. O Tribunal de Arbitragem será composto por três árbitros – um designado pela Parte Contratante em cujo território se efetuou o investimento, um designado pela outra Parte no procedimento e um terceiro árbitro que presidirá o Tribunal, designado pelos dois árbitros assim selecionados. Se o terceiro árbitro não for designado em prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da designação dos dois outros árbitros, sua designação será atribuída

ao Presidente do Tribunal de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio em Paris.

5. O Tribunal Arbitral decidirá com base nas disposições deste Acordo, no direito da Parte Contratante em cujo território se efetuou o investimento – incluídas normas relativas a conflitos de leis – e nos termos de eventuais acordos particulares que digam respeito ao investimento, bem como nos princípios do Direito Internacional na matéria.

6. As sentenças arbitrais serão definitivas e obrigatórias para as partes em litígio e serão executadas de conformidade com o Direito nacional.

7. As Partes Contratantes se absterão de tratar, por meio de canais diplomáticos, de questões relativas a controvérsias submetidas a processo judicial ou à arbitragem internacional, até que os procedimentos correspondentes estejam concluídos, salvo no caso em que uma das Partes na controvérsia não tenha dado cumprimento à sentença judicial ou ao laudo do Tribunal Arbitral, nos termos estabelecidos na respectiva sentença ou laudo.

Artigo IX

Âmbito de aplicação

O presente Acordo se aplicará aos investimentos efetuados, antes ou depois de sua entrada em vigor, por investidores de uma Parte Contratante, conforme as disposições legais da outra Parte Contratante, no território desta última. Este Acordo não se aplicará, entretanto, a divergências ou a controvérsias surgidas antes de sua vigência.

Artigo X

Consultas

Os representantes das Partes Contratantes deverão, sempre que necessário, realizar reuniões sobre qualquer matéria relacionada com a aplicação deste Acordo. Tais reuniões serão realizadas sob proposta de uma das Partes Contratantes, em lugar e data a acordar por via diplomática.

Artigo XI

Entrada em vigor, prorrogação e denúncia

1. Cada Parte Contratante notificará a outra Parte o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos necessários à entrada em vigor deste Acordo, a qual se dará 30 (trinta) dias após a data do recebimento da segunda notificação.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período inicial de 10 (dez) anos e será prorrogado tacitamente por períodos sucessivos de 5 (cinco) anos. Transcorrido o período inicial de 10 (dez) anos, o presente Acordo poderá ser denunciado por escrito, por via diplomática, em qualquer momento, por qualquer das Partes, com antecedência de 12 (doze) meses.
3. No caso de denúncia, as disposições previstas nos artigos de I a X do presente Acordo continuarão a aplicar-se, por um período de 10 (dez) anos, a todos os investimentos realizados antes de sua notificação.

Feito em Brasília, em de
de 1994, em dois exemplares originais, nas
línguas portuguesa e espanhola, sendo am-
bos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO CHILE

Carlos Figueroa Serrano

Ministro das Relações Exteriores

Protocolo

Ao assinar o Acordo para a Promoção e a Proteção Recíproca de Investimentos, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile acordaram as seguintes disposições, que constituem parte integrante do referido Acordo:

Ad Artigo III, Parágrafo 3

1. O Governo da República Federativa do Brasil se reserva o direito de:

- a) conceder tratamento preferencial a empresas brasileiras de capital nacional nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público, de acordo com o contemplado no parágrafo 2 do Artigo 171 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) conceder apenas a brasileiros ou a empresas brasileiras de capital nacional as autorizações para pesquisa e lavra de recursos minerais e aproveitamento dos recursos de energia hidráulica, conforme o Artigo 176 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- c) vedar a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, nos termos do Artigo 199 da Constituição da República Federativa do Brasil;

d) conceder exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do Artigo 222 da Constituição da República Federativa do Brasil;

e) limitar e submeter a autorização especial a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira, de acordo com o Artigo 190 da Constituição da República Federativa do Brasil;

f) estabelecer condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições do sistema financeiro nacional (financeiras, estabelecimentos de seguros, previdência e capitalização), na forma do Artigo 192 da Constituição da República Federativa do Brasil.

As disposições acima mencionadas deixarão de produzir efeitos caso os correspondentes artigos da Constituição da República Federativa do Brasil sejam revogados por meio de emenda ou revisão constitucional.

2. O Governo da República do Chile declara que, de conformidade com o disposto no Artigo 19, número 24 da Constituição Política da República do Chile e nos Artigos 7 e 8 do Código de Mineração, a exploração e o aproveitamento dos hidrocarburetos, líquidos e gasosos, somente poderão ser executados diretamente pelo Estado ou por suas empresas ou por meio de concessões administrativas ou de contratos especiais de operação, cumpridos os requisitos e as condi-

ções que o Presidente da República estipular para cada caso, por Decreto Supremo.

Ad Artigo V

1. Considera-se como realizada «sem demora» uma transferência efetuada dentro do prazo normalmente necessário para o cumprimento, pelo investidor, das respectivas exigências legais e regulamentares. Tal prazo, que não deverá ser superior a 6 (seis) meses, será contado a partir do cumprimento dessas exigências.

2. As transferências relativas aos investimentos efetuados no âmbito do Programa Especial de Conversão da Dívida Externa do Brasil e do Chile estarão sujeitas a regulamentação especial.

3. Sem prejuízo do disposto no primeiro parágrafo do Artigo V, o Governo da República do Chile se reserva o direito de permitir a repatriação de capital no prazo estabelecido em sua legislação, o qual, em nenhum caso, poderá ser superior a um ano, a contar do momento em que o investimento tenha sido efetuado.

Feito em Brasília, em de de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO CHILE

Carlos Figueroa Serrano

Ministro das Relações Exteriores

***Comunicado Conjunto do G-15 em Nova Delhi
(30.3.1994)***

1. We, the Heads of State and Government, Members of the Summit Level Group for South-South Consultation and Cooperation – known as the Group of 15 – meeting in New Delhi from 28 to 30 March 1994, note with satisfaction the work done by this Group since its inception 4 years ago. We reaffirm our determination to pursue the twin objectives of strengthening South-South Consultation and Cooperation and promoting the South's productive partnership with the North on issues of mutual benefit and common concern.
2. South-South Cooperation is a necessary and viable strategy for greater collective self-reliance for national, regional and global development and is a major tool for the promotion of growth and accelerated development. It enables us to identify areas of complementarity amongst ourselves, mobilize our human and material resources for the benefit of our peoples, and enhances our capacities to contribute to a new and equitable world order. Two integral aspects of this cooperation are: the active involvement to private sector entrepreneurs representing trade and industry in the annual G-15 Business Forum and Exhibition: and concrete cooperation projects. Through these, we seek to inform one another of our capacities, requirements, mutuality of interests and benefits so as to catalyse actual transactions in critical areas of trade, technology, investment and economic cooperation.
3. South-South Consultation assumes a crucial dimension as the member states of the G-15 consult one another to involve shared perceptions on issues and events of global impact. South-South Cooperation is rooted in the empathy and support that the Group has for the vital interests of individual member states.
4. Impressive progress made by some developing countries, including those of our Group, reinforces the rationale for South-South Cooperation. Structural imbalances and restrictive features of the world economic order impact an urgency for the South to look within itself for sources of creativity in evolving alternative synergistic networks of ever expanding trade, technology and investment flows for development. The trend towards sub-regional and regional economic cooperation and integration among developing countries follows from this realization, as do efforts of this Group to establish and foster trans-regional cooperation through specific projects and business interaction. We are convinced that our national institutions and efforts are key factors in transforming South-South Cooperation projects into effective mechanisms and the achievement of concrete results.
5. The world today faces acute social and economic problems requiring urgent redressal on the basis of policies and efforts at the national and international levels. The future of world trade, monetary and financial regimes, economic growth and

social development, as well as human rights, environment and population in relation to development, are vital issues in which the fate and fortunes of all countries are equally and inextricably bound. We seek to address these problems in a spirit of partnership and constructive dialogue with the North, which will enable a meaningful interaction aimed at finding solutions to them. Such consultation and dialogue should be revitalized. In this regard, we welcome the adoption of the resolution on «Renewal of the Dialogue on Strengthening International Economic Cooperation for Development through Partnership» by the UN General Assembly last year and consider it a significant breakthrough. North-South dialogue will be particularly relevant in the context of emergent and topical issues and events such as environment and development, disarmament and development, the multilateral trading system, the World Conference on Population and Development and the World Summit on Social Development.

6. The disappearance of the political and ideological fault lines of the Cold War had raised expectations of greater global security, stability, peace and prosperity, so that the focus of the international community could now be on the establishment of a just, equitable, truly multilateral and non-discriminatory international order and that there would be a reinforcement of international development cooperation. Furthermore, in this regard, the profound structural transformation of the world economy called for a new and integrated vision.

These expectations, however, have not been realized. We have a sense of disquiet at the marked imbalances, insecurity, tensions and contradictions that still cloud prospects for lasting peace and economic development. We reaffirm the imperative for an international framework based on the rule of law and non-selective and non-discriminatory international action on issues of global concern.

7. The interdependent world economy continues to be marked by uncertainty, imbalance and recession. Negative to marginal economic growth rates, persistent fiscal, trade and financial imbalances, an increase in cyclical and structural unemployment, an inability to coordinate exchange rates and trade policy, are some of the systemic problems of the developed world which have adversely affected the developing world. Resources allocated for development cooperation have been reduced. We are concerned about the diminution of attention to the problems of the developing world which (...), immediate and of a great magnitude – absolute and deepening poverty, hunger and malnutrition, disease, illiteracy and the lack of shelter and sanitation for their citizens. The Group of Fifteen took note with interest of the proposal for the creation of an International Corps of Volunteer Workers, the «White Helmets», as an effort to combat world hunger. We call upon our partners in development to join us in unshackling the skills and talents of a larger proportion of the world's population and enable these millions to acquire purchasing power.

8. The countries of the South seek a world economic order where global economic growth translates into greater employment, higher real wages, a cleaner environment and people-centered development in all countries. Such mutually reinforcing and self-sustaining economic development is critically dependent on the free flow of trade, investment and technology across national boundaries and integrated trading blocs. We urge Governments and peoples, especially in the North, to recognize the undeniable symbiosis between the prospects of economic regeneration of the North and accelerated economic growth and development of South. The accelerated development and liberalization of the dynamic economies of the South can and will sustain job creation and growth in the North based on technological advance just as restructuring and liberalization of technology, finance and markets in the North will stimulate and sustain growth and development – both economic and social – in the South.

9. The prospects of our assuming a significant role in the world economy hinges on the success of the bold structural adjustment that we are pursuing at considerable social cost, trade liberalisation and export oriented policies. These efforts stand endangered by new protectionist pressures and barriers in the developed countries which are the very antithesis of the principles of free-markets and comparative advantage, create further distortion and inefficiency and undermine growth.

10. We welcome the conclusion of the Uruguay Round of MTNs. It is hoped that,

as promised, the benefits from liberalisation, increased market access and expansion of world trade for all countries, particularly for the developing countries, will materialise. We expect that the WTO in its functioning would positively contribute to a rule-based, predictable, non-discriminatory multilateral trading system and uphold the rights and interests of the weaker trading partners. It is necessary that some form of monitoring mechanism be established to ensure that, in the implementation of the Uruguay Round, the interests of developing countries are adequately protected. It is our expectation that compensation will be provided for those developing countries that will experience difficulties. Attempts to bypass and undermine multilaterally agreed frameworks for liberalization of trade through resort to unilateral actions and demands for concessions over and beyond those agreed to in the Round go against these objectives, as do attempts to use environmental and social concerns for protectionist purpose and effect. We are concerned at moves to inscribe new and additional issues like labour standards for the yet to be established WTO. We strongly urge trading partners to refrain from actions which would have the effect of unravelling the carefully negotiated balance of rights, obligations and interests of all parties in the Final Act, thus jeopardizing the global trading system.

11. We reaffirm the validity and continued relevance of reinvigorating an important component of development cooperation – namely, resource flows from the North to the South – official and private, multilat-

eral and bilateral, concessional and commercial. Official Development Assistance and private investment flows are complementary inputs for development and both would have to be enhanced on account of basic developmental requirements, the cost environmental protection and the requirements of a growth-oriented management of debt.

12. Our drive towards a market economy characterised by extensive and fundamental liberalisation of investment regimes and the increasing empowerment of the private sector offers unprecedented opportunities for foreign investment in our countries. Our focus should now be on devising ways and means of accelerating the flow of foreign investment, on ensuring its wider distribution and development impact.

13. For some developing countries, the debt burden continues to be a priority issue and its resolution a test case of the world's will in resolving issues of common concern. The debt crisis is far from over and manifests itself in reduced consumption, investment and growth, development progress foregone, and in the degradation of social infrastructure and services, as well as of the environment. A solution to this crisis lies in enlarging the export opportunities of developing countries and the flows of additional resources to them on the one hand, and imaginative, systematic and comprehensive approaches to the resolution of the debt problem itself, *inter alia*, through reduction of debt and of the burden of debt servicing while being sensitive

to the specific problems and requirements of individual countries.

14. The United Nations should play a central role in the collective efforts to define the new world order which aspires to realize the mutually supportive objectives of peace and development. The implementation of the Agenda for Peace must be based on the rule of law, on the Charter principles relating to the concepts of sovereignty, equality, universality, territorial integrity and independence of states, as well as on the acknowledgement of national specificities.

15. The highest priority should be given to the Agenda for Development so as to re-establish the original equilibrium between the twin objectives of development and peace contained in the UN Charter. Development must be seen not only as a condition for the successful implementation of an Agenda for Peace, but more so, as an essential aspiration of all people, to be pursued in itself, which, in turn, promotes higher standards of living and reduces the abysmal disparity among them. Towards this end, developing country concerns must be integrated into all deliberations of global trade, finance and technology cooperation.

16. We take the view that the United Nations should be restructured to take account of the significant changes that have taken place in the post-war system. The restructuring should rest on the principles of democratization and transparency in decision making in the United Nations and all its agencies. The General Assembly should be revitalized, in its roles and func-

tions. A suitable formula should be devised to establish appropriate and dynamic interactions between the Council and the Assembly. Both reform and expansion aspects of restructuring of the Security Council including its decision making processes should be examined as an integral part of a common package. The Permanent and non-Permanent Membership of the Security Council should be expanded on democratic principles having regard to the various proposals by developing countries for their representation on the Council. Taking into consideration the political changes that have taken place in the world, we call for an expansion of the membership in the Conference on Disarmament.

17. We are committed to the values of democracy, pluralism, rule of law and to the protection and promotion of human rights at the national and international levels. We reaffirm the importance of fundamental freedoms, and the dignity of the human person and that all human rights – civil, political, economic, social and cultural – are universal, indivisible, interdependent and interrelated. Their promotion and protection through national policies and international cooperation should be pursued within the framework of the respect for the principles and purposes of the United Nations, and must be global in scope and non-discriminatory in approach. We welcome the adoption by the World Conference on Human Rights of the Vienna Declaration and Programme of Action. We particularly welcome the recognition of the right to development as an

inalienable human right. In this respect, we stress that the realization of this right requires not only adequate national policies, but also a favourable international economic environment. The recognition of the interdependent and mutually reinforcing nature of democracy, development and respect for human rights is equally relevant.

18. Terrorism has emerged as one of the most dangerous threats to the enjoyment of human rights. Terrorists and their organizations violate the human rights of innocent civilians while at the same time undermining the free functioning of democratic institutions. Terrorism takes on a particularly pernicious character when it is aided from abroad. The international community should cooperate effectively to prevent and combat terrorism.

19. Illicit drug production, traffic and consumption is a problem with international ramifications and is linked, in some countries, with terrorism. The solution to this problem should be based on a comprehensive approach of shared responsibility and of cooperation between the drug producing countries and those affected by a high level of consumption of illicit drugs.

20. We reaffirm our political commitment to the outcome of the UN Conference on Environment and Development, in particular to the implementation of Agenda 21 and to the work of the Commission on Sustainable Development. Our policies and measures are directed towards environmentally sound development. We call upon developed countries to honour their

commitments made at Rio and support our endeavours through the provision of new and additional financial resources, environmentally sound technologies on concessional and preferential terms, as well as the non-resort to environmental conditionality on trade and development.

21. We express our full support to the steps taken to implement decisions of UNCED, including the on-going process for the elaboration of an International Convention to Combat Desertification, and call upon the UN system and developed countries to provide their support to this convention which should be finalised and adopted in June 1994 in accordance with the Rio Declaration. We endorse the Delhi Declaration on Forests. We emphasize the need to improve the methodology for valuing the environmental and natural resource accounting through cooperation with research institutions in the developing countries.

22. Deeply conscious that children are the most precious human resource, we reaffirm our commitment to the protection and welfare of children, particularly through vigorous implementation of the Plan of Action of the World Summit on Children. We recognise the role of the UN agencies, including the UNICEF in contributing to this effort.

23. We stress our full support to the preparations in course for the Women's Summit to be held in Beijing in 1995 and the World Conference on the International Decade for Natural Disaster Reduction, to be held in Yokohama in 1994.

24. We welcome the World Summit for Social Development scheduled for 1995 which will provide a major opportunity to focus our attention on issues of fundamental concern for all and encourage the maximum participation in it of Heads of State/Government. The core issues which have been identified for deliberations at the World Summit are increasing productive employment, poverty alleviation and enhancing social integration. The issues themselves are closely interlinked and must be addressed in a holistic manner. The Summit must come up with implementable commitments for additional resources dedicated to actionable, realistic programmes to remove hunger and poverty and to sustain equitable economic growth which alone can guarantee harmonious social development.

25. We welcome the international Conference on Population and Development, to be held in Cairo in September 1994, which will provide the opportunity to intensify action at the global, regional and national levels and to treat population issues in their proper developmental perspective and focus on related socio-economic factors such as poverty. We also welcome (...) industrialized countries that they would actively work towards the success of this conference which seeks to raise public consciousness, mobilize resources for the programme of action for the next decade, and enhance financial and technical means available to the developing countries for the purposes of formulating and implementing appropriate policies and programmes.

26. We reaffirm our commitment and re-dedicate ourselves to the objectives and purposes of the Group of Fifteen.

27. We welcome and accept the offer made by the Government of Argentina to host our Fifth Summit Meeting in 1995 and the offer by the Government of Zimbabwe to host the Sixth Summit Meeting in 1996.

28. We thank the people and Government of India for their hospitality and the excellent arrangements made for the holding of the Fourth Summit Meeting of the Group of Fifteen.

New Delhi
30 March 1994.

Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca (25.4.1994)

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Tcheca

(doravante denominados «Partes Contratantes»)

Desejando expandir e fortalecer os vínculos comerciais e cooperação econômica entre os dois países, com base nos princípios da igualdade soberana dos Estados e da reciprocidade.

Com o objetivo mais amplo de intensificar as relações bilaterais em bases mutuamente vantajosas,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes Contratantes fomentarão e facilitarão o desenvolvimento do intercâmbio comercial e da cooperação econômica bilateral em conformidade com suas respectivas disposições legais internas.

Artigo II

As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente o tratamento de nação mais favorecida, segundo as regras do GATT, em todos os assuntos concernentes ao intercâmbio comercial.

Artigo III

O disposto no artigo II não será aplicado às vantagens, facilidades, privilégios e franquias que uma das Partes Contratantes concede ou venha a conceder:

a) aos países limítrofes, com vistas a facilitar o trânsito nas fronteiras e/ou a cooperação com as zonas fronteiriças;

b) a terceiros países, em razão de sua participação em acordo de integração econômica do qual seja membro, tais como zona de livre comércio ou união aduaneira;

c) a terceiros países, com base em acordos multilaterais de que a outra Parte Contratante não participe, como os firmados ao amparo do Artigo XX do

GATT e os decorrentes de *waivers* do GATT como Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (SGPC).

Artigo IV

As Partes Contratantes fomentarão a cooperação entre pessoas jurídicas e físicas de ambos os países, inclusive em atividades conjuntas em terceiros mercados, orientadas especialmente para:

- a) o crescimento do volume anual do intercâmbio comercial bilateral e a diversificação da pauta comercializada;
- b) empreendimentos e cooperação conjunta na produção de máquinas e instalações, bem como cooperação técnica e formação profissional;
- c) o intercâmbio de informações sobre os futuros programas de investimentos e modificações nas disposições e regulamentos relacionados com o comércio exterior e à formação de *joint ventures*.

Artigo V

Os contratos de importação e exportação concluídos ao amparo do presente Acordo serão negociados preferencialmente com base nos preços mundiais.

Artigo VI

Os pagamentos resultantes dos contratos concluídos ao amparo do presente Acordo serão efetuados em divisas livremente conversíveis e em conformidade com os regulamentos cambiais vigentes em ambos os países.

Artigo VII

Com o propósito de expandir as relações comerciais entre os dois países, as Partes Contratantes incentivarão a participação de empresas em feiras e exposições comerciais, organizadas no território de ambos os países.

Artigo VIII

1. As Partes Contratantes, em conformidade com suas leis e regulamentos internos, isentarão de direitos aduaneiros os seguintes bens:

- a) mercadorias, ferramentas e produtos indispensáveis à organização de feiras e exposições comerciais;
- b) material para testes ou pesquisas;
- c) amostras sem valor comercial e material publicitário;
- d) donativos de caráter humanitário, educativo, cultural e esportivo.

2. Os bens e os produtos acima mencionados não poderão ser comercializados, nem aproveitados por terceiros, para fins lucrativos.

Artigo IX

Cada Parte Contratante concederá, em conformidade com suas leis e regulamentos, facilidades de trânsito em seu território às mercadorias originárias do território do outro país e destinadas a terceiros países, assim como às mercadorias originárias de terceiros países com destino à outra Parte Contratante.

Artigo X

1. Com o propósito de assegurar a implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes concordam em estabelecer Comissão Mista bilateral, para fomentar a cooperação comercial e econômica dos dois países.

2. Os representantes dos Ministérios que se ocupam das relações econômicas externas serão responsáveis pela chefia das delegações para as reuniões da Comissão Mista.

3. As tarefas principais da Comissão Mista serão as seguintes:

a) apresentar aos Governos propostas referentes ao desenvolvimento das relações comerciais e econômicas bilaterais;

b) passar em revista as atividades comerciais e econômicas entre ambos os países, levadas a efeito no âmbito do presente Acordo, e contribuir para a expansão das relações econômicas e comerciais, especialmente mediante a apresentação de novas formas de cooperação;

c) fomentar o intercâmbio de informações sobre a situação econômica e comercial e sobre a legislação pertinente em ambos os países;

d) supervisionar o cumprimento do presente Acordo.

4. A Comissão Mista reunir-se-á conforme as necessidades das Partes Contratantes, em princípio uma vez a cada dois anos, alternadamente em Brasília e em Praga.

Artigo XI

As controvérsias que possam surgir a respeito da interpretação do presente Acordo serão solucionadas no âmbito da Comissão Mista mencionada no Artigo X do presente Acordo.

Artigo XII

As disposições do presente Acordo também serão aplicáveis aos contratos concluídos durante sua vigência e cumpridos após sua expiração.

Artigo XIII

O presente Acordo será válido por um período de 5 (cinco) anos e será automaticamente prorrogado sempre por um ano, a menos que uma das Partes Contratantes comunique, por escrito e por via diplomática, sua intenção de denunciá-lo, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias em relação à data prevista para sua expiração.

Artigo XIV

O presente Acordo deverá ser aprovado em conformidade com a legislação interna de cada Parte Contratante e entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data do recebimento da última notificação relativa à sua aprovação.

Artigo XV

Na data da entrada em vigor do presente Acordo, cessará, nas relações entre a República Federativa do Brasil e a República Tcheca, a validade do Acordo de Comércio assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 19 de julho de

1977, e do Acordo sobre Cooperação Econômica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Tchecoslováquia, em Brasília, em 12 de maio de 1988.

Feito em Brasília, no dia de abril de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e tcheca, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações
Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
TCHECA

Václav Klaus

Primeiro-Ministro

***Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo
de Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República
Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Romênia
(11.5.1994)***

O Ministério das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros
da Romênia

(doravante denominados «Partes»),

Com o intuito de fortalecer os laços de
amizade e de solidariedade entre os povos
dos dois países;

Convencidos de que o diálogo franco
e construtivo, em nível de altos funcioná-
rios, sobre todos os aspectos das relações
bilaterais e sobre alguns temas regionais e
mundiais de interesse comum contribuirá
para o melhor conhecimento mútuo, a pro-
moção da crescente aproximação entre os
dois países e o fortalecimento da coopera-
ção entre ambos no plano internacional,

Acordam o seguinte:

Artigo 1

As Partes estabelecerão um mecanis-
mo de consultas com o objetivo de apro-
fundar as relações bilaterais, examinar a
implementação dos acordos de entendi-
mentos entre os dois países, identificar
novos domínios de cooperação e proce-
der a um intercâmbio de avaliações sobre
temas regionais e internacionais de inte-
resse comum, com vistas à concertação
entre as Partes.

Artigo 2

As Partes organizarão, de comum
acordo, a realização de reuniões de con-
sultas mencionadas no presente Memo-
rando, em nível de altos funcionários de
ambas as Chancelarias.

Artigo 3

As Partes estabelecerão, por via diplo-
mática, a localidade, as datas e a agenda

das reuniões de consulta, que poderão ser realizadas alternadamente em Brasília e em Bucareste.

Artigo 4

O presente Memorando entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade por um período de 5 (cinco) anos, prorrogado automaticamente por períodos de 1 (um) ano, salvo se uma das Partes notificar à outra, por via diplomática, com antecedência mínima de 6 (seis) meses da data de sua expiração, sua intenção de denunciá-lo.

Feito em Brasília, em 11 de maio de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e romena, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Roberto Abdenur

Ministro de Estado, interino

PELO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA ROMÊNIA

Marcel Dinu

Secretário de Estado

Acordo por Troca de Notas que prevê a instalação em São Paulo de um Consulado-Geral da República Romena (11.5.1994)

A Sua Excelência o
Senhor Marin Iliescu,
Embaixador Extraordinário
e Plenipotenciário
da Romênia

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência, número 537, de 11 de maio de 1994, cujo teor em português é o seguinte:

«Senhor Ministro,

Com o intuito de fortalecer os laços de amizade e de cooperação entre a Romênia e a República Federativa do Brasil, e considerando os entendimentos havidos entre o Governo romeno e o Governo brasileiro a respeito da instalação de Consulados-Gerais nos res-

pectivos países, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o seguinte, amparado no princípio da reciprocidade:

I – O Governo da Romênia instituirá um Consulado-Geral na cidade de São Paulo, ao qual ficará subordinado o Escritório Comercial romeno naquela cidade, cuja instalação foi autorizada pela Nota diplomática número 24, de 16 de dezembro de 1969.

II – O Governo da República Federativa do Brasil instituirá um Consulado-Geral em uma das cidades da Romênia, à escolha do lado brasileiro, onde estejam funcionando repartições consulares de terceiros países.

III – As questões referentes à instituição, jurisdição, localização, atribuições e pessoal dos Consulados-Gerais

a que esta Nota se refere, serão tratadas, por via diplomática, sempre com base no princípio da reciprocidade.

2. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com os termos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que fique expressa tal concordância, constituam, conjuntamente, Acordo entre o Governo da Romênia e o Governo da República Federativa do Brasil, a entrar em vigor 30 (trinta) dias a partir da data da Nota de resposta de Vossa Excelência. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação diplomática à outra Parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

MARIN ILIESCU

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Romênia»

Em resposta, informo a Vossa Excelência que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual e a presente Nota constituirão, conjuntamente, Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, a entrar em vigor 30 (trinta) dias a partir da data de hoje. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação diplomática à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

ROBERTO ABDENUR

Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Declaração de Belém do Pará (6.6.1994)

Os Ministros das Relações Exteriores e os Chefes de Delegação dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), reunidos em Belém do Pará, por ocasião do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA,

REAFIRMANDO os propósitos e os princípios contidos na Carta da OEA e a determinação de fortalecer a Organização como foro político para o diálogo, o enten-

dimento e a cooperação entre os Estados das Américas;

CONSIDERANDO que o fortalecimento da paz e da segurança nas Américas é um dos propósitos fundamentais da OEA e que o desenvolvimento integral e a cooperação solidária entre os Estados membros são essenciais para lograr esse propósito comum;

RECORDANDO que o inciso *d* do Artigo 3 da Carta reafirma que a solidarie-

dade dos Estados americanos e os altos fins a que ela visa requerem a organização dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa;

TENDO PRESENTE que o desenvolvimento e a consolidação de um sistema internacional mais democrático requerem uma cooperação solidária maior e mais intensa, que contribua para superar os graves problemas econômicos e sociais que ainda persistem e para garantir o progresso, o bem-estar de seus povos e a segurança de todos os Estados membros e da comunidade internacional em seu conjunto;

RECORDANDO os princípios e mecanismos estabelecidos nesta década pela OEA para a defesa e o fortalecimento da democracia representativa no Hemisfério – respeitando o princípio de não-intervenção – conforme definidos em particular no Compromisso de Santiago de 1991, na resolução AG/RES. 1080 (XXI-O/91) e no Protocolo de Washington, de 1992;

REAFIRMANDO os propósitos e princípios contidos na AG/DEC.1 (XXII-O/92), Declaração de Nassau, e na AG/DEC.4 (XXIII-O/93), Declaração de Manágua para a Promoção da Democracia e do Desenvolvimento;

RECORDANDO também os princípios e mecanismos aprovados pela OEA tendentes ao fortalecimento da cooperação para o desenvolvimento e a superação da pobreza extrema em particular, conforme estão definidos, *inter alia*, no Âmbito da Política Geral e Prioridades da Cooperação Solidária para o Desenvolvimento,

no Compromisso do México para incentivar a Cooperação Solidária e a Superação da Pobreza, assim como no Protocolo de Manágua que estabelece o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI);

REITERANDO a necessidade de garantir para todos os indivíduos, sem distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo, o pleno gozo de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais, em particular pelo exercício efetivo da democracia representativa;

REAFIRMANDO que a democracia, a observância plena de todos os direitos humanos e o desenvolvimento econômico e social são conceitos interdependentes que se reforçam entre si e que o desenvolvimento e a superação da pobreza extrema constituem uma prioridade na promoção do exercício desses direitos;

RECONHECENDO que a democracia e a existência de mecanismos nacionais adequados para o estabelecimento de responsabilidades contribuem para combater a corrupção e aumentar a eficiência, a probidade e a transparência na gestão pública;

CONSCIENTES de que, para superar a crise econômica da última década, a maior parte dos Estados membros adotou programas de reformas e de ajuste estrutural que tiveram elevado custo social, o qual pode ser atenuado por esforços adicionais e mais significativos de cooperação solidária e fundamentalmente através da melhora das condições de verdadeiro livre acesso desses Estados à economia mun-

dial, por meio de medidas nas áreas inter-relacionadas do comércio, da dívida e do investimento;

TENDO PRESENTE a crescente importância da ciência e da tecnologia no processo econômico, com impactos profundos no desenvolvimento da vida social e política dos povos;

REITERANDO que a integração regional baseada na liberalização e na expansão do comércio é um processo que favorece o desenvolvimento econômico e social dos Estados membros e, portanto, é um fator chave para a eliminação da pobreza extrema no Hemisfério, para a criação das condições necessárias para a paz, para a estabilidade regional e para o fortalecimento do processo democrático nas Américas;

ACENTUANDO a importância da conclusão da Rodada Uruguai para a consecução do objetivo comum de liberalização comercial e estabelecimento de um quadro internacional de comércio mais livre e não discriminatório, baseado em um contexto jurídico multilateral, equilibrado e aberto;

RECONHECENDO que, para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para os povos e as gerações futuras, a conservação do meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento;

DECIDIDOS a continuar lutando, individual e coletivamente, contra o fenômeno da produção, distribuição, financiamento, uso indevido e tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas

e delitos conexos, que na última década contribuiu consideravelmente ao incremento da violência e da delinquência e adquiriu dimensões alarmantes, ameaçando a saúde e o bem-estar de nossos povos, com graves distorções econômico-sociais que é necessário corrigir;

RECONHECENDO que os atos, métodos e práticas terroristas em todas as suas formas e manifestações, que em alguns países do Hemisfério têm vinculações com o tráfico de drogas, são atividades cujo objeto é a destruição dos direitos humanos, das liberdades fundamentais e da democracia;

TOMANDO NOTA, com satisfação, de que a região da América Latina e do Caribe é a menos armada e militarizada do mundo, assim como da importante contribuição dos Estados dessa região aos esforços internacionais para coibir todas as formas de proliferação de armas de destruição em massa;

DESTACANDO que as profundas mudanças ocorridas no sistema internacional e a democratização geral do Hemisfério oferecem oportunidades para um maior diálogo sobre temas de segurança e de cooperação na matéria entre os Estados americanos;

RECONHECENDO a importância do papel que a Organização dos Estados Americanos pode desempenhar, em nível regional, na complementação dos esforços das Nações Unidas para a promoção da paz, do desenvolvimento e da segurança internacional;

CONVENCIDOS da importância da proposta feita pelo Presidente dos Estados Unidos da América de reunir os Chefes de Estado e de Governo democraticamente eleitos no Hemisfério Ocidental em encontro (Cúpula das Américas) a realizar-se em Miami, em dezembro de 1994; e

ENFATIZANDO as circunstâncias e necessidades especiais dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, segundo reconhecido pela Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Barbados de 25 de abril a 6 de maio de 1994.

DECLARAM:

Seu firme compromisso de fortalecer a OEA como o principal foro hemisférico de concertação política, de modo que possa apoiar a realização das aspirações dos Estados membros de promoção e consolidação da paz, da democracia, da justiça social e do desenvolvimento, dentro dos propósitos e princípios contidos na Carta, por meio:

- a) da pronta ratificação dos protocolos de Washington e de Manágua de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos;
- b) da realização de projetos de cooperação para preservar, desenvolver e reforçar os sistemas e instituições democráticos e para promover a participação ativa dos cidadãos nos processos políticos;
- c) da plena implementação das resoluções adotadas pelo Vigésimo Período Extraordinário de Sessões da Assem-

bléia Geral da OEA, para tornar efetiva a cooperação solidária para o desenvolvimento e, em particular, para a superação da pobreza extrema que afeta grande parte da população do Hemisfério, observando a necessidade de se estabelecer um amplo diálogo sobre cooperação financeira bilateral e multilateral, investimento e dívida, expansão e abertura do comércio intra-regional, e cooperação técnica, científica e tecnológica.

d) da intensificação dos esforços sub-regionais e regionais de integração, assim como a complementação dos mesmos, para fortalecer o processo de integração hemisférica, em seus diferentes aspectos;

e) do estudo de medidas, dentro do ordenamento jurídico de cada país, destinadas a combater a corrupção, a melhorar a eficiência da gestão pública, assim como a promover a transparência e a probidade na administração dos recursos públicos. Essa ação deverá ser complementada com uma reflexão conjunta sobre a importância que a ética cívica e a probidade administrativa revestem para o fortalecimento e consolidação da democracia no Hemisfério;

f) do apoio aos trabalhos da recém-instalada Comissão Especial de Comércio (CEC), de modo que o referido órgão possa cumprir efetivamente sua função como foro hemisférico de alto nível técnico para o diálogo e análise de assuntos comerciais, respeitadas plenamente as atribuições

de organismos regionais e sub-regionais de integração;

g) da atualização e continuidade da implementação do Programa Interamericano de Ação para a Conservação do Meio Ambiente, à luz das recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, Rio-92), do Âmbito da Política Geral e Prioridades da Cooperação Solidária para o Desenvolvimento e da Conferência Global das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Barbados, 1994), levando-se em consideração, *inter alia*, a importância da vontade política de todos os Estados de adotar e implementar medidas apropriadas de administração ambiental com respeito à biodiversidade, a mudanças climáticas e à eliminação da população causada por resíduos tóxicos, assim como a importância do acesso, por parte dos países da América Latina e do Caribe, a tecnologias ambientalmente saudáveis e a fontes adicionais de financiamento, levando-se em conta também o desenvolvimento do turismo ecológico como fonte importante de recursos para o seu progresso sócio-econômico;

h) da elaboração e adoção de medidas efetivas de cooperação solidária destinadas a atender às necessidades urgentes e aos problemas especiais dos pequenos Estados do Hemisfério;

i) da identificação de fontes adicionais de recursos disponíveis para as ativida-

des da OEA, garantindo sua utilização eficiente nas áreas prioritárias definidas pelos Estados membros;

j) da intensificação do processo de diálogo, coordenação e cooperação, em nível técnico e político, com outros organismos intergovernamentais, em particular os do sistema das Nações Unidas.

Sua decisão de promover e de aprofundar suas relações de cooperação nos campos econômico, social, educacional, cultural, científico, tecnológico e político.

Seu compromisso, nesse sentido, de continuar e aprofundar o diálogo sobre a segurança hemisférica, num processo permanente de cooperação para a consolidação e o fortalecimento da confiança mútua.

Sua determinação de continuar a contribuir para a consecução do objetivo da comunidade internacional de desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, especialmente por intermédio de esforços destinados à redução e eliminação de armas de destruição em massa e pela adoção de medidas voltadas a evitar todas as formas de proliferação de armas de destruição em massa e facilitar o intercâmbio de bens e tecnologias de uso duplo para fins pacíficos.

Seu compromisso de contribuir para a pronta e plena implementação das decisões acordadas na Rodada Uruguai, de forma a estabelecer um sistema multilateral de comércio aberto, não discriminatório e eqüitativo, que possa efetivamente

apoiar os esforços de desenvolvimento integral dos Estados americanos.

Sua vontade de continuar impulsionando o Mercado Comum do Conhecimento (Mercocyt) como um instrumento hábil para compartilhar experiência e avanços entre os Estados membros da OEA em matéria de ciência e tecnologia, com a finalidade de aumentar a capacidade de competição de suas economias em um campo essencial para o desenvolvimento integral de nossos povos.

Sua determinação de fortalecer a cooperação regional para tornar mais eficazes os seus esforços no combate ao uso e ao tráfico ilícitos de entorpecentes e, nesse contexto, sua firme disposição de continuar desenvolvendo esforços conjuntos no âmbito da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), na busca de soluções integrais que permitam enfrentar eficazmente as múltiplas manifestações do fenômeno das drogas no Hemisfério, com base nos princípios da cooperação solidária, da responsabilidade compartilhada e do respeito pleno à soberania de cada Estado.

Sua decisão de realizar esforços de cooperação recíproca no tocante à prevenção e sanção dos atos, métodos e práticas terroristas e ao desenvolvimento do direito internacional na matéria.

Seu compromisso de promover o desenvolvimento econômico e social das populações indígenas de seus países, com

especial atenção às questões relacionadas com sua identidade cultural, direitos humanos, meio ambiente, educação e saúde.

Seu firme apoio à Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, à Conferência Internacional da Mulher, à Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat-II), à Segunda Conferência Internacional das Democracias Novas ou Restauradas e aos esforços no âmbito das Nações Unidas de elaborar uma Agenda para o Desenvolvimento, bem como à implementação das decisões da Conferência Global das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Sua determinação de contribuir para o êxito da Cúpula das Américas, proposta pelo Presidente dos Estados Unidos da América.

Seu duplo reconhecimento e agradecimento ao Secretário-Geral da OEA, Embaixador João Clemente Baena Soares, por sua notável atuação à frente da Organização ao longo dos últimos dez anos e pelos extraordinários resultados de sua gestão na consecução dos ideais interamericanos de paz, de fortalecimento da democracia e de cooperação solidária para o desenvolvimento nas Américas e no processo de renovação do Sistema Interamericano.

***Acordo por troca de notas relativo à criação de adidâncias militares
junto às Embaixadas do Brasil na Rússia e da Rússia no Brasil
(6.6.1994)***

A Sua Excelência o Senhor
Gueorgui E. Mamedov,
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
da Federação da Rússia

Senhor Vice-Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federativa do Brasil, o seguinte Acordo, por troca de Notas, Relativo à Criação de Adidâncias Militares:

1. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia concordam que, com base no princípio da reciprocidade, sejam instaladas, em caráter permanente, Adidâncias das Forças Armadas, em representação das forças singulares, junto à Embaixada do Brasil na Rússia e junto à Embaixada da Rússia no Brasil.

2. As respectivas Adidâncias serão chefiadas por um Oficial Superior das Forças Armadas, do nível de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, e disporão, cada uma, de um Adido Militar-Adjunto, do nível de Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel, e de um Auxiliar de Adido, do nível de Suboficial/Subtenente ou Sargento. Os nomes e os *curricula vitae* dos Adidos das Forças Armadas, seus Adjuntos e seus Auxiliares serão submetidos previamente, por via diplomática, ao Governo junto ao qual estarão acreditados.

3. O Adido, seu Adjunto e seu Auxiliar serão incluídos no número total de funcionários autorizados a trabalhar nas respectivas Embaixadas. Em tais circunstâncias, o número total do pessoal na Embaixada da República Federativa do Brasil em Moscou e na Embaixada da Federação da Rússia em Brasília será acrescido de dois cargos diplomáticos e um administrativo.

4. Os deslocamentos do Adido, de seu Adjunto e do Auxiliar no país anfitrião, bem como os contatos com autoridades militares e civis deverão proceder conforme as instruções, as normas e os regulamentos específicos para Adidos Militares, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares, além de outras leis em vigor ou que venham a vigorar no país anfitrião, respeitando-se o princípio da reciprocidade.

5. A instalação das respectivas Adidâncias deverá processar-se simultaneamente em Brasília e em Moscou. Quaisquer outras questões inerentes ao funcionamento e às atribuições das Adidâncias das Forças Armadas deverão ser encaminhadas por via diplomática.

6. Caso o Governo da Federação da Rússia concorde com a proposta ora apresentada, esta Nota e a Nota de Vossa Excelência, da mesma data e do mesmo teor, constituirão, conjuntamente, Acordo entre os

dois Governos, a entrar em vigor na data das presentes Notas.

7. Este Acordo permanecerá válido por tempo indeterminado e poderá ser denunciado, por qualquer uma das Partes, mediante Nota diplomática, com antecedência de 90 (noventa) dias.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência a garantia de minha mais alta consideração.

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

***Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos
(20.6.1994)***

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino do Marrocos

(doravante denominados «Partes Contratantes»),

CONSIDERANDO:

Que as suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica assinado em Fez, em 10 de abril de 1984;

Que a cooperação técnica, científica e tecnológica na área da formação profissional se reveste de especial interesse para as Partes Contratantes;

Que é conveniente estimular a cooperação entre as Partes Contratantes na referida área;

Ajustam o seguinte:

Artigo I

O Governo da República Federativa do Brasil designa o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, doravante denominado «SENAI», e o Governo do Reino do Marrocos designa o Escritório Marroquino para a Formação Profissional e para a Promoção do Trabalho, doravante denominado «OFPPT», como executores do presente Ajuste Complementar.

Artigo II

A fim de facilitar a cooperação técnica prevista neste Ajuste Complementar, cada um dos executores terá um Coordenador Técnico, cuja função será relacionada às atividades consideradas ao amparo dos programas de cooperação que estabeleçam as Partes Contratantes. O Coordenador Técnico, por parte do SENAI, será o Diretor de Cooperação Internacional e, por parte da OFPPT, será o Diretor dos Serviços às Empresas.

Artigo III

O presente Ajuste Complementar visa à cooperação técnica recíproca entre as instituições executora com os seguintes objetivos:

I – formação e aperfeiçoamento profissional dos recursos humanos de instituições e empresas;

II – contribuição para o desenvolvimento de instituições de formação profissional;

III – contribuição para o desenvolvimento das instituições e empresas no campo das inovações técnicas;

IV – difusão de estudos e experiências no campo da formação profissional; e

V – apoio técnico do SENAI aos programas do OFPPT.

Artigo IV

As Partes Contratantes, por intermédio do SENAI e do OFPPT, concordam que as atividades de cooperação técnica previstas neste Ajuste Complementar serão desenvolvidas mediante as seguintes modalidades:

- a) assessoria técnica;
- b) cursos e seminários;
- c) estágios e visitas técnicas; e
- d) intercâmbio de informações e de documentação.

Artigo V

As Partes Contratantes acordam que o financiamento das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar será de responsabilidade do OFPPT:

I – nas atividades desenvolvidas no Brasil:

a) as despesas com custas operacionais, incluindo salários e encargos sociais dos técnicos do SENAI;

b) passagens aéreas nacionais e internacionais, estada, alimentação e transporte local dos técnicos marroquinos;

II – nas atividades desenvolvidas no Marrocos:

a) salários e encargos sociais, passagens internacionais e nacionais e diárias dos técnicos do SENAI.

Artigo VI

1. Para o cumprimento do presente Ajuste Complementar, o SENAI e o OFPPT definirão, de comum acordo, os detalhes de sua implementação de cooperação técnica específica na área da formação profissional.

2. As atividades no âmbito do presente Ajuste Complementar serão desenvolvidas mediante projetos específicos, acordados entre as Partes Contratantes, nos quais serão definidas: as áreas de atuação, as modalidades, os objetivos, os participantes, os recursos humanos, materiais e financeiros, o local de realização, o cronograma e os responsáveis pela execução das mesmas.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura, terá vigência de 3 (três) anos e será automaticamente prorrogado por iguais períodos.

Artigo VIII

As Partes Contratantes poderão, de comum acordo e por Notas diplomáticas, modificar ou emendar o presente Ajuste Complementar. As modificações ou emendas entrarão em vigor a partir da data de sua aprovação pelas duas Partes, por via diplomática.

Artigo IX

Qualquer das Partes Contratantes poderá notificar a outra, por Nota Diplomática, de sua intenção de dar o presente Ajuste Complementar por terminado. Neste caso, ele deixará de vigorar 3 (três) meses após o recebimento da notificação.

Artigo X

A rescisão do presente Ajuste Complementar não afetará os programas e os projetos que se encontrem em execução, salvo quando as Partes Contratantes estabelecerem o contrário.

Feito em Brasília, em de junho de 1994, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência prevalecerá o texto em francês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso L. N. Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DO REINO DO MARROCOS

Maati Jorio

Embaixador, Diretor-Geral de Assuntos

Europeus e Americanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação

Ementa

Cerimônia: Assinatura de Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos.

Local: Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores

Data: 20.6.1994, às 12h30m.

Nesta solenidade, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Marrocos firmam um Ajuste Complementar sobre a formação e o aperfeiçoamento profissionais dos recursos humanos de instituições públicas e empresas.

Este Ajuste é complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, entre Brasil e Marrocos, de 10 de abril de 1984.

Os órgãos executores do presente Ajuste serão o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Escritório Marroquino para a Formação Profissional e para a Promoção do Trabalho.

Firmam o documento:

Pelo Brasil, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador *Celso Amorim*

Pelo Marrocos, o Diretor-Geral de Assuntos Europeus e Americanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Embaixador *Maati Jorio*, que, para tanto, apresentou Carta de Plenos Poderes devidamente passado pelo Governo marroquino. ■



Comunicados, Notas e Mensagens

Portugal elogia iniciativa do Brasil em prol da constituição de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Na mensagem de fim de ano dirigida a seus concidadãos, o Presidente de Portugal, Mario Soares, fez menção expressa e altamente elogiosa à iniciativa diplomática do Brasil em prol da constituição de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Disse o Presidente Soares:

«Portugal, pequeno país, com uma grande história, rica de ensinamentos, tem um prestígio internacional que ultrapassa de longe a sua dimensão europeia. País debruçado sobre o Atlântico, tem uma inegável vocação universalista e, ao longo dos séculos, sempre esteve interessado na África, que conhece bem. O que nos reconduz a outras questões, igualmente importantes: que esperamos nós da África e qual o papel que aí poderemos ainda ter? Como deveremos ajudar, com razoabilidade mas efetivamente, os nossos irmãos africanos lusófonos, especialmente os angolanos, para os quais a paz tanto tarda?

A recente e esplêndida iniciativa do Governo brasileiro de apertar os laços que nos são comuns – Brasil, África, Portugal, sem esquecer Macau e Timor – em torno da defesa da língua portuguesa e do cruzamento criador de nossas respectivas culturas, vai ser assumida por nós como uma verdadeira prioridade, conferindo-lhe o indispensável conteúdo político, econômico e cultural? Ou deixar-nos-emos ficar pelos belos gestos retóricos e as piedosas intenções, sem substância nem futuro?»

O Governo do Presidente Itamar Franco recebeu com grande satisfação as palavras do Presidente Mario Soares, que corroboram a importância e a prioridade que vem atribuindo à institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, como foro de expressão da lusofonia e da cooperação em Português.

Nota à imprensa sobre o acordo fundamental entre a Santa Sé e o Estado de Israel

O Governo brasileiro recebeu com ampla satisfação a assinatura, no último dia 30 de dezembro, em Jerusalém, do Acordo Fundamental entre a Santa Sé e o Estado de Israel. Esse histórico documento, pelo qual Israel e o Vaticano convieram em

estabelecer relações diplomáticas e fixar os princípios e normas que deverão balizar o processo de normalização do relacionamento bilateral, constitui passo de expressivo significado no contexto do aprofundamento do diálogo entre a Igreja Católica

e o judaísmo e abre perspectivas ainda mais auspiciosas às negociações de paz em curso no Oriente Médio.

O Governo brasileiro acompanha com vivo interesse o desenvolvimento das negociações complementares entre a Santa Sé e o Estado de Israel que deverão culminar, uma vez ratificado o Acordo Fundamental, com a abertura das respectivas missões diplomáticas. Em conformidade com o tradicional espírito de cordialidade

e harmonia prevalecente no Brasil entre os fiéis católicos e a importante comunidade israelita aqui radicada, simbolizado pela participação do Presidente da Congregação Israelita Paulista, Rabino Harry Sobel, na cerimônia de encerramento das negociações no Vaticano, o Governo brasileiro manifesta sua expectativa de que a assinatura do Acordo Fundamental contribua de forma decisiva para estimular a aproximação e o diálogo ecumênico entre católicos e hebreus.

Nota à imprensa sobre o Protocolo de Cooperação Brasil-China

Foi celebrado em Brasília, no dia 19.1.1994, entre o Ministério da Educação e a Comissão Estatal de Educação da República Popular da China, Protocolo de Cooperação no âmbito do Ensino Superior.

2. A Cerimônia, presidida pelo Ministro de Estado da Educação, que enfatizou a importância da institucionalização da cooperação entre os dois países nas áreas da educação, da ciência e da tecnologia, contou com a presença de considerável número de autoridades, atestando a importância

atribuída à China pelas esferas governamentais e acadêmicas brasileiras.

3. O instrumento negociado pelo Itamaraty visa a adensar o intercâmbio entre as universidades brasileiras e chinesas por meio do intercâmbio de professores-pesquisadores e da formação e aperfeiçoamento dos mesmos em setores específicos. Além disso, o Protocolo estimulará a troca de informações científicas, documentação especializada e publicações universitárias, bem como a utilização econômica dos resultados científicos e técnicos da cooperação.

Primeira Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa (Nota à Imprensa)

Realizou-se em Brasília, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1994, a Primeira Reunião dos Ministros de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa.

O encontro destinou-se à definição das bases para a institucionalização, consolidação e expansão do relacionamento entre os sete países de língua oficial portuguesa dentro de um espaço multilateral, que não

excluirá a dimensão bilateral. Trata-se da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a ser institucionalizada ainda no primeiro semestre de 1994, em Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos sete países, a realizar-se em Lisboa. A Cimeira de Lisboa será precedida imediatamente de nova reunião ministerial.

A delegação da República Federativa do Brasil foi chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso L. N. Amorim.

A delegação da República de Cabo Verde foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Casimiro de Jesus Chantre.

A delegação da República da Guiné-Bissau foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação, Bernardino Cardoso.

A delegação da República de Moçambique foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi.

A delegação da República Portuguesa foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso.

A delegação da República de São Tomé e Príncipe foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Albertino Bragança.

A delegação da República de Angola foi chefiada pelo Diretor da Direção de Américas do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Embaixador João Felipe Martins.

Nos discursos de abertura, os Ministros reafirmaram a intenção de seus Governos de apoiar a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, concebida como foro privilegiado para o aprofundamento da amizade e o estabelecimento de uma agenda de cooperação entre Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Angola.

Os Ministros concordaram que a CPLP deverá constituir-se em instrumento de concertação política e de cooperação nas áreas social, cultural e econômica, com base na mais absoluta solidariedade e respeitadas as singularidades nacionais.

Os Ministros defenderam a rápida implantação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, criado em 1989, em São Luís do Maranhão.

O Instituto Internacional da Língua Portuguesa irá desempenhar papel destacado na difusão e no enriquecimento da língua portuguesa, em coordenação com atividades desenvolvidas pelas instituições congêneres nacionais e explorando ao máximo os mecanismos de cooperação já existentes no domínio da cultura.

Os Ministros atribuem grande importância às ações de cooperação interparlamentar em múltiplos domínios, com vistas ao progressivo reforço dos laços comuns entre os órgãos legislativos dos países da Comunidade e à eventual criação do Parlamento dos Países de Língua Portuguesa.

Os Ministros apoiaram a dinamização da cooperação interuniversitária já existente, como a Associação das Universidades dos Países de Língua Portuguesa, ou a criar, dando especial ênfase à investigação científica e tecnológica e à formação profissional. Nesse sentido, manifestaram interesse em aprofundar as discussões relativas à futura criação da Universidade dos Sete.

Os Ministros manifestaram seu apoio à promoção do livro e da leitura nos cinco países africanos de língua portuguesa. Nesse sentido, reiteraram o seu empenho no desenvolvimento do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa.

Os Ministros declararam o seu apoio integral às campanhas de ajuda humanística destinadas à melhoria das condições sociais dos povos de língua portuguesa, a exemplo da campanha «Africamiga», de solidariedade a Angola e Moçambique, assim como a Campanha Nacional contra a Fome, no Brasil, dirigida pelo Senhor Herbert de Souza – Betinho, cuja candidatura ao Prêmio Nobel da Paz foi apresentada pelo Brasil.

Os Ministros analisaram meios e mecanismos com vistas à mobilização de recursos internos e internacionais destinados ao desenvolvimento econômico dos países-membros menos favorecidos. Nesse contexto, salientaram a importância do aumento do intercâmbio comercial e dos investimentos recíprocos, estimulando a participação da iniciativa privada e dos organismos internacionais vocacionados para esse fim.

Os Ministros examinaram ainda os processos de paz em Angola e Moçambique manifestando a sua convicção de que só o estrito respeito aos Acordos de Bicesse e de Roma poderá conduzir a uma paz duradoura naqueles dois países, permitindo um esforço internacional de reconstrução urgente.

A grave situação no território não-autônomo do Timor Leste foi também invocada no contexto das negociações que estão a ser levadas a cabo, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, com vistas à obtenção de uma solução internacionalmente aceitável que respeite todos os direitos da população timorense.

Os Ministros expressaram a necessidade de serem adotadas ações que busquem combater o racismo e a xenofobia, a exemplo da iniciativa designada «passaporte europeu contra o racismo».

Os Ministros tomaram nota da iniciativa de criação, ainda no corrente ano, de moderna rede de dados – a «Africanet» –, interligando todos os países de expressão portuguesa, a partir do desenvolvimento da aliança Embratel-Marconi.

Os Ministros registraram a oferta feita pelo Governo brasileiro no sentido de franquear aos PALOPs o uso dos dados coletados pelo satélite brasileiro de sensoreamento remoto SCD-1, o que muito poderá contribuir para melhor conhecimento da hidrologia e das condições climáticas daqueles países.

Os Ministros apoiaram a idéia de constituição, sob a coordenação dos Ministé-

rios de Negócios Estrangeiros e de Relações Exteriores respectivos, de Grupos de Trabalho multidisciplinares encarregados do acompanhamento do projeto de institucionalização da CPLP.

Os Ministros visitantes exprimiram ao Governo e ao povo brasileiros o seu mais profundo reconhecimento pelo acolhimento caloroso e fraterno e a hospitalidade generosa que lhes foram reservados.

Nota à imprensa sobre a aplicação, pelo Brasil, das diretrizes do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR)

O Governo do Brasil vem examinando atentamente a evolução dos regimes de controle de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), em particular a do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

2. O Governo do Brasil registra que o propósito das Diretrizes do MTCR é limitar os riscos de proliferação de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas), por meio do controle de transferências que possam contribuir para sistemas de ataque com tais armas (que não sejam aviões tripulados), e que as Diretrizes do MTCR não se destinam a dificultar programas espaciais nacionais, nem a cooperação internacional relativa a tais programas, na medida em que tais programas não contribuam para sistemas de ataque com armas de destruição em massa.

3. O Governo do Brasil registra, portanto, que a aplicação pelos países das Diretrizes do MTCR não implica restrições de qualquer tipo a seus programas espaciais nacionais.

4. Havendo estabelecido, recentemente, a Agência Espacial Brasileira (AEB), de

caráter civil, sob a autoridade direta da Presidência da República, para coordenar as atividades espaciais do país, o Governo do Brasil empenha-se agora pela entrada em vigor de legislação sobre o controle de exportação de bens sensíveis e serviços correlatos, em complementação às leis, normas e procedimentos para controle de exportação de material de emprego militar que vem observando desde 1936. Tão logo tal legislação entre em vigor, o Governo do Brasil aplicará controles de exportação compatíveis com as diretrizes do MTCR. Até então, o Governo do Brasil exercerá controles de exportação de forma consentânea com os propósitos e as Diretrizes do MTCR, dentro do quadro da legislação nacional existente.

5. O Governo do Brasil, com os passos descritos acima, e dado o atual estágio de desenvolvimento do País, em particular de sua capacitação científica, tecnológica e industrial no setor espacial, está reforçando sua contribuição para a prevenção da proliferação, em todos os seus aspectos, de armas de destruição em massa e para a intensificação da cooperação internacional no setor espacial.

Nota à imprensa sobre a situação em Angola

O Governo brasileiro renova sua irredutível solidariedade ao povo de Angola, diante do recrudescimento da guerra fratricida naquele país. Essa evolução é ainda mais deplorável à luz das fundadas esperanças de paz que as negociações de Lusaca pareciam augurar.

Invocando o Comunicado Conjunto dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, reunidos em Brasília em 10 do corrente, bem como todas as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Governo brasileiro reitera sua convicção de que, somente dentro

da moldura dos Acordos de Bicesse e na estrita obediência aos resultados das eleições livres e justas de setembro de 1992, poderá ser definitivamente encerrada a guerra em Angola, tragédia que há mais de trinta anos enluta aquele país irmão.

O Governo brasileiro considera imperioso seja imediatamente restabelecido o cessar-fogo, a fim de que as conversações de Lusaca cheguem a bom termo no mais curto prazo possível, para permitir ao povo angolano dedicar-se em paz ao indispensável esforço de reconstrução nacional.



Nota à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro do Comércio da Romênia, Cristian Ionescu, de 22 a 25 de fevereiro de 1994

Visita o Brasil, de 22 a 25 de fevereiro corrente, o Ministro do Comércio da Romênia, Senhor Cristian Ionescu, acompanhado de delegação de empresários de seu país.

2. Em Brasília, o Ministro Ionescu foi recebido no Itamaraty, hoje, dia 23, para um almoço oferecido pelo Embaixador Roberto Abdenur, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, com quem assinou o novo Acordo de Comércio Brasil-Romênia, pelo qual as transações comerciais entre os dois países passarão a realizar-se em moeda corrente. Manteve, também, encontro com o Mi-

nistro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Senhor Elcio Álvares, e contatos no Ministério da Fazenda, Banco Central e Banco do Brasil.

3. A visita do Ministro Ionescu estende-se também ao Rio de Janeiro e a São Paulo, onde mantém conversações com a direção da Companhia Vale do Rio Doce e com a FIESP.

4. Em anexo, (A) cópia do Acordo hoje assinado entre os dois Governos e (B) discurso pronunciado pelo Embaixador Roberto Abdenur no almoço oferecido ao visitante.



Nota à imprensa sobre o ataque terrorista a uma mesquita de Hebron, nos territórios ocupados por Israel (25.2.1994)

O Governo e o povo do Brasil, chocados pelo ataque terrorista que tirou a vida de mais de cinquenta palestinos em uma mesquita na cidade de Hebron, nos territórios ocupados por Israel, expressam sua indignação e viva condenação a este ato de inaceitável brutalidade.

O Brasil confia em que o Governo israelense saberá tomar as providências necessárias para impedir que se produzam novas manifestações de violência, e exorta, uma vez mais, à moderação e à contenção, de modo que o processo de paz venha a acelerar-se e completar-se rapidamente, para o bem de todos os povos da região.

Nota à imprensa sobre a violência no Líbano

O Governo brasileiro manifesta sua profunda repulsa ao ato de injustificável violência que recentemente vitimou – no Líbano – membros da comunidade maronita.

2. Ao reiterar nossa solidariedade ao povo libanês, o Governo brasileiro expressa sua firme expectativa de que não se interrompa o processo de consolidação da paz, segurança e estabilidade naquele país amigo do Oriente Médio.

Comunicado de imprensa conjunto da Comunidade Européia e do Brasil (14.3.1994)

A V Comissão Mista entre a Comunidade Européia e a República Federativa do Brasil realizou-se em 14 de março de 1994, em Bruxelas.

A última Comissão Mista realizou-se em Brasília, em julho de 1990.

A delegação da Comunidade foi presidida pelo Sr. Juan Prat, Diretor-Geral responsável pelas relações Norte-Sul.

A delegação da República Federativa do Brasil foi presidida pelo Sr. Embaixador Roberto Abdenur, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

Ao acolher a delegação brasileira, o Sr. Prat fez questão de salientar a importância de que se reveste esta reunião no presente contexto, marcado por importantes alterações.

O Chefe da Delegação brasileira faz abrangente exposição a respeito da realidade nacional e das profundas transformações estruturais por que vem passando o país, que nem sempre são percebidas com a devida ênfase no exterior. Observou que, no contexto da plena consolidação da democracia, prossegue o Brasil de forma

consistente em seus propósitos de reforma e abertura econômica. Referiu-se, ainda, ao recente plano de estabilização econômica do país, que abre promissoras perspectivas de redução da inflação e da retomada de um processo sustentável de elevado crescimento em horizonte temporal relativamente próximo.

O Embaixador Roberto Abdenur descreveu os múltiplos aspectos da inserção externa do Brasil, bem como a especial capacidade de articulação internacional do país em áreas como a da integração regional, direitos humanos, meio ambiente e não proliferação. Enfatizou que as iniciativas de integração regional não têm caráter excludente; e que a aproximação sempre crescente com a U. E. é essencial para o país, inclusive no que diz respeito à intensificação do diálogo político. Ressaltou a importância do Brasil como parceiro da U. E., pelo caráter global do seu comércio externo e da sua política externa.

Dado o alto significado atribuído pelo Governo brasileiro aos seus laços com a União Européia, a Delegação Brasileira sugeriu que fosse estudado o estabelecimento de um mecanismo de consulta em matéria de política internacional, bem como a retomada imediata da cooperação em matéria nuclear.

Por seu turno, o Sr. Prat recordou o conjunto de fatores que, desde 1990, contribuiu para alterar substancialmente tanto o panorama internacional como o comunitário. O Sr. Prat salientou que essas mudanças – União Européia, alargamento, novas relações com os países de Leste – não alteram os laços existentes com o Bra-

sil ou com os outros países da região, mas que, pelo contrário, obrigam a CE a reapreciá-los e a reforçá-los.

Procedendo à análise das relações comerciais, as duas delegações tomaram nota das mudanças verificadas na tendência de fundo do comércio bilateral, que começou a infletir, sobretudo com a abertura econômica e comercial do Brasil há cerca de quatro anos, ou seja em 1990.

A Delegação Brasileira mencionou a sua preocupação com a estagnação das suas exportações para a União Européia nos últimos anos, em contraste com o vigoroso aumento das importações provenientes desse grupo de países.

A troca de opiniões que se seguiu sobre o SPG permitiu precisar, para além dos receios manifestados, o futuro do sistema e o tratamento que será reservado ao Brasil, ao qual inquieta a possibilidade de erosão do seu acesso ao sistema por força de preferências dadas a terceiros, do critério do *graduation* e de outras medidas de restrição do escopo do SPG.

A Delegação Brasileira referiu-se a várias questões de interesse no comércio de produtos agrícolas.

Neste contexto, será assinado no dia 16 de Março um acordo fitossanitário entre o Brasil, representado pelo Embaixador Roberto Abdenur, e a Comissão Européia, representada pelo Sr. Steichen, Comissário para a Agricultura.

Em matéria industrial, as duas partes procederam a uma troca de opiniões construtiva sobre a aplicação das regras de defesa comercial.

No que se refere à propriedade intelectual, a Delegação Brasileira transmitiu informações sobre o processo da reforma e atualização da legislação nacional nesta matéria, que se realiza no contexto dos acordos negociados no âmbito do Uruguai Round.

No conjunto da cooperação econômica e industrial, as duas partes constataram a existência de tendências encorajadoras. Para além dos domínios de cooperação mais tradicionais (científica e técnica ou energética), a cooperação industrial foi objeto de uma troca de opiniões mais aprofundada. A delegação brasileira salientou todo o interesse que atribui ao seu desenvolvimento, bem como a um aumento da capacidade operacional dos instrumentos propriamente ditos.

A delegação da CE fez questão de salientar o dinamismo da cooperação regional com o Mercosul e com o Grupo do Rio e dos programas regionais, tal como o programa de intercâmbio interuniversitário (ALFA) que, em complemento à cooperação bilateral e paralelamente a ela, assumam uma importância crescente.

A delegação comunitária traçou o ponto da situação no que respeita ao «programa-piloto para Florestas Tropicais», que vai entrar numa fase operacional. A delegação brasileira deu conta das suas preocupações a certas melhorias no mesmo. Foram igualmente analisados os outros projetos em curso no domínio do ambiente. Além disso, as duas delegações trocaram elementos de apreciação sobre o esta-

do da implementação dos resultados da Conferência do Rio (CNUAD).

Neste mesmo contexto, a questão da eco-etiquetagem, bastante atual, e que levanta grandes preocupações por parte da delegação brasileira, foi igualmente discutida. As duas partes concordaram manter-se em contato sobre o assunto.

As duas delegações constataram, com satisfação, a (...) verificada num novo domínio da cooperação, o domínio social. A crescente importância das ações desenvolvidas no Brasil, nomeadamente através da ONG, nos domínios da formação, da saúde ou da assistência às crianças nos meios urbanos reflete a vontade de ambas as partes aprofundarem estes domínios de cooperação. A delegação brasileira acolheu, por outro lado, com interesse a declaração da delegação europeia relativa à próxima realização de um programa-quadro de assistência à infância desfavorecida no meio urbano.

A delegação da CE salientou a importância assumida, no âmbito da cooperação, pelas diversas ações de formação, tendo igualmente realçado o número significativo de projetos que serão financiados através das ONG, o que corresponde a um valor anual entre 8 e 10 milhões de ecus.

As duas delegações procederam a uma útil troca de opiniões, tanto em matéria de saúde como no domínio da luta anti-droga. Foi salientada a necessidade de reconsiderar os objetivos e de melhor definir as modalidades de ação nestes domínios.

Comunicado Conjunto de Imprensa Brasil-Estados Unidos (22.3.1994)

O Presidente Itamar Franco e o Vice-Presidente Al Gore encontraram-se ontem, dia 21, no Palácio do Planalto, em Brasília. Os líderes discutiram a histórica Cúpula das Américas, marcada para dezembro de 1994 em Miami, Flórida. O Presidente Itamar Franco expressou o seu apreço pelo convite formulado pelo Presidente Clinton e comprometeu-se com a ampla participação brasileira nas futuras consultas sobre a Cúpula. Os dois líderes concordaram que a Cúpula poderá representar um marco no sentido do fortalecimento das relações hemisféricas e discutiram vários temas gerais relacionados ao evento.

2. O Presidente Itamar Franco e o Vice-Presidente Al Gore presidiram também cerimônia de assinatura, pelo Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e pelo Encarregado de Negócios dos EUA Mark Lore, de um Acordo-Quadro de Ciência e Tecnologia renovado entre os Estados Unidos e o Brasil. A reativação deste importante instrumento bilateral de cooperação em ciência e tecnologia permitirá o incremento das atividades de pesquisa científica entre os dois países.

3. O Vice-Presidente Al Gore cumpriu o Governo brasileiro pelas recentes medidas tomadas para reafirmar seu compromisso duradouro com a não-proliferação armamentista – incluindo a introdução de salvaguardas nucleares abrangentes. Expressou também seu apreço pelos esforços corajosos do Brasil, sob a liderança do Presidente Itamar Franco, no sentido de reforçar a democracia, o ajuste fiscal e a liberalização do comércio, e expressou confiança em que o povo brasileiro terá sucesso na luta contra a inflação, a fim de que possa progredir rumo ao desenvolvimento sustentável.

4. Finalmente, o Presidente Itamar Franco e o Vice-Presidente Al Gore discutiram temas globais de interesse mútuo, incluindo direitos humanos, proteção ao meio ambiente e a implementação completa dos Acordos da Rodada Uruguai. O Presidente Itamar Franco e o Vice-Presidente Al Gore concluíram o encontro salientando a notável convergência nas crenças e valores dos povos do Brasil e dos Estados Unidos, que poderá servir de base para uma maior cooperação no Conselho de Segurança das Nações Unidas e em outros foros internacionais.

Mensagem do Chanceler Celso Amorim ao Chanceler mexicano (24.3.1994)

É o seguinte o texto da mensagem dirigida ao Chanceler mexicano, Senhor Manuel Tello, pelo Embaixador Celso L. N. Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores:

«Recebi, consternado, a notícia do atentado brutal que vitimou o Doutor Luis Donaldo Colosio. Desejo assegurar-lhe, estimado Chanceler e prezado amigo, que o México conta com a fraterna

solidariedade e simpatia de todos os brasileiros. Estou certo de que a grande nação mexicana não se deixará abater por esse trágico episódio e nem esmorecerá na busca do desenvolvimento econômico e so-

cial e da afirmação da democracia. Cordiais saudações.

CELSO L. N. AMORIM

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil».

***Nota à imprensa sobre a cerimônia de inauguração
do Curso de Atualização para Diplomatas Latino-Americanos (24.3.1994)***

No dia 4 de abril, às 10:30 horas, no Auditório do Palácio Itamaraty, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixadores estrangeiros e altas autoridades civis e militares, será realizada a cerimônia de inauguração do Curso de Atualização para Diplomatas Ibero-Americanos, do Instituto Rio Branco, que resulta de proposta brasileira aprovada na III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salvador, Bahia, nos dias 15 e 16 de julho de 1993.

2. Mais de vinte diplomatas ibero-americanos de nível médio (Primeiros Secretários e Conselheiros) irão frequentá-lo. As palestras estarão a cargo de diplomatas brasileiros, figuras representativas do Governo brasileiro e das universidades nacionais. Com o apoio do PNUD, do Departamento de Cooperação Científica, Técnica

e Tecnológica do Itamaraty e do CNPq, serão concedidas bolsas para diplomatas chegados de seus países de origem e passagens aéreas para conferencistas que tiverem de vir a Brasília.

3. Em sua fase inicial, o Curso tratará de questões diplomáticas e da conjuntura latino-americana face às sucessivas mutações dos cenários político e econômico de atualidade mundial.

4. Na segunda fase será abordado o tema ciência, técnica e tecnologia e sua importância para o desenvolvimento.

5. O encerramento do Curso está programado para fins de maio vindouro, no Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, com a entrega de diplomas após visitas a instituições e centros de pesquisas da capital paulista.

***Nota sobre o assassinato de Luis Donaldo Colosio,
candidato do PRI à Presidência do México (24.3.1994)***

O Governo brasileiro tomou conhecimento, profundamente consternado, do brutal assassinato, na noite de ontem, do Doutor Luis Donaldo Colosio. O Doutor Colosio, candidato do PRI à Presidência

do México, estava em campanha, no momento do crime.

2. O Presidente Itamar Franco expressou ao Presidente Carlos Salinas de Gortari os

fraternos sentimentos de solidariedade do povo e do Governo brasileiros, em repúdio ao ato de violência absurda e chocante, que tirou a vida do Doutor Colosio. Pediu que transmitisse à família Colosio os mais sentidos pêsames de todos os brasileiros.

3. Manifestou ao Presidente Carlos Salinas a certeza de que o Governo e o povo mexicanos seguirão em seu esforço de consolidação do desenvolvimento econômico e social, ao amparo das instituições democráticas.

***Comunicado à imprensa sobre a Reunião de Cúpula do G-15,
de 28 a 30 de março de 1994.***

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará, entre os dias 28 e 30 de março de 1994, em Nova Delhi, da IV Reunião de Cúpula dos países membros do Grupo dos 15.

O Grupo de Consulta e Cooperação Sul-Sul (conhecido por G-15), criado em 1990, reúne anualmente os Chefes de Estado e de Governo dos quinze países que o integram, a saber: Argélia, Argentina, Brasil, Chile, Egito, Índia, Indonésia, Jamaica, Malásia, México, Nigéria, Peru, Senegal, Venezuela e Zimbábue. Essas reuniões anuais são complementadas por reuniões em nível de Chanceler ou de Representante pessoal dos Chefes de Estado ou de Governo dos países membros. Até o presente, foram realizadas reuniões de cúpula nas seguintes Capitais: Kuala Lumpur (1990); Caracas (1991); Dacar (1992).

A atuação do Grupo tem-se caracterizado por duas vertentes principais: a de concertação política e a de cooperação entre países do Sul. Nesses termos, o Grupo apresenta três linhas de ação:

1) atua como grupo restrito de concertação no interior de agrupamentos tradicionais, como o Grupo dos 77;

2) participa no diálogo Norte-Sul particularmente mediante contactos com sua contraparte no Norte, o G-7; e

3) funciona como mecanismos de fortalecimento da cooperação técnica Sul-Sul. Têm pautado os trabalhos do Grupo os princípios da objetividade do realismo e da não-confrontação.

O G-15 constitui-se, assim, numa instância necessária de coordenação entre os países em desenvolvimento, indispensável no âmbito de organismos mais amplos, como o Movimento Não-Alinhado e o G-77.

O Brasil tem ocupado posição relevante no âmbito do G-15, em virtude de sua tradição diplomática e de seu peso específico no cenário internacional.

Como sistema de trabalho, o G-15, a cada reunião, procura passar em revista os temas das relações internacionais e da cooperação entre países em desenvolvimento, consolidando tal exame num «Comunica-

do Conjunto», que é adotado ao final da Reunião de Cúpula.

A Cúpula de Nova Delhi, a quarta desde a criação do G-15, estava prevista para dezembro de 1993, mas foi adiada para o período de 28 a 30 de março corrente, em vista do pequeno número de confirmações de presenças de Chefes de Estado/Governo do Grupo naquela oportunidade. Embora a agenda dessa reunião contenha temas tradicionalmente examinados, o objetivo principal da referida Cúpula será o de reexaminar, no mais alto nível, a estrutura, o formato e os objetivos do Grupo, de forma a conferir-lhe a agilidade e a solidez necessárias a sua continuidade.

A agenda da Cúpula de Nova Delhi, proposta pelo Primeiro-Ministro indiano, Narasimba Rao, na qualidade de Presidente da Tróica do G-15, é a seguinte:

- a) futuro do G-15, na perspectiva de evolução rápida do panorama internacional;
- b) frequência de convocação das Cúpulas;

c) data pré-fixada para as Cúpulas anuais;

d) nível e composição do quórum;

e) papel do Conselho de Ministros das Relações Exteriores;

f) agenda contendo temas específicos de importância imediata no contexto Norte-Sul;

A Cúpula de Nova Delhi apresenta-se, assim, como um teste decisivo sobre a viabilidade do G-15. Pela primeira vez será facultado aos Ministros de Estado das Relações Exteriores que comparecerem à reunião, na qualidade de Enviados Especiais e Plenipotenciários, o acesso às deliberações substantivas, até o presente, exclusivas dos Chefes de Estado/Governo.

É importante ressaltar que, para o Brasil, a importância do G-15 reside no fato de o Grupo poder servir de elemento facilitador do trânsito do País fora da América Latina e, particularmente, em relação a países de maior peso específico e perfil regional semelhante ao do Brasil, como é o caso da Índia.

Nota à imprensa sobre o Comunicado Conjunto Brasil-Camboja (25.3.1994)

No dia de hoje, 25 de março, os Representantes Permanentes do Brasil e do Camboja junto às Nações Unidas assinaram em Nova York um comunicado conjunto pelo qual se consideram normalizadas as relações entre os dois países.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Reino do Camboja em 1961

e, pelo Decreto nº 50.564, de 9 de maio daquele ano, foi criada uma Legação do Brasil em Phnom Penh, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Nova Delhi. Posteriormente, pelo Decreto nº 52.496, de 23 de setembro de 1963, aquela missão passou a ser em cumulatividade com a Embaixada do Brasil em Bangkok. A Legação

foi extinta em 1966, embora nunca tenha ocorrido rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Após a pacificação interna do Camboja, sob liderança do Príncipe Norodom Sihanouk, para a qual se empenhou a diplomacia brasileira através de apoio político no Conselho de Segurança e de contribuição efetiva à UNTAC (Autoridade

Transitória das Nações Unidas para o Camboja), o Governo brasileiro tomou a iniciativa de propor a normalização das relações entre os dois países, que hoje se confirma através da assinatura do comunicado conjunto.

O Governo brasileiro pretende estabelecer uma Embaixada em Phnom Penh, cumulativa com a Embaixada em Bangkok.

***Nota à imprensa sobre a II Reunião da Conferência
das Partes da Convenção de Basiléia sobre o controle dos movimentos
transfronteiriços de resíduos perigosos e seu depósito***

Celebrada em Genebra no período de 21 a 25 de março de 1994, a II Reunião da Conferência das Partes da Convenção de Basiléia (II COP) deliberou sobre ampla gama de assuntos, dentre os quais cumpre assinalar: a proibição das exportações de resíduos perigosos de países da OCDE para países não-membros da OCDE, centros regionais de treinamento e de transferência de tecnologia, diretrizes técnicas, protocolo sobre responsabilidade e compensação, manual para a implementação da Convenção, modelo de legislação nacional sobre resíduos perigosos, entre outros.

Em vista do extenso rol de assuntos contemplados na agenda da II COP, as Partes instituíram três Grupos de Trabalho para examinar assuntos de natureza técnica, legal e financeira. Ademais, foi instituído Grupo de Contato, coordenado

pelo Canadá e Senegal, com o mandato de tratar especificamente do assunto mais complexo e polêmico da II COP, a saber, a proibição das exportações de resíduos tóxicos de países da OCDE para países em desenvolvimento e com economias em transição.

Os dias 21 e 22 de março, consagrados aos trabalhos preparatórios, caracterizaram-se por um encaminhamento eminentemente técnico dos diversos assuntos tratados nos Grupos de Trabalho Legal, Técnico e Financeiro. Nessa fase da reunião, os trabalhos pouco avançaram no Grupo de Contato, em virtude de encontrarem-se países em desenvolvimento ainda discutindo proposta de decisão sobre a proibição das exportações. Esse processo culminou com o endosso do G/77 à proposta que foi apresentada por Sri Lanka e Senegal por ocasião da I COP (Piriápolis, dezem-

bro de 1992). Concomitantemente, a União Européia, que já é Parte da Convenção, também apresentou proposta de decisão sobre a matéria. As propostas do G/77 e da União Européia figuravam, naquele momento, como alternativas à proposta apresentada pela Dinamarca logo na abertura dos trabalhos da II COP.

No segmento ministerial da II COP, realizado nos dias 23, 24 e 25, foram aprovados consensualmente os projetos de decisão negociados durante os trabalhos preparatórios. Nesta fase da II COP, decidiu-se no Grupo de Contato que uma nova versão da proposta do G/77 sobre a proibição das exportações de resíduos tóxicos seria utilizada como texto de negociação. Canadá, Austrália, Japão, Áustria e Alemanha opuseram forte resistência ao teor dessa proposta, a qual não previa exceções para exportações de resíduos perigosos de países da OCDE para países não-membros da OCDE para fins de reciclagem, e tampouco continha um período de *phase out* para o banimento dessas operações.

Após longas e difíceis negociações entre o G/77 e os países que integram a OCDE, logrou-se aprovar, por consenso, decisão que proíbe imediatamente as exportações de resíduos perigosos de países da OCDE para países não-membros da OCDE destinados a depósito final. Por seu turno, as exportações de resíduos perigosos destinados a operações de reciclagem em países em desenvolvimento serão proibidas a partir de 31 de dezembro de 1997. Nesse interim, os países em desenvolvimento que desejarem continuar reciclando

resíduos perigosos oriundos de países da OCDE deverão informar o Secretariado da Convenção de Basiléia sobre a categoria e a quantidade dos resíduos a serem importados, bem como os processos de recuperação a serem empregados e a destinação final a ser dada aos resíduos derivados da operação de reciclagem.

A observância dessa decisão no Brasil implicará a busca de fontes internas de fornecimento desses resíduos até dezembro de 1997. A propósito, convém assinalar que, de acordo com o Artigo 4, parágrafo 5, da Convenção, às Partes são vedadas operações de importação e exportação de resíduos perigosos com países que não sejam Partes desse instrumento jurídico internacional. A mencionada proibição das exportações de resíduos perigosos será aplicada às categorias de resíduos contempladas nos Anexos da Convenção de Basiléia.

De resto, cumpre notar que a decisão da II COP no sentido de proibir as exportações de resíduos perigosos de países da OCDE para países não-membros da OCDE deu força legal à tese advogada pela esmagadora maioria dos países em desenvolvimento e por grande parte dos países da própria OCDE. Essa decisão, ao transferir para os países desenvolvidos a obrigação de controlar suas exportações de resíduos tóxicos, reduzirá substancialmente as possibilidades de exportações ilegais de resíduos perigosos para países em desenvolvimento, onde amiúde são manejados e depositados de formas que não são ambientalmente saudáveis.

Atualmente, dentre os principais exportadores de resíduos perigosos, apenas os Estados Unidos da América, a Alemanha e a Inglaterra ainda não ratificaram a

Convenção de Basiléia. Alemanha e Inglaterra, porém, parecem estar ultimando medidas internas com vistas à ratificação da Convenção de Basiléia.

Nota à imprensa sobre as eleições Sul-Africanas (3.5.1994)

O Governo brasileiro congratula-se com o povo sul-africano pela realização das primeiras eleições democráticas da história daquele país irmão, última e mais importante etapa do processo de desmantelamento do odioso regime do *apartheid* e da inserção da República da África do Sul na comunidade das nações livres.

Ao virem a público os resultados do pleito, que asseguram larga e expressiva maioria ao Congresso Nacional Africano (ANC), partido de Nelson Mandela, o Presidente Itamar Franco enviou àquele grande líder africano calorosas mensagens de felicitações não somente pelo triunfo elei-

toral, mas também pelo papel preponderante que desempenhou na vitoriosa luta contra a opressão e a discriminação racial em seu país.

Mensagem de congratulações também foi enviada pelo Presidente Itamar Franco ao Presidente F. W. De Klerk, por sua participação igualmente decisiva no bom êxito das difíceis negociações que permitiram a erradicação do *apartheid* e a realização de eleições que foram consideradas livres e justas pela unanimidade dos observadores internacionais que acompanharam o desenrolar do pleito.

Mensagem do Presidente da República, Itamar Franco, ao Presidente da República da África do Sul, F. W. De Klerk (4.5.1994)

Neste momento em que todo o mundo comemora o êxito das eleições sul-africanas – consideradas livres e justas pelos observadores internacionais – é com grande satisfação que venho manifestar a Vossa Excelência, em meu nome e no de todo o povo brasileiro, as mais sinceras felicitações. O processo eleitoral ora concluído

está destinado a tornar-se um marco histórico para a África do Sul e para todo o continente africano.

2. Estou plenamente consciente das enormes e complexas dificuldades que tiveram que ser enfrentadas para que o processo de transição política na África do Sul pudesse atingir pacificamente o seu ponto culmi-

nante. Como signo de liberdade e de igualdade, esta obra de admiráveis proporções fica muito a dever à lucidez de estadista demonstrada por Vossa Excelência.

3. Esteja certo, Senhor Presidente, de que a história saberá reconhecer a excelência

das virtudes que permitiram à África do Sul ultrapassar todos os obstáculos e caminhar com passos firmes para uma nova era de paz e de desenvolvimento.

Atenciosamente.

***Mensagem dirigida pelo Presidente da República, Itamar Franco,
ao Presidente do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela,
em 3 de maio de 1995.***

É com grande satisfação que venho expressar a Vossa Excelência, em meu nome e no de todo o povo brasileiro, as mais vivas congratulações pela magnífica e democrática vitória eleitoral, obtida por ampla e expressiva maioria, nas primeiras eleições livres e justas da África do Sul, assim consideradas por todos os observadores internacionais.

2. Este triunfo da causa da liberdade e da igualdade é, para toda a humanidade, um signo de esperança e – para a África do Sul – um marco histórico, com reflexos auspiciosos e imediatos sobre o continente africano em seu conjunto.

3. Este momento – em que nasce a democracia sul-africana – é vivido com particular emoção pelo povo brasileiro, cujo carinho e admiração Vossa Excelência pôde sentir quando visitou esta nação irmã. A longa e épica luta de Vossa Excelência e

do Congresso Nacional Africano contra a discriminação racial foi sempre acompanhada deste lado do Atlântico com profundo espírito de solidariedade.

4. O meu Governo, Senhor Presidente, está pronto a trabalhar em estreita parceria com o de Vossa Excelência, a fim de propiciar todas as condições para que os nossos dois países possam realizar o enorme potencial que existe no ainda inexplorado relacionamento bilateral, para o mútuo benefício de nossos povos.

5. Queira aceitar, Senhor Presidente, os mais calorosos votos para que o Governo de Vossa Excelência seja coroado de pleno êxito, para a felicidade e prosperidade do povo sul-africano, bem como para o desenvolvimento e a estabilidade de toda a África.

Deus abençoe a África.

Comunicado à imprensa sobre a abertura, pelo Presidente Itamar Franco, da XXIV Assembléia Geral da OEA (23.5.1994)

O Presidente Itamar Franco inaugurou no dia 6 de junho, em Belém do Pará, os trabalhos da XXIV Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Reunião, que deverá ser concluída em 10 de junho, será presidida pelo Ministro Celso Amorim, em sua qualidade de Ministro das Relações Exteriores do país anfitrião. Como presidente da Assembléia, caberá ao Ministro Celso Amorim presidir os trabalhos do plenário e da comissão geral.

2. Espera-se o comparecimento ao encontro de Belém dos Chanceleres ou de altos representantes de todos os atuais 34 Estados membros da OEA, bem como de delegações dos Estados observadores.

3. Na tarde de domingo, dia 5 de junho, os Chanceleres dos Estados membros da OEA deverão reunir-se, em caráter informal, para considerar assuntos relacionados com as deliberações da XXIV Assembléia Geral, em particular o texto do projeto de Declaração de Belém do Pará. A ocasião servirá também para uma troca de idéias sobre a «Cúpula das Américas», a realizar-se em dezembro próximo em Miami.

4. A decisão sobre o local e a data da Assembléia Geral de Belém do Pará foi tomada em Manágua em 1993, durante a XXIII Assembléia Geral da OEA.

5. A Assembléia volta a realizar-se no Brasil dez anos após a de 1984, em Brasília, e que teve lugar pouco depois da eleição do Embaixador João Clemente Baena

Soares como Secretário-Geral da Organização. A Assembléia Geral de Belém do Pará coincide com o encerramento do segundo mandato do Embaixador Baena Soares à frente da OEA.

6. Durante esses dez anos, a Organização passou por um expressivo processo de revitalização, consubstanciado, em particular, nas reformas introduzidas na sua Carta, pelos Protocolos de Cartagena das Índias, de 1985, de Washington, de 1992, e de Manágua, de 1993.

7. Nesse contexto, dois dos temas prioritários tratados pela OEA ganharam importante alento: o fortalecimento da democracia e a cooperação para o desenvolvimento.

8. Sob a supervisão do Secretário-Geral, realizaram-se numerosas missões de observação eleitoral em Estados membros. Criou-se a Unidade para a Promoção da Democracia, com o objetivo de prestar apoio ao fortalecimento das instituições democráticas dos Estados membros que solicitem essa assistência. Adotou-se, em 1991, na Assembléia Geral de Santiago do Chile, a Resolução 1.080, que prevê a convocação imediata do Conselho Permanente da OEA caso seja interrompido o processo político institucional democrático em um Estado membro e que prevê também a elaboração de propostas para incentivar a preservação e o fortalecimento do sistema democrático nos Estados membros da Organização. Com a aprovação, em dezembro de 1992, do Protocolo

de Washington, introduziu-se na Carta da OEA o princípio de que poderá ser suspenso de participação nos trabalhos da Organização o Estado membro cujo governo democraticamente constituído seja derrubado pela força.

9. Na área da cooperação interamericana para o desenvolvimento, ressaltam-se o Protocolo de Cartagena das Índias (1985), o Protocolo de Manágua (1993) e a Assembléia Geral Extraordinária realizada no México, em fevereiro de 1994. Em Cartagena, introduziu-se o conceito do desenvolvimento integral, contido no capítulo VII da Carta da OEA. Em Manágua, decidiu-se consolidar os atuais dois conselhos técnicos da Organização – CIES e CIEC – num único Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) com o propósito de fortalecer as atividades de cooperação interamericana. No México, foram estabelecidas as áreas prioritárias para as atividades da OEA em matéria de cooperação para o desenvolvimento, com vistas, em especial, à superação da situação de pobreza crítica no Hemisfério.

10. Na Assembléia Geral de Belém do Pará deverão ser discutidos, entre outros, os seguintes temas: fortalecimento da democracia, direitos humanos, segurança hemisférica, cooperação técnica, meio ambiente, entorpecentes e situação econômica regional. A Assembléia Geral deverá ainda aprovar os estatutos do CIDI.

11. No tocante às eleições para organismos e órgãos da OEA, o Brasil é candidato à reeleição para a Comissão Interamericana para o controle do Abuso de Drogas (CICAD) e apresentou candidatos à Comissão Jurídica Interamericana (CJI) e à Corte Interamericana de Direitos Humanos. O ex-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, é candidato à reeleição como membro do CJI. O Professor Antônio Augusto Cançado Trindade é o candidato brasileiro à Corte.

12. Simultaneamente à Assembléia Geral, deverá ser realizada uma sessão – a ser presidida pelo Chanceler da Bolívia – da Reunião *ad hoc* dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados membros da OEA para examinar a situação no Haiti.

Nota à imprensa acerca da Declaração sobre Angola e Moçambique

Declaração sobre Angola e Moçambique aprovado no último dia 27 pelos Altos Representantes dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos países membros da CPLP, em reunião preparatória à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Sete Países de Língua Portuguesa:

Os representantes dos Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros dos Países de Língua Portuguesa, reunidos no Palácio das Necessidades, em Lisboa, no dia 27 de maio de 1994, em encontro preparatório da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa reiteram a especial

preocupação dos seus governos com as graves consequências do prolongamento da guerra em Angola e expressam a firme expectativa de que se concluam, o mais breve possível, as negociações de Lusaka.

2. Encarecem, para tanto, que sejam honrados os compromissos dos acordos de Bicesse e respeitados os resultados das eleições de setembro de 1992, consideradas livres e justas pela comunidade internacional, com vistas à plena implantação da democracia em Angola. Nesse sentido, instam o Governo, a UNITA, a mediação das Nações Unidas e os países observadores à buscarem fórmulas que viabilizem o rápido progresso dos entendimentos em Lusaka.

3. Exortam ainda o Conselho de Segurança a determinar que sejam acelerados os

preparativos para a constituição de uma força de manutenção da paz – a UNAVEM III –, habilitada com meios para supervisionar e garantir o cumprimento dos termos em que sejam acordados, em Lusaka, a cessação das hostilidades e o processo de conciliação nacional.

4. Manifestam finalmente a ardente aspiração dos países de língua portuguesa de que os angolanos possam, uma vez assinada a paz, dar início, de imediato, ao esforço de reconstrução nacional.

5. Da mesma forma, manifestaram satisfação pelo bom andamento do processo de paz em Moçambique, que esperam seja coroado com a realização das eleições previstas para outubro do corrente ano, criando-se assim as condições para a recuperação do país.

Comunicado à imprensa sobre a criação do Santuário de Baleias no Hemisfério Sul (30.5.1994)

A Comissão Internacional da Baleia (CIB) adotou, no último dia 26 de maio, um santuário para baleias no Hemisfério Sul, medida de significado proporcional àquela de 1982, quando foi aprovada a moratória na caça comercial da baleia.

2. A Reserva, de extensão circumpolar, mede-se pela longitude de 40° S, salvo no trecho compreendido entre os meridianos de 130° W e 30° W, onde a fronteira passa a coincidir com os limites da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR).

3. A decisão foi tomada por votação, com 23 votos a favor, um contra e seis abstenções, de proposta co-patrocinada pelo Brasil e outros países. A aprovação de medida desse tipo na CIB requer 75% de votos a favor por parte de seus membros.

4. O santuário terá como efeito prático proteger a baleia Minke do Hemisfério Sul, primeiro estoque para o qual poderiam ser concedidas quotas de caça comercial, na eventualidade de suspensão da moratória em vigor.

***Comunicado de imprensa sobre a visita oficial
do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao México
(29 de maio a 1º de junho de 1994).***

O Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim, realizou visita oficial ao México dos dias 29 de maio a 1º de junho de 1994.

O Ministro Celso Amorim se fez acompanhar por uma comitiva de alto nível integrada por: Embaixador Affonso Celso Ouro Preto, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado; Embaixador Luiz Filipe de Macedo Soares, Chefe do Departamento das Américas; Ministro José Maurício Bustani, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais; Ministro Mauro Luiz Iecker Vieira, Introdutor Diplomático e diplomatas da Embaixada do Brasil no México.

Durante sua visita, o Presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, recebeu o Chanceler brasileiro, que também se entrevistou com os Secretários de Relações Exteriores, Manuel Tello, e de Comércio, Jaime Serra Fuche. O Embaixador Celso Amorim participou, ainda, de reunião de trabalho com o Conselho Empresarial Mexicano para Assuntos Internacionais – CEMAI.

Durante a entrevista os dois Chanceleres enfocaram temas da atualidade internacional, assuntos de interesse da região e da agenda bilateral. Reafirmaram a vontade política de seus Governos de estreitar ainda mais os vínculos que unem os dois países. Nesse sentido, dado o elevado nível de cooperação em diversas áreas entre

Brasil e México e a ampla coincidência em suas posições em matéria de política exterior, decidiram formalizar a Comissão Século XXI Brasil-México, a qual contribuirá para aprofundar o diálogo político. Esta Comissão, integrada por representantes do Governo, do meio acadêmico e do setor empresarial, dos dois países, estudará as perspectivas de médio e longo prazo das relações bilaterais no contexto mundial, e fará recomendações para o máximo aproveitamento das profundas afinidades entre os dois países em benefício mútuo e de toda a região.

Nas diversas entrevistas do Chanceler Amorim com os Secretários de Estado do México, reconheceu-se a crescente dimensão do intercâmbio econômico e comercial bilateral e a necessidade de manter e fortalecer a relação comercial entre ambos países, à luz da dinâmica da integração regional, especialmente no âmbito da ALADI, e a nível mundial.

Com este propósito, será promovida a intensificação do diálogo entre as autoridades competentes dos dois países para:

- identificar os problemas do intercâmbio comercial, estudar as formas de aumentar e equilibrar a relação comercial e dos fluxos de bens, serviços e investimentos entre Brasil e México, e recomendar os mecanismos que permitam consolidar a atual relação comercial e promover uma maior complementação econômica.

- realizar consultas sobre os diferentes processos sub-regionais de que participam ambos países, bem como de seus respectivos foros de negociação, como é o caso do Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA – e o Mercosul.

Ambos Chanceleres expressaram sua satisfação pela exitosa conclusão da Rodada Uruguai do GATT e pela criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, que reforçam o multilateralismo e o uso de regras estáveis no sistema comercial internacional.

Os Chanceleres trocaram pontos-de-vista sobre as diversas reuniões regionais que terão lugar proximamente na América Latina: a XXIV Assembléia Geral da OEA, que se realizará em Belém do Pará, e a IV Conferência da Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se em Cartagena, Colômbia, ambas no próximo mês de junho. Referiram-se, ainda, à VIII Reunião Presidencial do Mecanismo de Consultas e Coordenação Política Grupo do Rio – a celebrar-se no Rio de Janeiro em setembro próximo.

Os Chanceleres reafirmaram seu compromisso em contribuir para o êxito da Cúpula Hemisférica que se realizará em Miami, em dezembro próximo, por iniciativa dos Estados Unidos da América. Para tal finalidade, Brasil e México continuarão seus trabalhos dentro do marco do Mecanismo Permanente de Consultas e Coordenação Política – Grupo do Rio.

Destacou-se a importância de que se iniciem conversações entre as autoridades

brasileiras e mexicanas competentes para celebrar um acordo que evite a bi-tributação, bem como outro acordo sobre a proteção e promoção de investimentos.

Os Chanceleres estiveram de acordo em reativar o Mecanismo de Consulta Política, previsto no Memorando de Entendimento Brasil-México, assinado em abril de 1983. Analisaram, ainda, a conveniência de se celebrarem reuniões informais de planejamento político.

Com o propósito de dar seguimento às relações econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países, concordou-se em convocar, no segundo semestre de 1994, uma reunião da Subcomissão Econômica e Financeira Brasil-México, a realizar-se na Cidade do México.

Promover-se-á um encontro de empresários brasileiros e mexicanos com o propósito de avaliar as formas de aumentar os fluxos de comércio de bens, serviços e investimentos e trocar informações e experiências sobre a implementação do NAFTA e do Mercosul.

Em matéria cultural, os Chanceleres coincidiram em atingir um novo patamar de colaboração, vistos os frutíferos resultados da relação bilateral existente, atualizando os mecanismos e instrumentos às novas realidades do Brasil e do México.

Para tanto, acordou-se que a IV Reunião da Subcomissão Cultural seria realizada durante o segundo semestre de 1994, para elaborar o programa de cooperação para os próximos anos.

No que respeita à cooperação bilateral em matéria científico-tecnológica, desta-

caram os importantes avanços alcançados nos últimos anos e a importância de continuar intensificando a colaboração mútua neste setor. Concordaram em realizar a IV Reunião da Subcomissão México-Brasil, durante o segundo semestre de 1994.

Coincidiram em sublinhar o interesse mútuo em assinar um Acordo de Supressão de Vistos para Turistas, em virtude do crescente número de visitantes de ambos países, o que aumentaria ainda mais o conhecimento de seus povos.

Recomendaram assinar, o mais breve possível, o novo Convênio Bilateral sobre Transporte Aéreo.

A Comitiva que acompanhou o Chanceler brasileiro manteve uma reunião técnica com sua contraparte mexicana, com a finalidade de analisar em detalhe todos os temas da agenda, fazendo um diagnóstico completo do estado atual de nossas relações. Foram examinados, também, os diferentes projetos de acordos e convênios em fase de negociação.

Outro importante objetivo da viagem do Chanceler Celso Amorim foi entregar ao Governo mexicano, na qualidade de

depositário do Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, o instrumento de plena adesão do Brasil ao referido Tratado. Nesse contexto, a parte mexicana manifestou sua profunda satisfação por tão significativo acontecimento, o qual fortalece a utilização da energia nuclear com fins pacíficos na região e torna iminente a transformação da América Latina e do Caribe na primeira área habitada, livre de armas nucleares, do mundo.

A fim de dar prosseguimento aos esforços para estreitar a relação de amizade e cooperação existente entre Brasil e México, o Chanceler Celso Amorim estendeu cordial convite ao Secretário de Relações Exteriores, Manuel Tello, para visitar o Brasil durante o ano em curso.

Ao final da visita, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil expressou seu agradecimento e dos membros de sua comitiva pelas atenções de que foram alvo por parte do Povo e Governo mexicanos durante sua visita a este país.

Tlatelolco, DF, 31 de maio de 1994.

Participação do Brasil na Missão de Paz da ONU em Moçambique (6.6.1994)

Em atenção ao pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro estará enviando proximamente uma companhia de infantaria para participar da Missão de Paz das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).

O Brasil tem mantido presença ativa na ONUMOZ. O General-de-Divisão Lélío Gonçalves Rodrigues da Silva chefiou, de maneira exemplar, o comando militar daquela operação de paz durante um ano, de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994.

Atualmente, o Brasil participa da ONU-MOZ com 27 observadores militares fornecidos pelas forças armadas e com 67 monitores policiais, cedidos por 14 Estados e pelo Distrito Federal.

O Brasil estará também representado, no Tribunal Eleitoral de Moçambique, estabelecido para acompanhar o processo eleitoral a realizar-se em outubro próximo, pelo Professor Walter Ramos da Costa Porto, o qual comporá, como juiz altermo, o quadro de cinco

juizes apontados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas como membros internacionais do referido tribunal.

Esta participação revela o compromisso brasileiro com as operações de manutenção de paz das Nações Unidas e com o esforço de promoção da paz e da reconciliação nacional em Moçambique, processo que tem evoluído de forma positiva e que deverá culminar com as eleições gerais.

Brasília, 3 de junho de 1993. ■



Ásia revisitada

(O Globo, 1º de maio de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

No início de abril passado, realizei viagem à Ásia onde participei, em Nova Delhi, da Reunião de Cúpula do Grupo dos Quinze e, após contatos em Bagcoc com o chanceler tailandês, fui à China para uma visita oficial de três dias. Em Pequim, também presidi reunião com os chefes das 12 missões diplomáticas brasileiras naquele continente, a primeira do gênero realizada pela diplomacia brasileira na região.

A viagem permitiu um contato direto e novo com a realidade asiática. Como adverte um conhecido provérbio chinês, uma imagem vale mil palavras. Já em Nova Delhi, na reunião do Grupo dos Quinze, pude sentir o otimismo e a confiança que animam nossos parceiros naquele continente. A Índia é uma boa mostra da emergência da classe média numa região que, há poucas décadas, era sinônimo de pobreza endêmica. Hoje, há por ela um crescente interesse econômico, motivado, em grande parte, pela abertura comercial do país e pela consequente incorporação de centenas de milhões de consumidores a um mercado progressivamente internacionalizado, como, aliás, demonstram, aqui no Brasil, as frequentes visitas de delegações comerciais

indianas. As potencialidades de cooperação com a Índia são amplas e se forjam não apenas nas complementariedades econômicas, mas também através de parcerias triangulares, das quais pode ser um bom exemplo a nossa nova relação com a África do Sul, país que, além de sua posição estratégica entre o Atlântico e o Índico, abriga expressiva comunidade hindu-asiática, de conhecida vocação mercantil.

Por outro lado, Bangcoc – com seu *skyline* pós-moderno – mostra imediatamente ao recém-chegado que a Tailândia é um forte candidato ao clube dos novos países industrializados. A recém-criada linha aérea entre Rio e Bangcoc estabeleceu uma nova ponte de contato com o Pacífico, estreitando os vínculos políticos do Brasil com a Ásia e facilitando o acesso dos interesses empresariais mútuos. Pequim, por sua vez, impressiona pelo dinamismo de sua gente e pelo crescente número de obras civis que se espalham pelos mais variados pontos da cidade, refletindo assim a pujança de um país que cresce a saudáveis 13% anuais, sem mencionar os 25% das chamadas Zonas Especiais.

De forma quase visual, pode-se perceber a propriedade da expressão «Século do

Pacífico», que procura traduzir a poderosa dinâmica econômica que se vem consolidando sobretudo no Leste Asiático. O ritmo é vertiginoso e os números que o ilustram são conhecidos. Já no final dos anos 70, o comércio transpacífico superava o intercâmbio através do Atlântico. No ano 2000, pelo menos 400 milhões de asiáticos terão renda igual ou superior à média atual nos países ricos. Nos próximos cinco anos, calcula-se que serão investidos US\$ 600 bilhões em projetos de infra-estrutura na região. São apenas algumas das cifras que falam por si só.

A Ásia do Pacífico – e também a Ásia Meridional – revela-se assim um inesgotável nicho de oportunidades. Mas sua importância não se reduz a essa dimensão. Com efeito, o Extremo Oriente reflete – e em alguma medida concentra – toda a complexidade da equação internacional contemporânea. Não é uma tendência nova, mas sua visibilidade é cada vez maior. Trata-se de um dos principais eixos do poder internacional, onde se cruzam – só para mencionar os grandes atores – os interesses dos EUA, do Japão e da China, sem excluir a projeção asiática da Rússia. É, ademais, nesse cenário que se desabrocha a cognominada «Terceira Revolução Industrial», que tem no Japão o grande propulsor regional, espalhando já há alguns anos sua prosperidade aos países vizinhos. É um fenômeno econômico, mas que recebeu a denominação poética de «revoada dos gansos», sem paralelo em outras áreas do planeta.

A Ásia é, assim, palco de uma experiência de modernização, que nos cabe

observar atentamente, não só pelas oportunidades que se nos apresentam, mas também pelos importantes ensinamentos que traz. É particularmente fascinante verificar que, a despeito das enormes diferenças entre os países da área, tende ela a ganhar hoje uma crescente identidade. São sintomáticos e significativos dessa nova realidade os vários movimentos de concertação regional de que é exemplo a Associação dos Países do Sudeste Asiático (Asean), que poderá ser um parceiro natural do diálogo político e econômico com os agrupamentos regionais da América Latina, como o Grupo do Rio e o Mercosul.

A próxima visita do presidente Itamar Franco à China evidencia a importância que atribuímos à região. Com a China, em especial, estamos desenvolvendo uma «parceria estratégica», que além de abranger intenso diálogo político, com reflexo nos foros internacionais, inclusive no Conselho de Segurança da ONU, terá, sem dúvida, papel de relevo na conformação da ordem internacional, dada a expressão dos dois países no concerto das nações. O sentido da «parceria estratégica» também se estende aos domínios econômico-comercial e científico e tecnológico. Neste último, é sempre ilustrativo recordar que o projeto sino-brasileiro de construção de dois satélites para monitoramento de recursos naturais é o maior e mais significativo caso de cooperação no campo da tecnologia avançada entre países em desenvolvimento.

Essas são algumas das razões que estimulam a intensa avaliação que estamos

fazendo para concretizar o projeto de aproximação política e econômica com esta área do globo. A reunião de embaixadores em Pequim foi produtiva nesse sentido. Com base no diagnóstico a que se chegou, está sendo elaborado um plano de ação que terá seqüência com a realização de seminários envolvendo homens de negócios, acadêmicos e formadores de opinião. Por outro lado, vamos construindo nosso caminho para a Ásia com iniciativas à altura do novo desafio. Há poucos dias importante missão comercial brasileira visitou a Malásia, Cingapura e o Vietnã. Seus resultados vieram corroborar o acerto da decisão do presidente Itamar Franco de reforçar os nossos vínculos diplomáticos com a área, inclusive com a abertura de uma embaixada residente em Hanói. Se-

mana passada criei grupo de trabalho, que preparara a comemoração dos cem anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão e do qual deverão também surgir novas propostas para a intensificação da cooperação bilateral.

As iniciativas que o Brasil está tomando no sentido de uma maior aproximação com o continente asiático são uma consequência lógica dos princípios universalistas de nossa política externa. Correspondem, por outro lado, ao reconhecimento da crescente pujança política e econômica de uma área à qual o Brasil deve associar-se, não apenas por simples conveniência, mas sobretudo porque encontra nesse relacionamento projeção natural da sua própria expressão na cena internacional.

Política externa, o legado do governo Itamar

(Jornal do Brasil, 10 de janeiro de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O governo Itamar Franco deu, entre tantas outras, importante contribuição à política externa brasileira. Em linhas gerais, os avanços diplomáticos nestes últimos vinte e poucos meses podem ser vistos sob três óticas: a das iniciativas diplomáticas inovadoras; a do resgate de antigas hipotecas que pesavam sobre o nosso relacionamento externo em questões como as de não-proliferação e a da propriedade intelectual; e a das atitudes em face de temas delicados da agenda internacional, como os de Cuba, do Haiti e de Angola. Além disso, teve a nossa diplomacia que adaptar-se às mudanças que ocorreram no país – felizmente para melhor – e algumas vezes até antecipar-se a elas, apostando de forma decidida nos seus resultados, antes mesmo que eles se materializassem. Jamais fomos inibidos, nas iniciativas que propusemos ou nas atitudes que tomamos, por dúvidas ou hesitações quanto ao nosso futuro.

Por isso pôde o presidente Itamar Franco encaminhar soluções para antigos problemas e lançar iniciativas que deram novo perfil – mais dinâmico e afirmativo – a nossas relações internacionais. Entre essas iniciativas, ressaltaria a da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, idealizada e conduzida pelo embaixador José Aparecido de Oliveira, e a proposta da Área de Livre Comércio Sul-

Americana, já a caminho de concretizar-se. A primeira teve, entre outros, o grande mérito de levar a uma redescoberta de nossa inescapável dimensão africana, ancorando-a em elementos de afinidade cultural e étnica. A segunda, esboçada pelo presidente Itamar Franco em reunião do Grupo do Rio em Santiago, em outubro de 1993, permitiu ampliar os horizontes de nossa vocação integradora, já tão presente no Mercosul, e trabalhar assim pela afirmação da América do Sul como conceito não só geográfico, mas também político e econômico.

A determinação de levar adiante o projeto, já agora realidade, do Mercosul terá, certamente, contribuído para a percepção de nossos vizinhos e sócios de que a integração, aberta e não excludente, dos países da América do Sul é a melhor forma de garantir uma participação dinâmica em processos mais amplos e de mais longa maturação. Sob este aspecto, também é justo ressaltar que, ao lado dos projetos que envolvem todo o Hemisfério – e para os quais demos aporte decisivo, inclusive como coordenadores do Grupo do Rio não descuramos do interesse de manter o equilíbrio de nossas relações econômicas com vários blocos ou regiões. O memorando de entendimento entre o Mercosul e a União

Européia com vistas a uma associação interregional não teria existido sem a nossa iniciativa e liderança, a partir do encontro de São Paulo, no primeiro semestre de 1994. Mais uma vez, nossa diplomacia soube perceber as exigências do momento e manter-se fiel a sua melhor tradição. Já o Barão do Rio Branco, ao mesmo tempo que se empenhava no êxito da Conferência Pan-americana, fazia questão de assinalar que a concertação hemisférica não diminuía o interesse e a prioridade de nossas relações com as potências européias.

Muitos outros eventos e iniciativas poderiam ser citados para demonstrar a clareza e o empenho com que o governo Itamar Franco perseguiu o objetivo de uma inserção global, não unidirecional, na economia e no tabuleiro político internacionais. Revisitamos e revitalizamos caminhos já conhecidos, mas também esquadrimos trilhas até agora não percorridas, na África, na Ásia e na já hoje não tão distante Oceania. Limite-me a assinalar – e aí estamos no capítulo das «hipotecas» – o enorme esforço feito para desobstruir a nossa agenda de contenciosos e mal-entendidos que entorpeciam as relações com nossos parceiros desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos. Creio que raras vezes no passado foi realizado – talvez até por menos necessário – um trabalho tão consistente junto ao Congresso Nacional e a setores variados do governo e da opinião pública em temas centrais como não-proliferação, propriedade intelectual e os inúmeros aspectos envolvidos na Rodada Uruguai do GATT. O diálogo

sobre estas questões, sobretudo com o Congresso, esteve por vezes marcado por embates acirrados, mas que por sê-lo ilustraram a vitalidade de nossas instituições democráticas, inclusive no que toca à política externa.

O governo que vem de findar deixou também sua marca em relação a duas questões que estiveram presentes no debate em foros internacionais. Em relação a Cuba e ao Haiti, por exemplo, reafirmamos nossa vocação para soluções que passem pelo diálogo, que favoreçam a via pacífica e que repudiem ações unilaterais de caráter intervencionista, abertas ou veladas. Em ambos os casos, a par da fidelidade aos princípios de nossa Constituição e das Cartas da ONU e da OEA, nossas atitudes refletiram os anseios majoritários da opinião pública brasileira que as respaldou plenamente. No caso de Cuba, abrimos o caminho para um diálogo construtivo entre esse país e a comunidade interamericana e internacional, em áreas tão importantes como a da não-proliferação e a dos direitos humanos. A política de mão estendida, anunciada pelo presidente Itamar Franco em Cartagena das Índias, foi amplamente correspondida e começa a dar frutos.

Nossa atuação nas Nações Unidas e, em particular, no Conselho de Segurança foi sempre balizada pela independência de critérios e pela busca infatigável do consenso. Deixamos lançadas as bases para que o Brasil possa vir a integrar, de forma permanente, o órgão onde se tomam e se tomarão cada vez mais decisões que afetam não só a paz e a segurança internacio-

nais, mas outros aspectos das relações entre os Estados e mesmo dentro dos Estados. Exercemos papel ativo no encaminhamento e solução de crises, como as de Angola e Moçambique, para falar apenas de algumas que nos afetam mais de perto. Coube também ao Brasil, na gestão do então ministro Fernando Henrique Cardoso, a que procurei dar continuidade, relançar, no seio da ONU, a temática do desenvolvimento, erodida pelas confrontações estéreis dos anos 70 e 80.

No Brasil de hoje, o desânimo cedeu lugar à esperança, o ceticismo foi substituído por uma confiança no futuro, que é hoje sem paralelo no nosso continente. Tudo isso baseado não em expectativas forjadas por discursos ilusionistas ou atos de prestidigitação, mas em avanços con-

cretos no campo da economia, da política, da ética, realizados com simplicidade, com autenticidade, mas com firmeza e em perfeita sintonia com os sentimentos e o interesse do povo brasileiro. Essas circunstâncias favoráveis, alvissareiras mesmo, permitem que os grandes desafios a serem enfrentados pelo novo governo no plano internacional sejam encarados em outro patamar.

Estão dadas as condições para que, mediante as inovações e correções de curso que se façam necessárias, o governo Fernando Henrique Cardoso possa, também no plano externo, ser fértil em realizações, em benefício do Brasil, do seu povo e de uma ordem internacional mais justa e democrática.

***O Brasil, o Mercosul
e o comércio internacional***
(*Jornal do Brasil*, 16 de janeiro de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Encontramo-nos às vésperas de mais um encontro presidencial de cúpula do Mercosul em um momento crucial para a consolidação do Mercado Comum. A oportunidade parece propícia a uma reflexão sobre os mais recentes eventos que, de uma forma ou de outra, incidem sobre o comércio internacional e a inserção do Brasil na economia mundial. Do ponto de vista do comércio exterior brasileiro, três fatos adquirem especial importância, embora com graus variados:

- 1) a aprovação do Nafta pelo Congresso norte-americano e a entrada em vigor do Acordo, em 1º de janeiro;
- 2) a conclusão da Rodada Uruguai, após sete anos de negociação;
- 3) as negociações para a conformação do Mercosul, especialmente as referentes à fixação da Tarifa Externa Comum.

A eles se junta o lançamento, pelo presidente Itamar Franco, durante a última reunião presidencial do Grupo do Rio, da proposta de uma Área de Livre Comércio Sul-Americano (ALCSA), que, tendo por núcleo o Mercosul visa a congregar também, num prazo de 10 anos, os países da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino, além do Chile.

As décadas de 70 e 80 assistiram à consolidação dos processos de regionalização e globalização das relações econômicas internacionais, desencadeadas pela crescente necessidade de reestruturação da economia mundial, a fim de aumentar escalas de produção, ampliar mercados e pela preeminência que passaram a adquirir os processos de inovação tecnológica. Essas tendências coincidiram, no Brasil, com o esgotamento do modelo de substituição de importações e com o agravamento da crise financeira do Estado.

As respostas a essas transformações, adotadas de forma algo abrupta pelo governo anterior, foram a liberalização unilateral do regime de comércio exterior e a diminuição da presença do Estado na economia. No plano multilateral, o Brasil passou a empenhar-se de forma mais engajada nas negociações comerciais da Rodada Uruguai. No nível regional, a ênfase recaiu no aprofundamento da integração econômica com a Argentina, posteriormente ampliada de modo a incorporar igualmente o Paraguai e o Uruguai, com a formação do Mercosul.

A entrada em vigor do Nafta evidencia, por parte dos EUA, uma disposição favorável à liberalização, ainda que com limitações, do comércio internacional. Embora a discussão envolvendo «criação de co-

mércio» *versus* «desvio de comércio» seja complexa e pouco suscetível a avaliações categóricas, o Nafta deverá ter impacto positivo sobre o comércio internacional como um todo, similar ao que resultou da criação do Mercado Comum Europeu. Sua repercussão específica para a América Latina ainda é objeto de apreciações divididas, mas não deixa de representar motivo de alento o fato de que o ímpeto dos setores mais protecionistas dos EUA tenha sido contido.

O cumprimento dos resultados alcançados na Rodada Uruguai, os quais permitiram ao Brasil conseguir uma redução tarifária média de 38% por parte dos países desenvolvidos, contribuirá, sem dúvida, para minorar os efeitos de eventuais desvios de comércio resultantes das preferências tarifárias concedidas ao México pelo Nafta. Mas não é só por isso que a implementação dos acordos da Rodada Uruguai se reveste de particular relevância para o Brasil. O reforço do sistema multilateral de comércio é essencial para dar previsibilidade às relações econômicas internacionais e reduzir a margem para surtos protecionistas e medidas unilaterais por parte dos grandes parceiros comerciais.

Pelo perfil da estrutura comercial brasileira, que se distribui quase homogeneamente pelas várias regiões do planeta, o fortalecimento do sistema multilateral é de fundamental importância para a sustentabilidade das reformas econômicas internas e para a consecução do objetivo de lograr uma inserção mais competitiva do país na economia mundial. Nesse contexto, o interesse do Brasil em um sistema multilateral de comércio fortalecido é complemen-

tar aos esforços no sentido da consolidação do Mercosul e à proposta de estabelecimento de uma área de livre comércio na América do Sul.

O processo de liberalização no âmbito do Mercosul segue avançando como previsto, com forte impacto positivo no intercâmbio comercial, que mais que dobrou entre os quatro países desde a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991. Hoje, cerca de 13% do comércio exterior brasileiro se dão com os nossos três sócios (Argentina, Uruguai e Paraguai). As exportações brasileiras para os países do Mercosul quase triplicaram de 1990 para 1993. Crescem também as associações entre empresas e amiúdam-se os contatos em todos os níveis da sociedade, gerando as condições de uma verdadeira integração. Como é natural, esse crescimento exponencial dos fluxos de comércio não poderia deixar de ocasionar divergências típicas que, em alguns casos, como nos da proliferação de medidas de salvaguarda e *antidumping*, podem causar sérios prejuízos ao intercâmbio. Não se trata, claro está, de diferenças insuperáveis, que não possam ser contornadas pelo diálogo franco e leal entre os quatro parceiros.

As dificuldades encontradas na definição da Tarifa Externa Comum em relação a determinados produtos, como bens de capital digitalizados, deixam entrever a necessidade de que nos engajemos num intenso processo negociador nos próximos meses. Não deve escapar à percepção de nossos parceiros que, embora as vantagens a serem auferidas com o mercado comum beneficiem todos, a consolidação desse

mercado comum pressupõe a preservação de margens absolutas de preferência para certas categorias de produtos, para os quais é importante dispor do mercado integrado, mas que ainda não podem competir em total igualdade com os oriundos de países altamente desenvolvidos. Entre o propósito de fomentar a inserção competitiva na economia mundial e a renúncia a qualquer política industrial, com sacrifício de setores inteiros, especialmente os de elevado conteúdo tecnológico, há uma distância que não se pode ignorar.

A proposta do Mercosul é essencialmente aberta, não-excludente. Por conseguinte, devemos estar preparados para, no momento oportuno, ter melhores condições de barganha para negociar com outros grupos regionais, no hemisfério ou fora dele, esquemas ampliados de liberalização comercial. Para tanto, é essencial reforçar a base regional de nossa inserção no mundo, consolidando o Mercosul e fazendo avançar decididamente o projeto de criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana.

Una nueva relación entre EU y Brasil

(El Nuevo Herald, 26 de janeiro de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Cuando los historiadores y los analistas políticos pongan en perspectiva las relaciones entre Estados Unidos y Brasil, se enfrentarán a una paradoja. A principios de los años 70 Brasil vivió bajo un régimen autoritario, no se respetaban los derechos humanos, el proteccionismo era la base de la economía política y se evitaba la afiliación a los tratados de no proliferación nuclear.

Pero en aquellos días las relaciones entre Brasil y Estados Unidos se consideraban tan buenas que algunos criticaban nuestra postura internacional como «sub-imperialista». Un presidente norteamericano dijo incluso que para donde quiera que se inclinara Brasil, los demás países latinoamericanos se inclinarían. Ese pronunciamiento creó situaciones embarazosas y malentendidos para nuestra diplomacia. Pero demostró de manera elocuente la percepción que existía en Estados Unidos del papel de Brasil en el hemisferio y de nuestra estrecha relación.

Veinte años después Brasil es una democracia completa; tiene libertad de prensa y su sociedad civil es activa y vigorosa. Las violaciones a los derechos humanos están severamente limitadas y se manejan de modo completamente abierto. La liberalización económica y la privatización han reemplazado a las antiguas normas proteccionistas. El firme compromiso con

el desarme y la no proliferación se ha convertido en un pilar de la política exterior de Brasil.

A pesar de todos esos cambios, que incorporan valores importantes para los norteamericanos, existe una marcada percepción de que las relaciones entre Brasil y Estados Unidos han empeorado. Existe la idea de que nos ven más como un problema que como un socio digno de confianza. Eso se pueda percibir al negociar disputas comerciales y al aclarar asuntos de derechos humanos y cuestiones ambientales.

Medidas correctivas

Pero no se subrayan las medidas correctivas de Brasil. Nosotros captamos un claro mensaje de que todos nuestros esfuerzos por efectuar reformas económicas son insuficientes. Vemos que Estados Unidos le presta atención a lo que aún está por hacer, más bien que a lo que hemos logrado ya. Un ejemplo claro es el asunto de la propiedad intelectual.

Nosotros abrimos nuestra economía; pero Washington reciprocó con muy poco o nada en cuanto a otorgar mejor acceso a los mercados estadounidenses para nuestras principales exportaciones, uno de los compromisos contraídos por el presidente Bush en la Iniciativa para las Américas. A pesar de que fortalecimos nuestra demo-

cracia y castigamos a los violadores de derechos humanos seguimos siendo objeto de críticas simplistas por parte de la prensa y la opinión pública norteamericana. Nuestro firme compromiso con la no proliferación y el desarme no facilitó nuestro acceso a una tecnología más avanzada.

El hecho más importante de la reciente historia del Brasil es sin duda la lucha por consolidar la democracia. La sólida dimensión ética de nuestro presidente recalca este proceso. Los eventos que condujeron a que el Congreso sometiera a juicio político a su antecesor y a las investigaciones de corrupción que ahora se llevan a cabo en el Congreso, son las raíces de una verdadera revolución de gran importancia para la historia de Brasil.

Movilizados por la opinión pública, nos encaminamos a una sociedad aún más democrática, una mayor conciencia social y valores morales más fuertes. Los pilares de la impunidad, incluso aquéllos que benefician a los poderosos, se desmoronan.

Camino arduo y complejo

Repudiamos la tentación autoritaria que siempre impone pesadas cargas a los más vulnerables. El camino que elegimos, arduo y complejo, está cimentado sobre un consenso democrático y duradero. Pero nuestros críticos no parecen comprender eso.

Mientras el gobierno de Clinton concentra su atención en Latinoamérica, es importante tener en mente que la cooperación y la seguridad hemisféricas también dependen de la preservación y mejora de las relaciones entre Brasil y Estados Unidos, basadas en la confianza mu-

tua. Brasil tiene una reconocida importancia estratégica y es un centro de radiantes valores e ideales. Nuestro impacto internacional es fuerte.

Concebimos la democracia como la única forma de gobierno que permite relaciones dinámicas y creativas a nivel nacional y la única forma segura de coexistencia entre los pueblos. Consideramos que los derechos humanos son universales y que no están sujetos a particularidades culturales o de otro tipo.

Al igual que Estados Unidos, Brasil cree firmemente en el libre comercio. Como comerciante mundial, Brasil contribuyó bastante a la recién concluida Ronda Uruguay. Nuestras iniciativas regionales en Latinoamérica y nuestra posible relación futura con el Tratado de Libre Comercio de Norteamérica (TLC), fortalecen el sistema de comercio internacional en lugar de sustituirlo.

Principios y objetivos

Dentro del contexto más amplio del orden internacional posterior a la Guerra Fria, Brasil y Estados Unidos comparten principios y objetivos básicos que contienen prometedoras oportunidades de cooperación. Nuestra participación en el Consejo de Seguridad de Naciones Unidas es un buen ejemplo.

El mundo confronta cambios radicales; ojalá que éstos sean una promesa de tiempos mejores. Pero esos cambios requieren una reflexión madura y un intercambio de perspectivas diferentes y no conflictivas. No tenemos que temerle al diálogo, que siempre es sinónimo de inter-

cambio y aprendizaje mutuo, no de aceptación ciega.

Las relaciones entre Brasil y Estados Unidos tienen un fuerte estrato económico subyacente y una larga historia. Estas relaciones se caracterizan por una gran convergencia y por episodios de discrepancia. Esa dicotomía ha demostrado que nuestras diferencias no son mayores que nuestras afinidades. Tenemos que afinar nuestras percepciones y procurar una mayor comprensión mutua.

Mis recientes conversaciones en Washington con el secretario de Estado Warren Christopher y el asesor de Seguridad Nacional Anthony Lake, así como mis contactos con grupos de especialistas, me hacen creer que Brasil y Estados Unidos están listos para sostener una relación madura que una más a las dos democracias principales del hemisferio. Eso permitirá la transformación de nuestros valores comunes en actos concretos, para beneficio de ambos países y del hemisferio.

Relações Brasil-China

(*Correio Braziliense*, 31 de março de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Em agosto deste ano, Brasil e China comemoram 20 anos de relações diplomáticas.

Ao longo desse período, amadureceu a percepção de que os interesses e prioridades dos dois países convergem significativamente. Sobretudo nos últimos anos, o relacionamento bilateral adensou-se de maneira notável, graças ao diálogo político intenso e à cooperação em setores prioritários para ambos os povos. Esse processo de crescente aproximação levou o vice-primeiro-ministro Zhu Rongji – autoridade responsável pela reforma econômica chinesa – a cunhar o conceito de «parceria estratégica», definindo assim o perfil da relação entre o Brasil e a China.

Além do parceiro econômico e comercial, a China – membro permanente do Conselho de Segurança – é interlocutor político de fundamental importância para o Brasil. Coincidimos amplamente em preocupações e diagnósticos sobre a realidade mundial. Diante das pressões que se multiplicam nessa fase de transição internacional, o Brasil e a China, pelas suas dimensões, diversidade e universalidade de seus interesses externos, são atores indispensáveis na preservação da paz e da segurança no mundo pós-Guerra Fria. Encontramo-nos entre os poucos países ainda não altamente industrializados que têm capacidade de defender interesses próprios e

de articular a definição de posições comuns dos países em desenvolvimento em relação a temas de especial relevância, como meio ambiente, população e cooperação científica e tecnologia.

A importância do relacionamento político nos dois parceiros se reforça com a complementariedade entre nossas economias de transição da China para a economia de mercado e o êxito de programa de desenvolvimento abrem oportunidades comerciais para o Brasil em áreas em que apresentamos competitividade. Há amplo espaço para cooperação em matéria de obras de infra-estrutura.

A China necessita de matérias-primas, especialmente minério de ferro para a indústria siderúrgica. A RPC tem demonstrado interesse na constituição de *joint ventures* para a exploração de jazidas de minério de ferro no Brasil e está estudando a construção de porto de águas profundas com capacidade para receber navios de grande calado, de forma a viabilizar a importância de minério de ferro de Carajás. No setor hidrelétrico, o intercâmbio previsto no Ajuste Complementar de março de 1993 contribuirá para sedimentar a presença de empresas brasileiras na RPC. Vislumbram-se, ainda, possibilidades para o ingresso de empresas brasileiras no setor de telecomunicações no mercado chinês.

A parceria é também promissora no tocante à cooperação científica e tecnológica. O projeto mais expressivo, nesse particular, é o programa de pesquisa e produção conjunta de dois satélites de observação de recursos terrestres (Chinese-Brazilian Earth Resources Satellites – CBERS), cujo protocolo foi assinado em 1988. Adormecido durante certo tempo, em decorrência da falta de recursos da parte brasileira, o projeto foi felizmente revigorado pela firme intervenção do presidente Itamar Franco. Superadas as questões pendentes, pudemos organizar em 1993 as visitas do ministro Liu Jivuan ao Brasil e do ministro Israel Vargas à China, quando foram assinados os protocolos que relançaram o programa CBERS.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a China ainda não está acompanhando o ritmo com que evolui o relacionamento político entre os dois países. Nos dois últimos anos, todavia, o comércio bilateral vem exibindo sinais expressivos de crescimento. Em 1993, as trocas comerciais entre o Brasil e a China ultrapassaram US\$ 1 bilhão. O campo é fértil, e um renovado esforço empresarial brasileiro será, sem dúvida, oportuno.

O governo Itamar Franco está atento às perspectivas positivas do relacionamento com a China e decidido a impulsioná-las. Esse é o objetivo da visita que ora empreendo àquele país. Minha ida à RPC, em cujo transcurso serão assinados três Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, nas áreas de medicina tradicional chinesa e fitofármacos, biotecnologia aplicada à agricultura e novos materiais, visa, igualmente, a preparar a visita oficial que o presidente Itamar Franco fará proximamente à China, em retribuição à visita com que nos honrou o presidente Jiang Zemin, em novembro de 1993.

Não é ocioso recordar que essa foi a primeira visita de caráter bilateral que o presidente da China realizou após ter assumido tal função, o que bem reflete a prioridade que aquele grande país atribui à sua parceria estratégica com o Brasil. Estou seguro de que os encontros de alto nível que estamos mantendo e que culminarão na reunião de cúpula em maio aprofundarão ainda mais essa relação entre duas nações que terão grande papel na construção de uma ordem internacional mais justa, no limiar do século XXI.

O Brasil e a África

(Jornal do Brasil, 2 de fevereiro de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O mundo pós-Guerra Fria não deu lugar, como chegou a ser proclamado, a uma nova ordem internacional. A unipolaridade estratégico-militar não guardou simetria com a crescente descentralização do poder econômico. Conflitos de fundo étnico ou religioso, que se estendem dos Bálcãs à Ásia Central, passando pela orla meridional da ex-União Soviética, bem como situações de radical ingovernabilidade em várias partes do mundo (Somália, Haiti, Camboja) seguem desafiando as tentativas – inclusive as mais bem intencionadas – de fazer da ONU o garante da paz interna e internacional.

Se as ideologias perderam fôlego, o fundamentalismo religioso e uma espécie de tribalismo moderno parecem alastrar-se, empurrando para um horizonte longínquo a idéia de uma nova ordem mundial pacífica e aceita por todos. Nacionalismos de todos os tipos ressurgem, por vezes com roupagens assustadoras, pondo em dúvida até mesmo a certeza, que se havia firmado, quanto à eliminação do risco nuclear.

A segurança coletiva, conceito que se firmou com o fim da II Guerra e que várias vezes se viu ameaçado pelas crises do mundo bipolar (Coréia, Berlim, Cuba, Budapeste, Praga, Vietnã), continua a repousar sobre bases frágeis. A persistência da miséria, do subdesenvolvimento, das violações dos direitos humanos sublinha que,

também sob o ângulo econômico-social, os arautos do fim da história cometeram sério erro de avaliação, mesmo que se lhes dê o benefício da honestidade intelectual.

Seguimos vivendo num mundo inseguro, marcado pela injustiça, sujeito a distúrbios sociais e políticos imprevisíveis, que põem em cheque o receituário neoliberal e as simplificações de uma visão puramente formal de democracia e dos direitos humanos.

A construção de uma nova ordem se revela tarefa bem mais complexa e árdua do que pareceu a alguns estadistas tomados de triunfalismo e a analistas que pouco aprenderam com a História. Essa tarefa exigirá um esforço verdadeiramente coletivo, para o qual será necessária a contribuição de todos, ainda que o grau e a intensidade de participação de cada país varie segundo o seu peso específico.

O Brasil, que tem dado mostras de capacidade de renovação interna e de mobilização externa, tem certamente um papel a desempenhar nesse processo. A sociedade brasileira tem revelado uma extraordinária aptidão para resolver pacificamente problemas graves, que, em muitos outros casos, teriam levado (como levariam) ao recurso à violência ou à ruptura institucional. Sofremos ainda de dois grandes males, que são uma inflação escandalosa e uma distribuição de renda per-

versa. Por isso mesmo, a estabilização monetária e fiscal e a retomada do desenvolvimento, com acentuada ênfase em programas sociais, têm sido as metas principais do governo Itamar Franco.

Em outros campos, como a afirmação da democracia, a luta pelo respeito aos direitos humanos, com o fim da impunidade, e a afirmação da ética na política, o Brasil deu passos gigantescos em poucos anos. Tais avanços, em que pese a persistência dos graves problemas que conhecemos, são fatores que devem refletir-se numa crescente auto-estima, elemento indispensável para a nossa projeção no plano internacional. Nesta esfera, temos muito de que nos orgulhar.

O convívio pacífico com nossos vizinhos por mais de 100 anos é um dado quase inédito para um país com tantas e tão extensas fronteiras. Temos contribuído para o encaminhamento de grandes questões internacionais, na área do comércio, dos direitos humanos e da solução pacífica de conflitos. No plano regional, estamos tecendo, com o Mercosul e com os países abarcados pela Iniciativa Amazônica uma teia de relações estreitas, que tornarão o nosso continente mais próspero e pacífico.

O projeto de uma «Área de Livre Comércio», que congregue todos esses países mais o Chile num vasto espaço econômico comum, consolidará os esforços de integração, habilitando a América do Sul a dialogar de forma mais organizada com os outros blocos que se formam na América do Norte, na Europa e na Ásia.

É nesse quadro que temos procurado imprimir um enfoque tão moderno quanto realista às nossas relações com o continente africano. Durante muito tempo, essas relações responderam apenas a exigências da História e a um impulso generoso, mas nem sempre bem focalizado, em relação a nações que conosco possuem fortes afinidades étnicas e culturais. Assim, sempre nos solidarizamos na luta pelo anticolonialismo e pelo fim da segregação racial. Hoje, reafirmando esses valores, estamos evoluindo para a identificação de novas vias de cooperação.

A idéia da institucionalização de uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ao mesmo tempo que representa uma valorização dos nossos laços com Portugal, hoje integrado à poderosa União Européia, significa desdobramento natural da prioridade que sempre atribuímos ao continente africano. Seus fundamentos se assentam na tendência geral pela formação de agrupamentos que partilhem de ideais comuns, apoiados, neste caso, em vetores de incontestável força: a língua, a história e a etnicidade.

Dessa iniciativa, que já conta com o apoio entusiasmado de Portugal e dos demais países lusófonos, surgirá, a exemplo do que vem ocorrendo no âmbito dos países anglófonos ou da francofonia, um novo espaço de concertação política. Propiciará ela, por outro lado, oportunidade singular para que, mediante mecanismos bem estruturados de cooperação, possamos dividir experiências e trazer contribuições novas ao desenvolvimento econômico e social, além de nos assegurar ampla e efetiva participação no processo de paci-

ficação daquela região, especialmente de Angola e Moçambique.

A reunião que se realizará em Brasília, agora em fevereiro, com os chanceleres dos demais países de língua portuguesa, será mais um passo na cadeia de eventos que se sucedem na edificação da Comunidade. A partir dela e do elo geográfico que

nos une, o Atlântico Sul, pretende a diplomacia brasileira também conferir atenção especial aos demais países que conformam a chamada África Meridional, onde se encontram o maior cabedal de recursos naturais do continente, uma bem dotada infraestrutura de serviços e uma significativa concentração de interesses econômicos, comerciais e financeiros.

Diplomacia e desenvolvimento
(*Jornal do Brasil*, 9 de abril de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Ao abrir a 48ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas em setembro último, afirmei que a agenda internacional se encontra estruturada em torno de três temas cruciais, que, parafraseando o ex-chanceler Araújo Castro, poderiam ser definidos com os três «Dês»: a democracia, o desenvolvimento e o desarmamento. Dejo referir-me hoje especificamente ao desenvolvimento e ao papel que na sua promoção cabe à diplomacia.

Durante o quase meio século transcorrido desde a criação das Nações Unidas, os debates sobre o desenvolvimento estiveram marcados pela polarização da Guerra Fria. O acerbo antagonismo entre capitalismo e socialismo levou à virtual paralisação das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento. O fim da Guerra Fria trouxe a expectativa de que, livre do confronto ideológico, pudesse a comunidade internacional finalmente dar fiel cumprimento à Carta das Nações Unidas e fortalecer a cooperação com vistas ao progresso material e social da humanidade.

A concretização dessas expectativas, porém, tem encontrado novos obstáculos. O predomínio do neoliberalismo, embora contribua para corrigir distorções em relação ao papel do Estado, tem frequentemente agravado dificuldades no campo social, atingindo sobretudo as camadas mais vulneráveis da sociedade. O desem-

prego e a marginalidade são hoje preocupações centrais tanto nos países do Norte como nos do Sul. Neste quadro, o debate conceitual sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento tem cedido lugar a receituários sobre gestão macroeconômica e sobre as áreas exclusivas das políticas nacionais.

Há pouco menos de dois anos reuniu-se a comunidade internacional no Rio de Janeiro para a adoção, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de diversos instrumentos voltados para a promoção de um novo conceito: o desenvolvimento sustentável. A transformação desse conceito em realidade pressupõe responsabilidades compartilhadas, porém diferenciadas, entre os Estados. Os países do Sul devem adotar políticas de desenvolvimento que sejam ambientalmente sadias, ao mesmo tempo em que os países do Norte devem contribuir com recursos financeiros e transferências de tecnologias para as nações em desenvolvimento.

Os preceitos e diretivas da Agenda 21 – o texto básico emanado na Conferência do Rio – vêm sendo seguidos de forma tímida. É particularmente preocupante que os mecanismos de financiamento nela previstos sejam absolutamente insuficientes diante das gigantescas tarefas comuns por executar nesse campo.

Adicionalmente, o próprio conceito de desenvolvimento vem sofrendo um processo de fragmentação, como se fosse possível tratar do tema em compartimentos estanques. Apenas a reversão dessa tendência poderá fazer com que o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano, a eliminação da pobreza e outros temas que preocupam a comunidade internacional possam ser abordados de forma abrangente e integral.

O secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Galhi, em seu primeiro discurso à assembléia geral, reconheceu ser impossível erigir uma paz duradoura sem a retomada do desenvolvimento econômico. O Brasil, compartilhando esse mesmo diagnóstico, tomou a iniciativa de submeter projeto de resolução à 47ª Sessão da Assembléia Geral pelo qual se solicitava ao secretário-geral que elaborasse um primeiro projeto de «Agenda para o desenvolvimento». A essa proposta brasileira respondeu a comunidade internacional de forma positiva, adotando por consenso a Resolução 47/181.

O elemento básico de um exercício de tamanha abrangência será a busca de um novo consenso sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. Mais do que prolongadas negociações centradas em demandas financeiras ou de outra natureza, pressupõe a Agenda para o Desenvolvimento que uma cooperação interna-

cional efetiva redundará na mútua percepção de benefícios recíprocos.

A cooperação internacional para o desenvolvimento se abre em três direções principais. A primeira, necessariamente, é a interna, implicando a identificação das necessidades e possibilidades nacionais. A segunda, no campo internacional, onde a diplomacia brasileira vem empreendendo um esforço contínuo de diálogo e persuasão, com vistas à consecução de alguns objetivos fundamentais: maior democratização das relações internacionais; fortalecimento do sistema multilateral de comércio, com papel acrescido do GATT e da futura Organização Mundial do Comércio; eliminação de medidas comerciais protecionistas ou unilaterais; reformulação do sistema econômico e social das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods, inclusive critérios mais transparentes para a concessão de empréstimos, sem condicionalidades injustificadas; acesso desimpedido a tecnologias de ponta para fins pacíficos.

Finalmente, no âmbito específico das Nações Unidas, o Brasil continuará a apoiar resolutamente a Agenda para o Desenvolvimento, iniciativa passível de fornecer uma base substantiva para que se possa paulatinamente alcançar, sob um enfoque abrangente, maior grau de consenso em torno do tratamento integrado de todas essas questões diretamente vinculadas à meta de promoção do desenvolvimento.

País precisa ter agenda externa própria

(O Estado de S. Paulo, 10 de abril 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

A política externa brasileira integra-se em um todo coerente, pautado por doutrinas e princípios permanentes, consagrados no próprio texto constitucional. As características centrais de nossa atuação externa pode ser sintetizada pelos seguintes objetivos primordiais: a busca do desenvolvimento do País, a formação dos valores democráticos, a defesa da paz e da segurança internacionais e a luta em favor de uma ordem global econômica e politicamente mais justa.

É uma ilusão, que, felizmente, já se começou a abandonar, supor que se formou uma nova ordem após a Guerra Fria. Estamos passando por um período de transição entre duas estruturas, como tantos outros na História, e cuja duração é impossível prever. Os traços marcantes desse período poderiam ser sintetizados pelo descompasso entre a hegemonia política, hoje concentrada em um único pólo, e a hegemonia econômica, detida não por um único centro de poder, mas por pelo menos três, e pelo ressurgimento de conflitos radicados em particularismos culturais e étnicos que se supunham superados.

As transformações da ordem internacional trazem, como é sabido, riscos e oportunidades. Na nova ordem internacional *in fieri*, devemos procurar encontrar o papel do Brasil. Em face das dicotomias freqüentemente ouvidas entre globalismo

e regionalismo, temos de partir de um pressuposto básico: o Brasil, por suas dimensões, por sua complexidade, pelo seu tecido social, pela composição étnica e cultural de sua população, pela diversificação de seus parceiros comerciais, deve executar uma política externa de cunho universalista, descartando a opção por vertentes exclusivas. Isso evidentemente não impede que haja prioridades ou ênfases, e vou referir-me a algumas.

É evidente que a primeira prioridade que vem à mente é a América do Sul, onde assistimos a um notável adensamento dos contatos com nossos vizinhos. A consolidação da democracia no continente facilitou a emergência de mecanismos informais de consulta política, a exemplo do Grupo do Rio, e estimulou a adoção de medidas direcionadas à superação de antigas suspicácias e rivalidades.

No âmbito regional, estamos decididamente empenhados em levar adiante o ambicioso projeto de integração consubstanciado no Mercosul com as correções que eventualmente se façam necessárias. O projeto de liberalização no âmbito do Mercosul segue avançando como previsto, com forte impacto positivo no intercâmbio comercial entre os quatro países, que virtualmente triplicou desde a assinatura do Tratado de Assunção, e 1991.

A prioridade ao Mercosul se complementa com duas iniciativas lançadas já no governo Itamar Franco: a negociação de um conjunto de acordos de complementação econômica com os países amazônicos e a proposta de conformação de uma área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que congregará os países integrantes do Mercosul do Grupo Andino e da Iniciativa Amazônica, além do Chile, com a formação de uma zona de livre comércio na América do Sul até o ano 2005. Essas iniciativas, que foram recebidas de forma positiva por nossos principais parceiros regionais, configuram alternativas realistas para melhorar a competitividade de nossas indústrias, de forma não contraditória com a meta de liberalização do comércio global e sem excluir a possibilidade de que venha a considerar, no momento oportuno, a convergência dos diferentes processos de integração no Hemisfério.

Para o Brasil, com seu perfil comercial diversificado, adquire especial importância o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, em moldes abertos e flexíveis. A conclusão da Rodada Uruguai do GATT, cuja ata final será assinada em poucas semanas, abriu ao Brasil, em que pese os resultados não inteiramente satisfatórios registrados em algumas áreas, perspectivas auspiciosas, sobretudo na medida em que as decisões alcançadas em matéria normativa, como salvaguardas, solução de controvérsias e medidas anti-dumping, deverão reduzir sensivelmente a margem para surtos protecionistas e medidas unilaterais.

Ainda no plano multilateral, continuaremos a defender vigorosamente a necessidade de reformar a Carta da Organização e de ampliar a composição do Conselho de Segurança – em que voltamos a ocupar assento não-permanente – a fim de garantir-lhe, sem prejuízo de sua eficiência, maior representatividade e legitimidade, diminuindo-se o atual desequilíbrio nele registrado entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O Brasil, que tem sido freqüentemente apontado, por suas dimensões e peso específico nos cenários regional e global, como candidato natural a ocupar eventual assento permanente adicional no conselho, tem participado ativamente das discussões e entendimentos sobre a matéria, tanto no âmbito específico da organização quanto em contatos políticos bilaterais com nossos principais parceiros.

A política externa do governo Itamar Franco obviamente não pode descurar das nossas relações com os países desenvolvidos. Intensificar e diversificar nossas relações com esses países – Estados Unidos, União Européia, Japão – constitui evidentemente um ponto de grande importância. Representam fontes inestimáveis de investimentos e de conhecimentos tecnológicos, assim como mercados expressivos para nossos produtos. A palavra-chave nesse contexto é negociação. Para um país como o nosso, a mera subscrição de «contratos de adesão» está *a priori* excluída. Os avanços obtidos nas nossas relações com os Estados Unidos (propriedade intelectual) e com a Alemanha (área nuclear)

ilustram a determinação com que esta prioridade vem sendo perseguida.

A iniciativa de institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa constitui, além da reafirmação da importância de nossas relações com Portugal, desdobramento natural da prioridade que sempre atribuímos ao continente africano. A partir da comunidade e do elo geográfico que nos une aos países africanos de língua portuguesa – o Atlântico Sul – pretende a diplomacia brasileira conferir atenção especial aos demais Estados que conformam a África Meridional, onde se concentra grande parte dos recursos econômicos, comerciais e financeiros do continente.

Com parte das oportunidades abertas por esse quadro de profundas mudanças,

devemos estar atentos e atuantes no que tange à participação do Brasil na formulação de uma nova ordem internacional. O Brasil tem certamente um papel a desempenhar na construção dessa nova ordem, através da defesa de uma efetiva democratização das relações internacionais, da prevalência do multilateralismo nas esferas política e econômica, do legítimo direito dos países em desenvolvimento de acesso para fins pacíficos às tecnologias de ponta ditas «sensíveis», da reinserção do direito ao desenvolvimento como tema prioritário na agenda internacional. Para isso, é fundamental que não nos limitemos a adotar atitude meramente reativa a uma agenda traçada de fora, mas que estejamos em condições de definir a nossa própria agenda externa.

Agenda incompleta

(*O Estado de S. Paulo*, 12 de abril de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O Artigo com que o chanceler Celso Amorim delineia alguns aspectos estruturais da política externa brasileira, publicado domingo pelo *Estado*, é tão importante pelo que não diz. É uma profissão de fé na atuação multilateral, tão exagerada que pode deixar a impressão, ao leitor menos avisado, de que a política externa e direito internacional são sinônimos exatos, não restando saída a qualquer país, em especial ao Brasil, senão nas soluções encontradas nas organizações internacionais. O embaixador Celso Amorim, que fez a parte mais brilhante de sua carreira, antes de se tornar ministro de Estado, nas discussões multilaterais, sabe, no entanto, que uma política externa consistente não pode prescindir, e nem delas pode se furtar, das rudes contingências da política de poder que exsudam das relações bilaterais. E justamente o que não descreve no artigo são os objetivos e as estratégias que orientam a ação externa em relação a países de relevância tão central para o Brasil como os EUA.

É preciso ressaltar que, desde que o embaixador Celso Amorim está à frente do Itamaraty, o Brasil vem se livrando de parte da carga de seu contencioso com os países industrializados. Lado a lado com o artigo do chanceler, publicamos no domingo matéria de nosso correspondente em Washington, dando conta da mudança de atitude para com o Brasil por parte de

alguns dos mais influentes *policy-makers* americanos. São pessoas que foram retiradas de um universo de reflexão que se retroalimentava de percepções tão negativas quanto equivocadas do Brasil e postas diante do esforço que este país tem feito nos últimos três anos para se modernizar e adequar às novas realidades do comércio internacional. Parte desta mudança de percepção decorre da imposição da realidade. Mas outra parte se deve, sem dúvida, a um esforço sistemático do Itamaraty para demonstrar nas grandes capitais que o dinamismo da sociedade e da economia brasileira impulsiona o País no mesmo sentido trilhado pelas nações industrializadas. Há, é claro, diferenças de cadência e velocidade, mas não de vetor.

Ora, o secretário de Estado adjunto para a América Latina e o subsecretário do Comércio para Assuntos Internacionais, assim como outras pessoas no governo americano e fora dele, não perceberam as mudanças ocorridas no Brasil graças à atuação do País nos foros multilaterais. O que para eles foi essencial na compreensão de que algo de positivo se passa aqui foi a solução ou o equacionamento de questões que faziam o contencioso bilateral e se esparramavam, por conta da interdependência hoje existente em todos os setores, sobre as relações do Brasil com outros países que compartilham algumas das pre-

ocupações de princípio manifestadas pelos EUA. Desta forma, quando o Congresso brasileiro finalmente aprovou o acordo quadripartite de salvaguardas nucleares, as relações com os EUA se beneficiaram de um grande alívio de tensões, mas também as nossas relações com a Alemanha puderam passar, ou voltar, a um patamar superior. Da mesma forma, a impertinente questão da dívida externa não recebeu o bálsamo da bênção do multilateral FMI, mas o acordo com os bancos progrediu graças ao apoio do Tesouro americano.

O Brasil tem fundadas razões para buscar a sombra dos organismos internacionais. País grande, mas sem vontade de projetar poder muito além de suas fronteiras, os responsáveis pela condução da diplomacia preferem a proteção jurídica que os foros multilaterais proporcionam. A fórmula deu resultados durante algum tempo e ainda produz bons frutos, em circunstâncias determinadas. O problema é que os interesses do Brasil vão se tornando excessivamente complexos para que possam ser acomodados exclusivamente na fôrma consensual dos organismos internacionais. Pois, para um país que exige soluções rápidas e originais, tais organismos

podem apresentar respostas excessivamente demoradas que, frutos do consenso, não atenderão plenamente aos interesses nacionais, sendo, aí sim, verdadeiros «contratos de adesão», aos quais é melhor escapar. Fique, portanto, a busca da longínqua justiça nos negócios e na política confinada aos organismos multilaterais, que sempre propiciarão à humanidade alguma base de avanço rumo à utopia. Mas que também se concentrem esforços na solução mais imediata dos problemas que são do cotidiano de todos nós e que só pode ser encontrada no diálogo direto entre duas partes.

Faz bem o Itamaraty ao dar prioridade às novas ações que visam à cooperação e integração econômica e política da América do Sul. O que de novo for feito deve ser, preferencialmente, na organização de nosso espaço contíguo. É importante, no entanto, que a busca de novos caminhos não apague os velhos rastros. O futuro do Brasil dependerá, certamente, da integração sul-americana. Mas não é menos verdade que a plataforma do futuro é o presente, e este se vincula aos EUA e a outros países industrializados.

Avanços na área de livre comércio sul-americana

(Folha de S. Paulo, 14 de abril de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Muito se tem escrito sobre as duas tendências principais nas relações econômicas internacionais da atualidade: regionalismo e globalização. Não obstante a aparente contradição entre elas, as duas coexistem, reforçando-se mutuamente.

A política externa brasileira tem procurado privilegiar ações que se harmonizam com ambas as tendências. Por um lado, atenta à globalização econômica, defende nos foros internacionais o retorno do sistema multilateral de comércio, em respeito à condição de país com interesses globais. Por outro, avança no processo da integração sub-regional, do qual o Mercosul tem sido, até aqui, uma das experiências de maior êxito.

Quero aqui me referir a uma importante iniciativa do presidente Itamar Franco no que se refere à integração regional: a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

Como demonstram as estatísticas, a América Latina tem despontado como a região do globo em que nosso potencial exportador se revela mais promissor: a região responde, hoje, por aproximadamente 25% de nossas vendas externas. Mais de 80% deste total se compõem de produtos manufaturados.

As exportações brasileiras para os países sul-americanos, excluindo-se o Mercosul correspondem a 8% do comércio

exterior brasileiro. Essa cifra, que já é expressiva em si mesma, ganha maior significado quando lembramos que o comércio com os países do Tratado de Assunção representava cerca de 4,5% do nosso comércio total e ascende hoje a 13%.

Sem cair na tentação de raciocínios mecânicos, há um indiscutível potencial a explorar nas nossas relações com os outros países da América do Sul, aos quais a proposta da ALCSA se dirige primordialmente.

Por outro lado, não podemos desconhecer que, por via da liberalização e integração regionais, os países sul-americanos se habilitarão a fazer frente, de forma mais efetiva, à vigorosa e crescente competição de outras economias como as da bacia do Pacífico.

A formação de uma área de livre comércio que abarque todo o subcontinente sul-americano constitui uma tentativa de organização e racionalização econômica de algo que já está acontecendo na prática: o dinamismo crescente do comércio regional.

A liberalização acelerada desse comércio, ao promover a convergência entre processos de integração, como é o caso do Mercosul e do Grupo Andino, e com a participação também do Chile, favorecerá

diretamente o ritmo de expansão dessas trocas. Criará, ainda, condições positivas para uma melhor inserção da região na economia internacional.

A iniciativa prevê programas de desgravação tarifária automática e eliminação de restrições não-tarifárias. Com vistas a acelerar o processo negociador, tais programas estarão limitados, numa primeira fase, ao comércio de bens. O projeto deverá estruturar-se através de uma rede de acordos de livre comércio entre países sul-americanos membros da Aladi, em conformidade com as regras do GATT e do Tratado de Montevideu de 1980 (que criou a Aladi).

Essa abordagem flexível e pragmática visa tornar viável o início da efetiva liberalização a partir de 1º de janeiro de 1995, a qual deverá estar concluída no prazo máximo de dez anos.

Os mencionados acordos para a constituição da área de livre comércio deverão abranger «parcela substancial do comércio» (não inferior a 80% do valor de comércio entre os parceiros engajados e/ou da pauta tarifária). Tal disposição permite a inclusão de produtos mais sensíveis em listas de exceções e assegura a nossos parceiros do Mercosul que esse esquema não afetará as preferências de que gozam no mercado brasileiro e vice-versa.

O realismo dessas posições constitui uma garantia de que a iniciativa não terá o destino de outras propostas de cunho retórico. Acrescente-se que, por ter subjacente uma filosofia liberalizante, a iniciativa do presidente Itamar Franco não é incompatível com (pelo contrário, facilita) outras iniciativas no âmbito hemisférico.

A reação dos parceiros do Mercosul tem sido de apoio. Durante a reunião de Colônia, os presidentes apoiaram a convocação de uma conferência, a realizar-se ainda este ano, para «definir as modalidades e instrumentos necessários para a conformação de dita área». Da mesma forma, por ocasião da reunião de ministros das Relações Exteriores e de Economia, realizada em Buenos Aires, em 10 de março passado, pudemos, o senador Fernando Henrique Cardoso e eu, esclarecer algumas dúvidas remanescentes sobre o sentido e o alcance da proposta.

Assim é que, no comunicado emanado do encontro, «Os chanceleres e ministros da Economia do Mercosul expressaram seu apoio à plena liberalização do comércio entre todos os países sul-americanos como um objetivo em si mesmo e como forma de facilitar a inserção da região na economia hemisférica e mundial».

O aprofundamento do processo de integração econômica, política e social da América do Sul é o caminho mais seguro para inserir nossa região nos fluxos internacionais de comércio, capitais e tecnologia.

Num mundo em transformação, iniciativas pragmáticas, como a da Área de Livre Comércio Sul-Americana – não desconhece a nossa prioridade no Mercosul, mas a complementa – são essenciais para que o Brasil possa exercer um papel indutor do desenvolvimento, da consolidação da democracia e da paz regionais.

A reunião de Marrakech

(Jornal do Brasil, 14 de abril de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Em dezembro último, chegou a seu término a mais ambiciosa iniciativa de regulamentação do comércio internacional empreendida em nosso século, a chamada Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais, lançada em Punta del Este sob a égide do GATT, em 1986. A Ata Final da Rodada Uruguai, que, juntamente com representantes de mais de 120 países, assino hoje na histórica reunião de Marrakech, inclui, além das questões relativas a reduções tarifárias, o comércio de produtos agrícolas e os chamados novos temas (serviços, propriedade intelectual e investimentos), ademais de prever a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), destinada a substituir progressivamente o GATT.

O Brasil foi um dos signatários originais do GATT, em 1947, e tem participado ativamente de todas as iniciativas comerciais multilaterais lançadas desde então. A distribuição relativamente homogênea do comércio exterior do Brasil entre nossos principais parceiros fundamenta a prioridade que atribuímos ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio, em moldes abertos e com regras estáveis, e à melhoria das condições de acesso aos mercados de exportação.

Estimativas recentes divulgadas pelo secretariado do GATT calculam que o conjunto de acordos a serem firmados em

Marrakech deverá propiciar uma elevação da renda mundial em pelo menos US\$ 230 bilhões até 2005. Para o Brasil, a conclusão da Rodada deverá implicar um aumento de pelo menos US\$ 2 bilhões anuais nas cifras de nosso comércio exterior, sem falar nos ganhos indiretos decorrentes do crescimento da economia mundial.

A importância da Rodada Uruguai para o Brasil está também diretamente relacionada à execução do programa interno de liberalização e desregulamentação comercial, bem como à meta mais ampla de promoção da integração competitiva do país na economia mundial. Diante do atual cenário de coexistência não-conflitiva das tendências de globalização e regionalização da economia mundial, o Brasil, por sua condição de *global trader*, tem natural interesse na consolidação de regras estáveis e equilibradas para o comércio internacional. Nesse contexto, a prioridade que acordamos à implementação do Mercosul e da recente iniciativa de constituição de uma Área de Livre Comércio na América do Sul vem complementar, de forma não excludente, os esforços que vimos empreendendo em prol do reforço do multilateralismo nas relações comerciais.

Embora, como em toda negociação, os resultados obtidos nem sempre correspondem plenamente aos objetivos, terminaram por prevalecer, sobretudo no tocante

aos aspectos normativos da Rodada Uruguai, posições convergentes com nossos interesses fundamentais. Os aperfeiçoamentos introduzidos no mecanismo de solução de controvérsias do GATT e a criação da Organização Multilateral de Comércio certamente contribuirão para consolidar um conjunto de regras estáveis, capaz de reduzir sensivelmente a margem para surtos protecionistas e medidas unilaterais.

A reincorporação ao GATT do comércio de produtos agrícolas, a reversão da tendência, até aqui ascendente, dos esquemas de subsidiação na agricultura, a reintegração do comércio de produtos têxteis às disciplinas do GATT e os ganhos obtidos na área de acesso a mercados em alguns produtos prioritários para o Brasil abrem perspectivas auspiciosas. Além disso, ainda que as reduções tarifárias para produtos importantes em nossa pauta de exportações, como suco de laranja e calçados, tenham ficado aquém do que seria desejável, a diminuição média em cerca de 40% dos direitos de importação aplicados pelos países desenvolvidos certamente abrirá perspectivas novas para os setores competitivos de nossa economia.

Nas últimas semanas, assistimos com crescente apreensão à tentativa de alguns países de sobrecarregar a agenda da Conferência Ministerial de Marrakech com questões que não foram objeto de deliberação durante a sessão de encerramento da Rodada. Registraram-se fortes pressões para vincular o comércio, entre outros aspectos, a padrões sociais de trabalho. Graças à reação articulada por vários países em desenvolvimento, entre os quais o Bra-

sil, essas tentativas, que em última instância redundariam na exportação do desemprego dos países ricos para os pobres, não lograram prosperar.

Esperamos que os resultados alcançados após o intenso trabalho de negociação desenvolvido ao longo dos sete anos da Rodada Uruguai permitam afastar de vez o espectro, por tantos anunciado, da fragmentação das correntes mundiais de comércio em blocos estanques e do retorno extemporâneo ao cenário de guerras comerciais que caracterizou os anos 30 e que por certo poria em risco os fundamentos da nova ordem internacional que temos de construir no mundo pós-Guerra Fria. No processo de transição do GATT para a Organização Mundial de Comércio, que terá início a partir de 1º de janeiro de 1995, adquire especial relevância o compromisso constante da declaração ministerial a ser firmada em Marrakech de que não sejam tomadas medidas que prejudiquem ou afetem negativamente a implementação dos resultados da Rodada.

Nos próximos meses, estaremos engajados num intenso trabalho de informação e esclarecimento com vistas a obter, no mais breve prazo, a ratificação da Ata Final da Rodada Uruguai. Nos contactos que pretendo manter com o Congresso Nacional e com os setores produtivos, buscarei transmitir minha firme convicção de que a Organização Mundial de Comércio contribuirá de forma decisiva para a liberalização comercial e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, objetivos fundamentais da política externa brasileira.

Diplomacia e democracia

(Correio Braziliense, 29 de abril de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

O que significa, nos dias de hoje, ser um diplomata e, mais concretamente, um diplomata brasileiro? À palavra diplomacia se associam certas noções e qualidades que têm a ver com o nascimento da profissão. Não é à toa que o surgimento da diplomacia como atividade estruturada esteja ligado à formação do Estado moderno. Diplomacia é uma carreira de Estado, com uma característica particular: a de que àqueles que a exercem incumbe representar o Estado em todas as suas dimensões. Hoje, quando o Estado não é mais encarnado por uma única pessoa ou por uma oligarquia, mas pela representação democrática do povo, o diplomata tem a complexa tarefa de refletir os anseios e as aspirações da nação como um todo.

A palavra diplomacia sempre evocou certas qualidades especiais: o tato, a habilidade, a capacidade de transigir quanto ao que é secundário, preservando, ao mesmo tempo, os objetivos essenciais do país. Estes atributos conservam sua validade hoje, tanto quanto no tempo de Maquiavel ou Guicciardini.

A idéia de que a diplomacia constitua atividade conspiratória, marcada pela intriga e pela dubiedade, é cada vez menos verdadeira. Por isso, a diplomacia brasileira, coerentemente com nossas aspirações democráticas, se caracteriza, por um lado, pela abertura ao diálogo participativo com

a sociedade e, por outro, pela transparência com que perseguimos nossos objetivos em relação a outras nações. São estes atributos, que não se confundem com a ingenuidade ou a imprudência no trato dos assuntos de Estado, que garantem credibilidade à nossa ação externa.

O que se espera do diplomata? Servidor do Estado por excelência, o diplomata desde os primórdios de sua carreira, é chamado a tomar decisões, a formular e a liderar. Contrapartidas da disciplina, essencial em uma carreira que se caracteriza pela hierarquia, a criatividade e o sentido crítico são indispensáveis ao exercício da profissão. O diplomata não se limita ao cumprimento burocrático de portarias e regulamentos. Agente político, a ele cabe inovar, propor, criticar, tendo sempre presente o interesse do povo e da nação. É nesta possibilidade – na verdade, uma exigência – de contribuir ativamente para a definição e a consecução dos objetivos nacionais, que reside a maior recompensa do seu exercício profissional.

Como toda profissão, a diplomacia encerra também sacrifícios: o isolamento, as separações constantes, a adaptação não só do diplomata, mas sobretudo de sua família, de seus filhos, a novos ambientes são fatores de instabilidade pessoal, que exigem desprendimento e profundo sentido de dever. O desenraizamento, a perda dos

vínculos com a realidade do país, a tentação de tomar a forma pelo conteúdo de sua atividade são riscos aos quais há que estar sempre alerta.

Representante do país no exterior, o diplomata é também um veículo de idéias inovadoras, de experiências, que, devidamente adaptadas, podem contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar do seu povo. Não é por acaso que tantos diplomatas – ou homens públicos que exerceram atividades diplomáticas – foram chamados a desempenhar as funções de alto relevo que não são convocados a fazê-lo de forma mais direta e notória contribuem com suas informações e análises à nossa capacidade de responder, de forma criativa, aos desafios do mundo moderno.

Neste ano em que iniciamos as comemorações do sesquicentenário do nascimento do Barão do Rio Branco, celebramos também uma década da formação da Aliança Democrática, que nos devolveu ao convívio pleno das nações politicamente amadurecidas. O governo do presidente Itamar Franco tem-se empenhado firme e sinceramente em defesa de nossa jovem democracia e da consolidação do processo democrático no Brasil.

A liberdade é um desses bens preciosos, cuja importância só somos capazes de avaliar quando deles somos privados. A geração que agora inicia sua vida adulta

felizmente não sentiu o peso do autoritarismo, que amputou carreiras, destruiu sonhos e fez com que idéias renovadoras morressem ou permanecessem adormecidas. A autoridade com que hoje falamos nos foros internacionais deriva da legitimidade que só o debate e a crítica, totalmente livres, conferem. Em meio às nossas crises, ressalta o enraizamento dos ideais democráticos em todos os setores da sociedade brasileira. É necessário, às vezes, um certo distanciamento, que os diplomatas, por força de sua atividade, são levados a ter, para perceber que, com todos os seus problemas, o Brasil vai realizando seu destino de grandeza. Grandeza que não se confunde com veleidades hegemônicas, mas que significa a construção de uma sociedade pluralista e dinâmica, socialmente mais justa, com formas de convívio humano e riqueza cultural sem par.

Como tem ressaltado o presidente Itamar Franco, nenhum de nossos males – e que não são só nossos – será vencido sem a plena vigência das instituições democráticas, as únicas que, como a História tem demonstrado, asseguram soluções duradouras. É esta consciência do valor insubstituível da democracia que inspira hoje a diplomacia brasileira, na promoção dos interesses nacionais e na busca de condições externas mais favoráveis ao nosso desenvolvimento.

América Latina–União Européia: um novo diálogo

(*O Estado de S. Paulo*, 9 de maio de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Realizou-se, há duas semanas na sede do Parlamento Latino-Americano, em São Paulo, a IV Reunião Institucionalizada entre os chanceleres do Grupo do Rio (G-Rio) e da União Européia (UE). O G-Rio, que tem suas origens nos esforços de paz em relação à América Central, congrega hoje 13 países: os dez «ibero-americanos» da América do Sul, mais o México, além de um caribenho e um centro-americano (nestes dois casos, de forma rotativa).

A princípio grupo de concertação política voltado para uma situação específica, o G-Rio tem tido um papel cada vez mais importante na coordenação de posição em organismos internacionais, em temas tão importantes quanto a afirmação da democracia e a defesa dos direitos humanos.

Os contatos entre a América latina e a UE datam, pode-se dizer, da própria formação da antiga Comunidade Econômica Européia (CEE), em 1957. O Brasil foi o primeiro país da região que estabeleceu laços diplomáticos com a CEE, em 1960.

O diálogo entre os países latino-americanos, como conjunto, e os europeus, no entanto, só veio a avançar recentemente, a partir das reuniões periódicas ministeriais entre o G-Rio e a UE, que tiveram início em Roma, em 1990, sob o impulso da democratização e da liberalização do lado

latino-americano e de uma nova atitude de diálogo maduro, não paternalista, por parte dos países europeus.

Do ponto de vista político global, o diálogo entre o G-Rio e a UE tem permitido aos dois grupos atuar de forma positiva na busca de consenso em temas que foram objeto de grandes conferências mundiais, como a do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e a de Viena sobre Direitos Humanos. Por outro lado, esse diálogo constitui um fator que eu chamaria «tensão positiva» entre dois agrupamentos de países, que, de forma e em níveis distintos, estão empenhados em processos de integração. Contribui, assim, para evitar que os aspectos positivos do regionalismo se transformem em tendências à fragmentação. Com efeito, a ênfase do multilateralismo, tanto político quanto econômico, tem sido uma tônica do diálogo.

O diálogo entre G-Rio e UE é uma experiência singular em matéria de concertação política e tem como peculiaridade o fato de se passar entre dois atores plurais, que se fazem ouvir por interlocutores variados, sem preocupação de coordenação estreita de posições no seio de cada grupo, o que confere às discussões uma grande flexibilidade e riqueza. Por outro lado, o diálogo não deixa de con-

servar o seu carácter bilateral entre europeus e latino-americanos.

Na reunião realizada há pouco, houve amplo consenso em relação a princípios e linhas de ação que estão consubstanciadas na *Declaração de São Paulo*. Aí estão consignados o apoio à democracia representativa, a defesa dos direitos humanos, o repúdio à xenofobia e ao racismo, a importância da conclusão da Rodada Uruguai e o apego ao multilateralismo, a necessidade de desenvolvimento sustentável, entre tantos outros temas. Foram objeto de franca discussão outros aspectos da realidade internacional e das relações bilaterais, em que não necessariamente os dois grupos partilham da mesma visão, como a questão do protecionismo agrícola na Europa e o tema do «dumping social» (sobre este último, aliás, confirmou-se a ausência de uma opinião uniforme entre os membros da UE, com alguns países mais preocupados que outros em evitar interferências indevidas no livre comércio). Coube a mim, juntamente com o ministro da Grécia (e atual presidente do Conselho da UE), co-presidir a reunião. Isso não nos impediu de participar ativamente dos debates e até expor temas de nosso interesse. Especificamente, além de outras questões, tive a oportunidade de abordar a relação entre não-proliferação de armas de destruição de massa e medidas de segurança, de um lado, e o acesso à alta tecnologia, essencial ao desenvolvimento, de outro.

Um importante aspecto a ser ressaltado no relacionamento entre a UE e a América Latina é o interesse despertado em nossos

parceiros pelos processos de integração regionais ou sub-regionais, em especial o Mercosul. A reunião de São Paulo propiciou que os ministros dos países do Mercosul mantivessem contatos com a UE em dois níveis: com a comissão, representada por um dos seus vice-presidentes, Manuel Marin, e com os ministros das Relações Exteriores ou ministros delegados, dos Doze. Tais contatos, cujos resultados estão refletidos em comunicado à imprensa, permitiram consolidar a percepção da importância da relação direta e operacional entre os dois grupos e contribuíram para que se operasse verdadeiro «salto qualitativo» nas perspectivas da cooperação entre a UE e o Mercosul até aqui limitada a úteis, mas modestos, projetos de assistência técnica.

Com visão de futuro, os chanceleres e o vice-presidente da comissão apontaram para novas formas de relacionamento, não se excluindo nem mesmo a hipótese de amplos esquemas de liberalização envolvendo comércio e investimentos. Para os países do Mercosul que têm estrutura de trocas diversificada e têm na UE seu maior mercado e a maior fonte de inversões, essa perspectiva assume especial importância e lhes permitirá tirar o máximo proveito de sua crescente integração na economia mundial. É este mais um poderoso estímulo para que os quatro países completem, nos prazos acordados em Colônia, a consolidação do Mercosul que passa a ser reconhecido, não só como interlocutor, mas como autêntico parceiro/sócio pelo mais ambicioso projeto de integração já criado: a União Européia.

***A dependable partner in building
a new world order***

*(The Wall Street Journal, 25 de maio
de 1994)*

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

Brazil, with eight million square kilometers of territory, peaceful borders with 10 neighboring countries, a population of 160 million and an economy that figures among the top 10 in the world, has a history of permanent integration with the international community.

With the consolidation of its democracy, Brazil has updated (...) for development, (...) as insertion into, an increasingly fast-paced and turbulent international order. The import substitution model introduced at the end of World War II achieved important gains for the growth of Brazil's economy. The nation grew at an average annual rate of 7%, brought development to the interior of the country and built up a sophisticated industrial base with special emphasis on production of capital goods, petrochemicals, mining and manufacture of automobiles, ships and airplanes. Meanwhile, there were major advances made in the transport, alternate-energy, telecommunications and informatics areas. At the same time, Brazil surpassed the mark of \$60 billion in its foreign-trade accounts, diversified its agriculture – with more than 70 million tons a year of grain, production – and brought government social benefits to a large portion of the under-privileged population.

(...) shocks, interest-rate (...), world recession and return of protectionism joined to help exhaust Brazil's inward-looking development model. With problems in administering its foreign debt, currency issues and income distribution, Brazil found itself in need of making profound reforms. To this end, the nation adopted programs to deregulate and privatize the economy, and to promote social justice. Externally, the move toward regional integration was accelerated with the creation of the Mercosul (the Southern Cone Free Market between Brazil, Argentina, Paraguay and Uruguay), coupled with active participation in international trade liberalization negotiations, most notably the GATT Uruguay Round.

The Brazilian government handed over more than 20 large companies to private enterprise. In foreign trade, non-tariff barriers were eliminated, average tariffs reduced from 35% to 14% and modern legislation adopted for port administration. In parallel, a new structure to help exports was defined with the return of government financing programs compatible with international practices.

Eliminating inflation

With the objective of eliminating inflation, attracting foreign investment and car-

rying out large-scale social programs, the government of President Itamar Franco is implementing an ambitious and realistic economic stabilization program based on resolving the public and private foreign debt problem; accumulating foreign reserves (which now surpass \$35 billion); implementing fiscal reform (already approved by Congress), and adopting a new currency.

Mercosul created in 1991, has proved its viability. In this short time, interregional trade grew from \$3,7 billion to \$7,4 billion in 1993, representing 13% of Brazil's total foreign trade, Brazil is now proposing, with the support of its Mercosul partners, creation of a South American Free-Trade Area (ALCSA) to obtain maximum benefit from the various integration initiatives around the continent and to promote a hemisphere-wide commercial convergence.

The revitalization of Brazilian development and its modern insertion into the world economy is based upon the consolidation of democracy. Brazil's foreign policy relies on its authenticity, its coherency and harmony between external initiatives and domestic action.

Brazil postulates international cooperation for sustainable development, for which new sources of financing and access to up-to-date technology are vital. At the same time, it has associated itself with

international safeguards in the nuclear energy area, the directives of the MTCR and the international commitments regarding use of chemical weapons. As it advocates universal respect for human rights on the international scene, Brazil internally has adopted a policy of total transparency, recognizing existing problems and demonstrating firm political will to resolve them through programs that guarantee the inalienable rights of the individual and protection of vulnerable groups such as Indians, women and children.

Central Element

The question of human rights is a central element in the new philosophy of the art of governance. By overcoming the series of political crises it has faced since the return of democracy, Brazil has proven its capacity to fund its own way in tune with the international community's most noble causes.

This is the reality that legitimizes the nation as a trust-worthy and responsible partner in the construction of a new world order. And it is with this spirit that Brazil has accepted U.S. President Clinton's invitation to participate in December's Summit of the Americas, where our ideals about free trade, sustainable development, democracy, ethics in politics and public administration and the respect for universal human rights shall be discussed in a frank and open way.

África da boa esperança
(Jornal do Brasil, 13 de junho de 1994)

Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

A posse de Nelson Mandela na África do Sul, precedida de eleições livres e justas, ao mesmo tempo em que encerrou um dos capítulos mais dramáticos da história contemporânea, reintroduziu no concerto das nações um país com título para exercer um protagonismo à altura da sua condição de economia em desenvolvimento mais avançada do continente africano. Nesse processo e sem prejuízo da sua vocação ecumênica, fundada na multirraciedade de seu povo e na histórica acolhida internacional aos seus movimentos de libertação, a atuação externa da nova África do Sul será norteada, conforme Nelson Mandela, em recente Artigo publicado na imprensa, pelas «preocupações e interesses da África e dos países do Sul».

O Brasil, coerente com os princípios que sustentaram a formação de seu Estado e da sua nacionalidade, sempre apoiou a luta da grande nação sul-africana. Foi voz ativa e participante nos concílios internacionais, assim como exerceu, no plano bilateral, forte e intermitente pressão sobre o antigo governo de minoria. Apresta-se, agora, a contribuir para a reinserção do país na comunidade internacional, com ele estabelecendo relações especiais de amizade e de cooperação.

O longo período de isolamento político a que foi submetido o antigo regime de Pretória não permitiu que fossem suficien-

temente conhecidas no Brasil as reais potencialidades de cooperação bilateral. Estrategicamente localizada no vértice dos Oceanos Atlântico e Índico, a África do Sul congrega cerca de 1/3 da população dos países da África Austral, possui uma renda *per capita* de aproximadamente US\$ 2.400,00 contribui com mais de 75% do PIB regional, é responsável por 80% da energia elétrica produzida na região (52% de todo o continente africano), possui 56% da rede ferroviária e 65% de todas as estradas pavimentadas do subcontinente e pratica um comércio exterior mais de duas vezes superior aos 10 países da *Southern Africa Development Community*.

O estabelecimento das relações especiais entre os dois países é uma decorrência natural das suas militudes e complementaridades. Leva também em consideração aspectos geopolíticos e geoeconômicos essenciais para a expansão das respectivas áreas de atuação. Como parceiros necessários na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul podem e devem somar esforços na condução de programas de desenvolvimento que vão desde a pesquisa, a proteção ao meio ambiente e a exploração racional dos recursos marinhos (inclusive na Antártida) até uma infinidade de iniciativas no campo comercial que tenham como meta o desenvolvimento econômico e como base conceitual a reafirma-

ção do caráter afro-latino-americano do oceano que os une.

No plano bilateral, a nova parceria apresentará, de imediato, o aumento do comércio, dos investimentos recíprocos e da cooperação em diversas áreas, com especial destaque para a agricultura, a engenharia civil, a mineração e o setor elétrico comercial, bem como as fontes alternativas de energia. A cooperação política se afigura igualmente importante na medida em que leva em consideração o peso específico da posição sul-africana nos mercados mundiais, lastreada que está no alto valor comercial e estratégico dos seus principais produtos de exportação: a sua condição de eixo com força centrípeta dentro da África, com forte tendência a desempenhar papel catalisador da OUA e em outros organismos regionais; e a sua potencial liderança na solução de questões continentais, inclusive no que toca a operações humanitárias ou missões de paz das Nações Unidas.

No plano estratégico, a África do Sul, como principal eixo na integração econômica da África Austral, para onde deverão convergir as atenções econômicas e políticas da região, bem como o centro das operações triangulares de investimentos em terceiros países, representa para o Brasil nova via de acesso aos países mediterrâneos do subcontinente, entre os quais interessam sobretudo Zimbábue e Zâmbia. Constitui, por outro lado, mais uma alternativa de

aproximação com a Namíbia, Angola e Moçambique, fortalecendo com estes últimos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que conta na própria África do Sul com significativo contingente populacional de origem luso-africana.

Mais além, graças a sua posição geográfica no encontro de movimentadas rotas marítimas ou no entroncamento de inúmeras ligações aéreas, torna-se a África do Sul importante ponte de acesso ao Índico e aos países da bacia do Pacífico. O seu expressivo componente populacional de origem indo-asiática, de conhecida vocação comercial, é outro elemento de apoio na consecução das novas parcerias que vamos construindo especialmente com Índia, China e Austrália e que nos projetam de forma ordenada e coerente dentro de uma das regiões mais promissoras do novo milênio.

Além de robustecer a cooperação entre os países do sul, como pretende Nelson Mandela, relações especiais com a nova África do Sul têm como fruto projeção natural do Brasil na fronteira atlântica. Constitui, por outro lado, mais um ingrediente de coerência na nossa política africana, ao mesmo tempo em que lança as bases para uma aproximação entre o Mercosul e os blocos africanos de integração, notadamente a *Southern Africa Development Community*, no que pode representar o primeiro passo para o desafio maior da criação do grande mercado do Atlântico Sul.

Marrakech e depois

(O Estado de S. Paulo, 21 de junho de 1994)

**Embaixador Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores**

Dentro de poucos dias, o presidente Itamar Franco deverá enviar ao Congresso Nacional mensagem contendo os Acordos da Rodada Uruguai, firmados em 15 de abril, em Marrakech. Trata-se da maior negociação econômico-comercial de todos os tempos, que mobilizou por mais de sete anos a atenção de chefes de Estado e de governo, ministros, diplomatas, funcionários e operadores econômicos de mais de 120 países.

Superadas as tensões e as incertezas geradas pela perspectiva de que a Rodada Uruguai se encerrasse com um fracasso, trata-se agora, para os governos que firmaram os Acordos de Marrakech, de obter sua aprovação dos respectivos Parlamentos nacionais. Um desses acordos constitui a Organização Mundial de Comércio (OMC). O outro congrega o conjunto dos demais temas objeto de negociação: de serviços à agricultura, de normas de comércio desleal a reduções tarifárias, de propriedade intelectual a têxteis.

Antes mesmo de os acordos serem ratificados e, portanto, de a OMC ser instalada, já se iniciarão em Genebra discussões em torno de temas que não foram incluídos na Rodada. O primeiro deles refere-se à questão de comércio e meio ambiente, que vem recebendo atenção especial desde a Conferência do Rio de Ja-

neiro, em 1992. Um subcomitê do comitê preparatório da OMC está incumbido de executar um programa de trabalho que, em larga medida, deriva de recomendações emanadas da Agenda 21 e, por conseguinte, deve ter como objetivo primordial a sustentação mútua das políticas comerciais e ambientais. O Brasil, que na pessoa do seu embaixador em Genebra foi escolhido para presidir esse subcomitê, está preparado para defender um tratamento adequado para essa questão. Cuidará de que, ao lado das preocupações legítimas com a preservação dos recursos da Terra para as gerações futuras, as regras do sistema multilateral sejam suficientemente claras para não permitirem o abuso de medidas protecionistas, sob o pretexto de preservação ambiental.

No âmbito do comitê preparatório poderão ser discutidos outros temas, que seriam incluídos no programa de trabalho da OMC. A julgar pelo teor dos discursos em Marrakech e por tentativas anteriores que não prosperaram, é provável que certos países desenvolvidos venham a propor o exame da relação entre comércio e padrões trabalhistas. A esse respeito, expressei, no plenário da reunião conclusiva da Rodada Uruguai, que as tentativas de vincular os dois temas, em vez de contribuírem para o melhoramento das condições sociais nos

países em desenvolvimento, tenderiam a agravá-las, na medida em que representam uma virtual «exportação do desemprego» dos países ricos para os países pobres. A idéia de «*dumping* social», subjacente a essas tentativas, carece de qualquer base científica, uma vez que o conceito de *dumping* implica essencialmente a venda de um produto no mercado externo a preços inferiores ao praticado no mercado nacional – que certamente não é o caso.

Na lógica do mercado, a questão dos padrões trabalhistas estaria inextricavelmente ligada a outra, que deveria ser examinada de forma simultânea: a interrelação comércio *versus* livre movimentação da mão-de-obra, tema que certamente não interessa aos países mais ricos pôr em discussão. A aceitação de padrões trabalhistas «mínimos» ou «justos» só teria uma implicação para o sistema multilateral de comércio numa situação em que o fator mão-de-obra se pudesse deslocar sem impedimentos. Em outras palavras, qualquer análise de propostas para a inserção de uma «cláusula social» no quadro do GATT teria de ser acompanhada de um estudo acerca das políticas de migração e das medidas de restrição ao livre fluxo de pessoas físicas. De outra forma, essas e outras iniciativas só podem ser interpretadas como manifestações da emergência de um «protecionismo global», que propicia melhores condições para a colocação de bens de tecnologia avançada, produzidos por países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que bloqueia o acesso das exportações dos setores competitivos das economias dos países em desenvolvimento.

Um tema que deverá merecer atenção nas discussões em Genebra, este, sim, com influência direta sobre o comércio, refere-se às práticas comerciais restritivas a que recorrem certas empresas em suas transações internacionais. A discussão desse tema em foro multilateral é uma antiga reivindicação dos países em desenvolvimento que agora vem se combinar com a crescente atenção às políticas de competição nos países industrializados. Numa economia globalizada, tais práticas têm a capacidade de anular os esforços de liberalização empreendidos pelos governos. Este fato é, de resto, perfeitamente reconhecido nos textos dos acordos sobre serviços e sobre propriedade intelectual emanados da Rodada Uruguai.

Havendo assumido as responsabilidades que lhe cabiam como parceiro interessado no fortalecimento de um sistema multilateral de comércio aberto, não discriminatório e equitativo, o Brasil se habilita a receber os benefícios decorrentes da redução global da ordem de 40% no nível das tarifas alfandegárias, assim como da integração dos setores agrícola e têxtil no conjunto de normas acordadas, bem como da eliminação dos acordos de «restrição voluntária» (na verdade, quotas impostas pelos países desenvolvidos para proteger indústrias locais declinantes, como a siderúrgica). Também é nossa expectativa aumentar a participação brasileira no comércio internacional num ambiente de respeito às regras e medidas unilaterais ou a práticas desleais que firam os nossos direitos e prejudiquem os nossos interesses. Além desses benefícios que decorrem di-

retamente dos acordos firmados em Marrakech, os resultados acordados na Rodada constituem um marco de referência para a solução de contenciosos comerciais bilaterais. Refiro-me sobretudo à negociação sobre propriedade intelectual com os Estados Unidos, que só foi possível encaminhar a bom termo tendo como base o acordo sobre a matéria firmado por mais de 120 países, no âmbito da Rodada.

Os resultados positivos da Rodada Uruguai poderão se tornar realidade palpável se os acordos de Marrakech forem ratificados ainda este ano pelos parceiros comerciais, inclusive, o Brasil. Para garantir que esses benefícios não sejam anulados ou comprometidos por novas formas de protecionismo, freqüentemente disfarçadas de motivações nobres, o Brasil e outras nações em desenvolvimento terão

de continuar a manter presença viva e atuante em Genebra.

A conclusão da Rodada Uruguai constitui uma espécie de linha de chegada de maratona com mais de sete anos de duração e inúmeros percalços em sua trajetória. É também o marco zero de uma nova era em que aos blocos regionais fechados, ao comércio administrado e ao unilateralismo se contrapõe uma efetiva globalização da economia, com oportunidades para todos os sócios, em conformidade com o princípio das vantagens comparativas, entendidas de forma dinâmica (isto é, com incorporação de tecnologia) e da não-discriminação. Afastar-se dessa rota equivaleria a perder o encontro com o progresso e o desenvolvimento e situar-se, ao contrário da canção, aquém de Marrakech.

